

AGORA, A ESQUERDA

deBatEs#2

**XI CONVENÇÃO
DO BLOCO DE ESQUERDA**

**PAVILHÃO DO CASAL VISTOSO | LISBOA
10 e 11 de novembro de 2018**





ÍNDICE

Regulamento do processo preparatório da XI Convenção	3
Proposta de Regimento para a XI Convenção	6
Propostas de alteração aos estatutos (Mesa Nacional)	9
Propostas de alteração aos estatutos	10
Propostas de alteração às moções de orientação:	
Moção A: Um Bloco mais forte para mudar o país	20
Proposta de alteração à Moção A rejeitada	41
Moção C: Mais Democracia, mais organização	42
Moção M: Um Bloco que não se encosta	51
Contributos para os debates da XI Convenção	61
Calendário de debates da XI Convenção	211
Alojamento e Restauração	212
Informações úteis	213
Calendário da XI Convenção	214

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2018
Tiragem: 500 exemplares



REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUÉRDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XI Convenção Nacional do Bloco.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 22 de Abril de 2018.
2. A XI Convenção Nacional é convocada para os dias **10 e 11 de novembro de 2018**, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório a COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
 - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
 - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
 - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco no dia seguinte ao da sua aprovação e enviados via email a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível, e por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Dina Nunes, Mariana Carneiro, Nelson Peralta, Miguel Oliveira e Vasco Barata**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é **coc.2018@bloco.org**
5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças

da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os boletins debates #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. **Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 25 de junho de 2018, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 18 de julho.** As Moções são entregues em suporte informático **não podem ultrapassar os 30 mil caracteres** (incluindo espaços), **devem incluir a lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 28 de setembro e 7 de outubro de 2018. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser



realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Os textos de debate/contributos a publicar no **debates #2 deverão ser enviados à COC até 24 de setembro** em suporte informático e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

11. Até 17 de setembro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade.

12. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia 24 de setembro para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e informarem a COC.

13. Os redatores podem decidir, até **24 de setembro**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

14. Os relatores de cada Moção enviam à COC, **até 24 de setembro**, o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites.

15. No boletim **deBatEs #2, a publicar a 27 de setembro**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 12 e 13.

16. As propostas não incluídas pelas Moções poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que inscritas por um mínimo de 5 delegados/as.

17. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

18. Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no DeBatEs #3 inscritas por 15 delegados/as. O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

19. Qualquer aderente poderá, até 5 de junho, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do email da COC.

20. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e **aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 7 de julho.**

21. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **18 de julho**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

22. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **17 de setembro**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

23. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e inscritas por, pelo menos, 15 delegados/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

24. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no **mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

25. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Contudo, no seu alinhamento interno, devem respeitar uma ordenação sequencial que observe o princípio da paridade de género 50/50.

26. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

27. As/os delegados são eleitas/os pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais **até ao dia 23 de abril de 2018**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2018.



28. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um **dos dias 2, 3, ou 4 de novembro**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
29. As e os delegadas/os são eleitas/os na proporção de **1 delegado para 13 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até 23 de abril de 2018.
30. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;
 - b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 5 aderentes.
31. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.
32. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:
- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
 - b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
 - c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes. Excetua-se deste critério a região Autónoma dos Açores, que pela sua especificidade geográfica, poderá formar assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).
33. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.
34. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 24 de setembro**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por email aos aderentes incluídos no respetivo universo eleitoral **até dia 26 de setembro** e publicado no site bloco.org e no site do BE Distrital ou Regional correspondente.
35. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:
- a) As listas de candidatos/as deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia 9 de outubro, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e enviadas aos aderentes **até dia 15 de outubro**;
 - b) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, devidamente preenchida e assinada;
 - c) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;
 - d) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.
 - e) Compete à COC organizar a(s) MAE das/os aderentes emigrantes.
37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.
38. A Mesa Eleitoral (MAE) deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las no prazo de 12 horas, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUÉRDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 10 e 11 de novembro de 2018, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Agora, a Esquerda".

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é aberta a todas/os as/os aderentes e constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidadas/os todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

7. A XI Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
 - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.
8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela

Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão,



proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

- a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;
 - b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;
 - c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.
16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja

inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
- a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
- a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.
24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.
29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.



30. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.
34. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.
- Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);
Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

ORDEM DE TRABALHOS

Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

Eleição da Mesa (11h15m);

Alocução de abertura da Convenção (11h30m);

Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30m sábado, votação final 12h00m domingo);



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS APRESENTADAS PELA MESA NACIONAL

Artigo 4.º

Direitos das e dos aderentes

1 - [...]

a) [...]

b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, **desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do acto eleitoral;**

c) [...]

d) [...]

e) [...]

Artigo 10.º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de **60%** de membros que não sejam **deputadas ou deputados, nacionais ou europeus,** funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [NOVO] Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

7 - [...]

8 - [...]

Artigo 15.º

[REVOGADO]



PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º

Definição e Objectivos

1 - [...]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate **todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial**, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, **não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios.**

3 - [...]

Fundamentação:

Com esta alteração sublinha-se que o BE não compactua com nenhuma forma de discriminação e, ao mesmo tempo, acentua-se o papel do combate à exploração e desigualdade social na definição política central do partido.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Amália Oliveira
Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Cássia Gouveia
Eduardo Fernandes
Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Érica Almeida Postiço
Ernesto Ferraz
Francisco Pacheco
Frederico Mira George

Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro
João Santos
João Vieira
José Dias José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sandra Sousa
Sónia Teixeira
Vitor Gomes

Artigo 1º

Definição e Objectivos

1 - [...]

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável **e mais respeitador de todos os animais.** Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional.

3 - [...]

Subscrevem:

Ana Carolina Gomes
Ana Prata
António Gil
Carlos Couto
Carolina Leite
Diego Garcia



Eduardo Marques
Fernando Bento
Graça Marques Pinto
Manuel João
Mariana Lopes
Patrícia Cardoso

Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sandra Sousa
Sónia Teixeira
Vitor Gomes

ADERENTES

Artigo 3.º

Aderentes

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos **os maiores de 16 anos** que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

Fundamentação:

Na prática, o BE sempre aceitou a adesão de pessoas a partir dos 16 anos. Trata-se de clarificar esta situação não deixando margem de dúvidas sobre os direitos destes e destas aderentes.

Subscrevem:

Amália Oliveira
Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Cássia Gouveia
Eduardo Fernandes
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Francisco Pacheco
Frederico Mira George
Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro
João Santos
João Vieira
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires

Artigo 3.º

Aderentes

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - Cada aderente vincula-se ao concelho e distrito **correspondente ao seu recenseamento eleitoral ou residência em caso de menoridade, podendo contudo requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude.** No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - [...]

6 - [...]

7 - [...]

Fundamentação:

Não se ligando a nenhum factor objectivo, a decisão de vinculação a um qualquer concelho presta-se a ser feita e alterada consoante conveniências políticas de momento e pode inclusive deturpar o sentido de processos eleitorais internos. Assim, criar um elemento objectivo que condicione a vinculação é aumentar a transparência.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Ana Martins
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Frederico Mira George
Gisela Carvalho
Henrique Gil
Irina Castro
João Santos
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho



Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Vitor Gomes

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

Artigo 5.º

Responsabilidades das e dos aderentes

1 - [...]

2 - [...]

3 - [NOVO] As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos colectivos sujeitos à decisão democrática dos respectivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código ético aprovado em Mesa Nacional.

Fundamentação:

Por um lado, é necessário estatuir a natureza colectiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Ana Martins
Amália Oliveira
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Cássia Gouveia
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes
Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Francisco Pacheco
Frederico Mira George
Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro

João Santos
João Vieira
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sandra Sousa
Sónia Teixeira
Vitor Gomes

SANÇÕES

Artigo 6.º

Sanções

1 - [...]

2 - [...]

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, **enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;**

Fundamentação:

A actual formulação dos estatutos implica que o recurso das sanções aplicadas seja feita no prazo de 30 depois da comunicação da sanção enquanto que a sua decisão será feita apenas quando a Convenção for convocada. Este desfasamento temporal nas alegações não faz sentido e pode mesmo prejudicar a defesa.

Subscrevem:

Amália Oliveira
Ana Martins
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Eduardo Fernandes
Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Frederico Mira George
Henrique Gil



Inês Santos
Irina Castro
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sandra Sousa
Vitor Gomes

Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Érica Almeida Postiço
Ernesto Ferraz
Francisco Pacheco
Frederico Mira George
Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro
João Santos
João Vieira
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Vitor Gomes

ÓRGÃOS

Artigo 7.º

Órgãos

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) [...]

2 - [NOVO] O Bloco de Esquerda é um projecto colectivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização.

Fundamentação:

Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho colectivo a todos os níveis do partido.

Subscrevem:

Amália Oliveira
Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes

CONVENÇÃO NACIONAL

Artigo 8.º

Convenção Nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção **ou pelo conjunto dos e das aderentes do Bloco de Esquerda caso assim esteja estabelecido pelo Regulamento da Convenção.**

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - [...]

Fundamentação:

A escolha entre ter uma Convenção aberta a todas/os as/os aderentes ou uma Convenção através de representantes eleitas/os é uma escolha política que deve ser deixada em aberto. Deve ser a Mesa Nacional a tomar essa decisão e não os estatutos.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Amália Oliveira
Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia



Carlos Carujo
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes
Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Frederico Mira George
Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro
João Santos
João Vieira
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sandra Sousa
Vitor Gomes

Artigo 8.º

Convenção Nacional

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes. **Não podem existir mais do que 2 convenções nacionais seguidas no mesmo distrito.**

Fundamentação:

O BE é um partido nacional mas, até agora, todas as convenções se realizaram em Lisboa sob o pretexto da comodidade logística ou dos custos. Esta proposta obriga-nos a um esforço de descentralização que faz com que o BE esteja mais à altura do seu carácter abrangente e que promova o contacto com todas as populações.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Amália Oliveira

Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Francisco Pacheco
Frederico Mira George
Henrique Gil
Irina Castro
João Santos
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Abreu
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Sónia Teixeira
Vitor Gomes

MESA NACIONAL

Artigo 10.º

Mesa Nacional

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais ~~e regionais~~, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. ~~e às A.L.R.~~, no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais ~~e Regionais~~ podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

Fundamentação:

As situações relativas às Organizações das Regiões



Autónomas passam a ser reguladas no artigo 14.º, no novo número 6.

Subscvem:

Amandio Pateca
Cássia Gouveia
Débora Vasconcelos
Dino Pereira
Doroteia Freitas
Egídio Fernandes
Elizabeth Figueira
Ernesto Ferraz
Igor Ferreira
Jaime Pestana
José António Figueira
José Giestas
Luísa Santos
Maria da Luz Andrade
Miguel Ascensão
Miguel Silva
Paulino Ascensão
Paulo Santos
Pedro Felgueiras
Roberto Vieira
Rui Pereira
Teresa Faria
Tiago Camacho

**ASSEMBLEIAS CONCELHIAS,
DISTRITAIS E REGIONAIS**

Artigo 12.º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - [...]

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, **salvo o disposto no número seguinte.**

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - [NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora assegurando assim, nos moldes que decidirem, a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.

4 - [...] antigo nº 3

5 - [...] antigo nº 4

6 - [...] antigo nº 5

7 - [...] antigo nº 6

Fundamentação:

A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

Subscvem:

Afonso Jantarada
Amália Oliveira
Ana Martins
António Tomás
Artur Gouveia
Carlos Carujo
Diogo Araújo
Eduardo Fernandes
Eduardo Méca Castro
Egídio Fernandes
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Francisco Pacheco
Frederico Mira George
Henrique Gil
Inês Santos
Irina Castro
João Santos
João Vieira
José Dias
José Guerra
José Luís Carvalho
Joseph da Silva
Luis Filipe Pires
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Mário Martins
Pedro Taveira
Samuel Cardoso
Vitor Gomes

**ORGANIZAÇÕES REGIONAIS
AUTÓNOMAS**

Artigo 14.º

Organizações Regionais Autónomas

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com **autonomia política, organizativa e financeira e dotadas de** Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes **Convenções**



Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional ~~e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.~~

a) [NOVO] No caso de não ratificação, a Mesa Nacional recomenda a reapreciação pela organização regional das normas que suscitam reserva e pode determinar a suspensão da eficácia das mesmas, sem introduzir outras alterações.

3 - No âmbito da autonomia organizativa, os Estatutos Regionais podem definir designações, configurações e atribuições dos seus órgãos, distintas das consagradas nos Estatutos Nacionais, nomeadamente as vertidas nos artigos 7º, 12º, 13º e 17º. As organizações regionais têm capacidade para realizarem atos e contratos deliberados pelos seus órgãos competentes.

4 - [NOVO] No âmbito da autonomia financeira, as organizações regionais têm direito às receitas do Movimento originadas no seu âmbito geográfico, sem prejuízo do dever de solidariedade com o Movimento no plano nacional e podem aprovar regulamento de Finanças próprio.

5 - [NOVO] As organizações regionais indicam, cada uma, um membro de pleno direito da Comissão Política nacional.

6 - [NOVO] As organizações regionais decidem a constituição das listas de os candidatos às eleições realizadas no âmbito do seu território. A Mesa Nacional pode ser chamada a ratificar a designação do cabeça de lista às eleições regionais e do círculo regional das eleições legislativas nacionais.

7 - [ANTERIOR N.º3] As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

Fundamentação:

PONTO 1: A definição da autonomia política, organizativa e financeira, transita do n.º 2 para o n.º 1, pois deve preceder a norma da eventual submissão dos Estatutos Regionais a ratificação pela Mesa Nacional.

PONTO 2: As Convenções Regionais são na prática os órgãos competentes para aprovar e modificar os estatutos Regionais; a parte final deste número 2, transitou para o n.º 1.

PONTO 4: Este é um princípio consagrado nos Estatutos político-administrativos das regiões autónomas, que deve ser aplicado no plano interno de um partido que defende as autonomias regionais.

PONTO 5: Os demais partidos parlamentares têm representante das RA's nos principal órgão de direção política nacional e fazem notícia de cada participação em reuniões desse órgão. O BE fica perante a opinião pública como um partido que dá importância menor às suas organizações autónomas.

PONTO 6: As organizações autónomas devem ter autonomia distinta das demais organizações distritais nesta matéria. As regiões autónomas são micro-cosmos político-institucionais e mediático, sem paralelo com as demais regiões continentais do País. A distância geográfica e cultural das regiões ao continente justifica igualmente a existência de autonomia política.

Subscvem:

Amandio Pateca
Cássia Gouveia
Débora Vasconcelos
Dino Pereira
Doroteia Freitas
Egídio Fernandes
Elizabete Figueira
Ernesto Ferraz
Igor Ferreira
Jaime Pestana
José António Figueira
José Giestas
Luísa Santos
Maria da Luz Andrade
Miguel Ascensão
Miguel Silva
Paulino Ascensão
Paulo Santos
Pedro Felgueiras
Roberto Vieira
Rui Pereira
Teresa Faria
Tiago Camacho

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

Artigo 15.º

Limitação de Mandatos

1 - [NOVO] O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.

2 - [NOVO] O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.



3 - [NOVO] O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.

4 - [NOVO] As contagens do tempo de exercício dos cargos electivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XI Convenção do Bloco.

Fundamentação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeirxs deputadx na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direcção política.

Subscvem:

Afonso Jantarada
 Amália Oliveira
 Ana Martins
 António Tomás
 Artur Gouveia
 Carlos Carujo
 Cássia Gouveia
 Diogo Araújo
 Eduardo Fernandes
 Eduardo Méca Castro
 Egídio Fernandes
 Elisabete Figueiredo
 Érica Almeida Postiço
 Ernesto Ferraz
 Francisco Pacheco
 Frederico Mira George
 Gisela Carvalho
 Henrique Gil
 Inês Santos
 Irina Castro
 João Santos
 João Vieira
 José Dias
 José Guerra
 José Luís Carvalho
 Joseph da Silva
 Luis Filipe Pires
 Mafalda Silva
 Mamadou Ba
 Mário Martins
 Pedro Abreu

Pedro Taveira
 Samuel Cardoso
 Sandra Sousa
 Vitor Gomes

DIREITO À INFORMAÇÃO

Artigo 16.º

Direito à informação

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - As/os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política **e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos**, que são publicadas no site do Bloco.

Fundamentação:

O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direcção. Deve, portanto, ser estendido à partilha activa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstracta sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

Subscvem:

Ana Martins
 Carlos Carujo
 Elisabete Figueiredo
 Ernesto Ferraz
 Frederico Mira George
 Gisela Carvalho
 Inês Santos
 Irina Castro
 João Vieira
 José Dias
 José Guerra
 Mafalda Silva
 Mamadou Ba
 Margarida Tavares
 Mário Martins
 Pedro Taveira
 Samuel Cardoso

Artigo 16.º

Direito à informação

1 - [...]

2 - [...]



3 - [...]

4 - [...]

5 - [NOVO] As/os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.

Fundamentação:

O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direcção. Deve, portanto, ser estendido à partilha activa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstracta sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

Subscrevem:

Ana Martins
Carlos Carujo
Elisabete Figueiredo
Ernesto Ferraz
Frederico Mira George
Gisela Carvalho
Inês Santos
Irina Castro
João Vieira
José Dias
José Guerra
Mafalda Silva
Mamadou Ba
Margarida Tavares
Mário Martins
Pedro Taveira
Samuel Cardoso

NÚCLEOS

Artigo 17.º

Núcleos

1- [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [NOVO] O Núcleo como estrutura organizativa local deve ter um fundo de maneiço fixo para despesas gerais.

a) Esta forma de apoio deve ser estabelecida no Regulamento de Finanças.

b) A responsabilidade da gestão será de uma tesoureira ou de um tesoureiro no âmbito e nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - [NOVO] O Núcleo no seu âmbito geográfico é responsável pela sua actividade política de acordo com as linhas programáticas Nacionais.

Fundamentação:

O reforço das bases na organização interna do Bloco de Esquerda passa muito pela criação de Núcleos onde ainda não existem e pelo apoio aos que já existem. É nos Núcleos que se juntam aderentes e não aderentes para desenvolverem em conjunto actividade política. São, pela sua estrutura orgânica, os que mais perto estão das pessoas e dos seus problemas. Por tudo isto, torna-se necessário que os Núcleos sejam minimamente apoiados financeiramente através de um fundo de maneiço fixo, e que sejam respeitados e responsabilizados pela sua actividade política geográfica, sem interferência de outros Órgãos existentes na estrutura hierárquica organizativa do Bloco de Esquerda na Região.

Subscreve:

Luís Vicente Barroso

REFERENDOS

Artigo 18.º

Referendos

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **200 aderentes**.

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **75 aderentes** podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - [...]

7 - [...]

8 - [...]

Fundamentação:

Os patamares para a convocatória de um referendo ou para iniciar a sua discussão em Mesa Nacional estão desajustados relativamente à militância realmente existente no BE, sendo assim um obstáculo a que este instrumento de decisão participativa se efective.

Subscrevem:

Afonso Jantarada
Amália Oliveira
Ana Martins



António Tomás
 Artur Gouveia
 Carlos Carujo
 Diogo Araújo
 Eduardo Fernandes
 Eduardo Méca Castro
 Egídio Fernandes
 Elisabete Figueiredo
 Francisco Pacheco
 Frederico Mira George
 Henrique Gil
 Inês Santos
 Irina Castro
 João Santos
 João Vieira
 José Dias
 José Guerra
 José Luís Carvalho
 Joseph da Silva
 Luis Filipe Pires
 Mafalda Silva
 Mamadou Ba
 Mário Martins
 Pedro Abreu
 Pedro Taveira
 Samuel Cardoso
 Sandra Sousa
 Vítor Gomes

previamente e justificar sem custos adicionais para a/o aderente.

Subscrevem:

Amália Oliveira
 Ana Martins
 António Tomás
 Artur Gouveia
 Carlos Carujo
 Diogo Araújo
 Eduardo Fernandes
 Eduardo Méca Castro
 Egídio Fernandes
 Elisabete Figueiredo
 Francisco Pacheco
 Frederico Mira George
 Gisela Carvalho
 Henrique Gil
 Inês Santos
 Irina Castro
 João Santos
 João Vieira
 José Dias
 José Guerra
 José Luís Carvalho
 Joseph da Silva
 Luis Filipe Pires
 Mafalda Silva
 Mamadou Ba
 Mário Martins
 Pedro Abreu
 Pedro Taveira
 Samuel Cardoso
 Sandra Sousa
 Vítor Gomes

SISTEMA DE VOTAÇÃO

Artigo 21.º

Sistema de votação

1 - [...]

2 - [...]

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência. **Para este efeito, o órgão responsável pela votação deverá comunicar atempadamente com as/os aderentes. As/os aderentes deverão requerer o voto por correspondência. Este processo não poderá ter custos adicionais para a/o aderente.**

4 - [...]

5 - [...]

6 - [...]

Fundamentação:

O voto por correspondência tem sido transformado de forma polémica no Bloco de Esquerda em voto entregue em mão por interposta pessoa. De forma a assegurar a transparência desta modalidade de voto introduz-se a necessidade de o requerer

Moção A

UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS

(os pontos novos ou com alterações estão **SUBLINHADOS**)



UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS

Os acordos estabelecidos em 2015 entre o Bloco de Esquerda, o PCP e os Verdes com o PS, afastaram a direita do governo depois de quatro anos de empobrecimento e austeridade, interromperam a vingança contra o 25 de Abril e permitiram recuperar condições de vida e de mobilização popular. Esses avanços constituem vitórias importantes. Concluindo esse ciclo com as eleições de 2019, o Bloco responde ao seu povo com uma certeza: só com mobilização social e mais força da esquerda serão possíveis novos progressos na luta pela dignidade do trabalho, pela igualdade e por justiça na economia em Portugal.

Numa crescente instabilidade internacional, marcada pelo belicismo de Trump, o aquecimento global, a deslocação para a direita da política internacional e a desagregação europeia, o seguidismo relativamente à NATO e às instituições europeias é irresponsável.

1. O NACIONALISMO ULTRA-CONSERVADOR DE DONALD TRUMP É A NOVA FORMA DE AFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA IMPERIAL NORTE-AMERICANA FACE À INSTABILIDADE FINANCEIRA E ÀS DIFICULDADES POLÍTICAS INTERNAS.

A guerra comercial com a China e a União Europeia serve a defesa do sistema financeiro norte-americano e a escalada belicista. O anúncio da mudança da embaixada norte-americana em Israel para Jerusalém, a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão e as constantes ameaças militares são parte de uma retórica inflamada para ganhos eleitorais internos e com consequências externas imprevisíveis.

Trump garantiu o apoio de França, Alemanha e Reino Unido em ataques à Síria e pressiona o aumento do investimento dos Estados europeus na militarização. A aparente desvalorização da NATO pela administração Trump visa um reforço do unilateralismo e da disciplina neste braço armado da administração norte-americana e do complexo militar-industrial.

O discurso Trump explora os efeitos da crise normalizando respostas racistas, autoritárias e misóginas, reforçando também o crescimento da extrema-direita por toda a Europa.

2. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SÃO UM GRAVE RISCO GLOBAL. A TEMPERATURA AUMENTOU 1°C DESDE A ÉPOCA PRÉ-INDUSTRIAL E, MESMO QUE AS METAS PROMETIDAS EM PARIS FOSSEM CUMPRIDAS, AUMENTARIA OUTROS 3,5°C NOS PRÓXIMOS 50 ANOS, O QUE GARANTIRIA UMA CATÁSTROFE AMBIENTAL COM ELEVADOS CUSTOS SOCIAIS.

Os EUA desvincularam-se do Acordo de Paris e a generalidade dos Estados recusa comprometer-se com medidas efetivas de redução da emissão de gases de efeito de estufa. Neste início de século, assistimos por todo o mundo à multiplicação de catástrofes naturais, fenómenos climatéricos extremos, subida do nível das águas do mar e secas prolongadas. Em Portugal, a acelerada erosão da orla costeira, o aumento de períodos de seca, o número crescente de tempestades, a violência dos incêndios e a persistência do erro da prospeção de petróleo, lembram-nos que nenhum lugar está protegido da ameaça climática.

Os refugiados do clima já são o dobro dos deslocados por violência ou conflitos (muitos deles com causas também ligadas ao clima).

3. A CRISE DOS REFUGIADOS, O ULTIMATO À GRÉCIA, O BREXIT, O ASCENSO FASCISTA NA ÁUSTRIA, EM ITÁLIA E NO LESTE, A REPRESSÃO NA CATALUNHA: TODOS SÃO, POR AÇÃO OU OMISSÃO, SINAIS DE ACELERAÇÃO DA DESAGREGAÇÃO DE ALGUNS REGIMES POLÍTICOS E DA UNIÃO EUROPEIA.

Agravam-se todos os fatores de crise na Europa. Numa década de crise financeira, prosseguiram a concentração e a desregulação da banca, com sucessivos escândalos de evasão e fraude fiscal e impostos reduzidos para financiar a acumulação. As políticas de austeridade descredibilizam qualquer projeto comum europeu e promovem crises de legitimidade democrática dos Estados. O crescimento da extrema-direita, inflamada por Trump e apoiada por Putin, é também fruto dessa evolução, que persegue imigrantes e refugiados, num enorme rasto trágico, acirrando o ódio xenófobo. A reconstituição do centro pelo liberalismo de Macron ou a chegada de um partido neofascista ao governo da Itália são outras expressões da deslocação da política europeia em direção à direita.

A União Europeia substituiu as já modestas pretensões de coesão social e territorial pela militarização e assume-se como espaço punitivo. Na reação ao Brexit, assiste-se a um reforço das políticas de defesa e segurança em detrimento dos fundos de coesão. Foi criada a Cooperação Estruturada Permanente, primeiro passo para um exército comum. Os projetos de reestruturação da dívida soberana dos Estados, de reformulação do Euro ou de criação de algum tipo de mecanismo solidário europeu foram simplesmente afastados pelo veto do governo alemão e pela subordinação mais ou menos convicta dos restantes. A UE conforma-se com os atropelos às liberdades e direitos humanos por governos proto-fascistas que se instalam em vários Estados membros, mas sucedem-se as ameaças e sanções contra qualquer proposta económica que não siga a ortodoxia neoliberal. Dispensando a democracia e incapaz de um projeto de progresso social, a UE resume-se à estrutura coerciva dos tratados europeus, que impõem uma economia extrativa de rendas e exploradora do trabalho. Esse projeto impõe-se contra as democracias nacionais e, frequentemente, contra o próprio Estado de direito.

4. PERANTE A DESINTEGRAÇÃO EUROPEIA, A ESQUERDA TEM A TAREFA DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POPULAR ÀS POLÍTICAS DO CENTRO E CAPAZ DE ENFRENTAR E VENCER A DIREITA E A EXTREMA-DIREITA . ESSE CAMINHO EXIGE UMA RUPTURA COM OS TRATADOS EUROPEUS.

Os elogios à experiência portuguesa por alguma social-democracia europeia não iludem a falência desta, absorvida pela estratégica austeritária e em colapso eleitoral. A evolução política e eleitoral dos partidos desta família política é a mesma em quase toda a Europa: Alemanha, França, Itália, Holanda. No seu lugar cresce um gigante político conservador, que domina as instituições europeias. No Estado espanhol, um processo em desenvolvimento, a solução política parece depender da disputa pela hegemonia entre a esquerda e o centro.

Com a capitulação dos seus defensores institucionais, desapareceram as propostas de uma reforma progressista da União Europeia. Só é possível uma política alternativa à austeridade e ao neoliberalismo na rutura com os tratados, o que implica um confronto com o diretório europeu. O balanço da chantagem europeia contra a Grécia é claro: se não dispuser de uma alternativa soberana fora do euro, um governo de esquerda, mesmo com apoio social maioritário, perde o espaço negocial e cede perante o ultimato.

Os tratados europeus criminalizam o investimento público, o reforço do Estado Social e o controlo público dos setores estratégicos. As pressões para a desregulação laboral e para a privatização dos sistemas de pensões são o centro do ataque aos povos europeus. Só a recuperação de esferas fundamentais de soberania democrática permite responder às crises social e económica, reconstruir a legitimidade dos Estados e um programa de solidariedade entre povos.



5. A RELAÇÃO DE FORÇAS PARLAMENTAR SAÍDA DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015 PERMITIU AFASTAR A DIREITA DO GOVERNO E PARAR O EMPOBRECIMENTO DO PAÍS. ESSA VIRAGEM CONSTITUI UM TRIUNFO QUE O BLOCO RECLAMA. MAS O BALANÇO DOS ACORDOS NÃO PODE OMITIR OS SEUS LIMITES, CONTRADIÇÕES E INSUFICIÊNCIAS PARA A ALTERAÇÃO ESTRUTURAL NO PAÍS. OU SEJA, O QUE ESTÁ POR FAZER.

5.1. A recuperação de rendimentos do trabalho, salários e pensões, anunciada como uma catástrofe económica pela direita e instituições europeias, foi a maior conquista deste período. Esta recuperação, ainda que tímida, foi imposta, no modo e no tempo, pela esquerda: eliminamos num só ano cortes inconstitucionais aos salários, descongelamos todas as pensões e conseguimos aumentos extraordinários, repusemos os feriados roubados, baixamos o IRS, passamos o salário mínimo nacional para 600 euros em 2019 (aumento de 20% na legislatura), estendemos a tarifa social da energia a 700 mil famílias, acabámos com as apresentações quinzenais e o corte no valor do subsídio de desemprego, tudo medidas ausentes do programa eleitoral do PS ou em direta contradição com este. Por proposta e pressão da Esquerda, lançou-se um programa de regularização de precários do Estado, reforçou-se o combate ao assédio no trabalho e a lei contra o trabalho forçado, reverteram-se os cortes e aumentou-se o valor de referência das prestações sociais de combate à pobreza (RSI, CSI, abono de família, e também alterações na renda apoiada e isenção de IMI), e impediu-se a execução fiscal de habitações permanentes. O Bloco bateu-se e negociou a concretização de um novo regime de contribuições para os trabalhadores independentes. O seu resultado económico traduziu-se num reforço da procura que, ainda que limitado, impulsionou algum crescimento e a criação de emprego. Assim foi aniquilado o discurso de uma direita que apostou no regresso da recessão e da troika e cujo único plano para o país foi o regresso ao passado. O Bloco provou ser a força responsável que determina políticas e é coerente com os seus compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras.

5.2. Este foi também um período de conquista de direitos civis, muito impulsionada pela intervenção do Bloco nos movimentos sociais e no parlamento. Travada a ofensiva conservadora da direita, reverteram-se as medidas de minorização e cobrança de taxas às mulheres que recorrem à IVG, alargou-se o direito de adoção a todas as famílias, fizeram-se avanços no acesso à PMA e à gestação de substituição e no respeito pela identidade de género, mesmo com bloqueios parciais nestes caminhos, por decisão do Tribunal Constitucional, no primeiro caso, e por veto presidencial, no segundo. A questão da deficiência afirmou-se na agenda política, com avanços, ainda que tímidos. A cannabis medicinal foi legalizada e o direito à morte medicamente assistida, chumbado por apenas 5 votos, tem despenalização anunciada para futuro.

5.3. Na ausência de qualquer acordo com a esquerda sobre as matérias europeias, a obediência do PS ao Tratado Orçamental ditou a escassez de investimento público. A “leitura inteligente” do Tratado Orçamental, com que António Costa fez campanha, consistiu afinal na ultrapassagem das metas de Bruxelas. Depois de anos de cortes, degradação dos serviços, exigia-se mais do que um ligeiro aumento de dotações, na maioria aquém do crescimento do PIB. As dificuldades de resposta do SNS, da Escola Pública e dos transportes coletivos, a recusa da contagem do tempo de serviço de professores ou do reconhecimento das carreiras dos técnicos de saúde, foram apenas a face mais visível das dificuldades. Os trágicos incêndios do verão de 2017 revelaram um interior abandonado por anos de desinvestimento.

5.4. Mantendo as opções de fundo na legislação laboral e nos privilégios dos setores rentistas, o governo do PS conteve a recuperação de rendimentos do trabalho ao longo da legislatura. No código de trabalho, o PS quis manter as medidas mais gravosas da troika (corte de 3 dias de férias, facilitação e embaratecimento dos despedimentos, etc.), e a caducidade da contratação coletiva. Negou a reforma por inteiro aos 40 anos de desconto e 60 de idade. Nas rendas da energia, após algumas reduções dos subsídios às empresas, negociadas com o Bloco, continuam por concretizar o corte dos CMEC e a contribuição extraordinária das empresas de produção renovável. Na saúde, o governo protegeu o modelo de financiamento que assegura o setor privado. Portugal continua no pódio da precariedade e das desigualdades salariais, da maior fatura doméstica na energia e como o país da União Europeia que gasta mais em PPP em percentagem do PIB.

6. DEPOIS DO ALÍVIO E DA EXPECTATIVA INICIAIS, EM 2018 VIVEMOS UMA RETOMA DE LUTAS SOCIAIS E LABORAIS. NA COMBINAÇÃO ENTRE MELHORIAS EFETIVADAS E PROMESSAS GORADAS, EXISTE UMA MAIOR CONSCIÊNCIA SOCIAL DAS POSSIBILIDADES E DA NECESSIDADE DE ALTERNATIVA.

6.1. No final de 2015, o sinal da política mudou; o medo do corte foi substituído pela exigência da recuperação e as lutas intensificaram-se neste último ano. A redução da chantagem do desemprego contra o trabalho, a promessa de avanços sobre a precariedade, em particular na vinculação de precários Estado (PREVPAP), e uma viragem política que resgatou publicamente o compromisso com o Estado Social criaram uma expectativa que se exprimiu em variadas lutas. Foram marcantes as mobilizações nas profissões da saúde e da escola pública, a organização de precários do Estado, os movimentos reivindicativos na cultura e na habitação, o ativismo ambientalista, greves e manifestações inéditas de trabalhadores temporários, imigrantes e cuidadores informais, a contestação em grandes empresas como a Autoeuropa ou a PT, entre outras.

6.2. O acordo de 2015 demonstrou a falácia do voto útil, alterando premissas persistentes do sistema político. A garantia de políticas à esquerda decorre do reforço do Bloco. O acordo prova que, historicamente, o PS só não encontrou entendimentos à esquerda porque preferiu pactos à direita, prática a que voltou logo após a mudança de liderança do PSD. A ausência histórica de entendimentos à esquerda não foi defeito da esquerda. Foi feito do PS. Durante 4 anos, em contrapartida, o Bloco foi uma força estável, de exigência e de garantia. As obrigações do acordo assinado em 2015 foram desenvolvidas pelo Bloco de Esquerda até aos limites estabelecidos pelo PS e pela sua obediência à União Europeia.

A reestruturação da dívida e o controlo público dos setores estratégicos da economia permanecem a chave para uma governação à esquerda.

7. O ABRANDAMENTO DA CHANTAGEM EUROPEIA CONTRA PORTUGAL É CONJUNTURAL E TODOS OS RISCOS SE MANTÊM. A DÍVIDA EXTERNA, QUE É INSUSTENTÁVEL, PERMANECE COMO INSTRUMENTO DESSA CHANTAGEM.

Em 2015, o diretório europeu preferiu evitar o desgaste político e os riscos sistémicos de um novo processo punitivo contra outro Estado nacional por estar em causa o governo de um partido fiel aos tratados. O PS não incluía no seu programa qualquer reforma estrutural da UE e Mário Centeno a presidir ao Eurogrupo confirmou a garantia do seu alinhamento com o Tratado Orçamental. O cumprimento desses tratados impede uma recuperação sustentável dos direitos dos trabalhadores, depois do choque da austeridade.

Portugal mantém-se refém de uma dívida pública impagável e de um sistema financeiro fragilizado, que permanece um risco para os cofres nacionais e uma oportunidade para os interesses dos capitais estrangeiros. Os juros baixos dos últimos anos não o eliminaram e introduzem novos factores de instabilidade; com a pressão de Trump, com o fim da política de liquidez do BCE, a crise em Itália e a instabilidade internacional, os juros tendem a aumentar. No relatório do grupo de trabalho com o Bloco sobre o endividamento externo, o PS assumiu que as regras europeias são injustas e erradas e que a dívida pública é insustentável, mas o governo recusou as conclusões e não cumpriu a promessa de levar ao Conselho Europeu a questão da renegociação multilateral das dívidas soberanas. Nas decisões sobre a banca, o governo manteve-se alinhado com a estratégia do BCE de concentração europeia e de resgate público de bancos privados. A aceitação da União Bancária retira a Portugal a capacidade de decidir sobre a banca.

Sem reverter as privatizações dos setores estratégicos da economia, Portugal continuará a assistir à sangria dos seus recursos. As privatizações redundaram na pilhagem de empresas construídas pelo investimento do Estado. São exemplos, entre muitos outros, a distribuição de dividendos acima dos lucros pelos CTT, a sangria da PT pela Altice, como o fora anteriormente pelo grupo GES. Assim se foi destruindo boa parte do valor e emprego destas empresas.



Sem controlo dos setores estratégicos, o país está condenado à chantagem do poder económico e incapaz de responder pelo emprego, coesão social ou ambiente. O controlo da energia (EDP e REN) pelo Estado chinês é emblemático desse risco. Mesmo com a energia mais cara da Europa, que empobrece famílias e limita a capacidade produtiva, nenhum governo foi até hoje capaz de acabar com as rendas de privilégio. Sem controlo das empresas estratégicas, não haverá a necessária reconversão energética para combater as alterações climáticas.

Assiste-se a uma pressão crescente para recuperar políticas de bloco central e afastar a influência da esquerda. O Bloco contraria esta pressão, em nome da defesa dos salários, pensões e serviços públicos, da proteção do trabalho e do combate às rendas do capital.

8. O PS PROCURA UMA MAIORIA ABSOLUTA AO CENTRO E ABRE A PORTA A CONVERGÊNCIAS À DIREITA.

O PS tem afirmado as conquistas do diálogo à esquerda. Mas o seu congresso realizou uma viragem do discurso, apresentando esta experiência como um parêntesis na história do partido. Logo depois, o governo anunciou o acordo com o patronato para limitar o efeito das medidas contra a precariedade negociadas à esquerda.

O poder económico aposta na maioria absoluta do PS e, pelo seu lado, Rui Rio assume-se já como futuro colaborador de um governo PS, num bloco central subordinado. Ao longo desta legislatura, o PSD já foi o suporte do PS para a manutenção do alinhamento europeu, travando investimento público e conquistas laborais, viabilizando as vendas do Banif e do Novo Banco. A assinatura de acordos com o PS sobre estratégia de investimentos e municipalização, bem como o apoio ao acordo com os patrões, mostram que o PSD quer favorecer o reposicionamento do governo do PS, substituindo acordos à esquerda por pactos de geometria variável. Esse caminho representa uma viragem à direita e uma ameaça para a defesa do salário e das pensões e para o combate à precariedade.

O Presidente da República tem sido um obreiro dessa hipótese de bloco central. Recorre com eficácia a formas de comunicação que lhe conferem uma popularidade elevada, mas a sua intervenção permanente tem um discurso político marcado pelo silêncio sobre problemas da vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se assume como um garante da ortodoxia europeia nos orçamentos. A defesa do setor privado da saúde, o elogio das confederações patronais ou a resistência a avanços nos direitos civis, são marcas do seu mandato.

9. O BLOCO DE ESQUERDA É SEMPRE A GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DOS ACORDOS DE 2015 E DE AVANÇOS PARA PATAMARES MAIS EXIGENTES DE DIREITOS SOCIAIS.

No campo laboral, são necessários avanços em 2019 no combate à precariedade no público e no privado. A organização dos precários do Estado mantém a pressão para que a vinculação prometida pelo PREVPAP seja efetiva para muitos setores em que a precariedade foi regra durante décadas. Devem ser concretizadas novas regras para o trabalho por turnos, a limitação do *outsourcing*, a valorização salarial e o combate à desigualdade salarial ou o fim do corte de “sustentabilidade” no acesso à pensão antecipada.

A defesa do SNS como garante constitucional do direito à saúde e a mobilização dos seus profissionais podem e devem viabilizar uma nova Lei de Bases da Saúde que, em linha com o projeto de Arnaut e Semedo, assegure o acesso universal, gratuito e inclusivo a cuidados de saúde, faça a separação entre setores público e privado da saúde vencendo as parcerias público-privadas e reforce uma visão de prevenção na saúde e de apoio social e comunitário na doença e na deficiência. A alternativa situacionista do atual ministro, apoiada pelo setor privado e pela finança, procura contrariar a exigência de consolidação e desenvolvimento do SNS.

A defesa do direito à habitação é prioritária. É possível ainda em 2018 limitar o alojamento local, acabar com benefícios fiscais e vistos *gold* que promovem a especulação imobiliária e alterar o regime de arrendamento urbano, travando despejos e promovendo os contratos de longa duração.



A causa ambiental em Portugal ganha força e impõe limites às pretensões do governo e das petrolíferas. A autorização de prospecção de petróleo em Aljezur sem avaliação de impacto ambiental criou uma onda de protestos que reforça a exigência da rescisão de todas as concessões para a exploração de hidrocarbonetos.

O Bloco deve contribuir para o debate em torno de um enquadramento legal para o trabalho sexual, que resulte de um processo de auto-organização e de participação destes/as trabalhadores/as e que seja capaz de conferir direitos e proteção social aos/às trabalhadores/as do sexo.

10. A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA COM O PCP É UMA COMPONENTE IMPORTANTE DOS AVANÇOS SOCIAIS NESTE PERÍODO E NO FUTURO.

O Bloco valoriza um elevado grau de convergência de posições com o PCP, nomeadamente em questões económicas e laborais, ao nível parlamentar e também no terreno social, desde logo por partilharmos responsabilidades na viabilização da atual solução política. Mantivemos divergências importante com o PCP em matérias como a paridade entre homens e mulheres, a legalização da cannabis, a extensão da procriação medicamente assistida ou a despenalização da morte assistida. A persistência de acusações sectárias não impedirão o Bloco de se continuar a empenhar no sentido do desenvolvimento das possibilidades de convergência e da recusa do sectarismo entre as esquerdas.

O Bloco apresenta-se ao ciclo eleitoral de 2019 em torno do seu próprio programa e para disputar a representação da maioria.

11. AS ELEIÇÕES EUROPEIAS SÃO O PRIMEIRO EMBATE ELEITORAL DE 2019. O BLOCO VAI ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS EM LISTAS PRÓPRIAS E JUNTA FORÇAS À ESQUERDA, NUMA CANDIDATURA INTERNACIONALISTA QUE RECUSA A SUBMISSÃO AOS TRATADOS.

O balanço dos anos de desintegração europeia é feito em tempos e modos diferentes pelas forças de esquerda na Europa, em função da realidade de cada país. Na ausência de uma estratégia comum a nível europeu a convergência à esquerda reduz-se hoje a experiências específicas de cooperação entre partidos.

O Bloco de Esquerda empenhou-se na criação da plataforma política "Agora, o Povo", que reúne forças significativas em vários países europeus e que reforça o campo da rutura com os tratados, da recuperação da soberania popular e da solidariedade entre os povos. A plataforma não substitui os espaços de articulação em que o Bloco já participa, do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo Unitário da Esquerda no Parlamento Europeu ao Plano B. Sabendo-se que uma parte do Partido da Esquerda Europeia aceita as decisões do governo Syriza, o Bloco recusa este caminho.

A base do nosso programa é a recuperação do emprego, dos direitos do trabalho e do Estado Social, uma estratégia económica contra as alterações climáticas e o compromisso feminista e antirracista, a recusa da Europa fortaleza e a solidariedade entre os povos.

12. NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS O BLOCO APRESENTA-SE AO PAÍS COM UM PROGRAMA DE GOVERNO E UMA PROPOSTA DE GOVERNAÇÃO À ESQUERDA.

O Bloco tem hoje mais responsabilidade, mais força social, mais quadros preparados e mais interlocutores nas diversas áreas da luta política. O trabalho desenvolvido ao longo deste mandato, nos encontros e fóruns setoriais, locais e nacionais, reuniu um grande número de ativistas e especialistas, aderentes do Bloco e independentes, cujo contributo preparará o programa de governo a apresentar na campanha legislativa de 2019.

O Bloco juntará forças em torno de um programa de transformação económica e social, numa perspectiva socialista, ecologista, feminista e antirracista. Este programa terá no seu centro a



reconstrução de direitos do trabalho e da contratação coletiva, combatendo a precariedade, promovendo o pleno emprego, colocando a inovação e tecnologia ao serviço do aumento do emprego e dos salários, com diminuição da penosidade do trabalho e do horário do trabalho, concretizando as 35 horas no privado. Proporará a reestruturação da dívida pública e a nacionalização dos setores estratégicos, como elementos centrais de recuperação da soberania económica, e uma revolução fiscal que financie um Estado Social com respostas universais. Pensará regionalização e descentralização, invertendo o despovoamento do interior, valorizando os territórios de baixa densidade, combatendo as assimetrias, investindo em redes de serviço público e apoio social capazes de responderem a toda a população. Incluirá a modernização e capacitação da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça, da Cultura e da Ciência e a concretização do direito à Habitação. Desenvolverá estratégias para a reconversão energética, transportes e ordenamento, soberania alimentar, o desenvolvimento agrícola sustentável, proteção da floresta, costa, solos e águas, proteção dos ecossistemas, do Espaço Marítimo, da biodiversidade e o combate às alterações climáticas. O Bloco reforça o seu compromisso programático com o bem-estar animal, recusando a atribuição de apoios públicos a espetáculos que inflijam sofrimento a animais ou políticas promotoras do negócio de exportação de animais vivos para fora da UE. Exigirá mais transparência e combate à corrupção, incluindo a separação entre público e privado e o fim das PPP. Proporará uma democracia sólida, combatendo o conservadorismo, o racismo, a violência de género e todas as desigualdades e formas de exclusão, promovendo o acolhimento de imigrantes e a inclusão das pessoas com diversidade funcional.

Em 2019, o Bloco quer ser força de governo, com uma nova relação de forças. Um governo de esquerda dá uma garantia ao povo: defende o salário, a pensão e o emprego. Não aceita recuos, nem a precarização do trabalho nem a redução do salário e da pensão. Esse governo fará o que o PS recusou fazer, partindo do ponto em que o PS travou, sem tibiezas: relançar a saúde e escola públicas e a dignidade do trabalho, combater o rentismo e recuperar a propriedade de bens estratégicos na economia e no ambiente. Em simultâneo, abrir um processo de alteração dos tratados europeus para a redefinição da política económica e da dívida. Sem essa redefinição, não há espaço para políticas de esquerda.

O Bloco tem hoje aderentes e iniciativa em mais concelhos do país e é reconhecido em todo o território como interlocutor em políticas nacionais, regionais e locais. Os aderentes do Bloco serão chamados a debater e a pronunciarem-se em referendo interno sobre propostas de acordos com outras forças políticas que eventualmente venham a surgir na sequência dos resultados das eleições legislativas.

13. NAS ELEIÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA, A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVA À ESQUERDA DEPENDE DO REFORÇO DO BLOCO DE ESQUERDA.

A Madeira permanece uma das regiões mais desiguais e com maiores índices de pobreza do país. O governo regional, incapaz de responder à crise social e económica da região, esconde-se na estafada responsabilização do governo da República para esconder a sua inação e subserviência aos interesses económicos instalados na região.

O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. O PS decidiu candidatar Paulo Cafôfo, que ganhou a Câmara Municipal do Funchal numa coligação em que o Bloco participa desde a primeira hora. A escolha do PS-Madeira passa por uma candidatura estritamente partidária e cujo programa se alinha com os interesses económicos dominantes na Madeira, sendo coordenado pelo administrador de um importante grupo privado da região. Um governo do PS, a sós ou com o CDS, estaria limitado a uma alternância incapaz de romper com os setores rentistas e a promiscuidade entre público e privado que marcam o atraso da região.

Só o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira. O Bloco apresenta-se às eleições regionais da Madeira com um programa centrado no combate à corrupção e ao rentismo e nas respostas sociais e económicas urgentes para o combate à pobreza e à precariedade.



14. NOS AÇORES, O BLOCO DE ESQUERDA É A OPOSIÇÃO QUE NÃO CEDE À PREDACÃO DOS INTERESSES INTERNACIONAIS NEM DESISTE DO DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO.

É necessário transformar a posição geoestratégica dos Açores numa valência económica, combatendo a lógica militarista ao serviço do imperialismo norte-americano. A gestão dos solos e fundos marítimos da atual ZEE e futura plataforma continental adjacente aos Açores deve ser responsabilidade dos órgãos de governo regionais, com o apoio de um centro de investigação para as ciências do mar a constituir.

15. A REPRESENTAÇÃO AUTÁRQUICA DO BLOCO, TENDO PROGREDIDO, É AINDA REDUZIDA. ARTICULAR A INTERVENÇÃO LOCAL E NACIONAL É UMA PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO.

Em Lisboa, o crescimento do Bloco impediu a maioria absoluta do PS e forçou um acordo de governação autárquica com ganhos à esquerda. A gratuidade dos manuais escolares em todos os ciclos e a lançamento das salas de consumo assistido são produto desse acordo. Nos próximos meses, esse acordo será testado em questões centrais como os transportes públicos e a habitação.

O enraizamento do Bloco exige um trabalho local que não se esgota na representação autárquica e disputa espaços de interlocução popular. Hoje, com representação em localidades onde a sua organização só agora se inicia, o apoio a este trabalho é essencial. Para promover a articulação da intervenção local e autárquica, cria-se um grupo de organização autárquica, dotado dos meios necessários a este apoio.

16. NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO, O OBJETIVO É PROMOVER A INTERVENÇÃO POLÍTICA DAS E DOS ADERENTES EM ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

A experiência dos encontros locais, nacionais e internacionais reforçou o Bloco. Militantes e independentes envolveram-se nos debates e na construção da agenda. Foi assim em temas como o trabalho, a floresta, o ambientes, a deficiência, a saúde, os direitos LGBTI+, a educação, a causa animal e também a solidariedade internacionalista. A Mesa Nacional e as organizações distritais e concelhias devem promover espaços de encontro e debate que aprofundem essa experiência e a estendam a novas áreas e formas de intervenção.

O Bloco deve criar condições para participação de toda a sua militância, aumentando os espaços de debate e formação, também a nível local, e promovendo práticas feministas, antirracistas e de inclusão da diversidade funcional.

17. A ESTAGNAÇÃO OU A PERDA DE SINDICALIZAÇÃO TEM SIDO UM PROCESSO LONGO. A RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL É O DESAFIO ESSENCIAL PARA A ESQUERDA SOCIAL.

O Bloco de Esquerda considera como uma das suas intervenções estratégicas, a sua ligação aos movimentos laborais. Temos vindo a intervir em defesa dos trabalhadores e das populações nas lutas da PT/Altice, CTT, EDP, nas Minas da SOMINCOR, EFACEC, EMEF, CP, dos trabalhadores das pedreiras e por turnos, dos professores e da administração Pública, dos precários do Estado, e nas empresas de trabalho temporário, e muitos outros.

O Bloco deve criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho e apoiar as e os ativistas laborais. Esse trabalho passa pela criação de núcleos e de uma corrente sindical ampla onde os aderentes do Bloco participem, pela formação e pela promoção da sindicalização, apoio à intervenção sindical no local de trabalho e à criação de Comissões de Trabalhadores, bem como pela defesa de mecanismos da participação democrática nos sindicatos e na CGTP e garantia de independência das organizações representativas de trabalhadores.



PROPONENTES:

Catarina Martins, Porto - Porto, 8425
 Pedro Filipe Soares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2861
 Marisa Matias, Coimbra - Coimbra, 3764

SUBSCRITORES:

Abel Carvalho, Porto - Gondomar, 11700
 Abel Sousa, Porto - Póvoa do Varzim, 11735
 Abílio Barbosa, Europa - Suíça, 11131
 Ada Silva, Porto - Porto, 9785
 Adelaide Corte, Porto - Vila Nova de Gaia, 11836
 Adelaide Oliveira, Porto - Porto, 4854
 Adelina Silva, Aveiro - Aveiro, 12587
 Adelino Candeias, Portalegre - Portalegre, 11219
 Adelino Costa, Porto - Porto, 336
 Adelino Fortunato, Setúbal - Sesimbra, 8790
 Adelino Granja, Leiria - Alcobaça, 4507
 Adelino Pereira, Europa - França, 13625
 Adriana Afonso, Lisboa - Lisboa, 13068
 Adriana Ferreira, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12614
 Adriana Lopera, Lisboa - Lisboa, 2447
 Adriana Melo, Porto - Porto, 11192
 Adriano Campos, Porto - Porto, 3120
 Adriano Sousa, Porto - Valongo, 9821
 Afonso Moreira, Lisboa - Lisboa, 10022
 Agna Serra, Coimbra - Lousã, 12339
 Agostinha Castro, Madeira - Funchal, 4384
 Agostinho Soares, Lisboa - Lisboa, 10555
 Albano Rodrigues, Porto - Porto, 12403
 Albano Santos, Viseu - Resende, 13778
 Alberta Costa, Lisboa - Torres Vedras, 10642
 Alberto Matos, Beja - Serpa, 1542
 Alberto Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4266
 Alberto Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 197
 Albino Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9979
 Alcindo Norte, Faro - Olhão, 8378
 Alda Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 654
 Alexandra Cunha, Aveiro - Aveiro, 13588
 Alexandra Manes, Açores - Terceira, 8765
 Alexandra Vieira, Braga - Braga, 12281
 Alexandre Carneiro, Braga - Braga, 8548
 Alexandre Correia, Setúbal - Almada, 13587
 Alexandre Fernandes, Lisboa - Torres Vedras, 12005
 Alexandre Leao, Coimbra - Coimbra, 5399
 Alexandre Mano, Braga - Braga, 8111
 Alfredo Martinho, Lisboa - Lisboa, 7892
 Almerinda Bento, Setúbal - Seixal, 529

Álvaro Faria, Aveiro - Ovar, 11857
 Alvaro Martins, Braga - Vila Verde, 13633
 Álvaro Monteiro, Beja - Beja, 9396
 Amadeu Fernandes, Braga - Amares, 7615
 Amândio Barbosa, Porto - Porto, 12334
 Amândio Vila Real, Braga - Vizela, 9477
 Amarílis Felizes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9877
 Américo Resende, Aveiro - Ovar, 13252
 Ana Álvaro, Faro - Lagos, 3703
 Ana Bárbara Pedrosa, Braga - Vizela, 6447
 Ana Bela Paixão, Santarém - Torres Novas, 4920
 Ana Campos, Lisboa - Lisboa, 650
 Ana Cardoso, Aveiro - Ílhavo, 11810
 Ana Carolina Gomes, Viseu - Viseu, 12011
 Ana Carvalho, Setúbal - Almada, 12471
 Ana Carvalho, Porto - Matosinhos, 11823
 Ana Castro, Porto - Porto, 12028
 Ana Castro, Lisboa - Lisboa, 9480
 Ana Costa, Santarém - Torres Novas, 12176
 Ana Cristina Santos, Braga - Barcelos, 5767
 Ana Eleuterio, Santarém - Santarém, 13293
 Ana Feijão, Lisboa - Lisboa, 5271
 Ana Ferreira, Évora - Évora, 13037
 Ana Ferreira, Beja - Almodôvar, 8313
 Ana Filipa Castro, Aveiro - Aveiro, 10885
 Ana Filipa Costa, Braga - Braga, 13827
 Ana Freitas, Lisboa - Mafra, 13732
 Ana Gonçalves, Europa - Bélgica, 5602
 Ana Isabel Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12653
 Ana Isabel Silva, Porto - Santo Tirso, 13601
 Ana Loureiro, Beja - Odemira, 8792
 Ana Luzia Cruz, Aveiro - Anadia, 9084
 Ana Margarida Esteves, Lisboa - Lisboa, 12795
 Ana Maria Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9636
 Ana Maria Silva, Porto - Porto, 5612
 Ana Maria Vinagre, Portalegre - Ponte de Sor, 9662
 Ana Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13910
 Ana Massas, Setúbal - Almada, 843
 Ana Mendonça, Santarém - Torres Novas, 1953
 Ana Mingatos, Aveiro - Aveiro, 13833
 Ana Moraes, Coimbra - Coimbra, 9589
 Ana Patrícia Ribeiro, Porto - Lousada, 13187
 Ana Paula Almeida da Costa, Beja - Beja, 7290
 Ana Paula Canotilho, Porto - Porto, 3310
 Ana Ramos, Madeira - Santa Cruz, 13495
 Ana Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 13118
 Ana Rute Marcelino, Braga - Vila Nova de Famalicão, 3718
 Ana Santos, Setúbal - Almada, 4452
 Anabela Lúcio, Portalegre - Campo Maior, 10463



- Anabela Mangas, Setúbal - Almada, 4993
Anabela Pires, Aveiro - Ovar, 13375
Anabela Silva, Setúbal - Almada, 11518
André Beja, Lisboa - Sintra, 1128
André Carvalho, Vila Real - Vila Real, 13826
André Julião, Lisboa - Loures, 10632
André Soares, Lisboa - Lisboa, 4855
Andrea Peniche, Porto - Porto, 193
Andreia Fonseca, Aveiro - Aveiro, 11525
Andreia Gomes, Braga - Braga, 5732
Andreia Guimarães, Braga - Guimarães, 13616
Andreia Portugal, Leiria - Batalha, 11267
Andreia Quartau, Lisboa - Lisboa, 11049
Ângelo Costa, Aveiro - Aveiro, 13278
Aniceto Correia, Setúbal - Seixal, 968
Antero Augusto dos Santos, Braga - Barcelos, 5773
António Abreu, Leiria - Peniche, 3503
António Alberto Neto, Aveiro - Aveiro, 6630
Antonio Andrade, Aveiro - Espinho, 10354
António Baião Costa, Lisboa - Loures, 293
António Campos, Leiria - Leiria, 280
António Chora, Setúbal - Moita, 563
António Cordeiro, Setúbal - Seixal, 1393
António Cruz, Aveiro - Anadia, 9083
António Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 1489
António Freitas, Porto - Maia, 10320
António Frutuoso, Setúbal - Almada, 5201
António Godinho, Santarém - Tomar, 1323
António Gomes, Santarém - Torres Novas, 1353
António Guedes, Porto - Vila Nova de Gaia, 12485
António Guerreiro, Beja - Almodôvar, 2150
António Jorge Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13835
António Lage, Lisboa - Lisboa, 2253
Antonio Leonel Filipe, Leiria - Marinha Grande, 11769
António Lima, Braga - Braga, 1303
António Lima, Açores - São Miguel, 9362
António Luz, Porto - Porto, 342
Antonio Malias, Portalegre - Sousel, 13678
Antonio Marinho da Silva, Coimbra - Coimbra, 1660
António Martins, Porto - Maia, 2572
António Maurício, Lisboa - Lisboa, 9683
António Maximiano, Leiria - Alcobaça, 2535
António Mendes, Braga - Braga, 1301
António Moniz, Leiria - Peniche, 264
António Monteiro, Aveiro - Aveiro, 12586
António Neto, Porto - Maia, 10321
António Pereira, Faro - Lagos, 13221
António Pereira, Faro - Olhão, 512
António Pereira, Portalegre - Campo Maior, 1959
António Proença Churro, Setúbal - Sesimbra, 3539
António Ramoa Lima, Braga - Braga, 12120
António Ricardo, Portalegre - Ponte de Sor, 209
António Rodrigues, Faro - Lagoa, 13200
António Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9427
António Santos, Setúbal - Seixal, 1392
António Silva, Coimbra - Coimbra, 1165
António Silva, Braga - Braga, 1762
António Simões, Porto - Amarante, 1476
António Teixeira, Setúbal - Seixal, 1390
António Teixeira, Porto - Penafiel, 326
António Torres, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8606
Arlindo Manuel Silva, Aveiro - Águeda, 11854
Armanda Silva, Faro - Lagoa, 12955
Armando Cardoso, Lisboa - Cascais, 7535
Armando Santos, Leiria - Castanheira de Pêra, 11657
Armindo Monteiro, Porto - Valongo, 5051
Armindo Silveira, Santarém - Abrantes, 10694
Arnaldo Sarroeira, Leiria - Caldas da Rainha, 269
Artur Calado, Portalegre - Portalegre, 8084
Artur Carvalho, Porto - Vila Nova de Gaia, 4459
Artur Faria, Porto - Vila Nova de Gaia, 4858
Artur Ramos, Porto - Gondomar, 6295
Ascensão Pereira, Santarém - Torres Novas, 13785
Augusto Gonçalves, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12850
Augusto Simões, Coimbra - Lousã, 2844
Avelina Ferreira, Açores - São Miguel, 12308
Baltasar Duarte, Porto - Porto, 5078
Baltazar Tافل, Santarém - Torres Novas, 8442
Bárbara Soares, Lisboa - Lisboa, 630
Beatriz Arnedo, Porto - Porto, 11828
Beatriz Farelo, Lisboa - Lisboa, 12474
Beatriz Simões, Porto - Porto, 13034
Belandina Vaz, Lisboa - Mafra, 5454
Belmira Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4559
Benjamim Gomes, Portalegre - Campo Maior, 10467
Benjamim Vilela, Porto - Porto, 8259
Bernardino Guia, Faro - Silves, 2383
Bernardo Garcia, Coimbra - Coimbra, 13766
Berta Alves, Lisboa - Cascais, 666
Bianca de Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12256
Bruno Cabral, Lisboa - Lisboa, 297
Bruno Góis, Lisboa - Amadora, 4521
Bruno Lourinho, Faro - Portimão, 7673
Bruno Maia, Lisboa - Lisboa, 2774
Bruno Martins, Braga - Fafe, 13663
Bruno Martins, Évora - Évora, 4645
Bruno Miguel Leite, Porto - Gondomar, 10410
Bruno Morais, Aveiro - Ovar, 11855



Bruno Oliveira, Aveiro - Mealhada, 11335
 Bruno Pacheco, Porto - Gondomar, 9323
 Camilo Ferreira, Braga - Braga, 12119
 Carla Almeida, Porto - Vila Nova de Gaia, 14020
 Carla Garcia, Açores - Terceira, 12892
 Carla Jorge, Leiria - Caldas da Rainha, 12904
 Carla Lopes, Porto - Porto, 13656
 Carla Marques, Coimbra - Figueira da Foz, 9130
 Carla Pereira, Leiria - Leiria, 12940
 Carla Prates Alcaravela, Portalegre - Ponte de Sor, 10536
 Carla Silva, Porto - Matosinhos, 12455
 Carla Silva, Porto - Marco de Canaveses, 10669
 Carla Sousa, Porto - Valongo, 12170
 Carla Travessa, Lisboa - Loures, 13132
 Carla Vilela, Porto - Matosinhos, 5692
 Carlos Borges Sousa, Lisboa - Lisboa, 3943
 Carlos Caldeira, Coimbra - Coimbra, 4757
 Carlos Couto, Viseu - Viseu, 3141
 Carlos Cunha, Setúbal - Seixal, 11709
 Carlos Cunha Cruz, Porto - Lousada, 13168
 Carlos dos Santos, Portalegre - Portalegre, 11218
 Carlos Faria, Madeira - Funchal, 3577
 Carlos Freitas, Braga - Barcelos, 13464
 Carlos Gomes, Vila Real - Vila Real, 12834
 Carlos Gonçalves, Leiria - Pombal, 13395
 Carlos Gonçalves, Lisboa - Loures, 9661
 Carlos Guinote, Setúbal - Palmela, 575
 Carlos Honório, Coimbra - Lousã, 10430
 Carlos Lázaro, Setúbal - Seixal, 533
 Carlos Liberal, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8699
 Carlos Matias, Santarém - Entroncamento, 1355
 Carlos Miguel Fernandes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6697
 Carlos Oliveira, Açores - Santa Maria, 13067
 Carlos Oliveira, Setúbal - Palmela, 9199
 Carlos Pais, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2628
 Carlos Patrão, Lisboa - Vila Franca de Xira, 1052
 Carlos Pereira, Madeira - Funchal, 3566
 Carlos Santos, Coimbra - Lousã, 6386
 Carlos Santos, Lisboa - Lisboa, 236
 Carlos Solposto, Lisboa - Lisboa, 302
 Carlos Teles, Braga - Braga, 928
 Carlos Valente, Beja - Serpa, 10705
 Carlos Veiros, Aveiro - Ovar, 698
 Carmen Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 13025
 Carmen Trindade, Lisboa - Loures, 11716
 Carmo Bica, Lisboa - Lisboa, 2784
 Carmo Marques, Aveiro - Aveiro, 3655
 Carolina Ferreira, Viseu - Lamego, 13055
 Casimiro de Oliveira, Porto - Porto, 9999
 Catarina Agreira, Coimbra - Coimbra, 12533
 Catarina Alves, Porto - Matosinhos, 11441
 Catarina Martins, Coimbra - Coimbra, 2822
 Catarina Oliveira, Lisboa - Lisboa, 6764
 Catarina Silva, Madeira - Funchal, 13493
 Cátia Nóvoa, Porto - Porto, 4862
 Cátia Rato, Portalegre - Portalegre, 12172
 Cecília Honório, Lisboa - Cascais, 446
 Celeste Santos, Faro - Vila Real de Santo António, 10577
 Celestina Sousa, Setúbal - Seixal, 10923
 Célia Cavalheiro, Leiria - Pombal, 13394
 Celina Santos, Lisboa - Sintra, 3285
 Celme Tavaes, Aveiro - Aveiro, 6666
 César Silva, Porto - Amarante, 1473
 César Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11666
 Céu Fazenda, Lisboa - Lisboa, 434
 Cidália Ramos, Aveiro - São João da Madeira, 6066
 Cipriano Pisco, Setúbal - Montijo, 799
 Clara Romana Ferreira, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11261
 Cláudia Braga, Porto - Vila Nova de Gaia, 13165
 Cláudia Lamy, Setúbal - Seixal, 11720
 Cláudia Valente, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12813
 Cláudio Torres, Beja - Mértola, 2993
 Conceição Duarte, Coimbra - Coimbra, 4812
 Conceição Nogueira, Porto - Porto, 941
 Conceição Peralta, Lisboa - Lisboa, 6440
 Conceição Pereira, Madeira - Funchal, 2949
 Conceição Sereno, Porto - Gondomar, 11822
 Constança Portela, Porto - Porto, 11555
 Corália Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 13695
 Cristian Georgescu, Porto - Porto, 11632
 Cristina Andrade, Lisboa - Lisboa, 5074
 Cristina Guedes, Castelo Branco - Cova da Beira, 7962
 Cristina Herculano, Setúbal - Almada, 10937
 Cristina Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12441
 Cristina Semblano, Europa - França, 2809
 Custódio Alexandre Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 12589
 Daniel Acácio, Porto - Vila Nova de Gaia, 10125
 Daniel Baptista, Lisboa - Lisboa, 9791
 Daniel Bernardino, Setúbal - Barreiro, 5151
 Daniel Carapau, Lisboa - Lisboa, 2311
 Daniel Castro Silva, Aveiro - São João da Madeira, 10838
 Daniel Claro, Lisboa - Azambuja, 1336
 Daniel Silva, Coimbra - Coimbra, 10837
 Daniela Gomes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9686
 Daniela Paour, Leiria - Marinha Grande, 13356
 Daniela Rosa, Leiria - Marinha Grande, 13475
 David Argel, Beja - Beja, 1424



- David Berrueco, Faro - Olhão, 10617
David Bizarro, Portalegre - Nisa, 7703
David Machado, Lisboa - Odivelas, 10046
David Pereira, Setúbal - Barreiro, 12627
David Sher, Lisboa - Lisboa, 12002
David Vargas, Madeira - Santa Cruz, 6172
Delfina Vieira, Porto - Gondomar, 4864
Deolinda Martin, Lisboa - Amadora, 3942
Diana Azóia, Leiria - Leiria, 13972
Diana Pereira, Lisboa - Lisboa, 12573
Diana Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13909
Diego Garcia, Viseu - Carregal do Sal, 11602
Dilan Granjo, Aveiro - Aveiro, 11334
Dina de Sá, Santarém - Torres Novas, 13790
Dina Nunes, Lisboa - Lisboa, 692
Diogo Anastácio de Sousa, Madeira - Funchal, 11767
Diogo Barbosa, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 5265
Diogo Mendes, Setúbal - Setúbal, 12249
Domingos Novais, Porto - Gondomar, 4016
Dora Filipa Matos, Porto - Porto, 11633
Duarte Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10351
Durval Soares, Setúbal - Seixal, 1384
Edgar Gonçalves, Porto - Lousada, 13577
Edgar Sousa, Setúbal - Seixal, 10950
Edite Leal, Setúbal - Setúbal, 13567
Eduardo Antunes, Aveiro - Aveiro, 11907
Eduardo Couto, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13387
Eduardo Magalhães, Porto - Lousada, 12163
Eduardo Marques, Viseu - Lamego, 6446
Elisa Antunes, Porto - Amarante, 3812
Elisabete Carvalho, Porto - Porto, 12396
Elisabete Lopes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10576
Elísio Silva, Aveiro - Espinho, 1711
Elsa Santos, Coimbra - Coimbra, 5398
Elsa Silva, Porto - Porto, 11023
Elvira Silva, Faro - Portimão, 12448
Ernesto Costa, Coimbra - Coimbra, 2821
Ernesto Magalhães, Porto - Matosinhos, 4060
Esmeralda Mateus, Porto - Porto, 1252
Esmeralda Melo, Aveiro - Aveiro, 10881
Eulália Bendito, Açores - Terceira, 386
Eunice Sequeira, Faro - Faro, 13049
Eva Braga, Aveiro - São João da Madeira, 105
Eva Coelho, Porto - Penafiel, 10108
Eva Cosme, Porto - Lousada, 13578
Ezequiel Ferreira, Setúbal - Setúbal, 670
Fabian Figueiredo, Lisboa - Loures, 5232
Fábio Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13838
Fábio André Capinha, Porto - Gondomar, 11695
Fábio Salgado, Lisboa - Lisboa, 4510
Fabrice Schurmans, Coimbra - Coimbra, 5105
Fatima Barata, Setúbal - Seixal, 754
Fátima Gomes, Madeira - Funchal, 13112
Fátima Ramos, Aveiro - Mealhada, 13283
Fatima Teixeira, Beja - Odemira, 13626
Feliciano Mota, Setúbal - Sesimbra, 4612
Fernanda Pinto, Beja - Odemira, 13365
Fernanda Salgado, Porto - Porto, 12333
Fernando Almeida, Setúbal - Almada, 11924
Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 7105
Fernando Figueira, Lisboa - Sintra, 1106
Fernando João, Lisboa - Lisboa, 1448
Fernando Lacerda, Porto - Vila Nova de Gaia, 356
Fernando Macedo, Porto - Vila Nova de Gaia, 9148
Fernando Neves, Lisboa - Sintra, 3082
Fernando Pinho, Setúbal - Setúbal, 842
Fernando Rosas, Setúbal - Setúbal, 657
Fernando Santos, Braga - Guimarães, 4555
Fernando Sarmiento, Bragança - Mirandela, 8574
Filipa Almeida, Vila Real - Vila Real, 13759
Filipa Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 3541
Filipa Lopes, Setúbal - Barreiro, 12626
Filipa Rebelo, Faro - Lagoa, 10993
Filipa Vieira, Aveiro - Aveiro, 13022
Filipe Lopes, Setúbal - Barreiro, 12623
Filipe Meireles, Porto - Lousada, 13170
Filipe Oliveira, Porto - Vila Nova de Gaia, 8983
Filipe Santos, Beja - Almodôvar, 8312
Filipe Serra, Coimbra - Lousã, 12604
Firmino Amendoeira, Lisboa - Azambuja, 5475
Flora Silva, Lisboa - Sintra, 2754
Francisca Jardim, Madeira - Santa Cruz, 13114
Francisco Alves, Setúbal - Barreiro, 1107
Francisco Colaço, Santarém - Cartaxo, 390
Francisco Cordeiro, Santarém - Santarém, 7658
Francisco Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 2499
Francisco Filipe, Portalegre - Ponte de Sor, 10494
Francisco José, Porto - Maia, 4052
Francisco Louçã, Lisboa - Lisboa, 1684
Francisco Marques Vidal, Aveiro - Águeda, 13372
Francisco Matos, Leiria - Caldas da Rainha, 10621
Francisco Moraes, Setúbal - Seixal, 9122
Francisco Morato, Lisboa - Oeiras, 13769
Francisco Oliveira, Coimbra - Coimbra, 3987
Francisco Pascoal, Santarém - Rio Maior, 12538
Francisco Silva, Setúbal - Seixal, 11108
Francisco Tomás, Setúbal - Seixal, 755
Frédéric Bogaerts, Viseu - Carregal do Sal, 13004



- Gil Fesch, Porto - Porto, 11614
 Gil Gonçalves, Bragança - Bragança, 10946
 Gilberto Nifrário, Setúbal - Sesimbra, 4301
 Gina Mateus, Beja - Beja, 8781
 Gisela Martins, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8593
 Goncalo Belo Loureiro, Lisboa - Mafra, 13468
 Gonçalo Cabral Ferreira, Porto - Matosinhos, 8568
 Gonçalo Ferrão, Lisboa - Torres Vedras, 9656
 Gonçalo Gonçalves, Aveiro - Aveiro, 10004
 Gonçalo Pato, Aveiro - Aveiro, 13591
 Gonçalo Pessa, Leiria - Pombal, 8545
 Graça Lucena, Porto - Porto, 6586
 Graciano Leitão, Évora - Évora, 13817
 Gualter Costa, Porto - Trofa, 8988
 Guida Ascensão, Beja - Serpa, 795
 Guida Parra, Santarém - Torres Novas, 13804
 Guilherme Amaro, Aveiro - Aveiro, 11875
 Guilherme Monteiro, Guarda - Guarda, 13770
 Guilherme Parreira, Açores - Terceira, 12792
 Gustavo Behr, Lisboa - Lisboa, 4574
 Haldane Amaro, Setúbal - Seixal, 9123
 Heitor Carvalho da Silva, Aveiro - São João da Madeira, 2556
 Heitor de Sousa, Leiria - Leiria, 664
 Heitor Nereu, Santarém - Torres Novas, 10540
 Helder Fileno, Porto - Vila Nova de Gaia, 13452
 Helder Mota, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11281
 Helena Amaral, Lisboa - Lisboa, 611
 Helena Dias Loureiro, Coimbra - Coimbra, 9426
 Helena Martins, Porto - Santo Tirso, 13600
 Helena Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 4557
 Helena Órfão, Braga - Braga, 924
 Helena Pinto, Santarém - Torres Novas, 659
 Helga Calçada, Porto - Porto, 12776
 Henrique Leal, Santarém - Entroncamento, 1350
 Henrique Soares, Lisboa - Lisboa, 12731
 Hermógenes Ribeiro, Évora - Évora, 9332
 Hernâni Carmo, Lisboa - Lisboa, 12344
 Hernâni Pereira, Lisboa - Lisboa, 4079
 Hilário Martins, Braga - Vieira do Minho, 2703
 Homero Parente, Santarém - Torres Novas, 4981
 Honório Marques, Faro - Faro, 11475
 Hugo Arsénio Pereira, Setúbal - Seixal, 12086
 Hugo Cunha, Aveiro - Aveiro, 13733
 Hugo Evangelista, Lisboa - Lisboa, 3424
 Hugo Lemos, Setúbal - Almada, 10920
 Hugo Monteiro, Porto - Porto, 10717
 Hugo Parreira, Lisboa - Lisboa, 11143
 Hugo Raimundo, Lisboa - Amadora, 12032
 Hugo Sampaio, Braga - Vila Nova de Famalicão, 10470
 Hugo Seixas, Aveiro - São João da Madeira, 12358
 Hugo Silva, Porto - Amarante, 1471
 Hugo Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4686
 Hugo Xavier, Setúbal - Almada, 12727
 Humberto Andrade, Lisboa - Lisboa, 1034
 Humberto Silveira, Lisboa - Lisboa, 4094
 Idalécio Soares, Faro - Olhão, 9563
 Igor Gago, Faro - Olhão, 13748
 Inês Costa, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12515
 Inês Monteiro, Beja - Beja, 9792
 Inês Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13240
 Inês Ribeiro, Lisboa - Cascais, 9412
 Inês Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13913
 Inês Tavares, Lisboa - Lisboa, 9721
 Irina Pampim, Lisboa - Amadora, 8869
 Isabel Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13720
 Isabel Pires, Lisboa - Lisboa, 6734
 Isaque Palmas, Porto - Porto, 6990
 Isidro Soares, Porto - Porto, 358
 Ismael Varandas, Aveiro - Ovar, 9725
 Ivete Estevão, Faro - Olhão, 8874
 Ivo Barros, Porto - Penafiel, 9043
 Ivo Conceição, Faro - Olhão, 13621
 Izaura Solipa, Santarém - Benavente, 11048
 J.Luís Pissarro, Lisboa - Cascais, 1053
 Jacqueline Marques, Aveiro - Estarreja, 12377
 Jaime Mestre, Setúbal - Palmela, 831
 Jaime Pinho, Setúbal - Setúbal, 671
 Jaime Santiago, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11262
 Jaime Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12153
 Jerónimo Dias, Aveiro - Aveiro, 10561
 Jéssica Costa Tavares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12649
 Joana Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8947
 Joana Filipe, Leiria - Caldas da Rainha, 11938
 Joana Filipe, Lisboa - Lisboa, 9906
 Joana Grilo, Lisboa - Lisboa, 5360
 Joana Louçã, Lisboa - Lisboa, 1374
 Joana Marques, Aveiro - Aveiro, 13388
 Joana Mortágua, Setúbal - Almada, 3772
 Joana Pires, Lisboa - Lisboa, 11465
 Joana Ramos, Porto - Gondomar, 12214
 Joana Resende, Porto - Valongo, 13089
 Joana Ricarte, Coimbra - Coimbra, 11472
 Joana Saraiva, Leiria - Marinha Grande, 2883
 João Afonso, Setúbal - Santiago do Cacém, 519
 João Almeida, Aveiro - Ovar, 699
 João Bárbara, Faro - Portimão, 13605



João Bau, Lisboa - Lisboa, 4658
João Brandão, Aveiro - Aveiro, 11878
João Camargo, Lisboa - Lisboa, 9236
João Carlos Coelho, Aveiro - Aveiro, 11915
João Carvalho, Lisboa - Lisboa, 4236
João Carvalho, Porto - Amarante, 10875
João Carvão, Setúbal - Seixal, 1385
João Cordeiro, Porto - Porto, 5622
João Curvêlo, Lisboa - Odivelas, 5267
João Daniel Martins, Braga - Vizela, 9597
João Faria, Portalegre - Campo Maior, 7704
João Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 7782
João Ferro, Évora - Estremoz, 1280
João Figueira, Aveiro - Aveiro, 10182
João Gomes, Lisboa - Lisboa, 11341
João Gomes, Braga - Vizela, 9617
João Guerreiro, Braga - Braga, 13146
João Madeira, Aveiro - Aveiro, 12648
João Maria Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10352
João Marques, Leiria - Marinha Grande, 11656
João Marques, Lisboa - Odivelas, 8353
João Martins, Aveiro - Aveiro, 10037
João Matos, Setúbal - Almada, 8784
João Meneses Costa, Madeira - Funchal, 3802
João Mineiro, Lisboa - Lisboa, 6566
João Moniz, Aveiro - Aveiro, 11411
João Negrão, Braga - Barcelos, 1885
João Neves, Lisboa - Lisboa, 11405
João Nóbrega, Setúbal - Sesimbra, 13330
João Oliveira, Braga - Vieira do Minho, 917
João Oliveira, Faro - Loulé, 13340
João Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13241
João Pedro Martins, Porto - Vila Nova de Gaia, 12136
João Pedro Silva, Porto - Gondomar, 7994
João Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 2020
João Pinho, Lisboa - Lisboa, 2343
João Rodrigues, Lisboa - Torres Vedras, 866
João Rodrigues, Braga - Braga, 12930
João Santos, Aveiro - Ovar, 10253
João Semedo, Porto - Porto, 4638
João Silva, Lisboa - Sintra, 2747
João Silva, Setúbal - Almada, 12717
João Silva, Setúbal - Seixal, 4110
João Teixeira, Faro - Lagoa, 9453
João Teixeira Lopes, Porto - Porto, 2168
João Vale, Porto - Porto, 6877
João Varela, Portalegre - Portalegre, 11072
João Vasconcelos, Faro - Portimão, 1508
João Vendas, Évora - Estremoz, 6331
Joaquim Calado, Lisboa - Lisboa, 11035
Joaquim Dias, Aveiro - Santa Maria da Feira, 640
Joaquim Espírito Santo, Porto - Gondomar, 2627
Joaquim Gomes, Faro - Faro, 11968
Joaquim Lima, Porto - Matosinhos, 321
Joaquim Machado, Setúbal - Seixal, 1775
Joaquim Marques, Aveiro - Aveiro, 10216
Joaquim Matias, Açores - São Miguel, 2104
Joaquim Moreira, Porto - Gondomar, 320
Joaquim piló, Setúbal - Seixal, 2930
Joaquim Rodrigues, Portalegre - Campo Maior, 10663
Joaquim Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9420
Joaquim Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2609
Joaquina Guimarães, Braga - Guimarães, 9720
Joaquina Lourenço, Faro - Portimão, 9138
Joel Lopes, Setúbal - Almada, 2350
Joel Oliveira, Porto - Porto, 1238
Jóni Ledo, Bragança - Vila Flôr, 6718
Jony do Mar, Faro - Albufeira, 12790
Jorge Afonso, Aveiro - Aveiro, 102
Jorge Costa, Lisboa - Loures, 635
Jorge Lourenço, Porto - Porto, 1240
Jorge Magalhães, Porto - Porto, 4458
Jorge Manuel Ferreira Mendes, Lisboa - Oeiras, 6688
Jorge Martins, Coimbra - Coimbra, 11764
Jorge Paiva, Porto - Porto, 7182
Jorge Pereira, Porto - Matosinhos, 343
Jorge Pinto, Setúbal - Almada, 11452
Jorge Ramos, Faro - Lagoa, 8646
Jorge Ribeiro, Leiria - Nazaré, 12598
Jorge Santos, Porto - Matosinhos, 10796
Jorge Silva, Lisboa - Sintra, 1103
Jorge Silva, Porto - Porto, 9733
Jorge Silva, Setúbal - Seixal, 4147
Jorge Sousa, Porto - Matosinhos, 1239
Jorge Vilela, Braga - Braga, 9736
José Alberto Antunes, Santarém - Torres Novas, 13803
José Alberto Ferreira, Braga - Vieira do Minho, 13982
José Augusto Pinto, Porto - Gondomar, 6932
José Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13705
José Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13606
José Bastos, Lisboa - Lisboa, 5958
José Boavida, Lisboa - Lisboa, 604
José Cardeira, Leiria - Leiria, 413
José Carlos Cunha, Porto - Amarante, 1469
José Carlos Rodrigues, Braga - Vieira do Minho, 1307
José Carreira, Açores - São Miguel, 2758
José Casimiro, Lisboa - Lisboa, 660
José Cerveira, Aveiro - Mealhada, 13276



José Dias, Braga - Braga, 5726
 José Dias, Faro - Portimão, 1507
 José Ernesto Oliveira, Aveiro - Aveiro, 13065
 José Ferreira, Porto - Matosinhos, 2585
 José Ferreira, Leiria - Caldas da Rainha, 13782
 José Ferreira dos Santos, Porto - Matosinhos, 646
 José Figueiredo, Braga - Barcelos, 10823
 José Filipe Almeida Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4679
 José Franco, Lisboa - Loures, 5501
 José Gaspar, Portalegre - Portalegre, 11215
 José Gusmão, Lisboa - Lisboa, 3283
 José Jesus, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8112
 José João Machado, Évora - Évora, 10596
 José Lucas, Coimbra - Coimbra, 4808
 José Luís Castro, Aveiro - Aveiro, 13277
 José Luís Coimbra, Évora - Évora, 8350
 Jose Luis Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12171
 José Machado Castro, Porto - Porto, 333
 José Maia, Porto - Vila do Conde, 13703
 José Manuel Pureza, Coimbra - Coimbra, 406
 José Manuel Reis, Coimbra - Coimbra, 3691
 José Manuel Valente, Lisboa - Odivelas, 7289
 José Mário Cruz, Aveiro - Aveiro, 13285
 José Miranda, Porto - Porto, 5076
 José Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12856
 José Moura, Santarém - Salvaterra de Magos, 13320
 José Palhares Falcão, Lisboa - Odivelas, 653
 José Pedras, Braga - Braga, 10774
 José Peixoto, Leiria - Leiria, 414
 José Pinto, Aveiro - Espinho, 4176
 José Pinto, Braga - Braga, 915
 José Pinto, Évora - Évora, 10813
 José Pires, Lisboa - Loures, 10361
 José Porfírio, Faro - Portimão, 11588
 José Ribeiro, Aveiro - Estarreja, 12748
 José Ribero, Portalegre - Ponte de Sor, 13704
 José Rocha, Setúbal - Almada, 4994
 José Ruivo, Aveiro - Espinho, 13046
 José Salgueiro, Lisboa - Loures, 3218
 José Sande, Portalegre - Campo Maior, 13272
 José Santos, Porto - Gondomar, 11730
 José Santos, Setúbal - Setúbal, 13568
 José Soares, Portalegre - Campo Maior, 10357
 José Soeiro, Porto - Porto, 948
 José Timóteo, Leiria - Leiria, 12060
 Júlia Correia, Coimbra - Lousã, 4770
 Júlia Cruz, Porto - Porto, 5690
 Júlia Garraio, Coimbra - Coimbra, 5104
 Júlia Silva, Aveiro - Aveiro, 13832
 Juliana Camacho, Madeira - Câmara de Lobos, 13480
 Julieta Rocha, Setúbal - Almada, 1191
 Karim Quintino, Setúbal - Almada, 11774
 Kazi Uddin, Setúbal - Almada, 12488
 Kevin Tavares, Aveiro - Ílhavo, 8187
 Laura Dias, Braga - Braga, 5727
 Laura Diogo, Lisboa - Lisboa, 9191
 Leonel Castro, Braga - Fafe, 8322
 Leonel Pereira, Santarém - Torres Novas, 13787
 Leonor Costa, Lisboa - Lisboa, 5673
 Leonor Rosas, Lisboa - Lisboa, 13980
 Leopoldina Manteigas, Leiria - Peniche, 7378
 Lídia do Vale Costa, Porto - Porto, 1245
 Lígia Patrícia, Aveiro - São João da Madeira, 11788
 Liliana Resende, Aveiro - Ovar, 13370
 Lúcia Arruda, Açores - São Miguel, 3863
 Lúcia Cunha, Vila Real - Chaves, 13763
 Luís Branco, Lisboa - Lisboa, 239
 Luis Cabrita, Faro - Faro, 13594
 Luís Carlos Brum, Açores - São Miguel, 3864
 Luís Casinhas, Faro - Lagos, 10300
 Luís Castro, Lisboa - Cascais, 1713
 Luis Cortesão, Coimbra - Coimbra, 2981
 Luis Costa, Faro - Faro, 4022
 Luís Costa, Lisboa - Amadora, 8295
 Luís Fazenda, Lisboa - Lisboa, 1685
 Luís Filipe Caras Altas, Setúbal - Almada, 4012
 Luis Govern, Setúbal - Barreiro, 11707
 Luis Gomes, Santarém - Salvaterra de Magos, 1501
 Luís Grácio, Santarém - Entroncamento, 4320
 Luís Grilo, Aveiro - Águeda, 11860
 Luis Leiria, Lisboa - Lisboa, 993
 Luís Martins, Porto - Matosinhos, 7662
 Luis Monteiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 6793
 Luís Moreira, Lisboa - Lisboa, 11362
 Luís Mota, Portalegre - Ponte de Sor, 9061
 Luís Nascimento, Setúbal - Sesimbra, 10085
 Luís Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11222
 Luís Oliveira, Aveiro - Ílhavo, 7299
 Luís Pereira, Setúbal - Almada, 543
 Luís Pinto Cardoso, Açores - São Miguel, 11244
 Luís Queiroz, Porto - Marco de Canaveses, 12951
 Luís Ramos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11856
 Luís Sá, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4314
 Luís Salgado, Lisboa - Cascais, 9790
 Luís Santos, Braga - Barcelos, 1312
 Luís Santos, Porto - Valongo, 332
 Luís Silva, Porto - Matosinhos, 945



- Luís Silva, Santarém - Salvaterra de Magos, 11126
Luís Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4879
Luís Vale, Bragança - Vinhais, 3823
Luís Xavier, Porto - Matosinhos, 9565
Luísa Teixeira, Setúbal - Seixal, 750
Lurdes Gomes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9844
M. Araújo Jesus Pereira, Porto - Matosinhos, 167
Mafalda Escada, Lisboa - Lisboa, 10517
Mafalda Pedreira, Leiria - Caldas da Rainha, 10550
Mafalda Silva, Aveiro - Aveiro, 13806
Manuel Azenha Pereira, Leiria - Leiria, 7643
Manuel Brandão, Leiria - Caldas da Rainha, 13997
Manuel Canelas, Leiria - Alcobaça, 12958
Manuel Carlos Silva, Braga - Braga, 12121
Manuel Coelho, Viseu - Tarouca, 11659
Manuel Ferreira, Viseu - Carregal do Sal, 13003
Manuel Gago, Lisboa - Loures, 667
Manuel Grilo, Lisboa - Lisboa, 649
Manuel Magalhães, Leiria - Caldas da Rainha, 12520
Manuel Maneira, Lisboa - Sintra, 432
Manuel Mileu, Portalegre - Sousel, 13674
Manuel Perfeito, Porto - Gondomar, 317
Manuel Pimenta, Porto - Maia, 10509
Manuel Rocha, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6815
Manuel Rosado, Portalegre - Sousel, 13675
Manuel Sousa, Leiria - Óbidos, 13781
Manuela Goes, Faro - Lagos, 3437
Manuela Gonçalves, Braga - Braga, 12215
Manuela Pereira, Leiria - Leiria, 8203
Manuela Tavares, Setúbal - Almada, 845
Marcelino Nogueira, Porto - Gondomar, 7594
Márcia Santana, Setúbal - Setúbal, 12077
Marco Bastos, Porto - Felgueiras, 11517
Marco Domingues, Leiria - Marinha Grande, 13473
Marco Geração, Santarém - Entroncamento, 5580
Marco Gomes, Braga - Braga, 5728
Marco Marques, Lisboa - Lisboa, 5160
Marco Mendes, Porto - Lousada, 13186
Marco Mendonça, Bragança - Bragança, 122
Marco Pereira, Faro - Portimão, 9360
Marco Pinheiro, Aveiro - Aveiro, 11460
Marcolino Pereira, Madeira - Funchal, 13021
Margarida Godinho, Portalegre - Alter do Chão, 13343
Margarida Ribeiro, Porto - Porto, 373
Margarida Rolo, Braga - Cabeceiras de Basto, 11687
Margarida Vilela, Porto - Matosinhos, 5691
Maria Adélia Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12154
Maria Bastos, Aveiro - Aveiro, 11357
Maria Candeias, Setúbal - Almada, 12290
Maria Clara Cruz, Porto - Porto, 5689
Maria Cunha, Setúbal - Almada, 11078
Maria da Conceição Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 5877
Maria da Conceição Santos, Braga - Barcelos, 1309
Maria da Graça Marques Pinto, Viseu - Viseu, 2786
Maria de Fátima Silva, Braga - Braga, 5733
Maria do Céu Maia, Porto - Maia, 5533
Maria do Rosário Amaral, Setúbal - Setúbal, 9672
Maria Feliciano Coelho, Faro - Faro, 13595
Maria Fernandes, Lisboa - Odivelas, 11898
Maria Francisca Serrão, Setúbal - Barreiro, 12628
Maria Freire, Santarém - Salvaterra de Magos, 13314
Maria Frio, Portalegre - Ponte de Sor, 8066
Maria Gil, Porto - Lousada, 13092
Maria Gomes, Braga - Braga, 5730
Maria Helena Figueiredo, Évora - Évora, 10812
Maria Helena Figueiredo, Lisboa - Lisboa, 3736
Maria Isabel Gonçalves, Braga - Braga, 7609
Maria Isabel Martins, Braga - Barcelos, 2997
Maria Isabel Ribeiro, Aveiro - Mealhada, 13829
Maria Isabel Roque, Lisboa - Oeiras, 5042
Maria João Rodrigues, Porto - Vila Nova de Gaia, 4265
Maria João Silva, Portalegre - Campo Maior, 13773
Maria José Cravinho, Lisboa - Lisboa, 12572
Maria José Ganhão, Setúbal - Moita, 2222
Maria José Pinheiro, Portalegre - Portalegre, 11560
Maria José Vitorino, Lisboa - Vila Franca de Xira, 612
Maria Lacerda, Setúbal - Almada, 10915
Maria Lebreiro, Porto - Gondomar, 11484
Maria Lemos, Setúbal - Almada, 4927
Maria Luís Burstoff, Leiria - Pombal, 1778
Maria Luísa Bruges, Madeira - Santa Cruz, 13494
Maria Luísa Cabral, Lisboa - Lisboa, 9516
Maria Manuel Rola, Porto - Porto, 9880
Maria Manuela Henriques, Aveiro - Aveiro, 13488
Maria Marcelino, Faro - Faro, 12785
Maria Melo, Leiria - Caldas da Rainha, 13682
Maria Mendes, Braga - Braga, 12283
Maria Mercedes Reis, Aveiro - Aveiro, 9348
Maria Nunes, Lisboa - Amadora, 451
Maria Paula Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12802
Maria Rodrigues, Porto - Matosinhos, 595
Maria Rosa Dias, Faro - Portimão, 10391
Maria Santos, Setúbal - Almada, 12489
Maria Santos, Braga - Barcelos, 1310
Maria Silva, Setúbal - Seixal, 4776
Maria Ventura, Lisboa - Lisboa, 7705
Maria Vicência Sande, Portalegre - Campo Maior, 13271



- Maria Vieira, Porto - Porto, 13701
 Mariana Aiveca, Setúbal - Palmela, 241
 Mariana Carneiro, Lisboa - Lisboa, 1644
 Mariana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13836
 Mariana Garrido, Coimbra - Coimbra, 12097
 Mariana Gomes, Lisboa - Lisboa, 10023
 Mariana Mortágua, Lisboa - Lisboa, 6687
 Mariana Olho Azul, Lisboa - Amadora, 12554
 Mariette Martinho, Faro - Loulé, 8449
 Marilu santana, Faro - Portimão, 12110
 Marina Romana, Porto - Gondomar, 13017
 Mário Amorim, Porto - Vila Nova de Gaia, 1747
 Mário Bonito, Lisboa - Lisboa, 634
 Mário Costa, Braga - Barcelos, 8767
 Mário Família, Setúbal - Almada, 13308
 Mário Moniz, Açores - Faial, 3797
 Mário Moutinho, Porto - Porto, 11159
 Mário Tomé, Lisboa - Lisboa, 3761
 Marisa Caetano, Santarém - Torres Novas, 13324
 Marlene Pereira, Porto - Lousada, 13169
 Marlene Santos, Porto - Gondomar, 12084
 Marlisa Furtado, Açores - Terceira, 13182
 Marta Giesta, Porto - Gondomar, 9884
 Marta Graça, Aveiro - Aveiro, 4643
 Marta Marques, Madeira - Funchal, 13483
 Marta Neves, Aveiro - Mealhada, 13282
 Martina Ribeiro, Aveiro - Aveiro, 13831
 Mary Rosas, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10636
 Massimo Borioni, Setúbal - Setúbal, 12616
 Miguel Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13694
 Miguel Bordalo, Lisboa - Lisboa, 11813
 Miguel Cardina, Coimbra - Coimbra, 7151
 Miguel Cardoso, Viseu - Viseu, 8662
 Miguel Gonçalves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13837
 Miguel Neto, Viseu - Viseu, 12435
 Miguel Oliveira, Lisboa - Cascais, 7890
 Miguel Pereira, Leiria - Leiria, 13971
 Miguel Pinheiro, Faro - Albufeira, 10360
 Miguel Pinto, Lisboa - Oeiras, 448
 Miguel Rodrigues, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4681
 Miguel van der Garde, Setúbal - Seixal, 13571
 Miriam Cabo, Vila Real - Vila Real, 13758
 Moisés Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2860
 Mónica Costa, Santarém - Torres Novas, 13788
 Mónica Neto, Faro - Olhão, 9697
 Natércia Coimbra, Coimbra - Coimbra, 644
 Nazaré Nóvoa, Porto - Porto, 5624
 Nelson Arraiolos, Leiria - Caldas da Rainha, 11005
 Nelson Calheiros, Lisboa - Cascais, 12392
 Nelson Campos, Santarém - Torres Novas, 4144
 Nelson Marques, Leiria - Caldas da Rainha, 12874
 Nelson Peralta, Aveiro - Aveiro, 1664
 Noel Rubio, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 13911
 Nuno Antunes, Lisboa - Amadora, 2562
 Nuno Canha, Portalegre - Ponte de Sor, 9675
 Nuno Caterna, Porto - Gondomar, 5627
 Nuno Costa, Lisboa - Odivelas, 9260
 Nuno Cruz, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13719
 Nuno Freitas, Porto - Amarante, 9091
 Nuno Fugas, Leiria - Leiria, 13741
 Nuno Machado, Leiria - Leiria, 6886
 Nuno Monteiro, Santarém - Salvaterra de Magos, 11127
 Nuno Monteiro, Porto - Valongo, 6969
 Nuno Pedrosa, Europa - Bélgica, 10488
 Nuno Pinto, Faro - Lagos, 7671
 Nuno Pinto, Castelo Branco - Cova da Beira, 13029
 Nuno Riobom dos Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13686
 Nuno Serrano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 5234
 Nuno Silva, Europa - França, 10867
 Nuno Veludo, Lisboa - Lisboa, 12574
 Nuno Viana, Faro - Faro, 5028
 Olavo Almada, Madeira - Funchal, 10927
 Olga Johannsen, Lisboa - Lisboa, 11293
 Orlando Guerreiro, Açores - Terceira, 12723
 Osvaldo Oyaneder, Lisboa - Odivelas, 10053
 Patrícia Barreira, Lisboa - Lisboa, 9959
 Patrícia Coutinho, Viseu - São Pedro do Sul, 3142
 Patrícia Guimarães, Aveiro - Aveiro, 13286
 Patrícia Martins, Porto - Porto, 12622
 Patrícia Medeiros, Açores - São Miguel, 12156
 Patrícia Monteiro, Porto - Porto, 12749
 Patrícia Moreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9634
 Patrícia Prata, Lisboa - Lisboa, 9375
 Patrícia Silva, Aveiro - Aveiro, 12300
 Paula Andrade, Porto - Matosinhos, 12456
 Paula Cabrita, Lisboa - Loures, 11050
 Paula Filipa Silva, Porto - Gondomar, 6188
 Paula Pereira, Lisboa - Cascais, 4233
 Paula Sequeiros, Porto - Porto, 194
 Paula Serafina Santos, Porto - Amarante, 1463
 Paula Serralha, Setúbal - Barreiro, 13470
 Paula Soares, Setúbal - Barreiro, 12865
 Paula Teixeira, Lisboa - Loures, 12438
 Paula Valentim, Porto - Vila Nova de Gaia, 9529
 Paulete Matos, Lisboa - Lisboa, 605
 Paulino Ascensão, Madeira - Funchal, 10926
 Paulo Alves, Aveiro - São João da Madeira, 4839



- Paulo Anjos, Coimbra - Coimbra, 1147
Paulo Cardoso, Portalegre - Portalegre, 2598
Paulo Costa, Leiria - Caldas da Rainha, 13696
Paulo Fontes, Açores - São Jorge, 12966
Paulo Gonçalves, Lisboa - Odivelas, 8135
Paulo Jesus, Lisboa - Sintra, 1453
Paulo Jorge Velho dos Santos Freitas, Leiria - Caldas da Rainha, 9103
Paulo Jorge Vieira, Lisboa - Lisboa, 1163
Paulo Mendes, Açores - Terceira, 4189
Paulo Mendes, Lisboa - Odivelas, 7053
Paulo Mourão, Lisboa - Sintra, 3807
Paulo Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11151
Paulo Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4833
Paulo Oliveira, Faro - Portimão, 3912
Paulo Oliveira, Porto - Santo Tirso, 7969
Paulo Renato Oliveira, Aveiro - Aveiro, 10212
Paulo Ricardo, Porto - Porto, 2055
Paulo Rodrigues, Lisboa - Loures, 12338
Paulo Sanona, Açores - Santa Maria, 7870
Paulo Silva, Aveiro - Ovar, 13374
Paulo Silva, Braga - Póvoa de Lanhoso, 13667
Paulo Silva, Faro - Portimão, 9782
Paulo Silva, Porto - Porto, 11022
Paulo Sousa, Lisboa - Odivelas, 5362
Pedro Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10062
Pedro Amaral, Açores - Santa Maria, 13254
Pedro Carreira, Porto - Porto, 9837
Pedro Carvalho, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12036
Pedro Castela, Aveiro - Mealhada, 12150
Pedro Correia, Porto - Vila Nova de Gaia, 12595
Pedro Dias, Porto - Porto, 12994
Pedro Faria, Porto - Porto, 11624
Pedro Ferreira, Braga - Braga, 11888
Pedro Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13688
Pedro Gonçalves, Beja - Odemira, 9777
Pedro Grave, Santarém - Abrantes, 3775
Pedro Isidro Soares, Porto - Porto, 173
Pedro Loução, Lisboa - Odivelas, 13974
Pedro Lourenço, Porto - Porto, 9666
Pedro Mesquita, Castelo Branco - Cova da Beira, 13405
Pedro Mota, Faro - Portimão, 4152
Pedro Pisco, Lisboa - Torres Vedras, 7807
Pedro Ramajal, Porto - Porto, 174
Pedro Ramos, Lisboa - Mafra, 3514
Pedro Reis, Setúbal - Almada, 2810
Pedro Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 5396
Pedro Silva, Lisboa - Cascais, 11806
Pedro Soares, Braga - Braga, 108
Pedro Tavares, Aveiro - Ílhavo, 12159
Pedro Vilão, Setúbal - Almada, 12213
Rafael Boulair, Porto - Porto, 10214
Rafael Costa, Beja - Mértola, 13266
Raquel Azevedo, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12307
Raquel Bagulho, Lisboa - Lisboa, 5059
Raquel Correia, Lisboa - Odivelas, 11271
Raquel Maia, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4558
Raquel Pereira, Açores - São Miguel, 11101
Raquel Rego, Açores - São Miguel, 12363
Raquel Teixeira, Bragança - Vila Flôr, 13711
Raquel Valentim, Aveiro - Ílhavo, 11463
Raquel Wilson, Aveiro - Aveiro, 13096
Renato Inácio, Setúbal - Almada, 12566
Renato Silva, Braga - Braga, 7122
Renato Soeiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 2620
Ricardo Azevedo, Setúbal - Almada, 12716
Ricardo Cerqueira, Braga - Braga, 9804
Ricardo Filipe, Évora - Évora, 10266
Ricardo Furtado, Açores - Faial, 8732
Ricardo Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 4282
Ricardo Gouveia, Lisboa - Amadora, 9357
Ricardo Lafuente, Porto - Porto, 2011
Ricardo Martins, Coimbra - Coimbra, 13734
Ricardo Martins, Aveiro - Arouca, 13690
Ricardo Moreira, Lisboa - Lisboa, 4622
Ricardo Peça Carvalheiro, Aveiro - Aveiro, 10350
Ricardo Pinheiro, Braga - Guimarães, 4616
Ricardo Robles, Lisboa - Lisboa, 2005
Ricardo Salabert, Porto - Porto, 1961
Ricardo Vicente, Leiria - Caldas da Rainha, 6574
Rita Alves, Aveiro - Águeda, 12134
Rita Baptista, Aveiro - Aveiro, 10219
Rita Calvário, Lisboa - Lisboa, 469
Rita Gorgulho, Lisboa - Lisboa, 5361
Rita Oliveira, Bragança - Vila Flôr, 13337
Rita Sarrico, Lisboa - Loures, 11369
Roberto Almada, Madeira - Funchal, 3579
Roberto Barata, Santarém - Torres Novas, 12929
Roberto Sousa, Leiria - Leiria, 5057
Roberto Tavares, Lisboa - Odivelas, 8289
Rodrigo Rivera, Lisboa - Lisboa, 3451
Rodrigo Trancoso, Madeira - Funchal, 3582
Rogério Ferreira, Faro - Loulé, 10861
Rogério Neto, Faro - Olhão, 9698
Romana Lobo, Aveiro - Aveiro, 11914
Romana Sousa, Lisboa - Lisboa, 13846
Romão Ramos, Santarém - Torres Novas, 1351
Romeu Marques, Setúbal - Seixal, 10912



Rosa Antunes, Coimbra - Montemor-o-Velho, 5455
Rosa Maria Leite, Porto - Gondomar, 5693
Rosa Maria Pereira, Lisboa - Sintra, 6972
Rosário Madruga, Lisboa - Sintra, 433
Rufino Figueiredo, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13687
Rui Amaro, Setúbal - Setúbal, 12271
Rui Bessa, Porto - Lousada, 13575
Rui Brito da Silva, Viseu - Viseu, 11911
Rui Cortes, Vila Real - Vila Real, 251
Rui Costa, Lisboa - Lisboa, 8668
Rui Curado Silva, Coimbra - Figueira da Foz, 2823
Rui Godinho, Setúbal - Seixal, 2482
Rui Goulão, Aveiro - Mealhada, 13381
Rui Gutschmidt, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13242
Rui Jorge Sousa, Portalegre - Ponte de Sor, 13344
Rui Ledo, Bragança - Vila Flôr, 13712
Rui Lino, Castelo Branco - Cova da Beira, 13216
Rui Lopes, Setúbal - Barreiro, 12624
Rui M. Sá, Viseu - Viseu, 11916
Rui Massas, Setúbal - Almada, 12472
Rui Matoso, Lisboa - Torres Vedras, 206
Rui Morgado, Porto - Matosinhos, 6791
Rui Nóvoa, Porto - Porto, 159
Rui Pinela, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 10661
Rui Ricardo, Lisboa - Alenquer, 12823
Rui Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 11519
Rui Silva, Aveiro - Espinho, 11935
Rui Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 7624
Rute Maria Reis, Porto - Lousada, 13188
Rute Matos, Porto - Porto, 13654
Salomé Ventura, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12493
Sandra Caçoila, Santarém - Salvaterra de Magos, 5487
Sandra Cunha, Setúbal - Sesimbra, 487
Sandra Dias, Évora - Arraiolos, 961
Sandra Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4090
Sandra Maltez, Setúbal - Seixal, 11288
Sandra Sousa, Setúbal - Seixal, 11574
Sara Pinto, Viseu - Lamego, 13267
Sara Rocha, Lisboa - Lisboa, 4762
Sara Santos, Porto - Gondomar, 9779
Sara Silva, Aveiro - Aveiro, 13377
Sara Vieira, Porto - Lousada, 13576
Sebastião Pernes, Faro - Vila do Bispo, 4952
Selma Pechilas, Aveiro - Aveiro, 12099
Serafim Cortizo, Lisboa - Lisboa, 11270
Serafim Duarte, Coimbra - Coimbra, 1150
Sérgio Filipe, Santarém - Salvaterra de Magos, 11407
Sérgio Silva, Setúbal - Seixal, 4774
Sérgio Teixeira, Aveiro - Espinho, 9349
Sérgio Veloso, Braga - Braga, 12613
Sesinando Araújo, Leiria - Marinha Grande, 13357
Silvana Paulino, Setúbal - Setúbal, 8864
Silvestre Pereira, Porto - Maia, 1262
Sílvia Aires, Aveiro - Aveiro, 10882
Sílvia Moutinho, Porto - Matosinhos, 9188
Sílvia Prates, Portalegre - Sousel, 13679
Sofia Roque, Lisboa - Lisboa, 3595
Sofia Santos, Europa - Bélgica, 5342
Sónia Araújo Almada, Madeira - Funchal, 2948
Sónia Gamelas, Aveiro - Aveiro, 13378
Sónia Mendes, Braga - Esposende, 6256
Sónia Nunes, Setúbal - Almada, 12569
Sónia Patrocínio Ribeiro, Braga - Guimarães, 10980
Sónia Reis, Leiria - Caldas da Rainha, 12872
Sónia Reis, Castelo Branco - Cova da Beira, 13716
Sonia Rodrigues, Portalegre - Elvas, 10270
Sónia Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10566
Soraia Reis, Setúbal - Almada, 12565
Stephanie Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13718
Susana Constante Pereira, Porto - Porto, 10590
Susana Gutierrez Jimenez, Évora - Évora, 10964
Susana Lourenço, Santarém - Entroncamento, 12164
Susana Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 12875
Susana Pinto, Porto - Porto, 13655
Tânia Ribeiro, Santarém - Torres Novas, 10981
Tânia Russo, Lisboa - Sintra, 13263
Tânia Silva, Leiria - Caldas da Rainha, 12905
Tatiana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13383
Tatiana Moutinho, Porto - Porto, 148
Tatiana Reis, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10638
Telma Ferreira, Leiria - Nazaré, 4506
Telma Gaspar, Leiria - Marinha Grande, 13472
Teófila de Matos, Setúbal - Sesimbra, 11957
Teresa Silva, Porto - Gondomar, 6931
Teresa Vieira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11668
Teresina Paz, Santarém - Torres Novas, 8532
Tiago Avelino Mendes Acúrcio, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8745
Tiago Barbosa, Aveiro - Aveiro, 12837
Tiago Bonito, Viana do Castelo - Viana do Castelo, 12761
Tiago Carvalho, Porto - Gondomar, 7293
Tiago Caseiro, Setúbal - Seixal, 2931
Tiago dos Santos, Porto - Vila Nova de Gaia, 12710
Tiago Gillot, Lisboa - Loures, 636
Tiago Ivo Cruz, Lisboa - Lisboa, 5224
Tiago Morais Morgado, Braga - Braga, 13141
Tiago Pinheiro, Europa - Reino Unido, 7931
Tiago Ribeiro Soares, Porto - Porto, 3965



Tiago Silva, Lisboa - Sintra, 7579
Tiago Silva, Porto - Porto, 13202
Tiago Vicente, Lisboa - Cascais, 3035
Tibério Puim, Açores - São Miguel, 11939
Timóteo Macedo, Lisboa - Lisboa, 1104
Tito Fontes, Açores - São Miguel, 11273
Tomás Correia, Lisboa - Loures, 13134
Tomás Marques, Aveiro - Estarreja, 12362
Tomás Ramos, Faro - Albufeira, 13396
Vanessa Sousa, Setúbal - Sesimbra, 10007
Vasco Barata, Lisboa - Lisboa, 10218
Vasco Gusmão, Porto - Gondomar, 13924
Ventura Ramalho, Beja - Odemira, 11934
Vera Quirós, Lisboa - Lisboa, 10898
Vergílio Pereira, Porto - Gondomar, 7511
Verónica Lopes, Açores - São Miguel, 10839
Vicente de Sá, Évora - Évora, 11681
Vicente Ferreira, Lisboa - Lisboa, 13219
Victor Branco, Coimbra - Coimbra, 9781
Victor Crespo, Lisboa - Lisboa, 13926
Victor Pinto, Porto - Póvoa do Varzim, 7333
Virgínia Matos, Aveiro - Aveiro, 6668
Vitor Cavalinhos, Setúbal - Seixal, 526
Vitor Edmundo, Lisboa - Loures, 1073
Vitor Franco, Santarém - Santarém, 1329
Vitor Gonçalves, Madeira - Funchal, 11825
Vitor Júnior Pereira Pinto, Porto - Lousada, 13185
Vitor Neves, Leiria - Marinha Grande, 3497
Vitor Parreira, Açores - Terceira, 7434
Vitor Pinheiro, Lisboa - Oeiras, 713
Vitor Pires, Porto - Porto, 1263
Vitor Rosa, Setúbal - Setúbal, 10748
Vitor Ruivo, Faro - Faro, 516
Vitor Tavares, Lisboa - Odivelas, 9855
Vitor Tojeira, Leiria - Leiria, 6908
Vitória Babo, Porto - Amarante, 13797
Vitória Fróias, Açores - São Miguel, 10656
Vitoria Rato, Portalegre - Portalegre, 11799
Vitorino Pereira, Leiria - Leiria, 477
William Naval, Lisboa - Lisboa, 7334
Zuraida Soares, Açores - São Miguel, 3884



PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A REJEITADA

Alteração ao Ponto 13 da Moção A:

13. (...)

(...)

O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. Neste pressuposto, esta possibilidade deve ser enfatizada e relevada pelo Bloco em toda a sua estratégia de ação e comunicação até às eleições regionais. Para tal, é fundamental centrar o foco em dois alvos: por um lado apresentando e divulgando as nossas propostas diferenciadoras, acentuando a sua imprescindibilidade para a inversão e derrube efetivo e concreto da política de direita protagonizada pelo PSD. Por outro lado, desmascarar e descredibilizar a inação governativa do PSD-Madeira, apontando as suas falhas, falácias e incumprimentos. Só deste modo, estará o Bloco a contribuir decisivamente para a criação das condições para a concretização do cenário de retirada da direita do poder governativo da RAM.

Só assim com esta postura, é que o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira. (...)

Esta alteração deve ser acompanhada da eliminação integral do texto que começa em “O PS decidiu” e termina em “que marcam o atraso da região”.

Rodrigo Trancoso - Aderente 3582

Resposta:

Rejeitada. Acompanhamos a crítica e análise ao governo do PSD na Madeira, não é possível eliminar a análise ao papel e estratégia do PS Madeira

Moção C

**MAIS DEMOCRACIA,
MAIS ORGANIZAÇÃO**



MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

A nossa moção não tem como principal objetivo concorrer aos órgãos de direção do Bloco.

Não estamos na política em busca de lugares ou cargos, estamos mais focados na discussão de ideias.

Somos uma plataforma local, mas usamos o modo de moção, porque este nos permite desenvolver e discutir melhor as nossas propostas.

*Estamos disponíveis, como estivemos em 2016, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco.***

Sendo o Bloco de Esquerda, entre os cinco principais partidos, o mais recente e com menor número de aderentes, conseguiu, no entanto, alcançar a terceira posição entre os mais votados, posição que se vem consolidando, como mostram todas as sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas.

Ao mesmo tempo, o Bloco não consegue sair da última posição, quando se trata de eleições autárquicas.

Como explicar estes resultados?

O Bloco teve bons resultados nas eleições legislativas, superiores ao PCP, porque, na perceção popular, o Bloco é considerado um partido mais democrático.

Já nas eleições autárquicas os resultados foram inferiores, porque o Bloco, ao contrário do PCP, nunca privilegiou a organização local.

Portanto, se queremos ter ainda melhores resultados nas eleições legislativas, precisamos de aprofundar a nossa democracia interna. Quanto mais democráticos formos, melhor imagem popular teremos, melhores resultados obteremos.

Para termos melhores resultados autárquicos temos de melhorar muito a organização local e tentar diminuir o atraso que temos em relação aos outros partidos.

Mais democracia interna e mais organização local constituem, pois, a chave para o nosso crescimento e para o nosso sucesso.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

No Bloco de Esquerda todas as decisões começam por ser definidas por um pequeno grupo de dirigentes, depois são plebiscitadas na Convenção ou nas reuniões da Mesa Nacional. Nestes órgãos máximos do Bloco ainda há um arremedo de democracia, já que as decisões são aprovadas por maioria, mas, normalmente, a arregimentação garante a sua aprovação automática.

As decisões tomadas na Mesa Nacional transitam para as Distritais, Concelhias e Núcleos como decisões a que as bases são alheias. A estas cabe-lhes o papel de colar cartazes, distribuir jornais, fazerem de figurantes nos eventos, sendo-lhes negado quaisquer direitos nas escolhas do partido/movimento.

Mesmo quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor, como por exemplo o alojamento local, as propostas são sempre discutidas nas cúpulas, sem qualquer participação das bases ou dos organismos intermédios.



Nem mesmo quando um projeto de lei é precedido de debate público, esse projeto é debatido pelas bases do Bloco de Esquerda.

Por outras palavras, **as decisões no Bloco funcionam sempre de cima para baixo e nunca de baixo para cima.**

Esta falta de democracia interna acaba por desvitalizar os organismos locais, concelhios e intermédios que, desprovidos de capacidade de decisão e de debate, perdem-se em reuniões estéreis e desprovidas de sentido político.

Acresce ainda o facto de a maioria dos projetos de lei apresentados na Assembleia da República nem sequer são discutidos, muito menos aprovados, nos órgãos competentes do Bloco.

Para corrigir este excesso de centralismo e défice de democracia, **propomos:**

1.1. Que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante, e desde que haja tempo, deve elaborar um anteprojecto.

1.2. Esse anteprojecto deve ser discutido nos organismos de base e intermédios, que o enriquecerão com os seus contributos.

1.3. Finalmente, a Mesa Nacional ou a Comissão Política procederão à sua aprovação, votando eventualmente alguns pontos em alternativa.

Outro aspeto que fica a dever muito à democracia interna é a **arrogância** com que a direção do Bloco encara as propostas oriundas de moções minoritárias. Por mais meritórias que sejam essas propostas, são sistematicamente rejeitadas pela maioria. Este facto é absolutamente extraordinário, considerando que o Bloco é um partido pequeno e sentir-se-ia discriminado se os partidos maiores o encarassem do mesmo modo que a direção atual lida com a oposição interna. Além disso, está inscrito no ADN do Bloco um valor essencial: o respeito pelas minorias e a sua não discriminação. Valor esse que é constantemente atropelado pela direção.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

Nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, o Bloco ficou aquém dos resultados das eleições legislativas e presidenciais. Isso deve-se, em parte, ao facto de não termos concorrido em mais de 170 municípios, num total de 308, e também porque não temos implantação local suficiente na generalidade dos concelhos onde concorremos, salvo raras exceções.

A fraca implantação local deve-se a um conjunto de fatores, que nós subdividiríamos em fatores externos e fatores internos.

Os fatores externos prendem-se com a realidade existente. Durante 40 anos os principais partidos foram-se implantando nos municípios, usando métodos nem sempre democráticos e transparentes, criando uma rede de interesses e compadrios, na construção civil, no futebol, nos bombeiros, nas fundações, nas IPSS, na distribuição de empregos, na pequena e na grande corrupção. Os próprios partidos ditos de esquerda acabaram por alinhar nalguns destes esquemas, para poderem disputar o poder autárquico. Pior do que isso, muitos quadros de esquerda acabaram por colaborar com esses partidos, numa visão «útil» para derrotar a Direita.

Os **fatores internos** têm a ver com a nossa incapacidade em romper com o cerco que os partidos tradicionais criaram em torno do poder autárquico.

Sem atraiçoar os nossos princípios e valores, podemos fazer muito mais para melhorar a nossa implantação local e, conseqüentemente, a nossa representação autárquica. Nesse sentido, avançamos com algumas sugestões:

2.1. Nos concelhos em que não estamos organizados, a Distrital deve patrocinar eventos que tenham como objetivos angariar aderentes, criar Núcleos e Concelhias.



- 2.2.** Nos concelhos em que já estamos organizados, devemos dar prioridade aos eventos que sirvam para alargar a nossa base de apoio, em vez de reuniões inconsequentes, que não servem para tomar decisões nem chegar a conclusões.
- 2.3.** Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que possam vir a ser bons candidatos autárquicos, mas tendo o cuidado de nos protegermos dos oportunistas.
- 2.4.** Os nossos ativistas devem prestar atenção às associações locais, inscreverem-se como sócios e integrarem listas para os seus órgãos sociais.
- 2.5.** As nossas estruturas concelhias devem organizar eventos culturais e desportivos, com o objetivo de atrair mais pessoas para o trabalho político.
- 2.6.** Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, mas tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local, de forma que isso seja uma consequência natural do nosso apoio.
- 2.7.** A escolha dos candidatos autárquicos deve ser feita atempadamente. O facto da candidatura do CDS em Lisboa ter ultrapassado largamente a candidatura do PSD deveu-se, segundo os analistas, ao facto da candidatura do CDS ser feita com uma grande antecedência.
- 2.8.** Sempre que possível, os nossos aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem prestar serviços comunitários, pro bono, de forma a beneficiar a imagem do Bloco na sociedade.
- 2.9.** Nos concelhos periféricos, que mostrem semelhanças geográficas e sociais, a Distrital deve organizar ações coordenadas entre as diferentes estruturas concelhias.
- 2.10.** As estruturas concelhias devem ser apoiadas no sentido de informar os cidadãos dos seus direitos, especialmente pensionistas, desempregados, trabalhadores precários e vítimas de arbitrariedades.
- 2.11.** O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Recordemos o que nos foi prometido há algum tempo:

“Nos próximos dois anos precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior. Muito mais descentralizado na sua atividade local, distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação direta dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes atividades políticas unificadoras”. (Resolução da III Convenção, em 2002).

Passados dezasseis anos e oito convenções depois estamos longe de cumprir o que nos prometeram fazer em 2 anos.

Mais do que promessas ocas, destinadas a não serem cumpridas, precisamos de uma práxis que nos encaminhe com passos firmes e seguros para um Bloco mais forte, precisamos de um Bloco que saia das sedes e do Parlamento, precisamos de um Bloco que chegue às pessoas, onde elas se encontram, nas cidades, nas freguesias, nos bairros, nas escolas, nas empresas, nas ruas.

Precisamos de chegar às pessoas que continuam longe do ativismo voltado para o nosso próprio umbigo. Precisamos de chegar ao povo que tanto dizemos defender, mas de quem estamos muito distantes.

3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS

O Bloco de Esquerda foi fundado em 1999 a partir da união de 3 organizações políticas, uma trotskista (PSR), outra leninista (UDP) e uma terceira, constituída por ex-leninistas (Política XXI), aos quais se juntaram alguns independentes de esquerda.



Atualmente as duas maiores tendências, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, como sempre foram, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Trotskistas e leninistas, tal como Trotski e Lenine, sempre tiveram pontos de confluência em dois princípios-base: centralismo democrático e ditadura do proletariado e divergem na importância da organização no trabalho político. Enquanto os leninistas veem na organização a forma mais adequada de fazer cumprir a sua agenda política, os trotskistas preferem chegar a mais pessoas fazendo propostas mais recuadas. Além disso, os trotskistas privilegiam as figuras proeminentes, para assim terem mais destaque nos meios de comunicação burgueses.

Dentro do Bloco de Esquerda, as duas tendências, tal como Lenine e Trotski o fizeram em 1917, acabaram por se entenderem, até porque aquilo que os separa é complementar. Tanto uns como outros sentiram a necessidade vital de chegar às pessoas e ambos engendraram mecanismos táticos diferentes para o conseguir.

Se o apego ao “centralismo democrático” é manifesto nas duas tendências, já em relação à “ditadura do proletariado” o apoio é mais mitigado. Os mais inteligentes, no seio destas duas tendências, perceberam que não era taticamente correta a sua defesa, dada a indesmentível falência nos países onde ela foi tentada, mas quase todos os seus apoiantes continuam a acalentar o objetivo estratégico da construção da sua ditadura de estimação.

São as duas tendências que definem as orientações estratégicas do Bloco, não permitindo que elas sejam previamente discutidas nas bases do Bloco, atropelando sistematicamente a democracia interna.

Os Estatutos e Regulamentos são deliberadamente vagos, com a dose de discricionariedade que lhes permite tomar decisões de acordo com as suas conveniências.

Continuam a recrutar membros dentro do Bloco, evidenciando um desprezo profundo pela nossa organização e a usá-la de uma forma instrumental.

Persistem na mesma estratégia autárquica de sempre, que se limita a reproduzir o modelo perdedor que nos tem garantido derrotas sucessivas nas eleições autárquicas.

Quando se trata de contratar funcionários, propor deputados ou eleger secretariados fazem acordos de bastidores, para dividirem entre si os cargos em disputa.

O seu comportamento político fica cada vez mais distante dos princípios e valores de esquerda e cada vez mais próximo do carreirismo e da ambição pessoal.

As tendências e o Bloco revelam uma espécie de dicotomia existencial.

As tendências transportam consigo as propostas irreais da extrema-esquerda, que tantas derrotas nos garantiram no século XX e que nos levaram sempre a disputar migalhas do apoio popular.

Já o Bloco apresenta propostas mais facilmente aceites pelo povo e que nos têm permitido obter melhores resultados eleitorais.

Os novos aderentes, mais tarde ou mais cedo, acabam por perceber esta contradição entre as propostas moderadas do Bloco e o esquerdismo subjacente às tendências. Alguns ficam e alinham com as tendências, mas a maioria dos aderentes, os melhores, afastam-se, porque verificam que este não é o Bloco que lhes prometeram. Por isso temos uma abstenção tão elevada nas eleições internas, em muitos casos superior a 90%.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

“A prática, que é o único critério da verdade”, tem demonstrado que estes argumentos são inválidos.

Se repararmos bem, cada uma das duas principais tendências, na lógica de disputa interna, têm recrutado membros que estão distantes, muito distantes, das ideologias que lhes servem de matriz. Vimos muitos



leninistas numa tendência controlada por trotskistas, vimos não-marxistas numa tendência leninista, vemos sobretudo carreiristas, que corporizam a única «ideologia» comum às duas tendências.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupúsculos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

4. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Todas as revoluções do século XX foram feitas para derrubar ditaduras que, por motivos vários, estavam enfraquecidas.

Por outro lado, a realidade demonstrou que nunca os partidos assumidamente revolucionários conseguiram mobilizar os trabalhadores para derrubar regimes democráticos e construir o socialismo. Pelo contrário, os partidos e organizações que pugnavam por este objetivo foram-se acantonando, ficando cada vez mais irrelevantes.

Além disso, as revoluções socialistas que desistiram da democracia falharam redondamente.

Sempre que a democracia foi espezinhada em nome da revolução, ambas tiveram o mesmo fim inglório.

A partir destas lições da História, concluímos que nunca podemos prescindir da democracia como modelo de organização da sociedade. Uma democracia que reflita os interesses da maioria da população e não uma democracia manipulada e servil aos interesses da burguesia ou do aparelho de estado.

Outra lição clara da história é que não é possível fazer uma revolução para derrubar um governo eleito.

5. TÁTICA E ESTRATÉGIA NO COMBATE POLÍTICO

Tática é o conjunto de ações necessárias para vencer uma batalha e, por analogia, a organização de meios de ação utilizados para atingir determinados fins políticos.

Estratégia é o conjunto de ações para vencer uma guerra e, aplicada à política, significa o conjunto de meios e planos para atingir um objetivo de longo alcance.

Podemos dizer que o nosso objetivo estratégico é a construção do socialismo, mas para atingirmos esse fim, teremos de vencer muitas batalhas.

Mas não basta vencer batalhas, se não tivermos sempre presente que elas só são úteis se contribuírem para atingir o nosso objetivo estratégico.

Os **reformistas** costumam privilegiar a tática e o seu taticismo exagerado, muitas vezes, afasta-os irremediavelmente da construção do socialismo, indo engrossar as fileiras sociais-democratas.



Os **ultrarrevolucionários**, ao invés, querem desesperadamente chegar ao objetivo estratégico, esquecendo-se que, para vencer uma guerra, é necessário travar muitas batalhas e vencê-las. E não é possível vencer qualquer batalha sem soldados, sem ter o povo a apoiar.

A nossa ação política deve usar todas as táticas que forem necessárias para mobilizar um número crescente de trabalhadores para o combate socialista, mas nunca poderemos perder o nosso rumo estratégico, sob pena de nos enredarmos em taticismos que nos afastam do socialismo. Também devemos resistir à tentação de queimar etapas, ir com demasiada sede ao pote e correr o risco de o quebrar, como fazem os ultrarrevolucionários.

6. CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o déficit de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela luta dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas privadas produtivas devem existir, num contexto de economia mista.

As empresas privadas não podem ser extintas por decreto. Devem coexistir com outras empresas controladas por trabalhadores, em regime de autogestão, cooperativo, ou de gestão pública. As empresas privadas e públicas devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

7. POLÍTICAS SOCIAIS

O Bloco de Esquerda tem-se preocupado mais em defender a classe média do que os mais pobres entre os pobres. Foi do Bloco a proposta de criação de mais escalões do IRS, que custará aos cofres do Estado mais



450 milhões de euros por ano. Por outro lado, o Bloco aceitou a ignomínia do aumento de 6 euros para as pensões mais baixas. Estes pensionistas pobres deveriam ter um aumento igual ou superior a 10 euros. Essa medida custaria apenas uma fração do que será despendido com o aumento do número de escalões. Não somos contra este aumento, mas ele só seria legítimo se fosse acompanhado por um aumento mais justo das pensões mais baixas.

8. POLÍTICA DE ALIANÇAS

Após os resultados das últimas eleições legislativas, que se saldaram em derrotas dos partidos da Direita e do PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da Direita e um governo PS apoiado pela Esquerda, tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

O povo nunca compreenderia que fôssemos nós os responsáveis por entregar o governo à coligação PSD-CDS.

Enquanto perdurar a atual situação incomum de suportarmos um governo do PS, os nossos deputados poderão e deverão fazer mais no sentido de retirar dividendos políticos da situação.

A maioria dos deputados continua a agir como se estivessemos na oposição, fazendo declarações e protestos, ao invés de apresentarem propostas exequíveis que aproximem o país de maior justiça social. É certo que estudar os dossiers e apresentar propostas fundamentadas dá mais trabalho do que a estafada política de protesto, mas os deputados que não têm demonstrado estar adaptados à situação política atual não deveriam ser recandidatos às próximas eleições legislativas. Mas muitos sê-lo-ão certamente, não por mérito próprio, mas por imposição absurda da sua tendência. Com isso, não ganha a tendência, não ganha o Bloco nem ganha o país.

Em relação às próximas eleições legislativas, não apoiamos uma aliança pré-eleitoral com o PS ou o PCP.

Quanto a alianças pós-eleitorais, teremos de esperar pelos resultados.

Não se espera que o cenário de 2015 se repita em 2019. Ou seja, não é previsível que o PSD tenha mais votos do que o PS, mesmo que a aliança de direita seja reeditada.

Se o PS obtiver uma maioria absoluta, poderá governar sozinho e não ficaremos com espaço para pressionar esse partido a prosseguir a política de recuperação de rendimentos para os mais desfavorecidos. Ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Se o PS ganhar, sem maioria absoluta, e o Bloco for suficiente para garantir a maioria absoluta no Parlamento, então deveremos negociar com o PS no sentido de continuar a política que tem sido seguida nos últimos anos.

Deveremos exigir que o salário mínimo e as pensões mais baixas continuem a recuperar, que a legislação laboral seja melhorada, que os CTT voltem à gestão pública, que novas privatizações e a gestão privada de organismos públicos sejam impedidas, que o horário de 35 horas seja implementado no setor privado, que o tempo de reforma para as longas carreiras contributivas seja diminuído, que a lei dos despejos seja revogada e que os serviços públicos sejam melhorados. Se o PS não aceitar estas condições, ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Não devemos abdicar de nenhuma destas exigências, mas também não devemos cair na tentação de fazer outras exigências impossíveis de cumprir pelo PS e, desse modo, fazer abortar um acordo, o que contribuiria para uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas. O nosso eleitorado prefere ver-nos a contribuir para a melhoria das condições dos trabalhadores e não nos perdoaria se o seu voto voltasse a ficar reduzido a um mero voto de protesto.

Como temos divergências insanáveis com o PS em relação a questões europeias e em relação à NATO, **em nenhuma circunstância devemos aceitar entrar para um executivo PS.** O máximo que poderemos fazer é viabilizar, no Parlamento, um governo do PS. Como temos feito.



9. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Temos vindo a assistir, nos últimos tempos, ao drama dos despejos, potenciado pela famigerada lei de Assunção Cristas e que o PS ainda não teve coragem política para revogar. O Bloco precisa de ser mais enérgico na defesa da revogação desta lei desumana.

SUBSCRITORES:

Mónica Ferreira, Porto - Paredes, 10384	Nelson Martins, Porto - Paredes, 12275
Paulo Teles Silva, Porto - Paredes, 170	Luís Gabriel Campos, Porto - Paredes, 10159
Américo Campos, Porto - Paredes, 9572	Débora Campos, Porto - Paredes, 11247
Ana Ribeiro, Porto - Paredes, 13008	Manuel Evaristo Campos, Porto - Paredes, 11124
Fernando Oliveira, Porto - Maia, 10649	Ricardo Soares, Porto - Paredes, 11246
Alberto Guimarães, Porto - Paredes, 11930	Maria Sofia Ferreira, Porto - Paredes, 11170
Elisa Brito, Porto - Paredes, 14008	Manuel Fernando Moreira, Porto - Paredes, 11446
Álvaro Azevedo, Porto - Maia, 10929	Paulo Santos, Porto - Paredes, 10901
Armando Herculano, Porto - Vila do Conde, 1750	Bruno Ismael Silva, Porto - Paredes, 12179
Joaquim Fernando Pereira Araújo, Porto - Maia, 10222	Fernando Moreira, Porto - Paredes, 10146
Maria Rosa Ferreira, Porto - Paredes, 11165	Joaquim Leal, Porto - Paredes, 10952
Duarte Graça, Porto - Paredes, 12034	Daniel Campos, Porto - Paredes, 11117
Dirceu Graça, Porto - Paredes, 12272	Andreia Rodrigues, Porto - Paredes, 14009
Olívia Barros, Porto - Paredes, 11166	António Cláudio Cardoso, Porto - Paredes, 14010
Adão Campos Júnior, Porto - Paredes, 11169	António Ferreira, Porto - Paredes, 11123
Elias Alves, Porto - Paredes, 10899	Isabel Ferreira, Porto - Paredes, 10906
Maria Fernanda Rocha, Porto - Paredes, 11104	

Moção M

**UM BLOCO QUE
NÃO SE ENCOSTA**

UM BLOCO QUE NÃO SE ENCOSTA

EM MOVIMENTO!

Desde a sua fundação, o Bloco de Esquerda definiu-se como um partido-movimento anticapitalista com o objetivo de disputar a maioria social através do aprofundamento da ação popular em todas as esferas da vida coletiva.

O projeto político do BE sempre se assumiu como autónomo e alternativo ao do centrismo, do social-liberalismo e de quem olha para o capitalismo como o fim da história. Porque um mundo novo é o que nos move, o BE permanece a esquerda que não se encosta. A esquerda que não se encosta ao fatalismo que cruza os braços enquanto se aprofunda a desigualdade no mundo, se preparam novas guerras e crescem os fascismos. A esquerda que não se encosta às regras da burguesia europeia que confinam a política ao horizonte único da austeridade permanente. A esquerda que não se encosta nem se resigna com a ditadura financeira internacional. A esquerda que não se encosta às formas rotineiras e trefistas de fazer política, aos modelos burocráticos e verticalizados, à institucionalização e redução da política a um espetáculo mediático.

O BE volta assim a afirmar-se como a força em movimento que não desiste de nada, que se junta e se organiza para a luta toda.

1. O CAOS GEOESTRATÉGICO, AS CRISES E A URGÊNCIA DO INTERNACIONALISMO E DO ECO-SOCIALISMO

1.1. Apesar de um aparente momento de retoma, o capitalismo continua a ser a crise multidimensional. Vivemos os tempos de uma profunda crise ambiental, alimentar, económica e humanitária. Adiar responder à crise ambiental equivale a condenar-nos à barbárie. E, nesse sentido, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. **A coragem da resposta ecológica tem de ser mobilizadora e socialmente justa, combinando a necessidade de uma transição energética radical com a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas, procurando modelos de produção e distribuição alternativos ao mercado, buscando outras formas de decisão e de atribuição de valor em sociedade.**

1.2. No mundo da ditadura financeira ressurgiu, entretanto, o velho protecionismo que os defensores do mercado sem fronteiras juravam enterrado definitivamente. A desestabilização que significou a eleição de Donald Trump e a reemergência no coração do imperialismo americano do protecionismo intensifica as contradições entre os vários sectores das burguesias internacionais. A nova corrida ao armamento é mais uma face do acentuar de tensões entre esses sectores e colocam o mundo perante um cenário catastrófico.

1.3. Mas Trump é apenas a cara mais mediatizada e poderosa do atual reforço da distopia. **Um pouco por todo o mundo assistimos a um recrudescimento de movimentos ultraconservadores e protofascistas que têm conduzido metodicamente ataques aos direitos das minorias étnicas, mulheres e trabalhadorxs. E a hegemonia destes movimentos reforça-se ainda à medida que o centrão vira cada vez mais à direita para, alegadamente, contrariar o crescimento da extrema-direita.** As tentações totalitárias são cada vez mais expressas nas tentativas de condicionar o acesso à informação, bem como na criação de “verdades” e “factos” alternativos.

1.4. Velhos e novos imperialismos acotovelam-se, contribuindo para um cenário internacional caótico. O peso da derrota das Primaveras Árabes continua a fazer-se sentir. As populações da Síria e da Palestina continuam a ser massacradas, à mercê de interesses imperialistas das várias potências envolvidas. A



América Latina sofre pressões e processos golpistas fascizantes. Há 22 milhões de refugiados (mais de metade com menos 18 anos) e mais de 65 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo.

2. UMA EUROPA ESTILHAÇADA, A AUSTERIDADE PERMANENTE E A URGÊNCIA DO ANTIFASCISMO

2.1. A crise do processo de integração europeia, de que o Brexit foi apenas a faceta mais visível, tem sublinhado a incapacidade das burguesias europeias de gerar um processo democrático continental. Entretanto, enquanto a unidade se estilhaça noutros campos, no militarismo e securitarismo permanece firme. **A constituição de um embrião de exército europeu é disso sinal. Uma esquerda que se digne tem de lutar para parar esta intenção.**

2.2. Estas burguesias têm visto os seus partidos tradicionais viverem crises que têm redefinido os mapas políticos internos ao mesmo tempo que têm convivido pacificamente com o crescimento dos fascismos e dos nacionalismos, com o fechamento de fronteiras, com a guerra contra os refugiados que se trava no Mediterrâneo. Apesar de não ter encontrado ainda uma expressão política visível, o fascismo do século XXI que assola a Europa ameaça também Portugal. **É preciso disputar com a extrema-direita o descontentamento gerado pelo capitalismo através de uma radicalização programática que viabilize uma alternativa de rutura com o capitalismo, alicerçada numa forte participação cidadã na construção dos movimentos e na multiplicação de porta-vozes e representatividades.** Nesse sentido, movimentos de defesa de serviços públicos de saúde, de resistência à gentrificação e de ocupação de casas vazias nas cidades-montra da Europa, a resistência intransigente das populações indígenas no Brasil pelo direito à sua terra ou a intensificação das greves na China têm sido provas de resistência e alternativas ativas à ditadura da inevitabilidade.

2.3. Contudo, o que permanece do projeto europeu significa ainda a continuação do desmantelamento dos resquícios do “Estado Social Europeu”, impondo a austeridade permanente suportada numa moeda que está construída para ser um espartilho económico que beneficia sobretudo a burguesia alemã e seus satélites. Se o projeto dos donos de Portugal é a subserviência a esta situação, uma esquerda anticapitalista sabe que ela é insustentável e tem a coragem de propor a mudança não se remetendo aos limites de um nacionalismo utópico e isolacionista nem a um europeísmo feito de esperanças nas instituições atualmente existentes. Se esta Europa é uma chantagem, o nacionalismo não conseguirá ser a promessa do resgate popular da política emancipatória. **Assim, é preciso uma alternativa que dispute soberania política para as maiorias sociais enquadrada num movimento internacionalista que evite o isolamento que condenaria a alternativa à derrota.**

3. PORQUE A GERINGONÇA NÃO RESOLVEU NENHUM DOS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO PAÍS, A LUTA ANTI-AUSTERITÁRIA CONTINUA A SER URGENTE

3.1. O governo social-liberal não resolveu nenhum dos problemas fundamentais do país. À narrativa governamental de que foi a tímida “recuperação de rendimentos” que provocou o crescimento económico é preciso opor a realidade de que, num país ultradependente das conjunturas económicas internacionais, foi um crescimento económico do espaço europeu que permitiu uma limitada recuperação de rendimentos dentro do quadro dos restringimentos aceites pelo governo. **Assim, beneficiando desta conjuntura económica internacional positiva e tendo o apoio da esquerda parlamentar, o governo do Partido Socialista escolheu o caminho da austeridade light e limitou-se a utilizar a margem de manobra do crescimento económico para reverter mingudadamente a parte mais gravosa do projeto de destruição social conduzido pela troika e pela direita.**

No entanto, não se resolveu o problema da dívida, a crise bancária nacional continua a ser uma ameaça, a falta de investimento público foi a regra de ouro e o Estado Social foi delapidado. Os exemplos dos limites desta solução política são muitos: os subsídios à banca privada que se mantiveram com a recapitalização do

Novo Banco, o resgate do Banif e as despesas contínuas com os bancos falidos; os offshore que continuam os paraísos intocados das grandes fortunas; privatizou-se a CP Carga; as parcerias público-privadas na saúde que continuam a garantir mais de metade do financiamento aos hospitais privados; os 0,7% de IRC que a EDP pagou em 2017; os dividendos e remunerações crescentemente abusivas de administradores de grandes empresas; o aumento das rendas da habitação nos grandes centros urbanos; o perigo de prospeção petrolífera ao largo da costa portuguesa; a perda de soberania, com a assinatura de tratados como o CETA.

3.2. Em Portugal, as condições de vida das classes trabalhadoras não mudaram substancialmente. As leis laborais da altura da troika mantiveram-se, a sangria migratória não foi invertida e cerca de cem mil portugueses emigraram em 2016. A criação de emprego foi realizada com recurso à precariedade (a maioria dos novos contratos realizados é precária) e significou, entre 2014 e 2017, uma subida na percentagem de contratos iniciados pelo valor do salário mínimo de 23,1% para 40,7%. Os números reais do desemprego continuam altíssimos, próximos dos 18%.

3.3. Os trágicos incêndios do ano passado são uma ferida aberta no país. A política florestal subordinada a interesses privados, ao mesmo tempo que se convive com a falta de meios da Proteção Civil ou a sua concessão a particulares está em linha com as teses austeritárias. **O governo não combateu as assimetrias e para o BE é necessário fazer das periferias uma centralidade.**

3.4. O governo não inverteu o caminho de degradação do ensino público e do Sistema Nacional de Saúde. O desinvestimento continua a ser regra, as PPP fazem da saúde um negócio e **o projeto de descentralização da educação não é um caminho para a democratização, mas, pelo contrário, uma forma de impedir a participação democrática nas escolas.**

3.5. Outro flagelo, especialmente nos grandes centros urbanos, acentuado pela crise económica e a que a geringonça não foi capaz de dar resposta é o acesso à habitação. Com a especulação imobiliária a manipular o mercado, o aumento do turismo, mas também a precariedade que levou as pessoas a procurarem fontes de rendimento alternativas, as rendas subiram para níveis astronómicos. **São necessárias políticas nacionais e locais que combatam a gentrificação e que permitam o acesso a habitação digna e com condições.**

3.6. Com a política social-liberal normalizou-se a ideia de que o único horizonte político é a austeridade ditada pelos Tratados Europeus e que esta pode ser aplicada inteligentemente. Daí que seja hoje mais difícil contrapormo-nos à hegemonia austeritária que é dominante. O BE não se encosta ao social-liberalismo, nem se rende à política do mal menor. Recusamos o papel de agente da estabilidade governativa e assumimo-nos como impulsionadores de alternativas ao sistema. O BE não defenderá de forma alguma a austeridade light. **O BE deve partir das enormes limitações da "geringonça" para uma rutura política com as instituições europeias existentes e com a burguesia nacional que permita combater a ideia de que existe um qualquer acordo idílico com o PS que possa mudar de facto as condições de vida de quem vive e quer viver em Portugal.**

4. COMBATER A EPIDEMIA DA PRECARIIDADE PERMANENTE

4.1. Baixos salários, horários de trabalho longos, poucas férias, baixíssima segurança laboral sobre diversas formas são ingredientes sociais para criar sentimentos de desesperança, rutura psicológica e atomização social. **Mais do que um formalismo contratual, a precariedade é a situação em que praticamente todo o tempo de vida de quem trabalha, ou procura trabalhar, é colonizado por um sistema que dilui as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal como forma de incrementar a extração de mais-valia.** Portugal é o segundo país europeu com maior índice de perturbações de foro mental, tendo 1/3 da sua população diagnosticada com algum problema de saúde mental, na sua maioria distúrbios de ansiedade e depressão.

4.2. Para além disto, as políticas de austeridade têm debilitado o Serviço Nacional de Saúde quando era ainda mais necessário que ele desse resposta a esta situação: a medicação é cara e pouco acessível, não existe acompanhamento devido e a maioria das consultas em hospitais públicos só é marcada após sinais claros de debilidade. As pessoas oprimidas e em situação mais precária permanecem expostas e sem apoio.



4.3. Estes problemas devem ser encarados de forma sistémica através do ataque às bases estruturais de um sistema que tantas vezes transforma um mar de oportunidades e de sonhos num aprisionamento permanente. **É também urgente um programa de emergência para a saúde mental pública.**

5. O BE ESTREITOU O SEU CAMINHO COM O APOIO AO GOVERNO SOCIAL-LIBERAL

5.1. O apoio parlamentar do BE ao governo do PS saldou-se para o Bloco num aprofundamento dos processos de mediatização, parlamentarização e imediatismo da sua intervenção política. Foram-se encerrando e ignorando ainda mais os desejos e as reivindicações nos corredores sempre demasiado curtos do Parlamento, esquecendo-se que é na luta, na rua, nos locais de trabalho e nos outros espaços onde se produz sociedade que se disputa o essencial das relações de força.

5.2. A gestão propagandista, autocentrada e triunfalista do acordo de governo fez com que o BE passasse a ser visto como garante da estabilidade governativa ou muleta do governo nos piores casos, ou como um mero negociador que o puxa um pouco para a esquerda nos melhores. **A imagem de um Bloco integrado confortavelmente num sistema político que, supostamente, quer mudar só pode ser um obstáculo à construção de um projeto político que é alternativo ao atual estado de coisas.**

5.3. Nos últimos tempos, aumentou a profissionalização da militância, acentuou-se o fosso entre direção efetiva e direção formal do partido (com as reuniões de órgãos de direção a serem desvalorizadas pelos acordos prévios entre as correntes maioritárias que se constituem enquanto dois polos hegemónicos sem diferenças ideológicas e políticas marcantes) **e entre direção e bases** (com a normalização da ideia de que há peritxs que devem decidir e de que as decisões mais importantes são tomadas de cima para baixo). As bases do Bloco de Esquerda demasiadas vezes são cada vez mais remetidas ao tarefismo em vez de serem o centro de uma militância de alta intensidade.

6. OS MOVIMENTOS SOCIAIS PERMANECEM DEBILITADOS: É NECESSÁRIO DINAMIZAR E CRIAR PONTES

6.1. Num primeiro momento, o estado de graça prolongado do governo teve como dano colateral o efeito de não permitir uma reconstrução dos movimentos sociais que sofreram duramente as dificuldades inerentes ao período da crise. Esta dificuldade explica também a hegemonia conquistada pela austeridade ilusoriamente leve na sociedade portuguesa. **Depois do momento revogatório das medidas da troika, assistindo a uma desaceleração económica e aos impasses próprios da política social-liberal, ressurgem mobilizações sindicais baseadas na ideia defensiva de que parte dos ganhos da retoma deve ser socializada, nomeadamente através do descongelamento das progressões nas carreiras da função pública.**

6.2. Passar à ofensiva é defender a redução do horário máximo de trabalho semanal para 35 horas no sector público e no privado, o aumento substancial do número de dias de férias, aliados à extinção da figura do estágio como ela existe e à resposta a outros vínculos de trabalho atualmente renegados pela Segurança Social, expondo contradições de um modelo assente na manutenção estrutural de uma enorme massa de desempregados.

6.3. Neste contexto, repensar a organização sindical num país em que a precariedade é regra e em que o sistema produtivo sofreu alterações substanciais ao longo das últimas décadas é imperativo. A precariedade atomiza xs trabalhadorxs, cria a ilusão da diluição das contradições de classe, dificultando os referenciais de luta convencionais. Por isso, é preciso resgatar o sindicalismo das suas paralisias: democratizando-o com horizontalidade; quebrando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-o a precárixs, desempregadxs e incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta). **A tarefa de construir uma organização política dxs desempregadxs, em aliança com empregadxs, é tão**



urgente como promissora, porque só ela permitirá quebrar as lógicas conflituosas e segregacionistas dentro da classe trabalhadora, centrando as entidades patronais e o sistema económico como os adversários a combater. Incentivar a organização política de outros grupos tipicamente invisibilizados, de que são **exemplo xs cuidadorxs informais e xs trabalhadorxs domésticas**, é outra necessidade premente para combater a atomização social e recentrar a indignação social no conflito com o capital.

6.4. As respostas ao conservadorismo fascizante crescente devem estar no centro dos movimentos sociais. Ao contrário do que nos diziam as teses otimistas iludidas com os efeitos da modernização do país, **racismo, xenofobia, machismo, discriminação anti-LGBT+, não são excrescências de um passado que acabarão com a passagem do tempo e alguma educação. São campos de batalha fundamentais para qualquer projeto emancipatório.** Nesse sentido, são necessárias alianças estratégicas no interior do movimento antifascista, capazes de dar uma resposta à mobilização e organização da extrema-direita por todo o país, que tem vindo a crescer e a ganhar estrutura e é necessário apoiar a capacidade renovada com que ativistas negrxs têm vindo a colocar em causa as tentativas de reabilitação do colonialismo e os lusotropicalismos.

6.5. Recusamos a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional. Batemo-nos pelo direito a uma vida independente, com direito ao emprego, mas também a todo o apoio social necessário para uma vida digna.

6.6. O Bloco deve tomar uma posição forte pela abolição das propinas no ensino superior, recusar a lógica do estudante/cliente e da Universidade/empresa, opondo-se aos regimes fundacionais. Queremos um ensino verdadeiramente emancipatório e não apenas copie as lógicas do capitalismo e da maximização do lucro dentro da academia.

6.7. Permanece necessária uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos tal como é necessário que o BE se empenhe no apoio concreto à organização de resistências seja à austeridade, tal como na defesa da cultura sempre sacrificada no altar dos deficits. Revolucionar a relação do Bloco com o movimento social é uma tarefa urgente para criar e restabelecer pontes necessárias ao reacender da contestação e organização social em torno do conflito capital-trabalho e pelo combate a todas as formas de discriminação para lá do trabalho. A política de controlo do movimento social é politicamente errada e, mesmo eleitoralmente, contraproducente, porque fragiliza a relação com aquela que deveria ser a base social do BE. **Para além de uma relação renovada pelo respeito pelas diferenças e autonomia do movimento social e pela procura de ações conjuntas neste âmbito é urgente repensar as próprias formas do movimento e do Bloco se organizarem em virtude das novas configurações do mundo do trabalho e da vida em sociedade.**

6.8. Um BE que se proponha a unir forças e não dividir, a partilhar e não comandar, a construir em vez de dissolver, tem que ser capaz de apoiar, de forma desinteressada, os movimentos sociais para construir algo maior que si próprio, capaz de fazer a transformação social para lá do parlamento e da política institucional, **recriando um partido-movimento capaz de correr por dentro e correr por fora.**

7. O CONSERVADORISMO NÃO É FADO: É PRECISO NÃO DAR TRÉGUAS ÀS MENTALIDADES QUE CHEIRAM A MOFO

7.1. Assistimos, nos últimos anos, a uma mudança significativa no movimento feminista e LGBT+. Começam a haver figuras públicas, nacionais e internacionais, a dar a cara por causas feministas, contra as agressões e violência diárias sobre as mulheres e surgem, finalmente, denúncias concretas, sobre agressões concretas.

7.2. No entanto, este movimento continua a ser classista e pouco intersectorial. Se por um lado, se tem formado uma frente contra o assédio nas passadeiras de Hollywood, o mesmo continua presente nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, no quotidiano de todas as mulheres, afectando sobretudo mulheres que acumulam outras opressões: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans, são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas. A



culpabilização das vítimas do machismo permanece muito presente nos tribunais, nos locais de trabalho, nas conversas quotidianas, nos discursos. Compreendemos ainda que a luta LGBT+ é necessária quando as pessoas ainda se sentem inseguras nas ruas, e o medo da perseguição, de ataques verbais e físicos fazem parte do quotidiano da comunidade. Após o veto do Presidente da República à lei de autodeterminação de género e com a discussão sobre a mesma manipulada através da falta da informação, é necessário a criação de um programa e campanhas centradas no debate informado, não só para esta questão, mas todas as questões que envolvem a discriminação e as liberdades individuais. **O movimento feminista e queer não pode esquecer que ainda não há salário igual para trabalho igual ou que todos os problemas se agudizam com precariedade económica e que se cruzam com discriminações étnicas, raciais e capacitistas.**

7.3. O BE surge muitas vezes isolado e é visto com desconfiança por partes dos movimentos sociais e ativistas. O BE tem vindo a atropelar as decisões tomadas coletivamente, dentro e fora do Bloco, ao mesmo tempo que sobrepõe a sua agenda política, comprometendo ativismo e ativistas. **Por estes motivos, o BE deverá ser um partido que impulse o debate, a informação, os movimentos sociais e a organização coletiva que combata a moral conservadora.**

8. FAZER DAS URGÊNCIAS UM PROGRAMA MÍNIMO PARA UMA VIDA DIGNA

8.1. O BE procurará dar resposta a todas as urgências da política através da realização de campanhas políticas de longo fôlego que o façam disputar a hegemonia profunda e não apenas o dia-a-dia, que o coloquem na ofensiva relativamente ao seu programa e não apenas na expectativa de disputar alguns votos ao PS.

8.2. Para o BE, as eleições não são o princípio e o fim da política, mas constituem momentos importantes de disputa de proposta e de conquista de espaço político. Por isso, as **eleições europeias não serão oportunidade apenas para fazer uma vaga propaganda da “desobediência” aos tratados europeus, mas para propor caminhos efetivos para uma Europa diferente. E, nesse sentido, o BE não limitará o seu arco de alianças internacional aos partidos mediáticos e de sistema.**

8.3. Por outro lado, o BE apresentar-se-á às próximas eleições legislativas a partir do balanço crítico e sério das limitações do acordo de governo vigente. A história do PS e a presente arquitetura da União Europeia fazem com que o social-liberalismo seja o único quadro expectável para uma governação assente neste partido. Não é tempo de omissões ou de ilusões, mas de respostas. **O mesmo BE que não se nega a convergências pontuais que melhorem a qualidade de vida de trabalhadorxs, recusa o apoio e uma possível participação num governo do Partido Socialista.**

8.4. As eleições regionais da Madeira são da maior importância para o BE. Com a atuação das últimas décadas do PSD e com os indícios já demonstrados pelo PS ao lado dos lobbys e donos da Madeira, nenhum deles mostrou ser a solução. **Esta passa pelo reforço de eleitas do BE que têm demonstrado estar sempre ao lado dos interesses das populações.**

8.5. Nas várias disputas eleitorais e nas suas campanhas o BE apresentará ao país um programa imediato a partir das seguintes bases:

- Renegociar a dívida e denunciar a sua parte odiosa;
- Rejeitar o Tratado Orçamental;
- Bater-se por alterar as regras do Euro ao mesmo tempo que prepara uma saída eventualmente necessária da moeda única pela esquerda e não em aliança com a burguesia nacional;
- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de refugiadxs e apoiá-los na integração;



- Regularizar xs imigrantes, alargando o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Renegociar as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Rasgar o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva e a dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 35 horas para todxs, acabando com a figura da isenção de horário;
- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Proibição de estágios não remunerados;
- Realizar uma transformação de fundo no território: estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade em todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente a decisão coletiva sobre o espaço;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuidade do transporte público;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todxs;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dxs idosos;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

9. UM PARTIDO-MOVIMENTO, UM PARTIDO EM MOVIMENTO

9.1. O BE chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se como partido-movimento. Passados 19 anos da sua fundação, **o BE mostra-se apenas como partido tradicional e nada como movimento: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.** As pressões do sistema político dominante para construir uma



imagem de partido com capacidades governativas e fazer política mediática vão-se impondo e limitando a participação.

9.2. Ao BE sobram também acordos de cúpula e falta um debate estratégico de fundo mais vivo e mais formação política. Assim, o Bloco promoverá a discussão de alternativas de fundo para a sociedade que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções como a da necessidade da propriedade privada ou a configuração do imperialismo como existe hoje em dia. Este processo deverá beber e ser feito em debate com o trabalho político do movimento social.

9.3. O Bloco não ficará fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na autoconstrução imediata, na propaganda do elogio, mas ousará afirmar-se como o partido das solidariedades: procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidos, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

9.4. Para isso, é necessário:

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre questões fundamentais;
- Criar um boletim interno como veículo das diversas opiniões;
- Fazer renascer a formação política;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Criar um portal da transparência com informação atualizada sobre as contas do BE e as declarações de rendimentos de eleitos e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionárix e promover a rotatividade de funcionárix e nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido, reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

A política emancipatória faz-se sempre de muitas urgências. Mas a urgência prévia que nos permite disputar todas as outras será a que começa por colocar a militância, a participação, a horizontalidade como fundamentais, a que tem a coragem de recusar as chantagens da gestão quotidiana do sistema capitalista.

A força do Bloco não se pode esgotar na representação do partido dentro das instituições do Estado burguês. Esta deve estar assente nos movimentos sociais de base e nos interesses da classe trabalhadora. Deve ser reforçada e impulsionada em articulação com sindicatos, organizações e movimentos que lutem pelo fim da exploração e de todas as opressões. Só assim se construirá um BE em linha com o seu potencial emancipatório com um programa renovado pela radicalidade. Só assim poderemos alcançar o objetivo a que um projeto anticapitalista se propõe: superar o capitalismo, abrindo espaço para a construção de uma sociedade de iguais, humanamente diferentes.

SUBSCRITORES:

Afonso Jantarada, Lisboa - Lisboa, 10708

Alexandra Freire, Aveiro - Ovar, 4455

Alexandre Café, Lisboa - Vila Franca de Xira, 10070

Alexandre Nunes Cunha, Leiria - Caldas da Rainha, 9201

Amália Espiridão Oliveira, Évora - Évora, 956

Ana Martins, Lisboa - Lisboa, 6425

Angelo Leonardo Costa, Porto - Porto, 9739

António Alves Vieira, Porto - Porto, 10928

António Tomás, Porto - Porto, 12694

Artur Jorge De Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 12061

Carlos Carujo, Lisboa - Sintra, 101

Carlos Cerqueira, Lisboa - Sintra, 501

Catarina Galego, Lisboa - Loures, 12105

Catarina Príncipe, Porto - Porto, 3418

Diogo Araújo, Porto - Porto, 12279



- Eduardo Fernandes, Setúbal - Palmela, 11912
Eduardo Meca Castro, Porto - Porto, 12695
Egídio Fernandes, Madeira - Funchal, 7350
Elisabete Figueiredo, Aveiro - Aveiro, 9036
Érica Almeida Postiço, Lisboa - Lisboa, 5155
Francisco Pacheco, Porto - Porto, 12750
Frederico Carreiro, Lisboa - Sintra, 12907
Gisela Carvalho, Porto - Matosinhos, 12310
Helder Santos, Lisboa - Lisboa, 3395
Henrique Gil, Lisboa - Lisboa, 1093
Inês Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 5334
Irina Castro, Coimbra - Coimbra, 6797
Jaime Vaz do Santos, Setúbal - Sesimbra, 4626
Joana Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 3789
João Campos Moreira Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 10538
João Luciano, Europa - Bélgica, 184
João Nuno Paulo, Lisboa - Lisboa, 10580
João Patrocínio, Lisboa - Lisboa, 13408
João Paulo Pereira, Santarém - Torres Novas, 9936
João Pedro Santos, Setúbal - Setúbal, 9393
João Ponte, Leiria - Pombal, 13052
João Vieira, Lisboa - Lisboa, 14002
José António Melo Nunes Guerra, Setúbal - Sesimbra, 1032
José Luís Damas de Carvalho, Setúbal - Almada, 10721
José Manuel Dias, Évora - Évora, 7667
Joseph da Silva, Lisboa - Sintra, 7978
Júlio César de Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 3726
Luís Filipe Pires, Lisboa - Lisboa, 1026
Luís Santos, Lisboa - Odivelas, 8954
Mamadou Ba, Lisboa - Lisboa, 2126
Manuel Fernandes, Porto - Porto, 11068
Márcia Pereira, Lisboa - Lisboa, 12093
Maria Gabriela Serra Medeiros Oliveira, Açores - São Miguel, 3868
Maria José Samora, Lisboa - Sintra, 502
Mário Martins, Leiria - Pombal, 11238
Mateus Sadock, Lisboa - Lisboa, 12406
Mi Martinho Guerreiro, Lisboa - Cascais, 8469
Miguel Lobo Barbosa, Porto - Porto, 12374
Nuno Moniz, Porto - Porto, 4325
Orlanda Silva, Leiria - Leiria, 2891
Pedro Abreu, Europa - Noruega, 4791
Pedro F. Martins Pereira, Porto - Matosinhos, 4054
Pedro Taveira, Setúbal - Seixal, 11056
Samuel Cardoso, Lisboa - Lisboa, 9828
Sandra Sousa, Lisboa - Lisboa, 13199
Sónia Fernandes, Madeira - Funchal, 13410
Tomás Cunha, Lisboa - Vila Franca de Xira, 13196
Vitor Gonçalves, Lisboa - Vila Franca de Xira, 11253



**CONTRIBUTOS
PARA OS DEBATES
DA XI CONVENÇÃO**

DECLARAÇÃO DA PLATAFORMA NOVO CURSO DE APOIO À MOÇÃO A

ADELINO FORTUNATO, ALEXANDRE CORREIA, ÁLVARO CARVALHO, AMÂNDIO PATECA, ANA ASCENÇÃO, ANA BELIZ, ANA CARVALHO, ANA CRISTINA BASÍLIO, ANA LÚCIA MASSAS, ANA MARGARIDA ESTEVES, ANA VIEIRA DE CASTRO, ANABELA FERREIRA, ANABELA SILVA, ANTÓNIO ASCENSÃO, ANTÓNIO CARLOS FRUTUOSO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, ANTÓNIO PROENÇA, ARMANDO CARDOSO, BENVINDA COELHO, BERNARDINO ARANDA, BRUNO GUERRA, CARLA SOUSA, CARLOS NEVES, CARMENCITA CALDEIRA, CLARA FIGUEIREDO DUMONT, CLÁUDIA FERNANDES, CLÁUDIA LAMY, CLÁUDIO MONTEIRO, CRISTINA ZINA HERCULANO, DANIEL BAPTISTA, DAVID PEREIRA, DOROTEIA FREITAS, EUGÉNIA FARIA, FERNANDO LACERDA, FILIPA LOPES, FILIPE LOPES, FRANCISCA SERRÃO, FRANCISCO COLAÇO, HONÓRIO MARQUES, HUGO MANUEL LEMOS, IDALINA MARIA ALBERTO, IRENEU SANTANA, JOANA TEIXEIRA, JOÃO ALEXANDRE LOPES, JOÃO ALMEIDA, JOÃO BONA, JOÃO CAPELO, JOÃO CARLOS SILVA, JOÃO FERNANDES, JOÃO FERREIRA COSTA, JOÃO FREITAS, JOÃO NÓBREGA, JOÃO NUNO MATOS, JOÃO REBELO ALVES, JORDÃO COELHO, JORGE MONTEIRO, JORGE PEREIRA, JORGE RATO, JORGE RODRIGUES, JOSÉ ASCENSÃO, JOSÉ CARLOS SEABRA, JOSÉ FERREIRA, JOSÉ FIGUEIRA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, JOSÉ NÓBREGA, KAZI SALAH UDDIN, LINO FREITAS, LÚCIA DO CÉU RIJO, LUÍS CARAS ALTAS, LUÍS LOPES, LUÍS NASCIMENTO, LUÍS PEDRO COSTA, LUÍS PRIOSTE, LUÍSA RAMOS, MANUEL FERNANDES, MANUEL LEMOS, MANUELA MARCELINO, MARCELINO BASÍLIO, MARCO MENDES, MARIA AIDA LACERDA, MARIA BARROS, MARIA CARVALHO, MARIA CARVALHO, MARIA EUGÉNIA SILVA, MARIA FERNANDES, MARIA FILOMENA SANTOS, MARIA HELENA FIGUEIREDO, MARIA JOSÉ VITORINO, MARIA LEONOR LEMOS, MARIA LEONOR QUARESMA, MARIA MENDONÇA, MARIA NAZARÉ REIS, MARIA SALDANHA, MARIA SOUSA, MARIA TEIXEIRA, MARIA TELES, MARINO FIGUEIRA, MICAELA MORGADO, MIGUEL R OLIVEIRA, NÉLIA FIGUEIRA, NELSON CALHEIROS, NUNO VILHENA, PATRÍCIA BARREIRA, PAULA CRISTINA PEREIRA, PAULA CRISTINA REIS, PAULA ROSA, PAULINO ASCENSÃO, PEDRO DANIEL ALMEIDA, PEDRO FELGUEIRAS, PEDRO MIGUEL ALMEIDA, PEDRO MIGUEL HONRADO, PEDRO NUNO REIS, PEDRO VILÃO, RENATO MARCO INÁCIO, RICARDO GONÇALVES, RICARDO JORGE MENDES, RICARDO JOSÉ AZEVEDO, RITA ASCENSÃO, RITA FERNANDES, ROBERTO FERREIRA, ROBERTO VIEIRA, RUI CURADO SILVA, RUI LOPES, RUI MIGUEL MASSAS, RUTE SILVA, SANDRA TEIXEIRA, SARA GOULART, SARA LOPES, SÓNIA ALEXANDRA CASTRO, SÓNIA JARDIM, SÓNIA PATRÍCIA NUNES, SORAIA DOS REIS, TERESA CAMACHO, TERESA FARIA, TERESA FERNANDES, TERESA VIEIRA, TIAGO ASCENSÃO, VANESSA PEREIRA, VIRGÍNIA ORNELAS, WILLIAM NAVAL, ZÉLIA ALMEIDA

A Plataforma Novo Curso integrou a moção A e apresenta nesta declaração um breve balanço destes dois anos de intervenção política e traça algumas perspetivas para o futuro próximo.

OS ACORDOS À ESQUERDA

Os acordos que sustentaram o governo do PS foram, no essencial, uma opção correta pois evitaram privatizações, mais liberalização do mercado de trabalho, o plafonamento na segurança social e quebra do poder de compra. Mas, o Bloco nem sempre encontrou os instrumentos táticos para isolar a direção do PS, com o argumento de que a fragilidade da situação política não sustentaria este objetivo.

Tal orientação separou a etapa defensiva, a não regressão em matérias fundamentais, da etapa que permitiria ir mais longe e abrir as feridas da social-democracia. O grande embate com a União Europeia foi contornado pelo governo e o Bloco teve momentos em que perdeu iniciativa, ficou desarmado e ajudou o PS a crescer e a consolidar-se.

Por outro lado, a proximidade com o governo, se facilitou avanços em alguns dossiês importantes, como a subida do salário mínimo ou o combate à precariedade no Estado, nem sempre ajudou a manter o combate firme à austeridade nos serviços públicos, o que aumentou os riscos de institucionalização e social-democratização no contexto adverso de refluxo dos movimentos sociais.

MUDANÇAS NA DIREITA E A CRISE DA SOCIAL-DEMOCRACIA

Santana Lopes e outros agrupamentos ao criarem novos partidos procuram enfraquecer o PSD tornando menos viáveis os acordos do tipo Bloco Central, desenvolvendo uma agenda mais liberal na Saúde, Segurança Social e União Europeia, tentando alinhamentos internacionais com Macron e apostando nas fraturas entre o governo, o Bloco e o PCP.

Antecipando isto, Marcelo condenou as tentações fragmentárias de Santana. Marcelo precisa de um PSD mais forte que equilibre com o PS e retire relevância ao CDS, encostando-o aos extremos do espectro político. Não é isso que parece estar a acontecer.



Esta recomposição da direita é a expressão da divisão potencial da esquerda após a superação do Orçamento de 2019. A direita compreende que um novo acordo de legislatura entre os partidos de esquerda exigiria cedências in comportáveis do Bloco e PCP e prepara-se de forma taticamente diferenciada para isso.

Estes acontecimentos podem ajudar o PS, mas a prazo não será assim. Acossado por uma direita recomposta e mais fraturante, e à esquerda por Bloco e PCP que podem manter ou alargar a sua influência, o PS tende a dividir-se expondo as contradições que a “geringonça” ajudou a disfarçar.

Costa, opondo-se às alterações na legislação laboral ou não investindo nos serviços públicos favorece os privados. O PS alinha com as pressões da UE para as “reformas estruturais”, mas abre um conflito com as suas bases e apoiantes da “geringonça”. O PS pode evoluir como os seus congéneres europeus.

AS POTENCIALIDADES DE CRESCIMENTO DO BLOCO

Assim se entende a propaganda de A. Costa em torno do futuro da “geringonça”. Ela exprime o que seria mais confortável para o PS - neutralizar Bloco e PCP para ter entendimentos com o PSD sem riscos de divisão interna. O nosso objetivo é inviabilizar isto com uma tática ofensiva à esquerda.

Contrariando os entusiastas do Bloco Central, caminha-se para uma bipolarização, seguindo as tendências europeias sem os contornos dos grupos protofascistas, e retirando espaço para os equilíbrios ao “centro”. É nesta bipolarização e na divisão do PS que se alimentará o crescimento do Bloco.

O Bloco mantém uma margem de crescimento e deve aproveitá-la dirigindo-se a toda a esquerda com um desafio para um Governo de Esquerda para a revisão da legislação laboral, a nacionalização de alguns setores fundamentais, o aumento do investimento público, uma nova política para a saúde, a transição energética, ambiental e urbanística e a imposição da reestruturação justa da dívida pública.

MOÇÃO A

A Plataforma Novo Curso apoia a moção A, porque ela é o principal espaço de debate político do Bloco e quer contribuir para desenvolver a orientação e as tarefas que a situação exige. Nos últimos dois anos publicámos declarações políticas que continham apreciações críticas e que faziam sugestões de ajustamento na linha política.

Em todos os órgãos interviemos de forma leal, sempre na perspetiva de melhoria e de contribuição positiva para as decisões. Por vezes os nossos pontos de vista foram acolhidos, outras não. Estamos disponíveis para prosseguir este trajeto e fortalecer um Bloco de Esquerda para a luta contra o capitalismo e a exploração.

O Bloco deve reforçar a intervenção extraparlamentar nas lutas e acentuar as reivindicações mais avançadas do programa de um Governo de Esquerda. O reforço do Bloco de Esquerda é uma tarefa urgente e ela passa também pela revitalização da sua vida interna, dos seus núcleos, do trabalho local e do funcionamento democrático. Precisamos, finalmente, com urgência de uma verdadeira política de formação de quadros.

O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO NO BLOCO DE ESQUERDA

ADELINO FORTUNATO, ANA LÚCIA MASSAS, CRISTINA ZINA HERCULANO, FRANCISCO COLAÇO, JOÃO ALMEIDA, JOÃO NÓBREGA, JOSÉ MANUEL BOAVIDA, MARIA HELENA FIGUEIREDO, MARIA JOSÉ VITORINO, MIGUEL OLIVEIRA, NELSON CALHEIROS, PATRÍCIA BARREIRA, PAULINO ASCENSÃO, PEDRO NUNO REIS, PEDRO VILÃO, RUI CURADO SILVA, RUI FERRÃO

Os acontecimentos recentes com representantes do Bloco de Esquerda na Câmara e na Assembleia Municipal de Lisboa ajudaram a tornar evidentes as nossas dificuldades nas escolhas para cargos relevantes de natureza política. A última Convenção consagrou um novo curso para a linha política que ajudou o Bloco a renascer e a aumentar a sua influência, mas não foi capaz de melhorar o sistema, gerado na fundação, de representação baseado no peso quase esmagador das sensibilidades maioritárias.

É sabido que o Bloco tem escassez de quadros, tendo em conta as responsabilidades políticas que deve assumir: mais lugares no Parlamento, mais lugares nas autarquias, maior solicitação dos movimentos sociais e das lutas, necessidade permanente de elaboração de propostas/projetos de maior complexidade, novas frentes de intervenção com um nível acrescido de exigência. Esta escassez resulta do nosso modelo de crescimento, baseado no alargamento da influência junto de novas camadas menos politizadas da população, sem captar novos quadros na mesma proporção ou sequer manter os que já existem. Em certa medida este modelo é imposto pelo refluxo da situação política e dos movimentos sociais, pouco propício à formação de uma nova vanguarda que possa ser por nós conquistada.

Mas é muito mais que isso. Mesmo que aqueles quadros e aquela vanguarda se decantassem nas lutas teríamos sempre o problema de compatibilizar a sua representatividade no terreno da luta social com a integração no esquema rígido das sensibilidades internas maioritárias que se reproduzem em articulação com o aparelho. Um novo aderente com capacidade e disponibilidade para ter responsabilidades no Bloco só tem uma forma de o conseguir fazer: aproximando-se ou integrando uma das sensibilidades maioritárias.

Este processo é perverso, enfraquece artificialmente as minorias, incentiva o carreirismo num cenário de institucionalização crescente do Bloco, recorrendo a aderentes politicamente pouco preparados, ainda que fáceis de orientar do ponto de vista burocrático. Institucionalização significa mais representação nos órgãos do aparelho de estado envolvendo mais quadros na assessoria técnica e política que são retirados de outras áreas de intervenção, mas significa também canalização das lutas e movimentações sociais para o terreno institucional (nomeadamente do Parlamento). Não deve ser regra que qualquer iniciativa seja dirigida por um deputado.

Este é um falso dilema, porque não há contradição entre a representação institucional e o fortalecimento da luta social. A questão deve ser - como aproveitar a influência ganha no terreno das instituições para ajudar a autonomia e o desenvolvimento das lutas de massas nos locais de trabalho e nas ruas. O esquema de progressão despolitizada de quadros que se aproximam das sensibilidades maioritárias pressiona o Bloco no sentido errado e constitui um incentivo à burocratização e à social-democratização.

Ou o Bloco é capaz de fazer evoluir o modelo de representação herdado da fundação, baseado na partilha do aparelho, dando lugar a uma representação assente em reais divergências políticas e na participação de quem é mais capaz de desempenhar funções e assumir responsabilidades, ou irá experimentar novos sobressaltos. O Bloco tem boas perspectivas de desenvolvimento para a luta anticapitalista se souber aproveitar as tendências que a situação política nacional e internacional lhe proporcionam. Mas nada disto é automático, pois implica um ajustamento nos mecanismos de representação interna dando valor às minorias e a outros aderentes, e a uma política de atração e formação de novos quadros, respondendo às suas preocupações mais avançadas.



LGBTI+: INTERSECCIONALIDADE E LUTA

ADRIANA AFONSO, BRUNO MAIA, MARIANA OLHO AZUL, PATRÍCIA MARTINS

O movimento LGBTI+ em Portugal protagonizou, no espaço de 2 décadas, uma transformação significativa do espaço público e da vida coletiva, ao mesmo tempo que conquistou vitórias institucionais importantes, através da mudança de leis como o casamento, a adoção e a identidade de género. Estes avanços sociais e políticos foram derrotas fundamentais do conservadorismo e do tradicionalismo que o enfraqueceram e abriram espaço para um combate emancipatório mais articulado e mais profundo.

Na sequência da consagração legal das principais bandeiras deste movimento, ele enfrentou (e enfrenta ainda) um debate sobre o seu futuro: há ainda espaço para a combatividade radical pela destruição da normatividade de orientações e géneros, ou a institucionalização e a assimilação pelo poder são o caminho “natural” de um movimento que tem sido vitorioso? Admitindo que esta fronteira não é imutável, com momentos e batalhas que serão sempre alianças entre campos de atuação distintos, enquanto ativistas e membros de um partido de esquerda sentimos a responsabilidade de participar neste debate, incutindo-lhe uma perspectiva emancipatória de esquerda.

Nos últimos anos, após a formalização de um conjunto de direitos fundamentais, o movimento LGBTI+ cresceu, ao invés de entrar em refluxo. Cresceu em diversidade de coletivos, assumindo diferentes reivindicações e identidades de luta (coletivos trans, queer, de bissexuais, assexuais, aromânticos, poliamorosos, de jovens LGBTI+, dos seus familiares, ...) e as marchas do orgulho cresceram onde já existiam e apareceram de novo em dezenas de cidades. Esta diversidade representa um pulsar novo: a normalização das famílias LGBTI+ deixou de ser o eucalipto que seca tudo à sua volta no movimento, para ser substituído pelas lutas emancipatórias contra a heteronormatividade e o patriarcado, assumindo múltiplas expressões.

Sabemos que todos os direitos e conquistas sociais podem ser regressivos e não baixamos os braços na luta pela sua manutenção e efetivação. No entanto, enquanto militantes de esquerda reconhecemos nesta nova fase do movimento uma oportunidade para ir mais além na luta pela emancipação e contra o heteropatriarcado.

Isto significa identificar no sistema político, social e económico as raízes de todas as opressões para as combater. Não nos revemos em pseudo-emancipações LGBTI+ que se alicerçam no “mercado rosa” e na criação de identidades de consumo como garante de liberdade. Em nenhum momento o mercado pode ser emancipatório porque ele próprio é fator de exclusão baseado na classe social. E o mercado rosa (tal como o restante) exclui com base na classe e não só: o consumidor LGBTI+ é maioritariamente constituído por homens gays, brancos, de classe média e urbanos.

Contra esta pseudo-libertação que exclui, responderemos, cada vez mais, com um movimento interseccional. Um movimento LGBTI+ que seja também feminista, anti-racista, ecologista, que se identifique com a luta d@s trabalhador@s do sexo, que se reveja na luta contra a precariedade, que volte a ser parte integrante no combate ao VIH.

No Bloco, “corremos por fora e corremos por dentro”, queremos continuar a fazer a diferença nas instituições que integramos e sabemos que há ainda um longo caminho a percorrer: melhorar a lei da identidade de género, garantir um sistema de adoção mais eficaz que sirva as crianças institucionalizadas, introduzir mecanismos concretos de combate à discriminação nas forças de segurança, nas escolas, no desporto e nas instituições de saúde, defender uma educação sexual não normativa para tod@s, criar práticas em saúde que respondam às especificidades de pessoas LGBTI+ e tornar a proposta da gestação de substituição mais inclusiva. Mas não nos esquecemos que a esquerda emancipatória se funda no ativismo para a transformação social e essa, hoje mais do que nunca, depende de um combate radical, interseccional, anticapitalista, que recuse a anexação pelo mercado e garanta independência e autonomia em relação às instituições.



INTENSIFICAR A LUTA PELO RESPEITO DE TODOS OS ANIMAIS

ALEXANDRA MANES, BRUNO CANDEIAS, BRUNO MARTINS, CRISTINA ANDRADE, DAVID SHER, DIEGO GARCIA, FRANCISCO CORDEIRO, HUGO EVANGELISTA, INÊS FERREIRA, JOSÉ MANUEL PUREZA, LUÍS COSTA, MARIA MANUEL ROLA, NELSON PERALTA, RUI RICARDO, SANDRA CUNHA, ADRIANO CAMPOS, ALBANO SANTOS, ALDA SOUSA, ANA COSTA, SANTARÉM, ANDRÉ CARVALHO, ANDRÉ JULIÃO, ANA MARGARIDA ESTEVES, ANA SOFIA CORTES, ANTÓNIO GIL, ANTÓNIO GOMES, ANTÓNIO LIMA, ARMINDO SILVEIRA, BERNARDINO GUIA, BRUNO GÓIS, BRUNO MAGALHÃES CARLA CELESTE SOUSA, CARLA GARCIA, CARLOS COUTO, CARLOS GUEDES, CARMEN CALHAU, CARMO BICA, CAROLINA VIEIRA, CÉSAR SOUSA, CLÁUDIA BRAGA, CRISTIANA CARVALHO, CRISTINA SEMBLANO, DEOLINDA MARTIN, DIANA AZÓIA, DIANA PEREIRA, DIANA SILVA, DILAN GRANJO, EDUARDO COUTO, ELISA ANTUNES, GONÇALO GONÇALVES, EDUARDO MARQUES, ÉRICA ALMEIDA POSTIÇO, ÉRICA CALÇA, FABIAN FIGUEIREDO, FERNANDO LACERDA, FILIPA FILIPE, FRANCISCO ALVES, FRANCISCO PASCOAL, GUILHERME PARREIRA, HELENA PINTO, HELGA CALÇADA, HUGO CUNHA, HUGO MONTEIRO, HUGO PARREIRA, HUGO RAIMUNDO, IGOR GAGO, IVO BARROS, JAIME MESTRE, JOANA PIRES, JOANA SARAIVA, JOÃO CAMARGO, JOÃO CARVALHO, JOÃO NEVES, JOÃO PAULO CAIO, JOÃO VIEIRA, JONI LEDO, JORGE SANTOS, JORGE SANTOS, JORGE SILVA, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ BARROS, JOSÉ CARREIRA, JOSÉ ERNESTO OLIVEIRA, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ NEVES FILIPE, JOSÉ GUSMÃO, KÁTIA REIS, LAURA RAMALHO, LÚCIA CUNHA, LUÍS GRÁCIO, LUÍS FILIPE MATIAS, LUIS QUEIRÓS, MANUEL FERNANDES, MARCO MARQUES, MARIA CASEIRO, MARIA DA LUZ LOPES, MARIA HELENA FIGUEIREDO, MARIA JOÃO RODRIGUES, MARIANA FERREIRA, MARINA ROMANA, MÁRIO BARROS, MARISA LANEIRO, MARLISA FURTADO, MARTINA RIBEIRO, MARY ROSAS, MIGUEL PEREIRA, MIGUEL PINHEIRO, MIRIAM CABO, MICAELA MORGADO, MIGUEL CARDOSO, NATACHA ÁLVARO, NUNO ANTUNES, NUNO CALÇA, NUNO VIANA, PATRÍCIA COUTINHO, PATRÍCIA MARTINS, PATRÍCIA MONTEIRO, PAULA DA COSTA WILLIAMS, PAULA SANTOS, PAULO JORGE VIEIRA, PAULO SOUSA, PAULA TEIXEIRA, PEDRO ALVES, PEDRO AMARAL, PEDRO FERREIRA, PEDRO LOUÇÃO, PEDRO MESQUITA, PEDRO PISCO, RAQUEL AZEVEDO, RICARDO GOUVEIA, RICARDO MOREIRA, RICARDO VICENTE, RITA GORGULHO, RITA SARRICO, ROBERTO ALMADA, RODRIGO RIVERA, ROMANA SOUSA, ROSA MARIA PEREIRA, RUI CURADO SILVA, RUI LINO, RUI NÓVOA, RUI SEIXAS, SALOMÉ VENTURA, SAMUEL CARDOSO, SANDRA DIAS, SARA SANTOS, SUSANA CONSTANTE PEREIRA, TATIANA MOUTINHO, TIAGO IVO CRUZ, TIAGO DOS SANTOS, TIAGO TEIXEIRA, TITO FONTES, TOMÁS CORREIA, VASCO BARATA, VICENTE FERREIRA, WILLIAM NAVAL, ZURANDA SOARES

O Bloco tem desempenhado um papel relevante na afirmação do bem-estar animal como princípio político. A luta pelo bem-estar animal é hoje referência de mobilização social e o movimento que a exprime, não obstante todas as suas contradições, tem uma vitalidade indiscutível. É uma luta que veio para ficar.

Nos últimos anos têm-se registado alguns avanços das políticas de bem-estar animal no plano legal que não escondem um grande atraso legislativo e de fiscalização em relação à forma como hoje a sociedade considera os animais com os quais nos relacionamos seja na alimentação, no entretenimento, na investigação, no contexto pedagógico ou como companheiros do quotidiano. As mudanças operadas no estatuto jurídico dos animais em 2017 – deixando de os considerar como coisas e atribuindo-lhes um estatuto jurídico próprio – assim como o reforço da criminalização dos maus tratos a animais domésticos foram lutas ganhas pelos movimentos de defesa do bem-estar animal. O contributo do Bloco de Esquerda para estas vitórias foi decisivo. Mas, mesmo nestes dois domínios, as soluções consagradas em lei ficaram muito aquém do que o movimento social e o Bloco de Esquerda pretendiam. Nesta e noutras matérias ainda muito está por fazer. Não se compreende, desde logo, que a legislação relativa aos maus tratos animais apenas proteja animais de companhia e deixe de fora tantos outros animais que são igualmente seres sencientes. O alargamento da lei dos maus tratos a todos os animais sencientes é essencial para uma legislação respeitadora do estatuto jurídico dos animais agora plasmado em lei.

O Bloco de Esquerda reforça o seu compromisso para com as políticas de bem-estar animal. Fazêmo-lo integrando a luta pelo respeito do bem-estar animal numa construção anticapitalista mais ampla, isto é, uma construção que combate a exploração e as relações de dominação a todas as escalas, nomeadamente a violência e objetificação com que a indústria e as políticas, na sua grande maioria, encaram os animais.

É sob essa perspetiva que, desde logo, o Bloco de Esquerda reivindica a substituição de touradas e outros espetáculos que violentam animais por iniciativas culturais e desportivas de outro pendor, a proibição de espetáculos de circo com animais selvagens ou o recurso, sempre que possível, a alternativas ao uso de animais na investigação científica. O Bloco de Esquerda recusa a concessão de apoios públicos, diretos e



indiretos, a eventos tauromáquicos e a outros espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais e reforça o compromisso com os movimentos estudantis contra as garraíadas.

Também nas políticas do bem-estar dos animais errantes e de companhia o Bloco de Esquerda tem estado na linha da frente. Reivindicamos a disponibilização de serviço público provido pelos municípios de esterilização de animais errantes, assilvestrados e de companhia como forma de controlo da população de animais, em alternativa ao abate em canis, e a criação de uma Rede de Centros de Recolha Oficial que abranja todos os municípios. O Bloco de Esquerda continuará a bater-se por uma estratégia nacional que articule os diferentes níveis de atuação e que faça face às exigências da lei de não abate de animais neste período de normalização da sua vigência.

É também nessa perspetiva anticapitalista que o Bloco de Esquerda repudia a promoção do negócio de exportação de animais vivos para países que não garantem normas de bem-estar animal, iniciada pelo Governo CDS/PSD e ampliada pelo atual Governo. O intensivismo ilimitado de produção e transporte de animais atenta contra o bem-estar animal, o ambiente e os direitos dos trabalhadores e dos pequenos produtores de animais. O Bloco de Esquerda defende práticas de produção de proximidade, um modelo não intensivo de produção e a transição para regimes de criação extensiva, minorando assim a pegada ecológica que o produtivismo (incluindo o transporte) implica.

O Bloco de Esquerda tem estado militantemente nas lutas por todos estes avanços em estreita ligação com as reivindicações do movimento social e em linha com os avanços a nível científico, social e legal. Assumimos o compromisso de aprofundar a capacidade de intervenção dos e das ativistas que alertam para o desrespeito contra os animais e os processos de poluição ambiental. É essencial a participação dos movimentos sociais na transparência e no envolvimento em definição de políticas públicas para avanços nestes campos.



GREVE FEMINISTA DE 8 DE MARÇO

ADRIANA FERREIRA, ADRIANA LOPERA, ALEXANDRA VIEIRA, ANA BARBOSA, ANA CASTRO, ANDREA PENICHE, ANDREIA QUARTAU, CARMO MARQUES, CATARINA COTTAS PENICHE, INÊS SANTOS, ISABEL PIRES, JOANA GRILO, MARIANA FALCATO SIMÕES, MARTA CALEJO, PATRÍCIA MARTINS, RAQUEL AZEVEDO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA

Em 2018, as mulheres pararam e, com elas, o mundo parou. Foram milhões as mulheres que tomaram a palavra e as ruas de centenas de cidades de dezenas de países numa mobilização sem precedentes. A Greve Feminista de 8 de Março é, por isso, uma das mais importantes realizações coletivas internacionais e internacionalistas dos dias de hoje.

A Greve Feminista não é apenas uma greve ao trabalho remunerado, é também uma greve ao trabalho doméstico e do cuidado, exatamente porque o trabalho das mulheres não acontece apenas no espaço da produção, por mais invisibilizado e desvalorizado que seja. A Greve Feminista reclama mudanças políticas, sociais e económicas profundas, na justa medida em que propõe sociedades organizadas em torno das necessidades das pessoas, tendo a sustentabilidade do planeta como horizonte.

Em Portugal, a Greve Feminista de 2018 também foi convocada, mas o processo começou tarde e, por isso, o engenho e a arte não foram suficientes para vencermos todas as barreiras que enfrentámos. A primeira delas foi exatamente a disputa pelo direito a usar a palavra greve. Muita coisa foi dita e escrita, que a greve é coisa séria, um direito que custou muito a conquistar e que, portanto, a palavra deve ser usada com parcimónia. Acontece que greve é o termo que melhor enfatiza a centralidade do trabalho na vida das mulheres e a necessidade da sua autoidentificação e do seu reconhecimento como trabalhadoras, qualquer que seja a forma do seu trabalho. Por isso, a Greve Feminista é mesmo uma greve, apesar de não ser uma greve qualquer. É uma greve que põe em cima da mesa as questões da desigualdade e da discriminação no trabalho - remunerado e não remunerado -, denunciando o capitalismo e responsabilizando-o pela degradação das condições de vida sentidas em todas as esferas da vida por todos os povos do mundo. É, por isso, uma greve que procura reconfigurar a questão do trabalho e lança o desafio da inclusão ao movimento sindical, exatamente porque é uma greve feita por trabalhadoras que trabalham no mercado formal e informal, trabalhadoras com salário e sem salário, trabalhadoras que ganham menos do que eles, apesar de desempenharem as mesmas funções. E essa reconfiguração do trabalho é central em qualquer discussão séria que se queira ter sobre a revitalização da resistência anticapitalista.

O processo de construção da Greve Feminista é tão complexo quanto desafiante. Complexo, porque nos desafia a fazer as coisas de modo diferente, a articular com diversos setores uma pauta reivindicativa comum; desafiante precisamente porque nos coloca como protagonistas de um dos mais importantes processos de construção coletiva da atualidade.

São dois os desafios principais que se colocam no processo de construção desta Greve:

1. Desafio às organizações feministas de levarem à prática a interseccionalidade que reivindicam como matriz. Isto implica a capacidade de dialogar com diversos setores sociais, dos sindicatos às associações de estudantes, do movimento antirracista ao movimento LGBTQI+, entre tantos outros, e de, em conjunto, construir propostas que demonstrem que a emancipação é um processo que reclama a alteração de todas as estruturas de exploração e opressão.
2. Desafio às organizações sindicais a serem parte deste processo, o que significa inaugurar uma discussão fundamental: a reconfiguração do conceito de trabalho e do sindicalismo inclusivo, no sentido de incluir no seu âmbito de ação não apenas o trabalho assalariado e o combate à desigualdade salarial e aos baixos salários, mas todo o trabalho que é feito sem salário e sem contrato, do trabalho doméstico ao trabalho precário, do trabalho desempenhado na sombra por imigrantes sem direitos e sem proteção social.



Este processo de construção coletiva que questiona a velha forma de organizar a resistência e pergunta pelo lugar das mulheres nas propostas da emancipação não rejeita a história do movimento operário, pelo contrário, reclama-se dela, mas propõe-se alterá-la com as vozes, as necessidades e as propostas das excluídas, das que sempre trabalharam e ganharam menos, das que sempre trabalharam no espaço doméstico e cuidaram de todas as pessoas – ascendentes e descendentes – e nunca viram o seu trabalho reconhecido e valorizado, de todas aquelas que, nacionais e imigrantes, garantem todos os dias que o mundo funciona.

Construir esta Greve implica um enorme esforço, porque é necessário contactar sindicatos, associações de estudantes, coletivos e associações e conseguir que, em rede, todos se articulem, multipliquem iniciativas e mobilizem pessoas. É também necessário muita divulgação, agitação e propaganda, para conseguir conquistar espaço no debate público, apresentar a Greve, defendê-la e marcá-la na agenda. Tudo isto requer muita energia militante e uma enorme capacidade de saber fazer com outras e outros. Para tudo isto, precisamos de um Bloco empenhado na construção da Greve Feminista.



O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO IMPERATIVO POLÍTICO

ADRIANA LOPERA, ALMERINDA BENTO, ANABELA MANGAS, ANA CANSADO, ANA JÚLIA FILIPE, ANDREIA QUARTAU, BRUNO GÓIS, CARLOS GUINOTE, CARLOS LÁZARO, CARLOS OLIVEIRA, CATARINA OLIVEIRA, CECÍLIA HONÓRIO, CIPRIANO PISCO, CRISTINA ANDRADE, DEOLINDA MARTIN, DINA NUNES, ÉRICA ALMEIDA POSTIÇO, FABIAN FIGUEIREDO, FÁTIMA BARATA, FÁTIMA PINHEIRO, FELICIANA MOTA, FILIPA GONÇALVES, FRANCISCO ALVES, FRANCISCO MORAIS, FRANCISCO SILVA, HELENA PINTO, HUGO PEREIRA, INÉS RIBEIRO SANTOS, ISABEL PIRES, IZAURA SOLIPA, JOANA MORTÁGUA, JOSÉ ANTÓNIO ROCHA, JULIETA ROCHA, KARIM QUINTINO, LUÍS FILIPE PEREIRA, LUÍS MONTEIRO, LUÍSA TEIXEIRA, MAFALDA ESCADA, MANUELA TAVARES, MÁRCIA SANTANA, MARIA MANUEL ROLA, MARIANA AIVECA, MARIANA CARNEIRO, MARIANA GOMES, MARTA COSTA, PEDRO OLIVEIRA, RICARDO GOUVEIA, SANDRA CUNHA, SANDRA MALTEZ, SANDRA SOUSA, SARA SANTOS, SOFIA ROQUE, VANESSA SOUSA, VÍTOR CAVALINHOS, VÍTOR ROSA

Muito mudou desde que em Portugal, em todos os manuais de leitura se podia ler: “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; na Nação, o chefe é o governo.”

Esta marca ideológica conservadora não se apagou apesar dos grandes avanços decorrentes de diplomas legais, da revisão do Código Civil, do Código Penal e de uma nova Constituição que marcam os primeiros anos da Revolução de Abril. Persiste na linguagem, nos manuais escolares, na publicidade, no vida do dia a dia. Recentes acórdãos proferidos por juízes e juízas mostram à sociedade como o conservadorismo e o preconceito continuam a moldar sentenças de quem tem poder no campo da justiça. Tal como nas universidades, onde se esperava que o sexismo não existisse, ele está presente em todos os níveis e em todas as dimensões da vida universitária, dos/as docentes aos/às estudantes. O que prova que não basta mudar as leis. Precisamos de transformar a sociedade.

É inegável o contributo do Bloco de Esquerda na conquista de vários direitos na história da luta das mulheres pela Igualdade de Género. O Bloco introduziu no discurso público e na agenda política o combate às discriminações de género assumindo a ideia motriz de que as desigualdades não decorrem de diferenças naturais ou meros hábitos culturais, mas que estes resultam sim do pensamento dominante e ultraconservador do patriarcado e da estrutura de relações de poder na sociedade.

A consagração da Violência Doméstica como crime público em 2000, a lei da Paridade de 2006 que permitiu mudar o panorama dos órgãos de representação política e garantiu uma evolução gradual da presença das mulheres no parlamento, o fim dos vãos de escada e da perseguição criminal das mulheres com a descriminalização do aborto em 2007, a Lei da Identidade de Género e mais recentemente o Direito à Autodeterminação de Género foram apenas algumas das conquistas para as quais o Bloco de Esquerda foi elemento decisivo.

Mas não obstante o caminho alcançado em matéria de direitos das mulheres e do combate às desigualdades, as discriminações e a violência de género persistem na sociedade.

As desigualdades salariais, no acesso a cargos de liderança e tomada de decisão, na conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional ou na participação política, a exposição à precariedade, à pobreza e à exclusão social que atingem com particular gravidade as mulheres, são a face de sociedades patriarcais, onde os homens dominam e as mulheres são dominadas. Mas é a violência sobre as mulheres, especialmente, a violência doméstica e sexual, os feminicídios e o assédio nos espaços públicos e privados que expressam as mais extremas formas de opressão e dominação das mulheres.

Sabe-se que uma em cada três mulheres, já foi ou será vítima de algum tipo de violência. Em Portugal, entre 2004 e 2017 foram assassinadas 473 mulheres em contexto de conjugalidade ou relações familiares privilegiadas. Registaram-se cerca de 600 tentativas de homicídio no mesmo período. Este ano, até ao momento, 21 mulheres foram assassinadas por alguém com quem tinham ou tiveram uma relação de intimidade! As denúncias da violência no namoro acompanham a tendência de crescimento da violência doméstica.



O silenciamento, a invisibilidade, a desvalorização e a naturalização das desigualdades perpetuam e reproduzem a violência contra as mulheres como uma “epidemia silenciosa”.

O Bloco de Esquerda rejeita esta cultura patriarcal, machista e misógina e reforça o compromisso da luta em defesa dos direitos das mulheres, da igualdade, assumindo o combate à violência de género como um imperativo e uma prioridade política.

A prevenção da violência sobre as mulheres é para isso fundamental. A educação desde o ensino pré-escolar e ao longo de todo o percurso escolar para desocultar os estereótipos, os papéis diferenciados de género e numa perspectiva de combate a todas as formas de discriminação e sexismo é crucial na estruturação de cidadãos e cidadãs saudáveis e livres. Para tal, é também indispensável a formação de docentes dos vários níveis de escolaridade. Tal como a formação especializada de juízes/as em igualdade de género e violência de género, nas faculdades de Direito e no Centro de Estudos Judiciários, para que não mais se invoque a Bíblia, ou a deslealdade e imoralidade sexual da vítima, ou o adultério para responsabilizar as vítimas, que ousaram ter tais comportamentos na “coutada do macho ibérico”.

Medidas efetivas de combate à violência contra as mulheres implicam toda a sociedade: o governo, os partidos, os movimentos sociais, os media. A prevenção, a formação e a educação constituem-se como peças fundamentais deste combate e implicam uma mudança radical na forma como se olha para mulheres e homens. A mudança que o Bloco de Esquerda exige é a de que se garanta, a mulheres e homens, um estatuto igual e os mesmos direitos. Nem menos nem mais. Direitos iguais.

PREVPAP: A LUTA AINDA MAL COMEÇOU

ADRIANO CAMPOS, ANA FEIJÃO, CLÁUDIA BRAGA, DANIEL CARAPAU, JOSÉ SOEIRO, MARCO MARQUES, RAQUEL AZEVEDO, RICARDO VICENTE, TIAGO GILLOT

O PREVPAP é uma oportunidade para a reorganização de largos sectores de trabalhadores/as submetidos à precariedade e à exploração promovidas pelo próprio Estado. O Bloco de Esquerda assumiu este processo como uma batalha fundamental em face de um PS encostado à manutenção das leis laborais da troika.

O primeiro passo deste processo foi, como se sabe, a realização de um levantamento de todas as situações de contratação não permanente no Estado. Esse diagnóstico foi tornado público em janeiro de 2017, confirmando que o Estado era, de facto, “o maior patrão de precários”. Nesse relatório contabilizaram-se 116.391 trabalhadores com vínculos não permanentes, quer na Administração Pública quer no setor empresarial do Estado (17,5% do total do emprego neste setor), distribuídos entre contratos a prazo (76.669), prestações de serviços (19.157 recibos verdes) e modalidades de precariedade assistida pelo Estado (15.061 contratos emprego inserção, 3.662 bolsas de investigação, 1842 estágios). Sabemos que o relatório não incluiu todas as situações de precariedade no Estado, uma exigência de tantos movimentos, e uma parte das que inclui estava automaticamente fora do PREVPAP no Estado Central (as dezenas de milhar de trabalhadores das autarquias; algumas dezenas de milhar de professor com um processo próprio de vinculação; os militares).

A este passo seguiu-se uma grande disputa, que está longe de terminar: definir o universo de quem tem direito a um vínculo efetivo por desempenhar uma necessidade permanente do Estado. Essa disputa inclui a definição do que se entende por “necessidade permanente”, de qual o “perímetro” do Estado (a questão dos outsourcings e da intermediação laboral por via de empresas fornecedoras de serviços e mão-de-obra, uma das vias mais fortes de precarização nos últimos anos) e de quais os critérios de laboralidade que definem uma relação de trabalho subordinada e um contrato efetivo.

O processo legislativo desencadeou assim não apenas um processo de produção de conhecimento sobre a realidade do trabalho precário no setor público (revelando como o estatuto laboral de quem trabalha para o Estado está completamente fragmentado, com dezenas de situações e condições diferentes, muitas delas irregulares e ilegais), mas também um processo de auto-organização. De há um ano e meio para cá, têm-se constituído diferentes grupos de precários, de que são exemplo os formadores do IEFP (um fenómeno inédito, que teve também o impulso decisivo da Associação Portuguesa de Formadores), os grupos e redes de investigadores, o grupo dos Técnicos Especializados na área da Educação, os precários do setor da saúde intermediados por empresas privadas para trabalharem em hospitais públicos (o exemplo do Centro Hospitalar do Oeste é um dos mais importantes em combatividade, persistência, capacidade de organização e vitórias concretas), os trabalhadores dos programas operacionais, os estagiários dos Programa de Estágios na Administração Central (o grupo PEPAC), entre muitos outros. Esses grupos correspondem a trabalhadores que estavam, regra geral, fora da representação sindical. Desde então têm lutado por soluções que lhes respondam e desenvolveram formas de articulação entre si e com os sindicatos. Neste processo, o papel da Plataforma “Precários do Estado” foi fundamental para a coordenação e avanço desta luta.

Este caminho tem sido revelador de múltiplas dificuldades. As dos sindicatos presentes nas Comissões de Avaliação do PREVPAP, que apesar de se terem empenhado em convencer os trabalhadores a fazerem requerimentos, desperdiçaram em grande medida o que era provavelmente o seu maior poder nessas comissões e junto dos dirigentes: entregarem as suas próprias listas de precários a serem integrados, organismo a organismo, serviço a serviço. As dos grupos mais informais de trabalhadores, cuja informalidade os privou de uma representação direta nos espaços de decisão. As dos dirigentes máximos dos organismos



que, nalguns casos por desconhecimento e inércia, noutros pela vontade de manter relações de dominação e de dependência (o exemplo de boicote dos Reitores no que diz respeito a investigadores e a docentes, ou da Administração da RTP é muito eloquente), têm sido um elemento de sabotagem a um programa que constitui um dos mais importantes compromissos da atual maioria.

Não desistimos desta luta. Durante quase dois anos juntamos o que antes estava separado e construímos um caminho que vai para lá da habitual mediação sindical e da promessa governamental. A construção deste movimento foi fundamental para assegurar conquistas dentro processo que muitos, a começar pelo PCP, teimaram em ver como um exercício institucional de regularização. Não o é apenas, é uma oportunidade de organização duradoura e de renovação de quadros que fazem mexer o movimento organizado da classe que vive do seu trabalho. A luta ainda mal começou.



UMA RESPOSTA DE ESQUERDA AO SMO

AFONSO JANTARADA, MAFALDA ESCADA, ANDREIA QUARTAU, SARA SANTOS, RICARDO GOUVEIA, FREDERICO CARREIRO, ANDREA PENICHE, LUÍS MONTEIRO, ADRIANO CAMPOS, ALEXANDRE FERNANDES, INÊS RIBEIRO SANTOS, JOSÉ FALCÃO, GONÇALO PESSA, MARIANA OLHO AZUL, TOMÁS MARQUES, MARCO NEVES MARQUES, IZAURA SOLIPA, DAVID SHER, RODRIGO RIVERA, ANA JÚLIA FILIPE, JOSÉ SOEIRO, MARIA MANUEL ROLA, DIOGO MENDES, JOSÉ CARVALHO, ARTUR GOUVEIA, SAMUEL CARDOSO, AMÁLIA OLIVEIRA, ALEXANDRE CUNHA, ERNESTO FERRAZ, LEONOR ROSAS

As Forças Armadas (FFAA) e o Serviço Militar Obrigatório (SMO) sempre foram um tema importante para a esquerda radical e um dos pilares fundadores do Bloco de Esquerda. Temos orgulho na posição histórica do nosso campo político sobre este tema: a rejeição do SMO.

Recentemente, o debate sobre o SMO foi reaberto, na sequência de declarações simpatizantes com o mesmo por parte de um membro do governo, bem como de várias personalidades e partidos políticos. A nível internacional, a exigência de mais participação dos países membros da NATO por Trump, a sua eleição e a ascensão da extrema-direita, bem como a escalada de conflitos armados, intensificam a corrida ao armamento e a políticas securitárias, como se verifica, aliás, numa Europa cada vez mais fortaleza e com cada vez mais estados a implementar o SMO. Não nos deixemos enganar: o debate sobre o SMO não foi relançado pela necessidade de revisão de uma posição de fundo, mas pelo contexto de crescente violência e armamento perante o aumento das migrações para a Europa, o intensificar dos conflitos no Médio Oriente, e a vontade de Trump em manter a posição de “polícia do mundo”, traço comum às administrações Norte-Americanas desde há muito. A nossa posição não poderá nunca esquecer o contexto em que é tomada. Neste sentido, cremos ser importante reforçá-la e contribuir com argumentos que nos levem a criar maiorias em torno da mesma, tendo em conta o momento e o contexto político em que o debate é relançado.

Rejeitamos as FFAA nacionalistas que incutem um sentimento de patriotismo vazio feito de símbolos colonialistas, contrário à solidariedade internacionalista que preconizamos. A sua estrutura fortemente hierárquica, assente na obediência, vai contra a sociedade de iguais, inconformada e democrática que queremos. Defender o SMO é legitimar as FFAA como as conhecemos, incompatíveis com o mundo que queremos construir. Não engrossamos as suas fileiras.

Somos uma esquerda anti-militarista que recusa políticas securitárias que reproduzem o racismo, a xenofobia, o machismo e a LGBTfobia, e de desrespeito pelos direitos humanos. Recusamos o aumento da despesa em defesa porque não aceitamos participar em guerras, em nome de princípios que combatemos, nem legitimamos discursos xenófobos que defendem mais militares contra o perigo inexistente da migração e que vêem nas FFAA uma escola de patriotas obedientes. Não é senão irónico que aqueles que defendem o regresso do SMO como solução para uma juventude inerte e que defendem uma maior fatia do orçamento para a defesa, sejam os mesmos que nos negam uma educação gratuita. As nossas lutas não são as das FFAA e o combate da juventude não deverá ser pelas armas, mas pela disputa social contra a burguesia que lucra com a guerra e que mantém inúmeras injustiças no mundo, como é o caso da política de Apartheid do Estado de Israel.

Importa ainda abordar o argumentário de defesa do SMO, à esquerda, numa perspectiva mais saudosista que histórica. Dizem-nos que porque uma revolução como o 25 de Abril só foi possível graças aos militares antifascistas que depuseram o regime e puseram fim à guerra, a transversalidade do alcance popular das Forças Armadas funciona como um escudo contra a cooptação do exército por parte de forças reacionárias, na eventualidade de uma tensão dessa natureza, além de promover um conhecimento sobre o armamento e as estruturas militares que não se fecha sobre o próprio exército e os seus profissionais. Ora, a nossa leitura histórica e as suas conclusões só podem ser divergentes. Esquece quem olha para a Revolução como um fenómeno repetível em termos idênticos, que o exército com camadas populares e serviço obrigatório



em que germinou o MFA, tinha antes dado lugar ao Golpe Militar que, 48 anos antes, resultou na Ditadura Militar; esquece quem vê, e justamente, o MFA como o momento fundador da Revolução, que aquilo que o produziu foi a militância de esquerda, socialista, antifascista, progressista, contra a guerra e pela autodeterminação dos povos. A luta popular e a resistência produziram uma Revolução, os seus momentos fundadores e todos os que se seguiram. É portanto a militância de esquerda, socialista, internacionalista, a única arma universalmente determinante na conservação da democracia e na luta pelo seu aprofundamento, não uma defesa imposta e acrítica da Nação.

Um partido de esquerda radical como é o Bloco deve rejeitar veementemente a reintrodução do SMO, especialmente numa conjuntura de ascensão de políticas militaristas que não se destinam à prossecução dos nossos objetivos, mas sim dos objetivos do complexo militar industrial imperialista e capitalista. O Bloco assume-se como principal objetor ao crescimento das FFAA e a um mundo militarizado em nome de interesses contrários aos nossos, reproduzidos pelas FFAA. O regresso do SMO é incompatível com o código genético do Bloco de Esquerda e devemos reafirmar a nossa posição: não ao Serviço Militar Obrigatório!



A SAÚDE MENTAL EM PORTUGAL

AFONSO MOREIRA, ANDREIA QUARTAU, ANTÓNIO SANTOS, CATARINA ALVES, DINA NUNES, ELISABETE FIGUEIREDO, FREDERICO MIRA GEORGE, GISELA CARVALHO, INÉS SANTOS, JOÃO PATROCÍNIO, JOSÉ GUERRA, LUIS SANTOS, MAFALDA ESCADA, MOISÉS FERREIRA, PEDRO TAVEIRA, SAMUEL CARDOSO, SANDRA SOUSA, SARA SANTOS, TERESA RIBEIRO

Desde a entrada da troika em Portugal que se regista um aumento de utentes que sofrem de várias patologias, especialmente distúrbios de ansiedade e depressão, bem como um aumento de venda de psicofármacos associados a estas doenças, que 2016, atingiu 11,8 milhões de embalagens, mais do dobro de 2013.

Estes dados deveriam ter sido considerados como uma prova da urgência em debater o tema, combater a estigmatização e ligar estas questões ao contexto político e social que vivemos.

As doenças mentais são, hoje, uma das principais causas de incapacidade e morbidade, com tendência a tornar-se a principal causa no futuro. Portugal é especialmente vulnerável a este impacto, sendo o segundo país europeu com maior índice de perturbações de foro mental, tendo 1/3 da sua população diagnosticada com algum problema de saúde mental, na sua maioria distúrbios de ansiedade e humor. E os números reais de quem sofre com ansiedade e depressão deverão ser ainda maiores, uma vez que a maioria das pessoas não sabe reconhecer os sintomas ou, quando os reconhece, são acionadas resistências, quer pelos próprios pacientes que recusam procurar apoio médico e profissional, quer pelo próprio SNS que não tem capacidade para dar resposta a todos os utentes.

O consumo de psicofármacos atingiu valores alarmantes, incluindo em crianças e adolescentes. As soluções medicamentosas têm-se tornado a solução mais “rápida” e acessível, apesar dos inúmeros alertas que a comunidade médico-científica frequentemente faz em relação ao seu consumo excessivo.

Por tudo isto, importa apostar em estratégias de promoção da saúde e prevenção da doença mental:

- Aposta em programas de literacia para a saúde mental, permitindo um melhor reconhecimento de sintomas pelo próprio, um combate ao estigma existente na sociedade e um maior conhecimento por parte dos próprios profissionais de saúde;
- Reforço de profissionais de saúde para acompanhar utentes, cuidadores e familiares em vários momentos. Por exemplo, na área materno-infantil, na oncologia, nos processos de diagnóstico e luto, os cuidadores informais e familiares de doentes com doenças raras.
- Iniciativas de prevenção do suicídio, em particular nas regiões do país onde ele tem maior incidência.
- Reforço de psicólogos nas escolas, para intervenção e apoio junto de alunos e famílias, mas também para trabalho em conjunto com docentes e não docentes.
- Políticas de promoção de saúde mental nos locais de trabalho;
- Sendo a doença mental multifatorial e para a qual concorrem inúmeros determinantes de saúde, a prevenção deve acontecer também na comunidade, e a intervenção em situações de doença devem acontecer, em simultâneo, nas unidades de saúde e nos contextos de vida do utente. Assim, é necessário o reforço significativo de profissionais de saúde mental nos CSP, para fazer trabalho em cuidados na comunidade e também cuidados ao domicílio sempre que tal seja necessário; deve haver uma articulação permanente entre profissionais de saúde mental nos CSP e profissionais de saúde mental de contexto hospitalar, permitindo que a gestão clínica do doente não esbarre na barreira da verticalidade dos sistemas.
- Incentivar atividades e movimentos, individuais e comunitários, como prática desportiva, grupos de entreajuda, arteterapia, terapia ocupacional, entre outras. Para isso, o SNS pode e deve envolver outras instituições, as autarquias, a rede escolar local, as instituições de cariz concelhio, etc.



- E como não se fazem omeletes sem ovos: é preciso profissionais de saúde mental. Existe uma falta gritante destes profissionais no SNS. A lista de espera para consultas é enorme e muitas vezes as consultas subsequentes não se realizam nos tempos devidos e que permitem uma verdadeira abordagem psicoterapêutica. É preciso contratar, tanto para os CSP, como para os cuidados hospitalares e cuidados continuados.

Apesar de considerarmos que as propostas concretas ao nível do serviço nacional de saúde, em conjunto com programas concretos deverão ser implementadas com a máxima brevidade, urge a necessidade de contextualizar o agravamento da saúde mental em Portugal com o exacerbar de uma falsa meritocracia, das relações de trabalho precárias e cada vez mais culpabilizante da vítima, e de um sistema capitalista que nos isola, divide e nos faz sentir incapazes, fracos, ansiosos e deprimidos, com uma constante necessidade de utilidade e produtividade irrealista, transformando e deformando a autopercepção das nossas valências, capacidades, direitos e deveres. Só a transformação radical do modelo de sociedade poderá prevenir e reverter o ciclo da epidemia depressiva a que este sistema nos trouxe.

Acreditamos que um partido político que se afirma solução governativa deve ser capaz de projetar um futuro coletivo de mais confiança e esperança, não só para que todxs possamos desfrutar da vida em plenitude, mas também porque emocionalmente doentes tendemos a ficar anestesiados e submissos perante as ofensivas políticas que nos afetam. Vamos a isto!

É TEMPO DE SNS

AFONSO MOREIRA, ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO MAIA, DIANA PEREIRA, MOISÉS FERREIRA, NUNO VELUDO

O Serviço Nacional de Saúde está em risco. Faltam profissionais, os equipamentos estão obsoletos, falta capacidade para realizar exames complementares necessários, a aposta na promoção da saúde e prevenção da doença (a tal “saúde em todas as políticas”) continua a ser residual, onerando os cuidados a jusante, muito mais caros e com piores consequências para a saúde.

Conhecemos as causas desta situação: anos a fio de restrições orçamentais e falta de investimento. É verdade que nos últimos 3 anos se registou um ténue aumento do orçamento do SNS e uma maior contratação de profissionais, mas tudo muito insuficiente para inverter o subfinanciamento crónico. É necessário mais orçamento e que esse orçamento seja investido no SNS e não transferido para os privados (atualmente quase 40% do orçamento do SNS vai para privados).

A medicina privada não é sequer concorrencial com o SNS – é predatória, vive à custa das suas insuficiências. Quanto mais falhas tiver o SNS, decorrentes da falta de investimento, mais são incentivadas as convenções e as transferências de cuidados para os privados, pagos com dinheiro público. É urgente quebrar este ciclo sob pena de termos o sonho da direita transformada em realidade: um SNS à míngua para servir os mais desfavorecidos e uma medicina privada florescente para servir apenas quem pode pagar.

O processo de descentralização da saúde para os municípios proposto pelo PS/PSD foca-se essencialmente em desonerar o Estado central do investimento e manutenção de equipamentos nos cuidados primários e na transferência dos assistentes operacionais para os municípios. Esta divisão não faz sentido. O SNS tem de ser para todos e todas na mesma quantidade e qualidade.

Para o Bloco, o SNS tem que ser a prioridade das prioridades. Por isso, propomos medidas assertivas e de coragem que transformem a degradação do serviço de saúde em progresso democrático, qualidade e acessibilidade:

- remover as quotas administrativas à constituição e evolução de USF, que têm sido uma barreira à continuação da reforma dos cuidados primários;
- redimensionar dos agrupamentos de centros de saúde, dotando-os de autonomia gestionária, com base na contratualização de contratos-programa, acompanhada de aumento do orçamento afeto aos cuidados de saúde primários;
- promover a universalidade do SNS, dotando os cuidados de saúde primários de valências de saúde oral, visual e mental;
- promover a atribuição de uma equipa de família – médico, enfermeiro e secretário clínico – a todos os utentes;
- aprovar um plano nacional de formação, apoio e supervisão dos cuidadores informais em articulação com as unidades de cuidados na comunidade (UCC) dos ACES;
- implementar um programa transitório de promoção da exclusividade dos profissionais de saúde no SNS, com introdução do princípio da exclusividade e bonificação contratual para este regime;
- promover a participação dos utentes na definição de políticas de saúde e na gestão dos ACES e Centros Hospitalares;
- defender que as direções de serviço e administrações sejam escolhidas democraticamente, por eleição, e não por nomeação político-partidária;
- promover o aproveitamento integral da capacidade instalada no SNS, reforçando a sua autonomia na prestação de cuidados e reduzindo o recurso à prestação externa comprada aos privados;



- defender a contratação coletiva dos profissionais de saúde em falta no SNS;
- propor a abertura imediata de concurso para contratar e especializar todos os médicos indiferenciados que ficaram fora do acesso à carreira médica;
- Fazer oposição à renovação dos contratos de parceira público-privada;
- elaborar um livro branco sobre a contratação de prestadores externos no SNS (privados e particulares);
- introduzir na gestão dos hospitais do SNS o sistema de contratualização interna (produção e orçamento) no plano dos departamentos, serviços e outras unidades funcionais;
- Potenciar a produção pública de fármacos, impedindo que haja medicamentos eficazes e necessários que são retirados do mercado por 'desinteresse económico' das farmacêuticas;
- inventariar todos os equipamentos obsoletos e em falta no SNS e abrir concursos para a sua aquisição e elaborar um plano plurianual de investimentos
- debater uma nova lei de bases da saúde que defenda o SNS e o recentre no seu papel de prestador principal e universal de cuidados;

O tempo é agora, não é mais tarde. A urgência do SNS é a urgência da democracia, é a urgência de um país mais forte e mais resiliente à predação interna da medicina privada e à predação externa dos tratados europeus que nos asfixiam.



REPENSAR AS TERAPÊUTICAS NÃO-CONVENCIONAIS: EXIGIR EVIDÊNCIA É DEFENDER A SAÚDE DAS PESSOAS

AFONSO MOREIRA, ANA ISABEL SILVA, GONÇALO FERREIRA, HELENA MARTINS, JOSÉ GUSMÃO

Ao colocar-se como defensora de respostas alternativas ao atual status quo, seja económico, social ou filosófico (uma perspetiva revolucionária que defendemos e que faz parte da matriz nosso partido) a esquerda coloca-se numa situação desafiante, pois é obrigada a garantir uma base sólida de argumentos e de evidência que possa sustentar as suas próprias proposta, com vista a fazê-las vingar no combate político pela defesa dos nossos direitos.

Nesse contexto, a defesa da legalização e legitimação das terapias não-convencionais (TNC) é paradigmática de um erro em que, por vezes, a esquerda se deixa cair. Ao legitimar a prática das TNC, supostamente permitindo uma perspetiva “alternativa” à medicina dita “convencional”, a esquerda de que fazemos parte acaba por entrar em contradição com uma das suas principais bandeiras: a defesa do pensamento crítico, da ciência e da aplicação do método científico como ferramenta essencial para o estudo da realidade, assim como para a construção de soluções eficazes para os problemas com que nos confrontamos todos os dias, pilares sobre os quais a medicina global se foi construindo.

Em 2003, com um papel central do Bloco de Esquerda e com base nas tendências a nível mundial, foram enquadradas ao olhos da lei uma série de práticas que, alegadamente, “partem de uma base filosófica diferente da medicina convencional” com supostos processos específicos de diagnóstico e terapêuticas próprias. Atualmente, estas práticas são sete: a acupuntura, a fitoterapia, a homeopatia, a medicina tradicional chinesa, a naturopatia, a osteopatia e a quiropraxia.

Passados mais de 15 anos desta lei, urge repensar a nossa visão sobre estas práticas. Atualmente, existe uma grande base de evidência que tem vindo a mostrar a falta de eficácia do uso destas terapias para o tratamento de qualquer condição. Faria sentido que, à luz desta evidência, essas práticas deixassem de ser aceites pelo Estado como práticas legítimas de diagnóstico e terapêutica, já que é função do Estado regular o setor da saúde, distinguindo o que funciona do que não funciona.

No entanto, atualmente e a título de exemplo, para certos produtos das TNC serem comercializados em farmácias, estes não precisam de passar pelo escrutínio científico exigido à aplicação de terapias da chamada “medicina convencional”, havendo inclusivamente um enquadramento específico para a sua introdução no mercado. Este “registo simplificado”, ao contrário da típica “autorização de introdução no mercado”, não exige a comprovação da eficácia do produto, necessitando apenas da comprovação da sua qualidade e segurança. Na realidade, esta situação é tão somente o aproveitamento pelo mercado das TNC de uma folga legislativa para contornar os mecanismos que garantem o melhor cuidado às pessoas. Permitir que produtos que não provaram a sua eficácia sejam comercializados lado a lado com outros que deram provas de funcionar é enganar as pessoas e abrir espaço à fraude e ao charlatanismo mascarado de terapia legítima.

Assim, defendemos que as TNC devem ser alvo do mesmo escrutínio que todas as terapias utilizadas na medicina global, aquela que é utilizada em todo o mundo por ser desenvolvida e escrutinada a nível mundial, seja no chamado “mundo ocidental”, seja no “mundo oriental”.

Defendemos que o Bloco de Esquerda deve ser exigente na defesa da saúde de tod@s. Deve exigir provas de eficácia, segurança e qualidade de todos os tratamentos das TNC e colocar estas terapias em pé de igualdade com a medicina global.

Não se trata de uma questão de liberdade de escolha, argumento muitas vezes utilizado para defender a liberalização de setores e apoios aos negócios lucrativos dos privados. Trata-se sim da defesa da regulação



estatal do mercado da saúde, área tão propensa a estratégias capitalistas de marketing agressivo que enganam as pessoas ao mesmo tempo que jogam com a sua saúde.

Se noutros assuntos baseamos as nossas opções em evidências científicas sólidas, como relativamente ao aquecimento global, em que a evidência dá base à nossa posição ambientalista de defesa da transição energética, porque deverá ser diferente quando falamos dos cuidados de saúde prestados à população?

Pela combate à fraude e ao charlatanismo e na defesa de um SNS público, de qualidade e com as melhoras práticas diagnóstica e de tratamento a nível internacional, deixamos clara a nossa vontade de que o Bloco de Esquerda faça uma reflexão urgente e necessária sobre a sua política relativa à regulação do setor da saúde e das TNC, a bem da saúde de tod@s nós.

ALQUEVA, LATIFÚNDIO E EXPLORAÇÃO

ALBERTO MATOS, CLÁUDIO TORRES, MARIA MANUEL ROLA

Por mais de meio século o Alqueva representou para o Alentejo o sonho da divisão da grande propriedade e da diversificação cultural. Já os latifundiários queriam garantir a segurança do lucro certo das campanhas do trigo e temiam o fantasma do “socialismo hidráulico”. Por isso o projeto Alqueva não saiu do papel durante a ditadura salazarista.

As obras da barragem arrancaram em 1976 e foram suspensas em 1978, durante a primeira intervenção do FMI. Só após a destruição da Reforma Agrária de 1975 é que Cavaco Silva anunciou, em 1993, a retoma do projeto que arrancou em 1995.

A disponibilidade de uma enorme reserva de água não é garantia, por si só, de transformações sociais, agrícolas e ambientais progressistas. Com essa certeza, em 2001 duas iniciativas parlamentares sobre o Alqueva procuravam prevenir a adaptação do latifúndio ao regadio: o **projeto de lei 353/VII do PCP** definia um limite de referência de 50 hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo Perímetro de Rega de Alqueva e propunha a integração das áreas expropriadas num Banco de Terras do Estado para arrendamento rural a jovens agricultores, pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas; o **projeto de resolução 150/VIII do BE**, apoia as propostas do PCP e complementa-as com medidas de minimização dos impactos ambientais, privilegiando o abastecimento público de água e o seu uso agrícola, face à pressão turística. Foram ambas chumbadas por PS, PSD e CDS.

No Alentejo sobram estórias de “malas de dinheiro que tudo compravam”. Entre elas a da emblemática Herdade da Fonte dos Frades, freguesia de Baleizão, pertencente ao Presidente da CAP e deputado do CDS, Rosado Fernandes. Neste terreno, viria mais tarde a De Prado, SA, a instalar um mega lagar de azeite e, recentemente, uma unidade de recolha e descasque de amêndoa. Brígido Chambre, testa-de-ferro dos investidores espanhóis, questionado sobre a continuidade dos investimentos depois da bolha imobiliária, teve um momento de rara sinceridade: “não sei, a esmagadora maioria não são agricultores...” Estamos, há muito, no domínio da financeirização pura e dura: já não é agricultura, é o reino das Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS).

Dez anos depois e com várias mudanças de mão, o latifúndio de regadio revelou-se muito mais predador que o de sequeiro, a devastação ambiental e patrimonial atingiu patamares inéditos. Em Beringel, o grupo De Prado arrasou literalmente 18 sítios arqueológicos classificados para plantar 3 mil hectares de amendoal; a Olivomundo, com sede em Beja, destruiu parte da villa romana de Pisões para plantar olival; uma ponte romana com 28 arcos e 120 metros de comprimento tem a estrutura afetada por tubos de rega de olival superintensivo na Herdade das Rosas em Vila Ruiva, concelho de Cuba.

Estes são apenas alguns dos crimes ambientais e patrimoniais que vieram a público e se replicam por todo o Alentejo. As monoculturas do olival e amendoal são responsáveis pela erosão e contaminação dos solos com toneladas de pesticidas e fitofármacos que vão parar às linhas de água e aos lençóis freáticos, provocando graves problemas de saúde pública. Além do envenenamento invisível, há cheiros nauseabundos e a poluição atmosférica é tão intensiva quanto descarada. A poluição a céu aberto das fábricas de bagaço de azeitona – como o caso de Fortes, em Ferreira do Alentejo, que veio a público – é tão só a ponta do icebergue num mar esverdeado de olival superintensivo.

O Governo e o seu perene ministro da Agricultura, Capoulas Santos, glorificam “o contributo de Alqueva para as nossas exportações e a criação de emprego”. Mas uma parte importante da produção segue em camiões para Espanha, de onde é reexportada, inclusive para Portugal. E o modelo social do latifúndio de



regadio é o trabalho escravo – “sem imigrantes ilegais não há colheitas na Califórnia”... nem no Alqueva. Se nada fizermos, o latifúndio transformará o sonho de Alqueva no pesadelo da salinização dos solos e da desertificação. A devastação é enorme e são necessárias medidas.

No plano legislativo imediato, urge impor “compassos” adequados à densidade das diversas plantações e limitar as manchas contínuas da mesma espécie, abrindo corredores ecológicos que salvaguardem a biodiversidade. A diversificação cultural só será possível numa escala humanizada que volte a incluir culturas de sequeiro, mais adequadas ao contexto alentejano, e a rotatividade para que não se esgotem os solos.

Mas é necessário resolver problemas mais profundos que este modelo de produção tem vindo a intensificar: o despovoamento é resultado da falta de investimento público em todo o país. É preciso colocar de novo a questão do latifúndio e de uma reforma agrária, pois a concentração sempre foi utilizada como modo de exploração de recursos e de trabalhadores.

Com a ameaça das alterações climáticas, estas mudanças não podem ser adiadas *sine die*.

A CENTRALIDADE DO FUTURO DO TRABALHO EXIGE-NOS POLÍTICAS DE MAIOR PROXIMIDADE!

ALBERTO SOUSA, ÁLVARO RIBEIRO, AMARO CORREIA, ANA MASSAS, ANA PAULA CANOTILHO, ANA SOFIA CORTES, ANTÓNIO CHAN, ANTÓNIO LIMA, ANTÓNIO FAZENDA, ARMINDO MONTEIRO, BERNARDO CAMISA, CIPRIANO ALMEIDA, CLÁUDIO SIMÕES, DANIEL BERNARDINO, EDUARDO MAGALHÃES, FERNANDO BARBOSA, FILIPE OLIVEIRA, FILIPE SANTOS, FILIPE SILVA, FRANCISCO JOSÉ M.C. SILVA, JOÃO MARQUES, JOÃO PEDRO SILVA, JOÃO VAZ, JOAQUIM ESPIRITO SANTO, JOAQUIM PILÓ, JORGE MAGALHÃES, JOSÉ CARLOS LOPES, JOSÉ CASIMIRO, JOSÉ FERREIRA, JOSÉ FREIRE, JOSÉ MACHADO, JOSÉ RIBEIRO, LILIANA FERREIRA, LUÍS FILIPE, LUÍS SALGADO, MANUEL BORREGO, MANUEL CARLOS SILVA, NUNO CATURNA, PAULO GONÇALVES, PAULO MENDES, PAULO RICARDO, PAULO SILVA, PEDRO CORREIA, RAQUEL AZEVEDO, RICARDO CAÇOILA, RICARDO INÁCIO, ROBERTO TAVARES, ROSA FERREIRA, SÉRGIO SOUSA, SÓNIA GONÇALO, VASCO GUSMÃO, VERÓNICA LOPES

6.1 e 17. Os acordos de 2015 interromperam a revanche contra o 25 de abril, o ciclo austeritário da troika e dos governos PSD/CDS, permitindo recuperar condições de vida e acumular forças à esquerda. No entanto, o governo do PS quer continuar a comportar-se como “o bom aluno” de Bruxelas, pondo em causa o acordado à esquerda, designadamente a recuperação de rendimentos que trouxe ao País um melhor ambiente económico, maiores níveis de emprego. O governo PS insiste em metas do défice que degradam os serviços públicos, impedem o investimento e a redistribuição da riqueza; hipotecam mesmo o modelo de desenvolvimento.

A reversão das medidas atentatórias dos direitos sociais e laborais impostas pelo governo da troika era o grande desígnio, combatendo o enorme desequilíbrio de força entre capital e trabalho. Contudo, o modelo de desenvolvimento continua assente em baixos salários e numa grande compressão salarial, onde o salário mínimo nacional se aproxima dramaticamente do salário médio, em jornadas de trabalho penosas (41,1 horas de laboração média) e no abuso do recurso à laboração contínua e ao trabalho por turnos, com grandes prejuízos para a saúde e para conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Contudo, é no campo laboral que a resistência do PS é das maiores à reversão das medidas que foram implementadas desde 2003 com o código do trabalho, onde o combate tem uma maior intensidade. O objetivo do PS é que quase tudo fique na mesma, pois é aqui que se revelam maiores compromissos com o capital nacional e com as instituições internacionais - UE, FMI e OCDE. A reposição da correlação de forças Capital-Trabalho anterior em favor deste último é algo que o sistema capitalista quer evitar a o todo o custo, impedindo, designadamente, o reforço da contratação coletiva e impondo alterações “liberalizadoras” do código do trabalho.

Os impactos e as implicações do salto tecnológico 4.0 e as mudanças na cadeia de valor e na divisão do trabalho no quadro global em que vivemos, tem implicações no FUTURO do TRABALHO¹, com a apropriação privada do conhecimento, nas novas formas de criação de valor.

O Banco Mundial, no draft do Relatório para o Desenvolvimento mundial/2019 para combater o “avanço dos robôs”, propõe reduzir ou extinguir os salários mínimos e facilitar a contratação e os despedimentos, flexibilizando as leis laborais². A contradição fundamental que marca o mundo global está no facto de que nunca antes na história da humanidade se ter produzido tanta riqueza como hoje, estando mais de 50% concentrada nas mãos de um 1% da população mundial. Desigualdades sociais e de género extremas marcam a nossa época.

Estamos, também, perante a necessidade de uma resposta coletiva para a qual os sindicatos estão em atraso. É um debate a aprofundar, pois são a organização social que ainda tem um papel a desempenhar no

¹ X.º Encontro Nacional do Trabalho do Bloco de Esquerda

² Jornal de Negócios - Banco Mundial propões baixar salários mínimos para enfrentar robôs



sistema capitalista. Tem de ser uma organização transformada e transformadora, mais horizontal e digital que permita aprofundar a ligação aos trabalhadores. A centralidade do trabalho deve refletir-se nas lutas pelos direitos coletivos e individuais, contra todas as formas de precariedade laboral, por aumentos salariais e pela redução do horário de trabalho para as 35 horas (no privado), sem perda de salário.

O Bloco de Esquerda considera como uma das suas intervenções estratégicas, a sua ligação aos movimentos laborais (sindicatos e CT's), que têm vindo a perder força e a ter cada vez mais dificuldade de resposta, face à ofensiva do capital e das alterações sucessivas das relações de trabalho. A renovação do movimento sindical é o desafio essencial para a esquerda social, com uma agenda laboral mobilizadora e de classe com formas de representação democráticas e plurais, onde se afirme uma corrente sindical, com articulações plurais, onde as/os aderentes participem de forma ampla;

O Bloco deve criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho e apoiar as e os ativistas laborais. Esse trabalho passa pela criação de núcleos, pela formação e pela promoção da sindicalização, apoio à intervenção sindical no local de trabalho e à criação de comissões de trabalhadores, bem como pela defesa de mecanismos da participação democrática nos sindicatos e da eleição proporcional em todas as eleições sindicais, nomeadamente na CGTP-IN, onde se afirme o direito de tendência e se pugne pela garantia de independência das organizações representativas de trabalhadores.

O Bloco de Esquerda tem de assumir todas as lutas, ajudar os trabalhadores, empresa a empresa, numa nova agenda política que deve afirmar-se onde a luta de classes é mais aguda, ouvindo os trabalhadores/as e planificando conjuntamente ações de luta pela criação de melhores condições de intervenção.

SÃO PESSOAS, ESTÚPIDO! POR UMA EUROPA DE ACOLHIMENTO

ALDA SOUSA, ISABEL PIRES, JOSÉ MANUEL PUREZA, MARISA MATIAS

Não há uma crise dos refugiados. O que há é uma flagrante crise da União Europeia na resposta aos fluxos migratórios como dado estrutural do tempo presente. A Europa que se proclama como terra do humanismo é a mesma que multiplica os obstáculos à obtenção de asilo, ergue muros físicos e legais e criminaliza quem preste ajuda a quem a busca como porto seguro. A União Europeia é hoje um elemento de protagonismo assumido na arquitetura global da contenção dos movimentos de pessoas. E, no entanto, continua a arvorar a retórica da liberdade de circulação como se ela fosse uma realidade.

À chantagem da extrema direita, o grande centro que tem governado a União Europeia responde com capitulação mal disfarçada. Jean-Claude Juncker deu provas disso no último discurso sobre o estado da União. Diante da realidade da desconstrução europeia às mãos da austeridade e da xenofobia, Juncker estabeleceu como primeira prioridade “reforçar ainda mais a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, para melhor proteger as nossas fronteiras exteriores, com 10.000 agentes fronteiriços”. Nada de corredores seguros, nada de reforço dos meios de salvamento. Nada disso, só reforço da blindagem das fronteiras externas da UE por uma FRONTEX cada vez mais guindada a órgão maior da Europa deles. Salvini e Orbán agradecem.

E, no entanto, esta União que blinda é a mesma que estende a passadeira vermelha dos vistos gold aos endinheirados, a quem vende cidadania europeia sem naturalmente incomodar com perguntas sobre a origem dos cifrões. Esta União não tem um problema com as migrações, tem um problema com os pobres. E, pelo meio, criminaliza-se a ação das ONGs que salvam vidas no mar, acusando-as de cumplicidade com o tráfico de pessoas. Atitudes como a do Presidente da Câmara de Nápoles são sinais de resistência, mas esbarram na lei geral e ficam no campo das intenções.

Em escala nacional ou em escala europeia, a esquerda tem que fazer sua uma estratégia assente em dois pilares. O primeiro é o da desconstrução das armadilhas: a armadilha da diferenciação entre “refugiados” e “migrantes económicos” – é uma diferenciação que convoca à seleção de quem entra e de quem fica à porta e que alimenta a mais pífida xenofobia, sendo que uns e outros fogem forçadamente (uns da guerra e da perseguição, outros da fome e da pobreza); e a armadilha dos números - a maior parte dos movimentos migratórios fazem-se para países próximos dos de origem, apenas uma pequena parte chega à Europa. Veja-se o caso/exemplo da guerra na Síria. A esmagadora maioria dos que tentaram chegar à Europa fizeram-no depois de esgotada a capacidade de acolhimento nos países vizinhos. O Líbano recebeu cerca de 1,5 milhões de refugiados e a Jordânia mais de 700 mil. Se juntarmos a estes números, os mais de dois milhões na Turquia (ainda que não comparável, pelo preço político e vergonhoso pago pela UE), nunca existiu tal coisa como “a invasão da Europa”. O ano em que mais refugiados sírios tentaram chegar foi em 2015, 1.015.078, muito longe dos 7.567 que em 2018 chegaram. Apesar desta quebra de chegadas, é ironicamente nesta altura que o discurso fortaleza e racista é mais usado para fins eleitoralistas.

O segundo pilar é o da resposta à realidade dos fluxos migratórios para a Europa com a defesa forte da liberdade de circulação de pessoas, exigindo na rua e na lei que a retórica vire facto e direito de todos. Na UE faz-se o caminho inverso. Podemos dar exemplos da Hungria, das caçadas na Bulgária, do comportamento dos governos italiano ou maltês. A recente “lei do gueto” dinamarquesa mostra-nos como os muros se constroem também dentro das fronteiras nacionais: as crianças não dinamarquesas são obrigadas, após um ano de idade, a passar um mínimo de 25h semanas em instituições do Estado para aprenderem os “valores dinamarqueses” e a celebração de festividades cristãs. É simbólico do recuo que vivemos. Refugiados e migrantes vêm os seus direitos permanentemente negados. E, na melhor das hipóteses, são tratados como recetores de políticas e não como sujeitos da sua própria história.



Uma política de cooperação verdadeira não colonialista é necessária, como é absolutamente fundamental não abdicar dos valores básicos e universais dos direitos humanos na resposta às emergências. Nas Migrações, como nas questões essenciais da vida, a ideologia conta. A quem tem permitido a naturalização dos populismos e da extrema-direita, nomeadamente a social democracia e a democracia cristã, só podemos responder com política. E com a necessidade de alianças democráticas alargadas que nos permitam não ter de escolher entre o status quo ou a barbárie.



ACABAR COM A INVISIBILIDADE POLÍTICA DO TRABALHO DOMÉSTICO ASSALARIADO

ALEXANDRA VIEIRA, ALMERINDA BENTO, ANDREA PENICHE, BRUNO MAIA, CLÁUDIA CAMPOS, CRISTINA ANDRADE, JOSÉ MIRANDA, JOSÉ SOEIRO, MARIA MANUEL ROLA, PATRÍCIA MARTINS, RAQUEL AZEVEDO, SANDRA CUNHA, SOFIA ROQUE

O trabalho doméstico é um tema muito pouco debatido em Portugal. Trata-se de um trabalho cuja importância não pode ser desvalorizada, nem subestimada. Os primeiros números sobre o trabalho doméstico foram avançados pela OIT em 2013. No ano de 2010 estimava-se a existência de 52,6 milhões de trabalhadoras domésticas em todo o mundo. Em 2016, a OIT reavalia as estimativas, levando em consideração os trabalhadores domésticos migrantes. A feminização do trabalho doméstico é espantosamente elevada. A OIT considera que o trabalho doméstico representa 7,5% do trabalho assalariado feminino em todo o mundo e do universo total de trabalhadores domésticos, 80% são mulheres, assumindo esta percentagem valores superiores consoante as regiões do globo. A percentagem de mulheres que se dedicam a esta atividade é de tal forma elevada que se chega mesmo a considerar que o setor do trabalho doméstico constitui o maior setor de emprego feminino¹ em muitos países. Esta tendência é acompanhada por Portugal, uma vez que nos anos de 2015 e 2016 representou a atividade laboral que mais mulheres empregava². Estima-se que haja cerca de 114 mil mulheres a trabalhar neste sector.

A feminização anda de mãos dadas com uma estreita relação com a imigração, muito mais presente na Grande Lisboa do que noutras zonas do país. Este fenómeno fez-se notar muito nas últimas décadas. Além disso, há uma enorme informalização: é muito frequente a total ausência de celebração de contrato de trabalho, numa lógica em que a precariedade reina e os direitos, nomeadamente em termos de reforma e de proteção social, ficam completamente desprotegidos.

Intervir nesta área não é fácil. Mas, como qualquer outra luta, não é impossível.

A história do trabalho doméstico é, ao longo de séculos, a de uma evidente ausência de reconhecimento. É também a história recente de um trabalho que, nos casos em que passou a ser assalariado, reproduz várias formas de desigualdade de género, decorrentes do racismo e desigualdades de classe. Tão grave quanto a desatenção a que é votado são as regras legais que o enquadram. Em Portugal, a lei geral diz que o horário de trabalho semanal é de 40 horas, mas na lei do trabalho doméstico são 44. A lei geral determina que nos feriados não se trabalha, mas isso não se aplica à lei do trabalho doméstico. Nessa lei, os contratos a prazo podem ser “imotivados” (ao contrário da lei geral), o parecer obrigatório da Comissão para Igualdade no Trabalho em caso de despedimento de uma mulher grávida não é obrigatório, as compensações que, na lei geral, são devidas aos trabalhadores quando o contrato cessa não se aplicam neste caso. A lei do trabalho doméstico, feita em 1992 e nunca alterada, faz com que esta atividade seja regulada por um diploma próprio, com direitos muito inferiores aos do Código do Trabalho, a que se soma o desastre que é o regime especial de segurança social que estas trabalhadoras têm.

Mudar isto tem de ser uma luta do movimento sindical e da esquerda socialista e feminista que somos. É certo que já há algumas organizações com experiências pontuais de intervenção nesta área e projetos de investigação e de intervenção que fizeram diagnóstico, prestam esclarecimentos, fizeram levantamento de propostas e formulação de reivindicações legislativas. Mas cabe também aos partidos, e neste caso ao Bloco, ajudar neste processo. Juntemos pessoas, pensemos em propostas agregadoras e combatamos ativamente a invisibilidade política deste tipo de trabalho. É um passo para dar já.

¹ Bridget Anderson, “Just another job? Paying for domestic work”, *Gender and Development*, Taylor & Francis, n.º1, vol. 9, 2001, pp. 25-33 [25].

² Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2016, 2017, p. 22.



CUIDADORES E CUIDADORAS INFORMAIS: NASCEU UM MOVIMENTO

ALEXANDRA VIEIRA, ANA CASTRO, HELGA CALÇADA, JAIME MESTRE, JOSÉ SOEIRO, MARIA LUÍSA CABRAL, MARIA LUÍSA DOS SANTOS VIEIRA, MARIA SAMEIRO SILVA MENDES, MARISA MATIAS, MANUELA AIROSA, PAULA SANTOS, RUI RICARDO, TIAGO SILVA

A emergência em Portugal de um movimento de cuidadoras e cuidadores informais é um dos factos mais importantes na luta pelo reconhecimento deste trabalho invisível e desconsiderado. Este movimento tem aliás a particularidade de ser uma improbabilidade social que se fez realidade. As cuidadoras e os cuidadores são pessoas que, pela sua própria condição, têm os maiores constrangimentos em construir uma mobilização. E no entanto, têm sido um dos grupos que mais persistentemente se tem manifestado para exigir um Estatuto que reconheça o que fazem. Este movimento interpela as visões económicas fechadas, questiona as noções mais restritas do que é e não é trabalho e é por isso um grande desafio para a Esquerda. As cuidadoras e os cuidadores deram, neste último ano, passos muito importantes, que o Bloco tem acompanhado solidariamente e que deve valorizar e continuar a apoiar.

Em Portugal, calcula-se que cerca de 800 mil pessoas prestem cuidados informais. Este trabalho, essencialmente feminino, não é reconhecido nem remunerado, mas o seu valor andará à volta dos 4 mil milhões de euros em cada ano. Cerca de 80% dos cuidados prestados a pessoas dependentes (idosos, pessoas com deficiência, demências ou doenças crónicas) são feitos por cuidadoras informais. Este trabalho tem custos pesados para quem o faz: maior risco de pobreza, frequentemente o abandono do emprego, isolamento, rutura de relações sociais, depressões, exaustão, stress. A concepção familialista que prevalece em países como o nosso faz com que a responsabilidade pelos cuidados recaia sobre a família, desresponsabilizando-se o Estado e a comunidade. As respostas públicas são muito escassas face às carências. A Rede de Cuidados Continuados, os serviços de apoio ao domicílio e os cuidados formais estão muito aquém das necessidades.

O desafio que se coloca numa abordagem à esquerda sobre este tema é o de combinar duas linhas de ação. De um lado, o reforço dos serviços públicos e dos cuidados formais. Paralelamente, o reconhecimento de um trabalho não assalariado que é essencial à vida em comum, reconhecimento esse que tem de passar por múltiplas medidas, do apoio pecuniário às licenças para cuidados e assistência, da majoração das carreiras contributivas (reconhecendo para a pensão de velhice o tempo em que se prestou cuidados) à garantia de estruturas de apoio. Tudo isto deve ser feito evitando reproduzir estruturas de desigualdade, nomeadamente entre homens e mulheres, e combatendo a ideia de que a solução para a debilidade do Estado é uma simples responsabilização da família e uma sobrecarga das mulheres.

Depois de vários encontros nacionais de cuidadores de Alzheimer e de doenças similares, promovidos com o apoio do GUE e do mandato da Marisa no Parlamento Europeu, que juntaram muitas centenas de pessoas vindas de todo o país, fez-se uma petição. Foi ela que esteve na origem do relatório apresentado no Parlamento (da responsabilidade do Bloco) e, depois, de um projeto de lei que é o único que, até hoje, concretiza a criação de um Estatuto do Cuidador e da Cuidadora. Para construir esse projeto, fizeram-se várias sessões públicas em várias cidades, organizadas pelo Bloco, para recolher opiniões e debater soluções para as pessoas que prestam cuidados informais. De Norte a Sul do país, as sessões têm estado cheias porque o interesse é grande.

Além disso, nasceu em junho passado a Associação Nacional de Cuidadores Informais, formada a partir de ativistas de várias cidades que se foram conhecendo melhor e aproximando nesses encontros e no próprio processo de discussão da petição que fizeram. É a primeira vez que este grupo de pessoas se auto-organiza, cria uma estrutura própria para ter voz nas escolhas que lhes dizem respeito e para ter força reivindicativa junto das instituições. A Associação já tem pelo menos um gabinete de apoio, no Seixal, e mais virão. Têm-se multiplicado também, por todo o país, os encontros promovidos por esta associação.



Este não é um tema fácil, porque envolve muitas matérias com grande complexidade, e a luta não será curta, mas sim prolongada. Precisamos de sentido de urgência, mas também da persistência de quem sabe que tem um longo caminho para trilhar. É nesse caminho que nos encontramos e é esse caminho que vamos continuar a fazer. Tem sido um prazer, uma emoção e uma grande aprendizagem assistir ao nascimento deste movimento, puxar pela cabeça por soluções e propostas, ouvir e debater, ajudar a juntar pessoas. Esta é uma causa que mobiliza, é uma luta justa e é uma preocupação urgente. Tem crescido e queremos que cresça muito mais.



A QUESTÃO RACIAL

ALISTAIR GRANT, CARLOS CARUJO, EDUARDO FERNANDES, ELISABETE FIGUEIREDO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ CARVALHO, LUÍS MIGUEL SANTOS, MAMADOU BA, NUNO MONIZ, PAULO MOUTA, SAMUEL CARDOSO

Na sessão solene do 44º aniversário do 25 de Abril, a camarada Isabel Pires disse, a dada altura da sua intervenção, “na minha geração, ainda existe um racismo de que não se fala, mas que marca com brutalidade o quotidiano de quem não tem o privilégio branco.” Não por acaso foi a parte que mereceu menos aplausos do hemiciclo. Foi inovador na forma e no conteúdo e foi ousado na substância. O que revela o lugar subalterno da questão racial na agenda política. Talvez tenha sido a primeira vez na história do debate parlamentar que se fala do “*privilégio branco*” associando-o sem rodeios ao racismo estrutural. A pergunta que se impõe é: como traduzir esta proclamação em resposta política de combate contra o racismo? Num trabalho da jornalista Joana Gorjão Henriques revela-se que “um em cada 73 cidadãos dos PALOP está preso, contra um em cada 367 homens portugueses (e uma em cada 1071 mulheres dos PALOP versus uma em cada 6732 portuguesas.” A este respeito, o procurador Alípio Ribeiro, declara taxativamente: “há uma justiça para portugueses e uma justiça para estrangeiros, uma justiça para brancos e uma justiça para negros.” e o procurador João Rato acrescenta: “a sensação que tive quando fiz trabalhos de inspeção nas comarcas de Lisboa Oeste e Norte foi que, para os mesmos crimes, as penas eram mais leves para cidadãos portugueses. Parece que há um código para uns e um código para outros”. Num Estudo de Teresa Seabra e Cristina Roldão e outros, chegou-se à conclusão de que “os estudantes afrodescendentes reprovam três vezes mais no 1º ciclo e têm o dobro das taxas de reprovação no 2º e 3º ciclos e no secundário do que os seus colegas de outras origens culturais e, além disso, 80% deles são aconselhados a ir para o ensino profissional.” Num trabalho da investigadora do CES de Coimbra Rita Alves e num relatório da FRA (Agência Europeia dos Direitos Fundamentais) e nos vários relatórios da ECRI, sabe-se que “Portugal é onde os ciganos mais se queixam de discriminação na procura de habitação. No que diz respeito à discriminação sentida pelos ciganos que procuram casa, Portugal obteve o pior resultado e aumentou esta taxa entre 2011 e 2016 (de 67% para 75%). A taxa de abandono precoce da educação e formação (sair da escola entre os 18 e os 24 sem ter concluído a escolaridade obrigatória) foi também particularmente elevada em Portugal em 2016, rondando os 90%. O número de crianças ciganas integradas em turmas totalmente ciganas, revelador do fenómeno de segregação na educação, aumentou globalmente em todos os países, com destaque para a Bulgária (16% para 29%) e Portugal (3% para 11%).” Os dados do INE de 2017, recolhidos e agrupados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social revelam que “42,3% dos estrangeiros que trabalhavam, em 2017, faziam-no com um contrato não permanente.” Este quadro sombrio é revelador da situação de quádrupla precariedade (laboral, habitacional, jurídica e escolar) e de extrema vulnerabilidade social em que se encontram as comunidades racializadas no país. É nesse quadro que o BE subscreveu um acordo com o PS cujo programa de governo que não continha uma única vez a palavra “racismo” e em todas as grandes opções e planos e os orçamentos da legislatura nem uma única medida concreta de combate ao racismo, limitando-se à vaga e grandiloquente fórmula de “agenda de igualdade” em que cabia tudo e nada. O BE não inscreveu nenhuma medida concreta de combate contra o racismo no acordo com o governo nem se esforçou a fazê-lo no quadro orçamental e quando o fez não lutou até ao fim por nenhuma. Fora algumas parcas vitórias no que diz respeito às crianças de origem estrangeira à guarda do Estado, a regularização parcial e excecional de alguns imigrantes no âmbito do artigo 88, no quadro das alterações legislativas, não quis bater o pé ao PS para a criminalização do racismo, a regularização de todos os imigrantes ou a implementação do direito de solo na aquisição da lei da nacionalidade. Perdeu quase todas estas iniciativas sem consequência nenhuma do ponto da sua relação com o governo.

Numa altura em que, na Europa e no centro do império, a extrema-direita e os populismos fascistas procuram capturar a classe trabalhadora perante a capitulação do social-liberalismo, em que a imigração e a diversidade cultural se tornaram numa arma política para legitimar o racismo, a Esquerda tem de sair da sua zona de conforto das grandes proclamações e traduzir programaticamente o seu compromisso



anti-racista. Uma esquerda que não for capaz de lutar com o mesmo empenho e a mesma substância programática contra o racismo como o faz na luta pela igualdade de gênero e pela orientação sexual, não será uma esquerda capaz de protagonizar uma luta de transformação radical da sociedade. O BE, nos últimos anos, não provou estar à altura desta exigência. Por vezes, por inércia, outras vezes por tacticismo ou, pior ainda, por acomodação programática para não dizer por capitulação política.



UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA OS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

ANA BÁRBARA PEDROSA, CRISTINA ANDRADE, DIANA PEREIRA, GUSTAVO BEHR, HELGA CALÇADA, JOSÉ MANUEL PUREZA, SANDRA CUNHA, VASCO BARATA

A força de uma democracia mede-se (também) pela forma como um Estado olha para a sua população reclusa, o seu sistema prisional e os seus profissionais, para o seu parque prisional, e para os fins das penas e para a sua política de reinserção social.

Quando escutamos ecos vindos de outros países sobre os méritos de uma privatização - seja com que roupagem for, seja total ou parcial - do sistema prisional, sabemos o quão perverso é querer lucrar com a privação da liberdade de qualquer ser humano, quão perverso é viabilizar um negócio que, para ser sustentável, precisa de mais e mais penas de prisão efetiva.

Esta deve ser uma premissa absolutamente irrenunciável de um governo de esquerda: rejeitar liminarmente qualquer tipo de privatização que envolva a totalidade ou parte do sistema prisional. O facto de esta não ser uma questão colocada no espaço público não quer dizer que não gere apetite a quem procure formas de negócio que, infelizmente e com efeitos perversos, já se encontram a ser aplicadas noutros países (com os EUA à cabeça).

Portugal viu recentemente o Comité para a Prevenção da Tortura e dos Maus Tratos reiterar o que é um dado adquirido: existem falhas graves nas nossas prisões. Tais falhas denunciam alguns dos problemas já há muito conhecidos, mas que, com o passar do tempo e com a apatia dos sucessivos Governos que votaram esta matéria ao esquecimento e ao desinvestimento, ganharam ainda mais profundidade. E quais são, então, estes problemas?

Desde logo, Portugal tem, em pleno século XXI, um parque penitenciário seriamente degradado e desadequado. Esta realidade contribui para que nada funcione como era suposto: os/as reclusos/as encontram-se enclausurados/as durante muito mais tempo do que o recomendado, as prisões estão para lá de sobrelotadas, não existe um plano efetivo para que o tempo em que estão privados/as da liberdade seja aproveitado para encontrar um plano para as suas vidas, os familiares, aquando das visitas, são sujeitos a uma experiência indigna, da qual a espera à chuva ou ao sol é apenas um dos aspetos e, como se tal não fosse já suficiente, as prisões encontram-se organizadas numa lógica de confronto entre guardas e reclusos, fomentando a cultura instalada de exercício da violência que retira a dignidade aos segundos e coloca os primeiros em constante tensão.

Há, porém, um problema ainda maior do que as infraestruturas obsoletas ou a organização de um estabelecimento prisional, que é o triste facto de os estabelecimentos prisionais serem um espaço repleto de jovens que se encontram a cumprir penas de prisão efetiva por pequena criminalidade, enquanto os chamados “crimes de colarinho branco” continuam a esconder-se sob a máxima de que, para este tipo de crimes, não há razões que levem a cumprir aquele tipo de pena. Milhares de jovens vêm, assim, o seu futuro traçado.

Um governo de esquerda também se testa na sua política para o sistema prisional e esse teste tem como ponto de partida a evidência de que o Estado retirar a liberdade a um/a cidadão/ã constitui um problema e um desafio. A mais dura das penas não pode ser aplicada a troco de nada, essa é a diferença de um Estado democrático e humanista e Estados repressivos e violadores dos direitos humanos. É, por isso, urgente repensar as várias políticas subjacentes aos estabelecimentos prisionais. É preciso modernizar o parque penitenciário, garantindo que existe um plano real e de aplicação concreta para que quem cumpre a sua pena saia com possibilidades de ser efetivamente livre e não votado a um destino que, irremediavelmente, se concretiza num regresso à prisão. É também preciso responder ao trabalho que existe nas prisões: acabar



com a precariedade dos profissionais de saúde que prestam serviços nos estabelecimentos prisionais, dignificar as carreiras dos técnicos de reinserção social e de reeducação, respeitar os direitos laborais dos guardas prisionais e garantir que o trabalho prestado por reclusos não consiste em formas de exploração. Estes são problemas que estão aí e a que o Bloco de Esquerda não tem faltado.

Algumas destas batalhas já têm sido travadas e algumas com sucesso. No entanto, estas têm-se materializado mais numa lógica de denúncia e de informação da opinião pública do que em mudanças concretas no dia-a-dia das prisões. É esse passo que um governo de esquerda tem que dar. O Bloco de Esquerda cá estará para fazer esse caminho.



“PAZ, PÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO”: MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO À HABITAÇÃO

ANA GAGO, FÁBIO SALGADO, ISABEL PIRES, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO MOREIRA, SUSANA CONSTANTE PEREIRA, TATIANA MOUTINHO

O direito à habitação mobilizou das maiores lutas sociais que vimos no nosso país antes e após o 25 de abril. Mas as associações de moradoras e coletivos que fizeram essa luta pela habitação foram sendo enfraquecidas. A habitação, enquanto casa, esteve garantida durante alguns anos, apesar das fracas condições em que muitas vezes a habitação pública e também a privada foi e é mantida.

No entanto, a partir de 2012, com a reta final de implementação da financeirização da habitação, as pessoas começaram a perceber que o seu espaço nas cidades estava posto em causa. A resposta não foi rápida nem a par com a mobilização internacional que já se fazia sentir, mas tem ganho uma mobilização crescente. A pressão turística e imobiliária em Portugal foram mais recentes e mais vorazes, e as cidades onde a bolha da especulação imobiliária de 2008 rebentou já tinham passado por isto antes. Já lá vão dez anos mas não se aprendeu nada.

Foi no quadro do crescente número de despejos emitidos pelo Balcão Nacional de Arrendamentos, das cartas de não renovação de contrato e das aquisições para Alojamento Local de prédios inteiros nos centros das cidades, a par do assédio imobiliário aos poucos inquilinos ainda protegidos, que a mobilização se começou a sentir. Nesse papel de organização, o papel de associações como a Habita ou a Plataforma Stop Despejos, que contaram também, entre outros, com o empenho de ativistas do Bloco de Esquerda, levaram a iniciativas e intervenções de diversa ordem, da mais institucional à mais ativista, dependendo da esfera, e ao conhecimento das situações concretas. É nestas esferas que se forja a luta e a solidariedade e se colocam paus na engrenagem da especulação.

E agora, são bem visíveis os exemplos que demonstram como esta é uma urgência social que tem de ter resposta concreta. É desde o edifício 25 na Rua dos Lagares na Mouraria, ao Prédio Santos Lima em Marvila, ao caso dos moradores e moradoras dos prédios da Fidelidade, do bairro 6 de maio na Amadora, das moradoras de Bonfim e do Centro Histórico do Porto, ou ainda também no Porto, da ilha da Tapada, que se percebe o assédio ilegal que os inquilinos sofrem, a falta de resposta do poder local e central, a desregulação e violência que a lei Cristas promoveu e a indiferença da alta finança ou dos senhorios em busca do seu el dorado.

Neste cenário, nada parece desenhar-se como forma de garantir o direito constitucional à habitação. Os coletivos e associações traçam projeções negativas para o presente da população, bem como para o futuro dos bairros, dos centros urbanos e das cidades. E as moradoras estão cansadas e desmoralizadas.

Ainda assim, e no último dia 22 de setembro, dezenas de coletivos, associações e moradoras saíram às ruas numa manifestação pela habitação, com a participação de pessoas com carências habitacionais de todo o tipo. Falaram, em microfone aberto, famílias da Mouraria e de Marvila (Lisboa), que sofrem bullying dos senhorios para abandonarem as suas casas. Falaram pessoas da comunidade cigana de Beja que descreveram as condições difíceis em que habitam e a repressão policial de que são vítimas. Falaram ainda famílias do Bairro da Torre (Loures) e do Bairro 6 de Maio (Amadora) que vivem sem luz e sem água, em habitações precárias, sempre com medo de se verem despejadas.

Tem também havido várias pequenas manifestações e ocupações em instituições públicas, seja a Câmara de Lisboa ou Porto e as suas reuniões públicas, seja no Ministério do Ambiente, seja no IHRU. E as moradoras mobilizam-se, vez após vez, na luta pelo seu direito à habitação, ao bairro, à freguesia e à cidade. Exigem condições de habitabilidade dignas e respostas que resolvam a situação de pelo menos 26.000 famílias em todo o país em situação de habitação precária. E perduram nessa luta, com mais revés que vitórias.



Mas vitórias ainda as há. Porque foi a mobilização dos moradores e a chamada do Rui Moreira ao parlamento pelo Bloco de Esquerda, que levou a que a ilha da Tapada fosse adquirida pela Câmara Municipal do Porto. Ou a mobilização dos moradores do IHRU que garantiram uma alteração prevista na lei que permite ao instituto público perdoar as dívidas dos inquilinos. E também porque tem sido esta mobilização e articulação que levou a que Fernando Medina apresentasse um concurso extraordinário para atribuição de 100 casas municipais. Foi também isso que levou à aprovação do Aprofundamento do Direito de Preferência e à aplicação de uma moratória parcial aos despejos. Coisas tremendamente insuficientes já que, por exemplo no Porto, Rui Moreira nem quer olhar nos olhos as moradoras lesadas pela especulação imobiliária, ou que o PS se nega a alargar a moratória aos despejos a todas as pessoas em risco habitacional. Ou ainda que a Secretária de Estado da habitação diz “não ter autorização para mexer no mercado”. Nesse sentido a mobilização e a proposta política terão que ser ainda mais ofensivas, porque a luta pela habitação não pode voltar a desmoralizar e é uma urgência.



HABITAÇÃO: POR UMÁ POLÍTICA PÚBLICA CONCRETA

ANA GAGO, FÁBIO SALGADO, ISABEL PIRES, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO MOREIRA, SUSANA CONSTANTE PEREIRA, TATIANA MOUTINHO

A habitação nunca foi alvo de uma política estruturante e pública em Portugal. Desde o 25 de abril que os avanços conseguidos foram sendo feitos à conta da mobilização das pessoas pelo seu direito à habitação. “Casas sim, barracas não”, deu lugar ao processo do SAAL e também ao Processo de Revitalização em Curso. Não obstante, o peso da habitação pública em Portugal é de apenas 2% e a oscilação do mercado tem, por isso, um carácter de pressão sobre o preço do solo, e portanto, no imobiliário, o que se tem traduzido, ora em abandono, ora em especulação imobiliária e despejos.

Muitas das cidades portuguesas foram sendo adquiridas por fundos de investimento ou imobiliários e foram sendo deixadas abandonadas. Apesar da política do agravamento do IMI ser recente, ainda apenas 22 municípios penalizam os prédios devolutos. Tivesse havido e houvesse agora a vontade de penalizar quem deixa as cidades e os prédios ao abandono com o intuito de especular e poderiam os municípios ter investido mais em habitação pública e acessível, que se situe nos centros das cidades. Nessa altura teria também sido mais efetiva a aquisição por interesse público. Ainda o é agora. Sem uma intervenção decidida, a habitação continuará na mão de especuladores que tornam as cidades apenas em fluxos de capitais. Já nem de mercado turístico puro e duro se pode falar apenas.

No entanto, não é esse o entendimento de quem tem dirigido as políticas públicas de habitação no país. Do Regime de Residentes Não Habituais, aos benefícios fiscais para fundos imobiliários, a isenção de tributação de mais-valias, IRS ou IRC, ou as isenções de IMI nos centros históricos, os exemplos de benesses aos interesses imobiliários são evidentes.

Ainda assim, o maior ataque ao Direito à Habitação aconteceu em 2012 com o governo PSD/CDS que, apoiado pelo PS, liberalizou o direito à habitação, acentuando a já desigual relação do contrato de arrendamento. Desde a introdução da Lei das Rendas de Assunção Cristas, da liberalização do Alojamento Local de Mesquita Nunes, da implementação dos Vistos Gold, da maior adesão ao RNH e do programa de desenvolvimento da atração do investimento da finança internacional, que o preço de solo das cidades se tem valorizado exponencialmente, criando uma bolha especulativa que tem feito quintuplicar o preço dos prédios, nomeadamente em Lisboa.

Neste cenário, as pessoas que ficaram nas cidades quando estas foram esvaziadas de serviços, são agora elas expulsas pelos preços das rendas, pela hotelaria, mas principalmente pela bolha especulativa criada e fomentada pelo capitalismo voraz. Depois da emigração do período da Troika, milhares de pessoas continuam a ser excluídas de uma vida digna e de rendimentos e habitação condigna. A pouca recuperação de rendimentos conseguida, não faz agora face ao novo método de acumulação de capital e de pressão sobre os salários em Portugal: a renda imobiliária.

E as pessoas estão a ser postas fora das casas onde viveram por impossibilidade de pagar os aumentos propostos pelas empresas que gerem esses “ativos imobiliários”. E o que fazem estas empresas? Muitas dedicam-se exclusivamente à compra e venda de prédios, outras captam clientes para obtenção de vistos gold (ou estatuto de residente não habitual), outras entregam a gestoras de alugueres de curta-duração, outras arrendam as casas a famílias endinheiradas ou deixam-nas a marinar na pura especulação imobiliária.

Do lado do Estado vemos que a resposta é insuficiente: o Presidente da República veta o Direito de Preferência e faz um favor de 425 milhões de euros ao fundo abutre chinês dono da Fidelidade; o Governo faz promessas de alterações menores ao regime do arrendamento mantendo a lógica da subsidiação dos privados; passando pelo parlamento que adiou as votações tanto quanto foi possível; as Câmara Municipais,



escondem-se atrás da proibição do endividamento ou do preço atual de mercado, clamam nada poder fazer, apesar de todos os instrumentos de gestão de uso dos solos ao seu dispor.

Mas não tem que ser nem pode ser assim. Apenas a resposta pública e a assunção das responsabilidades das políticas dos últimos anos pode reverter a liberalização total do arrendamento. É necessária a disponibilização de um verdadeiro serviço público, em que a habitação é um direito e não um privilégio, como forma de responder à crise habitacional que vivemos. E acabar assim com a subsídio e benefícios fiscais dos fundos imobiliários que criaram esta crise.



BANCO PÚBLICO DE CRIOPRESERVAÇÃO: MAIS INVESTIMENTO É MAIS SERVIÇO PÚBLICO

ANA ISABEL SILVA

O primeiro banco português de criopreservação de células estaminais foi criado em 2009. Estas células são colhidas de forma gratuita e são de uso universal, significando que qualquer pessoa pode beneficiar com o uso das mesmas.

Atualmente, o sangue do cordão umbilical pode, em teoria, ser utilizado para tratar alguns tipos de cancro, doenças hematológicas, doenças metabólicas e imunodeficiências. No entanto o banco público já sofreu alguns recuos, tendo mesmo chegado a encerrar. Apesar de ter sido reativado em 2014, continua com severos problemas de subfinanciamento, a sua utilização não é a ideal com a recolha a funcionar em muito poucos hospitais.

Como consequência, temos assistido a uma enorme proliferação de bancos privados de células estaminais que oferecem o serviço de criopreservação dessas mesmas células. Atualmente em Portugal, já existem seis bancos privados e três empresas comerciais que contam já com milhares de amostras criopreservadas.

No entanto, não podemos esquecer que estes bancos privados assentam num modelo empresarial, usando marketing agressivo e muitas vezes falso, prometendo aos pais um “seguro de vida” imprescindível para as suas crianças. A verdade é que a probabilidade destas células terem utilidade para a própria criança é demasiado baixa. Apesar disso, este uso é muitíssimo alargado caso as células estejam disponíveis para toda a população, como acontece com o banco público. A probabilidade de alguém necessitar destas células vai aumentando com o passar da idade. Neste momento nenhum dos bancos privados garante o seu armazenamento por mais de 25 anos e, apenas, umas baixíssimas percentagens das amostras armazenadas têm células suficientes para a possível realização de um transplante. Por fim, a qualidade garantida é muito menor do que num banco público, visto que ao contrário do banco público, que descarta as amostras que não têm qualidade suficiente, os bancos privados não são obrigados a fazê-lo, mesmo se as amostras não cumprirem os critérios de qualidade. Mesmo assim, estas empresas cobram entre 1000 e 2500 euros por este serviço.

O Bloco deve defender mais financiamento para o banco público e assegurar que a recolha é feita em todos ou pelo menos um número bastante maior de hospitais. Um Serviço Nacional de Saúde robusto (também) depende de investimento em áreas como esta.



SINDICALISMO FEMINISTA: POR UMA ECONOMIA DA IGUALDADE

ANDREA PENICHE, JOSÉ GUSMÃO, MARIA MANUEL ROLA, RAQUEL AZEVEDO

Somos todos e todas feministas. Se não contarmos com os ultraconservadores, não existe, no contexto político em que intervimos, um discurso que rejeite a perspetiva de que as mulheres devem aceder a todos os direitos económicos, sociais, políticos. Estes são, aliás, demasiadas vezes tomados por garantidos, a não ser que entremos no debate das medidas concretas.

Quando a desigualdade é evidente, as justificações oscilam entre argumentos de mercado, que a atribuem a critérios de produtividade ou competência, e argumentos essencialistas, que a justificam por via das “inclinações” e “preferências” das próprias mulheres, ou ainda da falta de “disponibilidade” para a participação na vida organizativa, não tomando em linha de conta todas as estruturas que perpetuam as desigualdades.

Como se percebe, este consenso em torno do direito à igualdade dissipa-se na presença de qualquer combate para a instituir na prática. A desigualdade de género é desvalorizada como se resultasse da imaginação paranóica das feministas ou como um fenómeno anacrónico, condenado ao desaparecimento pelo simples passar do tempo. Só que não.

A realidade demonstra-o. O fosso salarial mais do que duplicou nos dez anos posteriores à crise. O facto de a desigualdade salarial ser menor nas faixas etárias mais jovens engana: a desigualdade agrava-se à medida que os homens progredem na carreira mais depressa e as mulheres enfrentam maiores barreiras - precariedade, intermitência laboral e distribuição desigual do trabalho doméstico. A incidência do trabalho a tempo parcial entre as mulheres é muito superior e há mais homens com semanas de trabalho acima das 48h. A percentagem de homens em posições de supervisão é sempre muito superior à das mulheres, seja qual for o setor de atividade.

Para além da discriminação salarial, as profissões em que há mais mulheres são também discriminadas, basta pensar nas enfermeiras, nas cuidadoras ou nas trabalhadoras da limpeza. Espaço privado, cuidados e limpeza, as tarefas de reprodução social baratas e desvalorizadas são destinadas às mulheres histórica e socialmente, com o carácter deliberado de embaratecer este trabalho e aumentar a produtividade dos trabalhadores sem custos de “manutenção”. As mulheres foram assim, exploradas e oprimidas, para que os homens o pudessem ser também. Cada um no seu sítio, umas inferiores a outros, mas todos e todas exploradas com o mesmo intuito: embaratecer trabalho, aumentar produtividade.

A persistência das desigualdades em contexto de indiscutíveis vitórias no plano dos direitos das mulheres obriga-nos a olhar para o lugar que ocupam no mundo do trabalho e na família e como ambos se ligam. A entrada das mulheres no mundo do trabalho assalariado foi um momento crucial para o movimento feminista e para a conquista do espaço público pelas mulheres. No entanto, essa entrada ainda se faz de forma profundamente desigual. A distribuição desigual do trabalho doméstico não pago prejudica o envolvimento profissional e organizativo das mulheres, o que, por sua vez, agrava a sua posição de dependência na família e também a falta de participação reivindicativa.

O processo de destruição da proteção legal dos trabalhadores é essencial na compreensão dos recuos no combate pela igualdade. A precarização das relações de trabalho e desregulação dos horários e descentralização da contratação e negociação prejudicam todos os trabalhadores mas prejudicam mais as mulheres. Por outro lado, o ataque aos serviços públicos universais e as carências que sempre existiram também se refletem de forma desigual: as mulheres são as primeiras a ir para casa cuidar. As cuidadoras informais são um exemplo.



Esta ligação entre discriminação de género e perda de direitos do trabalho é cada vez mais clara e tem de ser o catalisador para um trabalho próximo entre os movimentos feminista e sindical. Um sindicalismo feminista não terá dificuldade em encontrar pontos comuns nas reivindicações de ambos:

1. Centralizar a contratação e negociação coletiva, com a definição clara dos princípios de “Salário igual para Trabalho igual” e “Salário igual para Trabalho equivalente”;
2. Reverter as políticas de desregulação do horário laboral e alargar as 35 horas ao privado;
3. Combater todos os vínculos precários;
4. Reinvestir em toda a rede escolar, criar respostas públicas para a ocupação de tempos livres e alargar a rede pública de ensino pré-escolar com cobertura universal a partir da idade em que terminam as licenças de parentalidade;
5. Redefinir todas as políticas para a família e parentalidade, que devem ser definidas como políticas universais para a igualdade e não como políticas de mínimos sociais.

É uma agenda ambiciosa mas incompleta. Tem, no entanto, o potencial de poder mobilizar várias gerações de trabalhadoras para que vejam nas reivindicações do movimento sindical a resposta aos problemas que enfrentam no trabalho e família. O sindicalismo precisa desta agenda. O feminismo também.



O QUE NOS PODE TRAZER O FEMINISMO LIBERAL BRANCO?

ANDREIA QUARTAU, CATARINA ALVES, ELISABETE FIGUEIREDO, INÊS SANTOS, JOÃO PATROCÍNIO, JOSÉ GUERRA, MAFALDA ESCADA, SARA SANTOS

Com o aparecimento de várias personalidades públicas, nacionais e internacionais, a falar de feminismo e as várias denúncias de assédio e abuso sexual há uma sensação generalizada de melhoria das nossas vidas, da nossa condição enquanto mulheres. Mas que transformações reais aparecem para as mulheres, especialmente para mulheres pobres, precárias, não-brancas e sem acesso à informação e educação?

Os avanços e recuos dos últimos anos

A palavra “feminism” foi a mais pesquisada num dos dicionários online mais consultados em todo o mundo, em 2017. Isto, só por si, é uma (pequena) vitória. Verificamos ainda que começam a existir algumas consequências para os agressores denunciados publicamente por várias personalidades públicas.

Existe também, e em resposta a estas mobilizações, um contra-ataque e a vitimização do agressor com o argumento de que tudo agora é assédio e ofensivo. Respondemos: não, nem tudo é assédio, nem tudo é machismo, não queremos acabar com o romantismo, a sedução ou as livres relações humanas. Pelo contrário, queremos participar nelas, reclamar o direito a uma sexualidade plena, sem moralismos, em pé de igualdade, com o respeito que merecemos e exigimos.

Assédio e machismo é a constante invasão do espaço pessoal que, apesar de ser violenta, foi naturalizada. É, para a maioria das mulheres, natural estas agressões: o piropo, o encosto, a mão no ombro, a festa no braço, o roçar nos transportes ou em bares “porque está muito cheio”, as insinuações indesejadas. Aprendemos a naturalizar e a ignorar estas agressões pois “mulher honesta é a surda”, a que não ouve, a que não vê, a que não sente.

Concluimos que os avanços não chegam quando ainda temos que justificar-nos, explicar-nos, muitas vezes até a outras mulheres, longe do ativismo, da política e da informação, o porquê de continuarmos em luta e de nos reivindicarmos feministas. Não chega quando temos machismo e misoginia institucional, quando temos juízes a culpabilizarem as vítimas de violência e assédio e a remetê-las ao silêncio, isolamento e humilhação. Não chega especialmente quando saímos da bolha de mulheres, brancas, com poder e dinheiro, quando todas as denúncias, avanços e luta caem em saco roto, pelas injustiças, pela desinformação, pelo machismo e patriarcado internalizado, social e institucional.

Se pararmos e falarmos com pessoas com quem não costumamos debater, percebemos que há muito mais mulheres que não sabem o que é o feminismo do que as que sabem. Há muitas mulheres isoladas nas suas comunidades e círculos sociais, sem saberem como e onde se dirigir em caso de violência sobre elas, e ainda até as milhares que não reconhecem a violência a que estão sujeitas diariamente. Lutamos por um feminismo interseccional e esquecemo-nos, demasiadas vezes, das especificidades mulheres negras, das mulheres emigradas, das mulheres lésbicas, das mulheres bissexuais, das mulheres trans, das mulheres pobres, das mulheres que não tiveram acesso à educação. Esquecemo-nos porque nos deslumbramos com os movimentos protagonizados pelas mulheres cis, heterossexuais, brancas com poder económico e social. Numa tentativa de aproximação e credibilização, utilizamos, muitas vezes, um vocabulário académico, cheio de estrangeirismos. Fazemos uso das redes sociais, esquecendo que nem todas as pessoas têm acesso à internet. Pedimos o reconhecimento do privilégio masculino sem olharmos, muitas vezes, para os nossos próprios privilégios, aproximando-nos de quem os tem e não de quem se encontra sem nenhum.



Desafios futuros

No último ano, as maiores mobilizações feministas, a par da Greve Feminista de 8 de março, estão relacionadas com as decisões judiciais, dentro e fora de Portugal.

Temos o processo da La Manada, uma violação coletiva e planeada, no Estado Espanhol que foi considerada abuso sexual. Temos o acórdão do Neto Moura, em outubro do ano passado, que culpabiliza uma vítima de violência doméstica, recorrendo a citações da Bíblia e apoiando-se na moral católica-cristã para sustentar a pena suspensa aplicada. Recentemente temos o caso de uma jovem de 26 anos violada na casa de banho de uma discoteca por dois funcionários da mesma, cujas penas aplicadas foram suspensas e os agressores apenas acusados de abuso sexual. Não são apenas as e os juízes que os protege, mas também a lei. É necessária uma lei mais feminista, mais justa. É necessária uma lei que não necessite de resistência por parte da vítima e força por parte do agressor para que seja tipificado como violação. É necessária uma lei clara sobre o que é o consentimento e que, sem este, é e será sempre violação.

E serão necessárias ativistas feministas que não andem lado a lado com os poderes hegemónicos, sejam eles quais forem, que não se juntem apenas a certas lutas, que estendam a sua luta para lá das suas opressões. A luta toda contra toda a opressão, hoje e sempre.

A LUTA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS EM AVEIRO

ANTÓNIO ALBERTO NETO, CELME TAVARES, DILAN GRANJO, EDUARDO ANTUNES, JOÃO MONIZ, NELSON PERALTA, RITA BAPTISTA, VIRGÍNIA MATOS

A 1 de janeiro de 2017 o serviço de transportes públicos foi concessionado a um privado. A oferta caiu drasticamente, diminuindo carreiras e horários. Os preços subiram. Os salários e direitos dos trabalhadores foram imensamente reduzidos. Menos serviço por mais dinheiro.

O serviço público, ainda que insuficiente, era central na vida de vários sectores populares. Com a concessão, algumas pessoas viram-se obrigadas a abandonar cuidados médicos na cidade. Outras tiveram mesmo que prescindir de parte do seu trabalho, no caso quem fazia limpezas em mais que uma casa. A medida afetou as condições de vida, o salário direto e indireto de várias pessoas e, de forma mais gravosa, de quem tem menores rendimentos. Por ser tão central nas suas vidas, também a resistência o foi. A luta dos utentes pelo transporte públicos foi por isso massiva.

A mobilidade e os serviços públicos são fundamentais para uma sociedade mais igualitária e solidária. São também centrais no programa do Bloco. A direção concelhia tomou esta como uma das suas prioridades e elaborou todo um conjunto de ações de denúncia, reivindicação, proposta, visibilidade e, acima de tudo, luta ao lado dos utentes e trabalhadores.

As sedes são espaços importantes para a organização, debate e reflexão de ideias e deve ser aberta à sociedade. Mas não devem encerrar o partido nas suas quatro paredes. As lutas não se desenvolvem no etéreo, fazem-se no concreto, junto às massas. Foi isso que fizemos, disputando as ruas com cartazes mupis, folhetos e diálogo em autocarros e ferry.

Pelas 7 horas da manhã, ativistas do Bloco percorreram os primeiros autocarros de cada linha conversando com os utentes e convidando-os para uma audição pública na sede. Fizemo-la repartida por dois dias (sexta e sábado à tarde) de modo a respeitar as poucas opções de mobilidade. Foi a decisão acertada, garantindo uma grande adesão que possibilitou e potenciou ações seguintes. Houve quem tenha optado por realizar uma sessão no centro da cidade às 21h00 que, como é óbvio, não reuniu um único utente.

Num dia a agenda nacional do Bloco passou pela solidariedade para com esta luta, com a coordenadora da C.P. e vários ativistas a fazerem uma viagem de autocarro ouvindo os utentes. Isso ajudou a colocar o tema na imprensa nacional e ampliou a pressão sobre o executivo municipal.

Esta luta foi igualmente central na campanha autárquica do Bloco. Mais de três dezenas de utentes e trabalhadores dos transportes com que nos cruzamos juntaram-se à candidatura. Outros se juntaram por sua influência direta. Como a falta de transportes públicos afeta mais as populações na periferia do centro urbano, o afluxo de pessoas que se juntaram foi curiosamente nas freguesias onde o Bloco tinha mais dificuldades organizativas e menores percentagens de voto.

O resultado eleitoral refletiu também essa ampliação da base social do partido, passando de 2 para 7 eleitos no concelho. Hoje várias destas pessoas partilham o Bloco. Outras vêm no Bloco o seu interlocutor. Mantemos o diálogo com todas elas.

É este tipo de processo de luta que responde às necessidades sociais e que amplia o Bloco e a sua força social. É esta capacidade de abertura, abrangência e diálogo que pode fazer do Bloco um partido de massas.

Pessoas que vêm a sua vida prejudicada diretamente pelas opções ideológicas das várias fazes do capitalismo. Que sentiram na pele a injustiça da governação e a justeza da luta. Gente que pôde entrar na candidatura e no Bloco em pé de igualdade em torno de um eixo programático que é o centro das suas



condições de vida. Gente que representou o Bloco na campanha e que agora integra a representação autárquica do Bloco, assim como a sua direção concelhia.

Também desse contacto alargado surgiram outras reivindicações. Dos utentes que se mobilizaram por mais autocarros surgiu igualmente a maior manifestação de sempre numa freguesia do concelho, por mais dias de atendimento num centro de saúde. São estes os protagonistas da luta social, homens e mulheres que se movimentam pela vida coletiva.

Devemos ainda referir que a luta dos transportes em Aveiro não é só de agora. Dura há bem mais de 10 anos, no início com ataques da autarquia aos direitos dos trabalhadores e com despedimentos na empresa. E, durante todos esses anos, o Bloco esteve sempre presente nas manifestações, nos protestos à porta da Assembleia Municipal, nas concentrações e nas greves. Fizemos propostas no parlamento e na Assembleia Municipal. Por várias vezes fizemos dessa luta causa nacional. Foi uma relação de confiança e de centralidade da luta que se construiu com trabalhadores e utentes. É também da continuidade e coerência da luta que se construiu um partido-movimento credível e abrangente, nesta e noutras lutas.

É para continuar.



UM PAÍS FRATURADO

ANTÓNIO RICARDO, JÓNI LEDO, CARLOS COUTO, RUI MANUEL CORTES, CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA GUEDES, RAQUEL TEIXEIRA, LÚCIA CUNHA, JOÃO TEIXEIRA, RUI LEDO, CATARINA PENICHE, CATARINA ASSIS, ANA PAULA PEDRO, JOSÉ LUÍS RODRIGUES, ANDRÉ CARVALHO, FERNANDO SARMENTO, CARLOS MANSO GOMES, PEDRO GUEDES OLIVEIRA, MARCO CARRILHO GOMES, ANTÓNIO COSTA, CARLOS MOREIRA GOMES, JORGE CARVALHO, FILIPA ALMEIDA, MIRIAM CABO, HELENA CLÁUDIA SILVA, JORGE ALEXANDRE, MARCO PAULO DOMINGUEZ MENDONÇA, JOÃO DINIS ELIAS CANTEIRO, MARIANA FALCATO SIMÕES, RUI JORGE DE SOUSA, JOSÉ DOMINGOS RIBEIRO, MARIA ANTÓNIA FRIO, FRANCISCO FILIPE, CARLA ISABEL ALCARAVELA, PATRÍCIA RIBEIRO, JOSÉ CARITA MONTEIRO, MARIA PAULA MONTEIRO, MARGARIDA ROSADO, JOSÉ CARLOS SOARES, JOSÉ LUÍS MONTEIRO, CRISTINA MONTEIRO, JOSÉ DOMINGOS SANDE, MARIA VICÊNCIA SANDE, ARTUR RODRIGUES CALADO, ANABELA BATISTA CALADO, JOÃO MOURATO VARELA, ADELINO CANDEIAS, MARIA JOSÉ PINHEIRO, BERNARDINO GAMA ROMÃO, RUI MIGUEL SALABARDA GARRIDO, LUÍS GOMES, MAXIMIANO ROMÃO RAMOS, MARIA GRACIETE PEREIRA, FRANCISCO LOBATO, DIEGO GARCIA, MARIA CASEIRO, KÁTIA REIS, MANUEL ROCHA COELHO, ISABEL FERNANDA ROCHA DA SILVA ALMEIDA, PEDRO MESQUITA, PATRÍCIA MARQUES CARDOSO COUTINHO, MIGUEL RODRIGUES CARDOSO, NÚRIA GUEDES, MANUEL JOÃO FERREIRA, BRUNO SÉRGIO CARMO MAGALHÃES, JOÃO AMOREIRA, CAROLINA, LAMEGO, PEDRO PIRES, XAVIER GASPAS, RUI LINO, PATRÍCIA JOANA RIBEIRO MARTINS, ANA CAROLINA GOMES, ALBANO SANTOS

As situações dramáticas ocorridas em 2017 vieram emergir uma realidade conhecida mas eternamente desvalorizada: o despovoamento do interior, mercê duma política continuada de investimento nos grandes centros urbanos e ausência dum ordenamento do território, tornando o interior extremamente frágil e cada vez mais distanciada de serviços públicos essenciais, sem políticas minimamente sustentadas para criação de emprego. A resposta tem sido a desconcentração de competências, surgindo a municipalização como resposta dogmática, mas tal não significa um avanço significativo para diluir as desigualdades, tendo em conta que a descentralização, se bem que desburocratize alguns setores da Administração Pública, não contribui para a diluição das assimetrias.

Claro que que no imediato são necessárias políticas de discriminação positiva para o interior. Salientamos a reativação do transporte ferroviário (incluindo as linhas que foram extintas) para assegurar o transporte de pessoas e mercadorias; a defesa do ensino superior público no interior do país bem como um Serviço Nacional de Saúde que corresponda às necessidades duma população rarefeita e longe dos grandes centros; a eliminação das portagens no interior e a redução da fatura energética e da água, dado que são regiões que se vêm delapidadas dos seus recursos naturais (ex. construção de barragens e eólicas), etc. Será difícil não enunciar outras medidas sobre as quais todos estaremos de acordo. Mas a questão é: continuamos com medidas paliativas isoladas ou queremos resolver politicamente o país mais assimétrico e menos equitativo da Europa?

Para isso é preciso perder-se o estigma da regionalização!

A regionalização traduz-se por maior eficácia na aplicação dos dinheiros públicos; melhor seleção dos projetos verdadeiramente úteis aos cidadãos; maior responsabilização política; melhor fiscalização e envolvimento por parte dos cidadãos; redução das assimetrias regionais em todos os setores de desenvolvimento; ganhos de escala para projetos que ultrapassem a escala municipal; destruição de grandes monopólios de fornecimento ao Estado assentes nas grandes cidades. É verdade que há desvantagens, essencialmente nas entidades sempre beneficiadas com o regime centralista. Tem sido muito enfatizado como aspeto negativo o risco de criação de clientelas regionais. É um perigo, mas estas clientelas já existem à escala nacional e local. Outro aspeto diz respeito aos custos destes governos intermédios (Regiões). Mas serão claramente compensados pela abolição de outras estruturas não eleitas, como as CCDRs ou as CIMs, ou serviços como as Direções Regionais de vários Ministérios.

Pretendemos que as regiões a serem criadas tenham em conta os princípios da participação e da subsidiariedade, com base nos quais as mesmas vão aprofundar a participação dos cidadãos e aproximar os centros de decisão às populações e, ainda, os princípios da solidariedade e da justiça. Queremos que as novas Regiões Administrativas (RA) se possam assumir como dinamizadoras da vida política, cultural e económica. As RA podem e devem celebrar contratos-programa com o



Governo destinados a definir a realização conjunta de empreendimentos de grande vulto que visem o desenvolvimento regional.

Regiões fortes, com poder de decisão e plenamente democráticas!

Queremos que esta Regionalização seja consubstanciada na concessão de vastas competências às RA, no que concerne a despesas públicas, sem o que não faz sentido este processo sem uma transferência de poderes a nível fiscal. Caso contrário, surgiria a desresponsabilização dos órgãos regionais eleitos. Pretende-se também atribuição de poderes legislativos próprios caminhando no sentido de Regiões Autónomas, procurando-se com a Regionalização uma descentralização política e não meramente administrativa. Assim, pugnamos por uma ampla autonomia política, legislativa, administrativa, financeira e patrimonial dotando as novas Regiões de personalidade jurídica de direito público.

Existe também a necessidade de se proporem órgãos representativos das RA, incluindo um órgão executivo. Repare-se que na verdade as Regiões já existem Portugal, caso das autonomias regionais da Madeira e Açores! Queremos alargar este conceito ao Continente! As RA devem aplicar o princípio da subsidiariedade, elaborarem e executarem planos de desenvolvimento regional, devem ter património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, com plena autonomia financeira, implicando a cobrança de taxas.

As Regiões devem estar plasmadas na realidade do país!

A regionalização não pode estar desligada da especificidade do litoral e interior, e cada RA deve ter uma dimensão, massa crítica e peso populacional que permitam enfrentar os desafios da autonomia. Vamos continuar a fazer o diagnóstico da desgraça do interior ou queremos atuar de modo coordenado e assente em instrumentos políticos?

O BLOCO DE ESQUERDA E O INTERIOR

ANTÓNIO RICARDO

É normal ouvirmos nos Media falar do Interior, mas o que é o Interior? É dividir na vertical o país? É a fronteira com algumas centenas de kms entre o Litoral de Portugal e Espanha? É a área de Portugal que só é lembrada quando arde todos os anos?

O Interior é mais que uma área geográfica é uma dinâmica diferente, muitas vezes ligada a uma sobrevivência existencial, económica e social. O Interior contém vários problemas que muitas vezes não são entendidos e cuja metrópole quer influenciar, regular e legislar sem compreender as dinâmicas próprias da região. Quer regular e controlar, e bem, a plantação de eucalipto mas esquece-se que existem aldeias e vilas que dependem desta indústria, aldeias e vilas que são votos. Assim, se é preciso regular e controlar, poderá o Bloco de Esquerda apresentar alternativa de subsistência de muitas famílias? Se não for apresentado alternativas será o próprio Bloco acusado de desertificar o Interior de Portugal !?!?

Os líderes do Bloco têm de vir e estar no Interior, reunir-se com quem conhece a realidade e com quem a compreende. Deve mesmo entrar em diálogo com as forças vivas que operam no interior. Veja-se um exemplo, o Bloco foi sempre defensor de causas ambientais, defendeu sempre a biodiversidade e a floresta autóctone, indo de encontro ao que muitos produtores florestais pedem em termos de medidas agroambientais, contudo quem se apresenta como o paladino dos interesses dos produtores florestais e até dos agricultores tem sido a Direita. Estas costas voltadas têm de acabar! Há uma nova geração de agricultores e de produtores florestais com consciência ambiental da biodiversidade com quem Bloco tem de encetar um diálogo e se possível apoiar o associativismo destes. Esta é uma das formas de o Bloco estar presente no Interior desenvolver um diálogo de consensos e ocupar o espaço político de outros partidos, sedimentado não apenas em teorias, mas sim com o conhecimento da realidade.

O Bloco tem de olhar também para a sua organização no interior e perceber que a realidade política e social é completamente diferente dos grandes centros urbanos e de todo o litoral. A Democracia e a pluralidade democrática no Interior está em risco! As autarquias dominam vários setores, tais como: o setor social com os apoios atribuídos a associações e ao sector económico ficando as empresas e instituições dependentes das infraestruturas de apoio; e a Educação com a gestão de escolas primárias.

Esta concentração de Poder e Influência, cada vez maior, cimenta o caciquismo e o tráfico de influências que engole a Democracia e o Desenvolvimento Económico de certas regiões. Haverá interesse em que haja mais que um grande empregador numa região que não seja um Município?

O Bloco como defensor da Democracia tem vindo a par e passo a crescer e a reforçar a sua intervenção política no interior, mas falta ainda da parte do Bloco um apoio político que se descricione positivamente no apoio material e financeiro dessa intervenção.

O Bloco tem de conhecer o Interior e não passar receitas similares a que outros partidos já passam. Tem de ter uma resposta com entidade própria para as regiões do Interior. Essa entidade própria tem de passar pelo reconhecimento das potencialidades e recursos de cada região, ou seja, os recursos endógenos. Foram estes recursos que foram os motores de desenvolvimento do interior durante muitas décadas, associado obviamente a algumas infra-estruturas de a transporte, especialmente linha férrea. Estes recursos não foram só naturais foram também tecnológicos e de conhecimentos técnicos. Há vários exemplos: Unidades fabris de fiação e têxteis localizaram-se junto as serras por terem recursos hídricos para fornecimentos de energia aos seus teares e da matéria prima como a lã; multinacionais do sector automóvel compraram unidades fabris portuguesas por causa dos seus recursos e conhecimentos tecnológicos na transformação de borracha; linhas de produção de pickups instalaram-se em Portugal em locais onde já havia conhecimento técnico da metalomecânica e de siderurgia; Centrais elétricas foram construídas por causa da ligação a



linha férrea e por estarem junto a Rios (recurso hídrico); Fábricas da cortiça deslocaram-se do litoral para o Interior para estarem perto da sua matéria-prima.

É necessário alicerçar uma estratégia para o Interior em quatro alicerces: Democratização e Transparência nas Autarquias; Investigação científica ligada ao Ensino; o Desenvolvimento Económico ligado à criação de polos endógenos e a Regionalização.

É necessário uma revolução económica do interior mas acima de tudo uma revolução de pensamento em relação ao interior. Essa revolução do pensamento tem de começar sem dúvida alguma a partir do próprio Bloco de Esquerda pois sem ela não existe acção coerente e o País não é olhado como um Todo.



POR UM COMBATE ANTIRRACISTA RADICAL

BERNARDINO ROMÃO, JOSÉ FALCÃO, JOSÉ MANUEL PUREZA, RAQUEL CORREIA, VLADEMIRO DUARTE

Afirmou o Alto Comissário para as Migrações: “não somos racistas, mas temos preconceitos como todos os outros”. O seu adjunto acrescentou: “o racismo atinge todos”. E quem são estes “todos”? Ele explica: “Não tenho dúvidas nenhuma que haja portugueses da Madeira que são discriminados, como há portugueses no continente que também o são.” Não há racismo, só casos pontuais, são “preconceitos”, e mesmo esses são entre portugueses (Continente e Madeira). Podemos, portanto, estar descansados. Discriminados somos todos, ninguém é discriminado. Nada de fundamentalismos que o tempo não está para essas coisas.

A representação de Portugal como um país “sem problemas étnicos nem raciais” é a versão interna do luso-tropicalismo: a rábula do racismo “normal” completa a rábula do colonialismo benigno. Ambas são mentiras. E a mentira do racismo “normal” esbarra quotidianamente na violência policial racializada, na discriminação racializada praticada pela administração pública, na segregação na habitação ou na educação, na sobre representação de grupos racializados na população prisional ou na violência cultural e estrutural dos discursos e práticas sociais de racialização. Não há racismo “normal” em Portugal porque, pura e simplesmente, não há isso de racismo “normal”.

A violência perpetrada pelo Estado nos bairros das periferias das cidades – como em Santa Filomena, no 6 de Maio, Estrelas d’África, no Casal da Boba, na Arrentela, na Vidigueira, na Torre, na Bela Vista e em tantos outros – é o rosto cru das políticas de segregação urbana e social. Quando da execução do PER, os movimentos sociais antirracistas denunciaram devidamente a construção destes guetos, tendo em conta o que nessa altura se passava em França. Não foi, portanto, falta de compreensão do Estado sobre o que se poderia passar. O verdadeiro objetivo não era resolver a vida destas pessoas. O que se pretendia era atirá-las para fora dos centros habitacionais (até porque ocupavam terrenos bem apetecíveis para a especulação imobiliária), mais fáceis de vigiar e com muitas dificuldades (ausência de transportes em condições e com horários compatíveis) de aparecerem a incomodar os espaços de fruição, cultura e desporto (e, claro, com mais horas gastas para chegar ao trabalho) que deveriam ser para todas e todos. Ironia das ironias. Agora, com a gentrificação, os guetos das periferias vão ficar com muitas e muitos dos vizinhos que os queriam ver... longe.

A discriminação é também a marca de todos os dias da comunidade cigana em Portugal. Continua a haver turmas só com ciganos e contentores para os alojar; currículos escolares que nada dizem a estas populações; discriminação no atendimento em serviços públicos; recusa de espaços públicos para casamentos, batizados e até para os velórios e enterros; carros e casas incendiadas; animais envenenados, igrejas destruídas; mercados atirados para fora dos centros das povoações e a fechar; as e os vendedores ambulantes sempre a serem perseguidos pelos agentes das autoridades... enfim, a imaginação mostra não ter limites no que toca ao que pode acontecer a estas minorias.

O combate ao racismo tem que ocupar um lugar cimeiro na luta pela transformação social e cultural. Isso implica toda a luta contra o biologismo atávico e toda a luta contra as práticas institucionais que racializam para hierarquizar. É um combate difícil, de grande intensidade ideológica. Ele desdobra-se em três eixos principais.

O primeiro é o da consideração da luta antirracista como algo que extravasa as políticas de imigração. A visibilidade política das comunidades afrodescendentes e de todas as comunidades alvo de discriminação, a adoção de políticas de diferenciação positiva no universo dos direitos e o resgate do princípio do jus soli como critério diretor da lei da nacionalidade são três materializações desta linha de atuação. Garantir a participação política, ou seja, a possibilidade de votar e ser eleito, aos imigrantes é outro passo fundamental.



O segundo eixo é o da luta contra o racismo institucional. A mobilização dos tribunais para este combate é decisiva. Como é decisiva a mobilização de pronunciamentos críticos de instituições internacionais – como sucedeu recentemente com os relatórios do Comité das Nações Unidas contra a Tortura ou do Comité das Nações Unidas contra a Discriminação Racial. Essa mobilização de meios institucionais dá força política à mobilização de movimentos para esta linha de combate.

O terceiro eixo é a luta contra o outro racismo institucional. A generalidade dos cidadãos não trata dos seus documentos na PSP. Mas é o que se passa com as e os imigrantes. E também não paga as exorbitâncias que o SEF lhes cobra. É fundamental criar o estatuto de mediador sócio cultural e combater o desvio das universidades para os cursos profissionalizantes. bem como substituir os currículos escolares e os manuais colonialistas, racistas e xenófobos.



PELO FIM DAS PRAXES ACADÉMICAS

BIANCA ALMEIDA, DIANA SILVA, DILAN GRANJO, EDUARDO ANTUNES, ERNESTO OLIVEIRA, FILIPA VIEIRA, GUILHERME AMARO, JOÃO MONIZ, PEDRO ALVES, RAQUEL WILSON, TOMÁS MARQUES

Para além da democratização do acesso e da gestão do ensino superior, é urgente operar transformações na própria prática social das universidades e no quotidiano em si, com vista à plena democratização do sistema. O alvo dessa transformação são sem dúvida as praxes académicas.

A cultura praxista é constituída pelo machismo e homofobia estruturais, pela hierarquização com base em deméritos académicos, mas apesar disso continua a reproduzir-se.

Apesar das instituições procurarem o distanciamento face à praxe, esse distanciamento muitas vezes convive com a conviência às mesmas, chegando ao ponto de incluir sessões de propaganda praxista nas receções administrativas aos novos estudantes. Outro exemplo desta conviência passa pela omissão da existência das praxes por parte das instituições, justificando casos como o dos estudantes em roupa interior na Faculdade de Arquitetura de Lisboa como uma “ação voluntária e de autorrecriação por parte dos estudantes”, motivada pelo calor.

A legitimação das praxes tem que terminar. O ensino superior não pode ser espaço sagrado da proliferação de práticas machistas, homofóbicas, retrógradas e fascizantes. Deve ser sim um espaço de propagação da cultura, do saber, da discussão aberta e da democracia.

Para isso, urge que as instituições construam programas de integração dos novos alunos válidos e ricos em propostas, que possam levar ao fim da pseudo-tradição praxista de iniciação académica no ensino superior. Devemos estar ao lado das e dos estudantes que queiram construir uma sólida alternativa à praxe democrática e do século XXI. São delas exemplo a “Cria’ctividade” na Universidade de Coimbra e a “AlternAtiva” na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Para além da pressão institucional que podemos e devemos exercer, o Bloco deve continuar e aprofundar a sua relação com os movimentos anti-praxe. Devemos juntar a nossa força ao movimento social no ensino superior para continuar a fazer força junto do ministério e instituições, com vista ao fim das praxes, mas também à criação de espaços e iniciativas alternativas de integração dos novos estudantes, que fortaleçam o espírito crítico, plural e democrático, tal como deve ser qualquer espaço académico.

Combater a praxe, e os seus valores de aceitação acrítica da autoridade e da hierarquia (valores que tem contribuído para uma despolitização e passividade dos estudantes perante um ensino superior em crise) é contribuir para o crescimento de um movimento estudantil crítico, combativo e mobilizado.



DEMOCRATIZAR A GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR – ACABAR COM O RJIES E O REGIME FUNDACIONAL

BIANCA ALMEIDA, DIANA SILVA, DILAN GRANJO, EDUARDO ANTUNES, ERNESTO OLIVEIRA, FILIPA VIEIRA, GUILHERME AMARO, JOÃO MONIZ, PEDRO ALVES, RAQUEL WILSON, TOMÁS MARQUES

Foi há 11 anos que a Lei da Autonomia Universitária foi substituída por um novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Esta alteração provocou uma transformação estrutural na gestão das universidades, abrindo as portas a elementos externos e aos interesses privados, excluindo estudantes, docentes e funcionários do seu processo de gestão.

A entrada em vigor do RJIES revelou-se um ataque à democracia, afastando os estudantes dos órgãos de decisão; resultou numa centralização de competências e de poder no Conselho Geral, órgão que passou a contar com uma grande percentagem de personalidades externas às universidades (que muitas vezes representam empresas e, portanto, interesses privados); e significou ainda o fim da paridade, o que resultou na diminuição do número de estudantes e pessoal não-docente (que deixa de ter presença obrigatória) neste órgão, que é responsável, por exemplo, pela eleição dos reitores.

Ao mesmo tempo que ataca a democracia no processo de gestão, o RJIES, através da promoção do regime fundacional (responsável pela passagem de instituições públicas em fundações públicas com regime de direito privado), deixou a porta escancarada para um processo de privatização do ensino superior público.

As instituições que adotaram o regime fundacional passaram a reger-se pelo direito privado na gestão financeira, patrimonial e de pessoal. A passagem para este regime revela-se sinónimo de precarização das relações laborais de docentes, não-docentes e investigadores, uma vez que as instituições passaram a poder contratar e criar carreiras próprias, com base no direito privado. Assente num ideal de desresponsabilização do Estado, o regime fundacional prevê que sejam as próprias universidades a garantir parte considerável do seu financiamento.

A transformação de instituições, que deveriam funcionar como garantia de acesso a uma educação universal e gratuita, em fundações de direito privado, obedece a uma lógica neoliberal que vê a educação e o conhecimento como mera mercadoria que procura rentabilizar

Defendemos que o ensino superior deve ser integralmente financiado pelo Estado, combatendo o pagamento da propina e a penetração de empresas no ensino público.

O RJIES retirou poder de intervir e decidir a toda a comunidade estudantil, atacando a democracia em prol de interesses privados. Da saúde até às questões laborais, já se percebeu que não se pode contar com o Partido Socialista, quando o objetivo é realizar alterações de fundo que beneficiem os trabalhadores e não os grandes grupos económicos.

O RJIES e o regime fundacional chocam frontalmente com o ensino público, democrático e gratuito que o Bloco sempre defendeu. Posto esta conjuntura, a resposta que temos que dar é só uma – estar ao lado do movimento estudantil para liquidar o RJIES e o regime fundacional.

DEMOCRATIZAR O ACESSO NO ENSINO SUPERIOR – FIM DAS PROPINAS, MAIS HABITAÇÃO, MAIS BOLSAS

BIANCA ALMEIDA, DIANA SILVA, DILAN GRANJO, EDUARDO ANTUNES, ERNESTO OLIVEIRA, FILIPA VIEIRA, GUILHERME AMARO, JOÃO MONIZ, PEDRO ALVES, RAQUEL WILSON, TOMÁS MARQUES

As propinas nem sempre representaram uma carga económica tão considerável para os rendimentos de um agregado familiar. A Lei das Propinas, a Lei n.º 20/92, de 14 de Agosto, implementada no governo de Cavaco Silva, previa um aumento progressivo das propinas, conforme o escalão de IRS dos agregados familiares dos estudantes. Rapidamente o valor das propinas foi aumentando, tornando-se num obstáculo ao acesso e permanência no ensino superior de muitas e muitos estudantes dos setores populares da sociedade, tal como tinha sido previsto pelas e pelos ativistas que lutaram contra a sua implementação.

Segundo dados da OCDE, Portugal é o país da UE que menos investe no ensino superior, investindo apenas 54%, face a 78,1% da média Europeia. O valor da propina tem apresentado uma tendência para aumentar - no ano letivo de 1991/1992 o custo era de 1200 escudos (cerca de 6,5 euros) e, atualmente, os valores podem ultrapassar os 1000 euros.

As propinas representam uma fatia considerável do atual orçamento das instituições de ensino superior, entre 11 a 35% do valor médio. Ainda mais grave é que, as propinas estão a ser utilizadas para pagar parte dos vencimentos e despesas gerais, e são uma parte importante dos orçamentos das universidades. Portanto, ser a favor do fim das propinas é ser a favor de um massivo reforço das contribuições do OE para o ensino superior: é necessário redobrar esforços na luta por um financiamento totalmente público do ensino superior.

A introdução das propinas foi apenas o primeiro passo para a comodificação do ensino superior, sustentado pelas teses neoliberais das privatizações, da austeridade virtuosa e do conceito do estudante enquanto cliente. O Bloco tem que prosseguir o combate pela gratuidade do acesso ao ensino superior colocando-se ao lado dos movimentos estudantis, ajudando a criar frentes amplas para travar esse combate.

Outro grande obstáculo na concretização deste direito são os galopantes custos com a habitação, principalmente nos grandes centros urbanos que se tornam obscenos. Hoje em dia, estudar fora de casa é cada vez mais um horizonte distante para muitas e muitos estudantes da classe trabalhadora. Recentemente, foram divulgados dados que mostram esta realidade - quartos cujo aluguer ronda os 600€. Neste quadro, lutar pelo acesso ao ensino superior é também lutar por políticas radicais para o acesso geral à habitação como direito.

Em 2017, as despesas com bolsas de ação social para os estudantes do ensino superior, registaram valores de aproximadamente 135 milhões de euros, o que se traduz em apenas 77% dos estudantes que requereram apoio, que efetivamente o obtiveram. De notar ainda que, do total dos indeferimentos, cerca de 40% se deveu a um rendimento per capita do agregado familiar superior ao limite fixado pelo valor distribuído. Importante ainda referir que 330 milhões de euros seria o valor que custaria ao Estado para garantir o ensino superior gratuito a todos os estudantes. Propomos a possibilidade de bolsas de estudo discriminadas por região, ajustadas ao custo de vida de cada cidade, permitindo aos estudantes terem uma vida digna.

Esta realidade exige uma resposta social adequada, por isso é urgente batermo-nos por uma revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo, alargando o universo dos beneficiários.



DROGAS: PRECISAMOS DE RESPOSTAS INTEGRADAS

BRUNO MAIA

O uso de drogas é comum em todo o mundo e foi uma realidade ao longo da história da humanidade, em múltiplas comunidades e culturas. O padrão mais comum de uso de substâncias é o episódico e não o uso problemático. Existem riscos relacionados com o uso de drogas e isso é independente de elas serem consideradas legais ou ilegais - o álcool, o tabaco ou o café são substâncias legalizadas, estão disseminadas na nossa rotina e no entanto apresentam riscos de utilização, podendo mesmo constituir-se como problema de saúde pública como é o caso do álcool em Portugal. As drogas não foram tornadas ilícitas de acordo com uma análise racional do dano e os problemas com o seu uso aumentam quando o consumo ocorre num contexto de ilegalidade e desregulação.

As razões que motivam o consumo de substâncias ilegais são múltiplas e complexas, não podem ser reduzidas a estereótipos sociais. Uma grande maioria dos utilizadores procura nas drogas, episodicamente, momentos de relaxamento e prazer em contexto de socialização. Outros usam-nas para aliviar a dor, sobretudo em casos de depressão, ansiedade, trauma, dor física ou doença mental, ou simplesmente procuram alterar a mente de forma temporária para lidar com circunstâncias desfavoráveis. E outras recorrem a drogas ou medicamentos para melhorar o seu rendimento profissional. Uma pequena minoria fá-lo porque tem uma dependência e procura evitar sintomas de abstinência.

Quebrar o discurso moralista, proibicionista e os reflexos que este tem nas leis e nas práticas de atuação de governos e autoridades de saúde é uma tarefa da esquerda. Não existe hoje qualquer dúvida que a guerra às drogas foi (e continua a ser) a pior estratégia possível para minimizar os problemas relacionados com o seu uso. A estratégias de redução de danos têm de substituir, de uma vez por todas, todos os resquícios e vícios adquiridos no passado com uma guerra que só agravou o problema - na guerra às drogas, as drogas ganharam a guerra!

É por isso fundamental:

- inverter o discurso, atualizando a linguagem: pessoas que usam drogas têm que ser respeitadas na sua autonomia e devemos promover um combate à discriminação destas, sobretudo nos serviços de saúde ou no sistema judicial. Ao fazê-lo estaremos a defender alguns dos cidadãos mais vulneráveis e a criar melhores condições de saúde pública;
- defender políticas públicas baseadas sempre em informação credível, factual e consistente Isto significa também desafiar as percepções hegemónicas sobre drogas alicerçadas em preconceitos e senso-comum, frequentemente alheadas do conhecimento científico;
- pugnar pela inclusão dos utilizadores de drogas em todas as decisões políticas que lhes digam respeito, através das suas associações, coletivos e representantes;
- promover a capacitação das populações mais vulneráveis. A imposição de mudanças de comportamento é ineficaz, impossível e inaceitável. Há evidências de que o maior impacto benéfico sobre o uso de drogas está associado a programas que se concentram na informação, no contexto social (incluindo escola ou família) e que abordam outras questões que não necessariamente o uso de drogas. Com os jovens, por exemplo, é possível intervir com base em informações factuais, incentivando a moderação na experimentação.

Precisamos de respostas racionais e pragmáticas que renunciem à ideologia sobre uma sociedade livre de drogas. A descriminalização do consumo conseguida em 2000 foi um passo importante para abordar o



problema com racionalidade e eficácia. No entanto está muito longe de ser suficiente. O Bloco deve defender a aposta numa resposta integrada que inclua salas de consumo assistido, serviços de “drug-checking”, acesso disseminado à naloxona, prescrição de heroína medicalizada e outras opções de substituição opiácea. E, claro, a legalização da canábis recreativa deve estar sempre na linha da frente.

Está na hora de olharmos para as drogas com coragem e rigor, com a prioridade colocada na saúde pública, sem esquecer o combate contra a estigmatização e a marginalização dos seus utilizadores. O uso de drogas inclui realidades diversas, pelo que é nossa responsabilidade considerar opções de regulação da produção, venda e consumo de substâncias.



MAIS ALGARVE, MAIS BLOCO

CARLA ESCARDUÇA, CARLOS CABRITA, DAVID ROQUE, JOÃO BRANDÃO, JOSÉ MAIA SANTOS, JOSÉ MANUEL DO CARMO, JOSÉ MOREIRA, LUÍSA PENISGA GONZALES, MIGUEL PINHEIRO, NUNO VIANA

O Bloco precisa de se afirmar como organização nacional e regional, superando os grandes défices que evidencia na **implantação territorial e na ligação ao povo a nível local**.

O Bloco precisa de se afirmar na intervenção política e social no Algarve, pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar **propostas alternativas baseadas no conhecimento**, recusando o superficialismo e a ignorância do “achismo” (eu acho que...).

O Bloco tem de apresentar propostas fundamentadas em princípios do **pensamento socialista**, recusando posições populistas e oportunistas.

O interior é um recurso, não um deserto!

Promover no âmbito da região o desenvolvimento de um paradigma, uma visão estratégica para a dinamização do combate ao despovoamento e à desertificação do interior algarvio: a visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e o património cultural.

São fatores de desenvolvimento: serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; incremento da economia social; fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização em articulação com as economias locais, e o ordenamento do território orientado para o desenvolvimento económico produtivo, articulado com sustentabilidade ambiental; apoio às organizações focadas no desenvolvimento local e integração com o potencial de investigação e desenvolvimento da região com valorização dos organismos técnicos estatais e das Universidades.

Ambiente, desenvolvimento económico e qualidade de vida no nosso Algarve.

Desenvolvimento económico produtivo e ambiente não são antagónicos. Eco-socialismo. As alterações climáticas, carbonização da economia, destruição dos solos e poluição química das águas superficiais e subterrâneas são uma realidade para que importa alertar a população e promover alternativas que visem transitar para uma nova economia e desenvolvimento.

O **desenvolvimento da agricultura** passa por uma nova lógica que respeite a natureza mediterrânea, promova os seus potenciais e fomenta o controlo biológico e a fertilização orgânica, criando uma imagem de marca da região, recusando a lógica terceiro-mundista que tem prevalecido nas políticas agrícolas com a proliferação cega de agricultura intensiva à base de agroquímicos e mão-de-obra importada; a dimensão da produção animal determina que o Bloco defenda a solução matadouro itinerante.

As **ilhas barreira são um produto do processo natural** e têm que a ser olhadas numa perspetiva científica, entendendo-as nas suas dinâmicas e não contrariando-as, prometendo oportunisticamente às populações o que a natureza não vai permitir que aconteça; abrir barras contranatura e encher praias de areia é deitar fora dinheiro que faz falta para as necessidades reais da região.

O **problema das acessibilidades é uma necessidade central no Algarve**, do ponto de vista das populações, do comércio e do turismo. A vaga promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a total ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: o eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da Via do Infante.

Consideramos uma prioridade da intervenção do Bloco de Esquerda a luta pela **urgente recuperação do Serviço Nacional de Saúde na região**, dos hospitais ao atendimento local e na promoção da saúde nos Centros de Saúde, de entre a necessidade de melhorar a generalidade dos Serviços Públicos.



O acesso à habitação é crítico no Algarve e foi agravado com a liberalização do arrendamento e a lei Cristas dos despejos e a especulação chegou a níveis inoportáveis: profissionais como médicos, professores e engenheiros, recusam lugares por não encontrarem casa; as empresas não conseguem trabalhadores; aumenta o aquartelamento em camaratas e contentores de trabalhadores rurais temporários; as novas famílias não encontram casa. O Bloco tem que acordar para a realidade e exigir com vigor políticas que **garantam o direito à habitação, um dos pilares a desenvolver do Estado social.**

Recusamos a prospeção do petróleo no Algarve (como no resto do país) por razões ambientais e por razões económicas; em alternativa o BE deverá promover o debate e propor medidas concretas legislativas e de investimento público de **promoção das energias alternativas** a diferentes níveis de produção.

Mais Bloco, mais Algarve.



AVISO URGENTE

CARLOS CARUJO, CATARINA PRÍNCIPE

Camaradas, é urgente que cerremos fileiras. Os esquerdistas sectários andam aí e isso pode destruir o partido. Se os virem à solta, por favor, mantenham a calma e contactem as entidades responsáveis. Acredita-se que se repetirmos “recuperação de rendimentos” sete vezes eles implodem e transformam-se em pó. Mas todo o cuidado é pouco. Até porque os esquerdistas, é sabido, não conseguem ouvir os outros a maior parte das vezes. Por isso, assim que começarem a falar, tapem os ouvidos e comecem a entoar a seguinte ladainha de protecção: “esquerdista maldito, seu insensível social, preferes as tuas fórmulas identitárias do passado ao bem-estar das pessoas; sectário, tu odeias-nos, discordas de nós, não vês como somos brilhantes e divides o partido”. Isto não fará com que desapareçam mas, pelo menos, impede-os de serem ouvidos e cria uma barreira higiénica à sua volta. O que é necessário já que uma das piores facetas do esquerdismo sectário é alimentar-se vampirescamente da alma idealista da juventude, corrompendo-a, enchendo-a de ideias antigas e rígidas que são um empecilho para a política a sério que agora fazemos.

Este aviso ganha ainda mais importância já que há incautos que menosprezam o seu carácter pernicioso. Pensam que continua tudo a ser como dantes quando os esquerdistas eram uma minoria inócua com a qual a gente brincava, que animava reuniões quando, à falta de melhor ponto de unidade, nos juntávamos todos alegremente para lhes dar porrada. Na altura serviam momentaneamente de idiotas úteis para o nosso jogo. Só que é preciso avisar toda a gente que desta vez é que é a sério, que agora descobrimos a sua verdade obscura: num momento tão sensível como o que vivemos são aliados objectivos da direita. E andaram até ao momento a fingir que não entendiam as subtilidades da política de massas para pensarmos que eram cabeças duras quando na verdade o que querem é diminuir a força da esquerda. Diz-se até que os seus textos são escritos em parceria pelo Paulo Portas, pelo Durão Barroso e pela Maria Vieira.

Para além disto cometem o pecado indesculpável de ser arrogantes ao ponto de acharem que podem pensar em política ao mesmo nível que o petit comité. Discordam sistematicamente das nossas verdades e, claro, são dissimulados ao ponto de esconder as suas ambições desmedidas dizendo que o que querem é que toda a gente decida. Por detrás dessa utopia populista democracista esconde-se apenas a inveja: o que verdadeiramente querem é ser eles a decidir substituindo quem de direito.

Assim, há que desenvolver todos os métodos possíveis para lhes arrancar à força a aura de revolucionários que se pode mostrar apelativa para os mais ingénuos e mostrar a sua verdadeira e horrenda face de conservadores sem escrúpulos. Porque os verdadeiros revolucionários somos nós e só nós e não esses sectários. Mas calma camaradas. As directivas continuam a ser para não o dizer muito alto nem fora dos círculos habituais. Sobretudo há que não ceder à tentação de o dizer na televisão. Isso seria coisa que o povo, recuado como é, não compreenderia, ficaria assustado e perderíamos votos. Isso seria propagandismo. E correríamos o risco de acabar por parecer tão esquerdistas como os esquerdistas... Se parecer complicado lembrem-se que o esquerdismo só parece insidioso por ser como o fantasma do Natal passado. E parte da nossa sabedoria política está em sermos revolucionários secretos que façamos o que fizemos estamos sempre a cumprir a missão revolucionária. Também sabemos ser puramente contra os puristas pelo que há que dizer que eram a favor do que foram contra e criticá-los ao mesmo tempo por afinal terem sido mesmo contra provando assim cabalmente a sua inconsistência.

Agora que tudo isto é para nós claro, é tempo de cortar o mal pela raiz. Este aviso não é só o desvelamento da verdade sobre o esquerdismo mas também um apelo à preparação para a batalha final contra ele. Não basta precaver-nos quando contactamos com um, é preciso tratar deles todos.



Já nos fartámos de dizer que se não gostam do partido se deviam ir-se embora. Com eles não resultou. Continuaram porque os sectários são limitados intelectualmente mas persistentes. A derradeira esconjura é fazer passar a mensagem de que estão a preparar-se para fazer outro partido. Como se tivessem um plano secreto daqueles que toda a gente sabe que os pseudo-revolucionários iluminados gostam de ter. Talvez assim mais ninguém os oiça e acabem por desaparecer magicamente. E então, se o spinning nos guiar por caminhos favoráveis, a paz social bloquista negociada cuidadosamente lugar a lugar, protagonismo a protagonismo poderá durar mil anos.



O TRAMBOLHO E A AUSTRERIDADE PERMANENTE

CARLOS CARUJO

Para a direita era uma geringonça. Uma máquina esquisita feita de partes que não se encaixavam. A tentativa da profecia auto-realizável de que o governo estaria condenado a desfazer-se a curto prazo. O *sound bite* que insinuava que este era um corpo estranho à política “normal” (sem a legitimidade dos “vencedores” das eleições). O estigma do mecanismo destinado fatalmente ao descontrolo pela força do radicalismo. Contudo, a história do sucesso da palavra no discurso político-mediático é a mesma história do falhanço das suas previsões. Apropriada e expropriada das suas intenções, tornou-se uma caricatura de si própria. E o discurso do novo PREC que tinha tudo para funcionar empanou apenas no detalhe da teimosia da realidade.

Só que vista da esquerda a geringonça é um trambolho. Esta palavra não implica um julgamento estético sobre algo supostamente feio nem remete para a instabilidade do que seja desengonçadamente pesado. Um trambolho é um objecto que se pendurava num animal para o impedir de se afastar para muito longe de casa. É portanto uma ferramenta rudimentar mas eficaz de domesticação.

A geringonça é um trambolho porque capturou a capacidade reivindicativa da esquerda parlamentar portuguesa no âmbito das limitações próprias de um governo conformado aos tratados europeus austeritários.

A geringonça é um trambolho porque o peso das suas conquistas (sobretudo a famosa “recuperação de rendimentos” cuja explicação governista procura obliterar a conjuntura económica e evitar comparações com o que se passa no Estado Espanhol) tem como contrapartida que a esquerda não se possa afastar daquela casa de partida.

A geringonça é um trambolho porque obrigou a esquerda à esquerda do PS a desdizer-se: da ideia que seria impossível um governo de “austeridade inteligente”, à ideia de que um governo que não resolvesse os problemas da dívida, do euro, da banca ou do modelo produtivo do país seria um governo que continuaria a afundar o país.

A geringonça é um trambolho porque implica uma contradição entre a crítica das “limitações” e o elogio dos resultados obtidos de que tem saído vencedor o elogio. Induz também a percepção popular do aumento da distância entre o dito e o feito diminuindo parte significativa do discurso da esquerda ao domínio do protesto simbólico: “afinal digam o que disserem depois votam no orçamento”.

A geringonça é um trambolho porque joga a favor da defesa do mínimo denominador comum social-liberal, da “unidade da esquerda”, da “estabilidade”, do “pragmatismo”. Consolidam-se ideias como “se assim resultou porquê ir mais além?” e/ou “se fossem eles a mandar o euro acabava e o colapso viria, não cumpriam as regras e éramos expulsos da União Europeia etc.”

A geringonça é um trambolho porque alterou a forma como parte da esquerda anticapitalista é vista: de alternativa política global passou a poder ser mais facilmente encaixada no papel de mera negociadora dentro do sistema.

A geringonça é um trambolho porque prendeu a esquerda por quatro anos a um cenário político e económico que só era válido no pós-eleições (o projecto negativo de acabar com a parte mais abertamente escandalosa da austeridade). E, somando ganhos da situação económica internacional com o pecúlio acumulado dos cortes, Centeno brilha no Eurogrupo como o bom aluno que foi promovido temporariamente ao papel de assistente.

A geringonça é um trambolho porque resultou num governo com o qual estão completamente confortáveis tanto os donos de Portugal, quanto os tecnocratas de Bruxelas, quanto os capitalistas dos países mais



poderosos da Europa. Um governo que não coloca em causa o colonialismo da dívida, nem a ditadura financeira internacional, mantendo a legislação de trabalho da troika e o modelo de baixos salários.

A geringonça é um trambolho porque é a aceitação da normalização da austeridade agora e um fardo pesadíssimo para o futuro da esquerda que não se conseguirá libertar tão cedo da marca de ter votado orçamentos com níveis de investimento público em mínimos históricos e que sufocam o Estado Social, nomeadamente a Saúde e a Educação. Ficaré doravante a pairar a pergunta: se aprovaram antes porque se queixam agora?

A geringonça é um trambolho porque ao peso da Europa da tirania da austeridade permanente se soma o contra-peso da celebração das pequenas conquistas para limitar o caminho a um projecto alternativo ao social-liberalismo. Claro que as jogadas mediático-institucionais, a gestão esperta dos ciclos, a lógica do “tudo o que está mal foram eles, tudo o que está bem fomos nós”, poderão render votos a curto prazo. Mas é preciso mais. É precisa uma recuperação de atrevimentos. E, cinquenta anos depois do Maio de 68 pode-se dizer que há uma escolha a ser feita entre um realismo que nos amarra e um realismo que nos deixa bailar. Porque hoje mais do que nunca a única forma de ser realista é exigir o impossível fim deste sistema que nos oprime.



OS FUTURANTES E A POLÍTICA EM TEMPO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA

CARLOS CARUJO

O futuro é ingrato. Os futurantes olham-nos com a condescendência que se lança ao arcaísmo de quem sabia pouco e perdeu por isso ou com a virulência dirigida a quem sabia muito mas pouco fez. Intuí-mo-lo porque somos os futurantes de quem deixámos para trás, porque nos queixámos tantas vezes de quem não soube estar à altura de responder aos fascismos e de quem deixou as revoluções serem traídas sem compreender a verdadeira dimensão do fenómeno.

O futuro será ingrato para com as nossas mesquinhices, incapacidades, hesitações, quotidianos auto-centrados. O problema é que desta feita o futuro não deixará de ter razão. Como explicaremos que deixámos milhares morrer no Mediterrâneo, que fomos contemporâneos de uma tragédia, que nos preocupámos apenas a espaços com o horror aqui mesmo ao nosso lado? Como explicaremos que deixámos o fascismo crescer dentro de casa e mostrar as garras abertamente? Como explicaremos que deixámos a crise ambiental provocada pelo capitalismo destruir tudo à nos volta? Como explicaremos que fizemos tão pouco porque estávamos entretidos numa política que era outra coisa que não isto? A esta altura, talvez até nem seja exagero dizer que o futuro será ingrato, se houver futuro.

Claro que se pode alegar que talvez o futuro seja por configuração arrogantemente ingrato ainda que façamos o nosso melhor. E claro que a política não se pode reduzir à tentativa de ficar bem na fotografia do futuro longínquo, nem pode ser feita para apaziguar a nossa má consciência ou para fugir da severidade suspeitada de qualquer julgamento. Claro que podemos escolher seguir o grito do José Mário Branco do FMI e insurgir-nos contra esse peso absurdo que nos põem nos ombros esses judiciosos “cabrões dos vindouros” insensíveis ao facto de estarmos tão cansados de apanhar “porrada e mal viver”. Mas é que nem assim deixamos de sentir que os futurantes têm razão. Até porque não têm sido as nossas misérias materiais que nos afastam das lutas urgentes.

Então? Que fazer? Não estamos em tempo de business as usual. Não podemos limitar-nos a ser um programa de televisão. Não nos podemos emaranhar contentemente nas ilusões da dialéctica das conquistas parciais. A nossa tarefa não é mostrar que somos mais competentes do que eles a gerir o sistema nem provar que as coisas só estão mal porque eles são incompetentes. A nossa tarefa não é limitar-nos ao protesto moral contra estes problemas ou abraçar moralmente grandes causas feitas apenas de grandes palavras, o que seria uma expressão de impotência ou de hipocrisia. A nossa tarefa, concreta e urgente, é mostrar que a dimensão destas questões implica que a única alternativa vivível é a destruição do capitalismo. A nossa tarefa é tornar presente a luta para que haja a possibilidade de um futuro incondicional. Só assim, ainda que não tenhamos agradado em nada aos futurantes, saberemos que cumprimos o nosso dever porque agora já é esse futuro que nos espreita.

O QUE É UMA POLÍTICA AGRÍCOLA E ALIMENTAR DE ESQUERDA?

CARLOS MATIAS, CARLOS SILVA, CARMO BICA, LEONEL CASTRO, PEDRO SOARES, VICTOR PINTO

Depois da adesão de Portugal à União Europeia passámos a integrar a Política Agrícola Comum (PAC) e, daí para cá, todos os governos assumiram um alinhamento subalterno em registo de 'bom aluno'.

Esse alinhamento foi útil para justificar uma distribuição dos financiamentos da PAC a favor de grandes proprietários, sobretudo rentistas.

Esta adesão acrítica e subalterna à PAC traduziu-se na inexistência de uma política agrícola nacional adaptada às nossas condições concretas.

A quase totalidade do financiamento público para a agricultura e desenvolvimento rural passou a ser proveniente de Bruxelas e aplicada segundo os seus critérios.

A PAC, a mais antiga política comum da UE, teve durante muitos anos a maior fatia do orçamento europeu. A justificação centrava-se na necessidade de produzir alimentos acessíveis a toda a população. Porém, a orientação foi apaziguar os produtores agrícolas perante a competitividade internacional e a força e progressão dos complexos agroindustriais, ao mesmo tempo que potenciava a concentração de rendimentos e da propriedade nas grandes explorações.

Nos últimos períodos de programação, depois de incentivar o abandono da produção e arrear do sector milhares de pequenos produtores com exigências incomportáveis, a PAC viu o seu orçamento reduzido e caminhou para a liberalização da produção e da comercialização de produtos agrícolas, como foi o caso da abolição das quotas leiteiras em 2015.

Uma política agrícola e alimentar de esquerda tem de ser orientada para a produção de alimentos que garantam uma alimentação adequada e acessível a todas as pessoas, como um direito humano.

Num quadro de transição ecológica, esta política tem de responder à urgência ambiental, assumindo os desafios do combate às alterações climáticas e das medidas de mitigação dos seus efeitos.

As políticas públicas devem garantir aos pequenos agricultores e aos trabalhadores da agricultura e agroindústria rendimentos justos, equivalentes a outros sectores de atividade, em vez de continuar a favorecer a acumulação de capital e de propriedade.

Para lutar por estes objetivos, devemos intervir no debate da nova PAC. Defendemos alterações radicais na sua estrutura, desde logo na distribuição das ajudas ao rendimento. É urgente acabar com as injustiças históricas que têm levado 80% das ajudas para apenas 20% dos agricultores, privilegiando os grandes terratenentes e o agronegócio.

Uma política agrícola e alimentar de esquerda combate o crescente monopólio do agronegócio, a utilização produtivista dos métodos químicos, a concentração da propriedade e a expulsão dos pequenos produtores, as desigualdades e assimetrias entre populações urbanas e rurais, a degradação do acesso a alimentos de qualidade para todas as pessoas.

Colocamos como eixos principais desta luta:

- Apoiar a agricultura familiar associada às pequenas explorações agrícolas que preservam os territórios rurais e as sementes regionais, produzem alimentos frescos que respondem à diversidade necessária a uma dieta alimentar adequada;
- Promover a territorialização da produção agrícola através do apoio a sistemas de circuitos curtos de produção, transformação e comercialização locais e regionais;



- Incentivar formas de produção sustentáveis que concorram para a transição ecológica, nomeadamente para a preservação do ambiente, dos solos e das massas de água, valorizando o bem-estar animal, a diversidade genética e as espécies autóctones;
- Assegurar às populações rurais serviços públicos de qualidade equivalente aos acessíveis em espaços urbanos;
- Apoiar o associativismo dos pequenos agricultores e produtores florestais e a luta dos povos serranos pelos seus direitos de fruição dos baldios;
- Exigir políticas públicas contra a entrega da floresta aos interesses das celuloses, com medidas de apoio à constituição de Unidades de Gestão Florestal, figura associativa ou cooperativa que lhes permite ganhar escala para a gestão e o ordenamento das suas parcelas, pequenas e dispersas, com elevados critérios ambientais;
- Promover a efetiva igualdade entre homens e mulheres, nomeadamente nos rendimentos e no acesso à terra;
- Desenvolver um sistema de inovação adaptado às características da pequena agricultura familiar;
- Criar um sistema de seguros públicos que permita enfrentar os riscos climáticos, de pragas e doenças que tendem a aumentar com as alterações climáticas;
- Promover a regulação do mercado de produtos agrícolas de modo a evitar a volatilidade dos preços e a especulação, garantir o acesso de toda a população a uma alimentação adequada num quadro de crescente soberania alimentar.

Uma política agrícola e alimentar de esquerda incentiva as relações de solidariedade com os camponeses de todo o mundo, mas rejeita o atual quadro de liberalização na base de acordos bilaterais que servem unicamente para favorecer os monopólios agroindustriais que controlam o sistema alimentar à escala global.

ONDE ESTÁ A SOLIDARIEDADE (INTERNACIONALISTA) COM OS PRESOS POLÍTICOS DO ESTADO ESPANHOL?

CARLOS VIEIRA E CASTRO

Nas três moções à Convenção não existe qualquer alusão aos graves atentados aos mais elementares direitos democráticos por parte do autoritário e repressivo Estado espanhol, a começar pela existência de presos e exilados políticos. A chamada “Lei Mordaça” de Rajoy, que o governo do PSOE mantém, aliada à cruzada religiosa e jurídica que tem usado e abusado do delito de “ofensa aos sentimentos religiosos”, coberto pela Constituição de 1978 e inspirado na “blasfémia” e na “heresia” punidas com tortura e morte pela Inquisição Espanhola, tem cerceado a liberdade de expressão e de criação artística, com acusações, multas e penas de prisão de cantores (o rapper Valtonyc, acusado de terrorismo e ofensas à família real, fugiu para a Bélgica onde a Justiça recusou a sua extradição), actores (Carlos Santiago, Willy Toledo, Leo Bassi) feministas (pela “procesión del coño insumiso”, em Sevilha) e até um simples trabalhador que publicou uma foto sua com uma coroa de espinhos.

Onde está a solidariedade com os presos políticos (já não falo dos independentistas bascos, mesmo depois da extinção da ETA), os dirigentes democráticos e líderes sociais da Catalunha que organizaram o referendo sobre a autodeterminação do povo catalão? A luta dos catalães pelo direito à autodeterminação está reconhecido pelo direito internacional e pela declaração da ONU (recorde-se que a Constituição da República Portuguesa reconhece também “o direito dos povos à auto-determinação e independência (...), bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão”), e tem sido levada a cabo, como se viu no Dia da Catalunha com a manifestação de um milhão de pessoas em Barcelona, sem qualquer sinal de violência. Pelo contrário, são as milícias fascistas que têm atacado activistas independentistas e de esquerda na Catalunha e na Comunidade Valenciana.

A solidariedade que o BE tem manifestado com a Catalunha não se reflecte nas Moções da XI Convenção. Só encontro dois motivos para esta lacuna: o primeiro, de ordem tática, para não entrar em polémica ou contradição com o Podemos, nosso parceiro no movimento europeu “Nós o Povo”. É sabido que a posição dúbia e frouxa do Podemos face aos acontecimentos da Catalunha, para não perder votos no resto do Estado espanhol, já provocou a demissão de alguns dirigentes e militantes do “En Comú Podem”; o outro motivo seria de ordem estratégica e ideológica e tem a ver com a incompreensão sobre o carácter do nacionalismo catalão, basco, galego e outros. No último Fórum Socialismo, no debate sobre “A esquerda e a autodeterminação dos povos”, um camarada afirmou que “os actuais nacionalismos são todos de direita e reaccionários. Sou a favor do direito à autodeterminação dos povos e contra os nacionalismos em geral”.

Esta polémica já vem de longe: Marx, depois de se dar conta de que o derrube do capitalismo na Inglaterra não seria tão rápido como pensava, tentou convencer os operários ingleses a apoiarem o movimento nacional democrático burguês na Irlanda, imprimindo-lhe um impulso revolucionário. Também Lenine apoiou a separação da Noruega da Suécia, como condição para a unidade entre os trabalhadores dos dois países; reconheceu o direito da Ucrânia a se separar da Rússia e defendeu a “Igualdade completa das nações; o direito das nações de disporem delas mesmas; a união dos operários de todas as nações”.

Como diziam Isabel Pires e Manuel Loff, no texto para o “fórum Socialismo”: “A defesa da autodeterminação dos povos não é inimiga da defesa de um movimento de trabalhadores internacionalista”. “(...) em confronto duas visões de nacionalismos: por um lado, a defesa da autodeterminação da Catalunha (ou da Galiza e do País Basco), com base num modelo republicano, que quer uma ruptura com o poder monárquico vindo do franquismo; por outro lado, a defesa do nacionalismo centralista, espanhol, que tem na sua génese a ideia



(antiga) de subjugar as várias nações do território espanhol a uma uniformização [linguística e política] que, na prática, não existiu”.

A distinção entre os nacionalismos periféricos ou populares e os nacionalismos centralistas ou burgueses viu-se em Agosto, com a abertura dos portos da Catalunha e da Córsega ao barco humanitário Aquarius, com 141 migrantes naufragados, banidos pela Itália, enquanto o governo da Espanha recusava abrigo, invocando a proximidade de outros portos, e o governo francês ficava em silêncio.

Povos irmãos que partilhavam a mesma língua e cultura viram-se divididos artificialmente pelas fronteiras criadas pelas monarquias absolutistas e os Estados-Nação que, por sua vez, subjugaram outros povos. Só o respeito pela identidade, cultura e liberdade de cada povo, sem exploração económico-financeira e com partilha de recursos, pode dar lugar ao mútuo conhecimento que derruba preconceitos e dá sustentabilidade à sã convivência e à paz universal.



CIDADANIA VIVA A NOVA AGENDA LOCAL

DEOLINDA MARTIN, FABIAN FIGUEIREDO, HELENA PINTO, JOSÉ CASTRO, MARCO NEVES MARQUES, PAULO SOUSA

Nas últimas eleições autárquicas o Bloco elegeu um número significativo de autarcas, aumentando a sua representação, quer em número de eleitos e eleitas, quer o número de concelhos que passaram a ter representação do Bloco nos órgãos autárquicos.

Sabemos que a nossa representatividade ainda é muito pequena no poder local, não nos iludimos sobre este aspeto. Mas também sabemos que temos uma agenda política que se diferencia de todos os outros partidos políticos e de grupos de independentes.

Em fevereiro de 2017 debatemos, em encontro nacional, o manifesto para as eleições que se realizaram em outubro desse mesmo ano. Nesse manifesto a que chamámos “Cidadania Viva” estão consagradas as grandes linhas do nosso trabalho local – serviços públicos – inclusão social – habitação – mobilidade – ambiente – espaço público – combate à precariedade – igualdade e combate à violência de género – combate à corrupção – transparência – participação.

O trabalho local requer estudo da realidade e persistência na ação. A ação das concelhias é essencial e indispensável para o garantir nas suas diversas facetas – nas escolhas políticas sobre os temas a privilegiar, na motivação dos aderentes para o apoio regular aos e às autarcas, na divulgação do trabalho realizado, na dinamização de iniciativas paralelas que potenciem o apoio da população às nossas propostas e criem movimentos mais amplos para a resolução de problemas.

O conjugar destas vertentes, associado a uma forte participação dos aderentes na tomada da decisão política, potencia o trabalho que é realizado dentro dos órgãos autárquicos e faz com que ele possa ser assumido por sectores da população.

Temos consciência do que significamos em termos de representação no poder local, mas também temos consciência de que somos portadores e portadoras de uma agenda inovadora e da criatividade necessária para sair da política minimalista, da lamúria de que não se pode fazer mais, da repetição de “receitas já gastas” nas obras do costume, favorecendo os mesmos do costume. O Bloco pode e deve ser a voz livre que denuncia a corrupção, que pugna pela transparência dos processos e dos procedimentos, que não aceita “o sempre foi assim” como justificação.

E há tanto a fazer: numa nova geração de políticas sociais locais, nas questões ambientais que assumem cada vez maior importância na maioria dos concelhos, nas políticas de apoio às crianças e na velhice, na cultura e desporto...

O combate à especulação imobiliária, a gentrificação e o direito à habitação são temas centrais na ação local do Bloco que assumem particular importância nas grandes cidades mas também já se estende a outras zonas do país.

O processo de “descentralização de competências para as autarquias” decidido pelo PS e PSD é um processo que não garante nem mais democracia, nem mais meios para as autarquias e ainda pode levar a que serviços públicos como a educação e a saúde sejam prestados de forma diferenciada conforme o concelho em que se habita ou entregues a privados.

Os próximos 3 anos deste mandato autárquico serão decisivos para demonstrar que este é um caminho errado e tudo fazer para reverter este processo. Serão também 3 anos de construção de agendas locais que respondam às necessidades das populações e apontem novos caminhos. Agendas locais participadas, cuja elaboração deve ser feita com as pessoas, ouvindo, recolhendo sugestões, sujeitando as ideias do Bloco à crítica popular.



Após a realização do encontro nacional sobre trabalho local, que se realizou em Vila Franca de Xira a 28 e 29 de Abril, muito participado aliás, tem funcionado um Grupo de Apoio às Autarquias, criado por iniciativa do Secretariado, que tem feito a gestão dos diversos pedidos de apoio, sugerido iniciativas e tomadas de posição e ainda realizou ações de formação. Trata-se de um grupo, que conta com uma advogada a tempo inteiro, criado para garantir este trabalho até à Convenção.

Após a Convenção importa que a Mesa Nacional realize um debate sobre o trabalho do Bloco nas autarquias e decida sobre a continuidade do trabalho que tem vindo a ser realizado, na resposta diária às solicitações dos e das autarcas, na dinamização de ações de formação e outras iniciativas sobre temas que já façam parte da agenda autárquica ou que venham a fazer por nossa iniciativa, assim como garanta a realização de encontros nacionais. As próximas eleições autárquicas serão em 2021, mas... preparam-se desde já.

DISPUTAR A MAIORIA SOCIAL 4.0.

DILAN GRANJO, ANA MINGATOS, JOÃO MONIZ, MARTINA RIBEIRO

É uma redundância afirmar que as redes sociais ocupam hoje em dia um espaço importante na construção e reprodução daquilo a que chamamos o “senso comum”. A sua influência na formação do pensamento hegemónico ajuda a sustentar o modo de produção capitalista e, por consequência, as suas relações de classe.

No entanto, a esquerda tem subvalorizado o peso das redes sociais na luta de classes. Isto é um erro que não é cometido pelos representantes políticos tradicionais da elite económica. Para além disso, a extrema-direita, aproveitando a falência do modelo económico e político do neoliberalismo e as suas consequências sociais, tem feito um uso inteligente destas ferramentas de comunicação. As consequências deste modus operandi são evidentes por toda a Europa.

A lição a tirar daqui é clara como água – ou a esquerda anticapitalista entra na disputa das ideias dominantes dentro destes novos territórios digitais, ou deixamos a porta escancarada para as forças reacionárias os ocuparem.

O que propomos com este contributo é iniciar o debate dentro do Bloco para armar o partido com as ferramentas necessárias para ir a essa disputa. Um partido que ambiciona ser um partido de massas como o Bloco tem que disputar em todas as frentes. Lembramos que estas propostas têm que ser assumidas em cima de uma lógica de disputa concebida territorialmente – se não ocuparmos este espaço, outras forças o ocuparão.

A utilização de smartphones tem disparado na sociedade portuguesa – cerca de dois terços da população tem um smartphone com acesso à internet. Esta tendência é ascendente, passando de 40,4% em 2013 para os 71,6% em 2017. Para além disso, os 5,8 milhões de utilizadores ativos mensalmente no Facebook são na sua esmagadora maioria utilizadores diários (4,5 milhões). Isto significa que grande parte dos setores populares estão presentes e ativos nesta rede social.

Para além disto, os motores de busca são hoje a principal fonte de procura de informação na internet. Aparecer ou não aparecer no Google pode ser a diferença entre ser ou não ser um meio de comunicação eficaz. O esquerda.net, quando se procura por uma keyword relevante como “notícias políticas”, aparece apenas na segunda página do Google. Isto é preocupante porque 94% dos utilizadores não passam da primeira página de resultados de pesquisa. Há que usar estratégias de SEO para conseguir “puxar” o site para a primeira página. Enquanto isso não for feito, a Google irá penalizar a indexação do site.

A primeira medida que deve ser implementada é a criação de uma página oficial do partido nas redes sociais relevantes. Atualmente, a propaganda é feita a partir do esquerda.net – se no passado o site foi inovador, hoje em dia encontra-se ultrapassado no tempo. Consideramos que o site deve ser apenas supletivo na propaganda do partido. Na internet, principal eixo de comunicação política entre o partido e as massas, tem que ser uma página oficial do partido.

Uma das razões do baixo rendimento do esquerda.net está relacionado com a diminuição do alcance orgânico (não pago) por parte das páginas, depois das atualizações algorítmicas. A outra razão pode estar relacionada com o facto de se falhar na diversificação de publicações. É preciso compreender que o Facebook é um organismo vivo, dinâmico e inconstante devido à inteligência artificial da plataforma. A utilização repetitiva da mesma estratégia de propaganda (a partilha de links de sites externos é a que menos alcance orgânico produz) dificilmente produzirá bons resultados.

A nível das estruturas locais e setoriais, é importante armar as e os ativistas com formação necessária para fazer uma comunicação eficaz a esse nível. As e os ativistas locais e setoriais têm que ser capazes



de produzir e disseminar a propaganda nas redes sociais de forma uniformizada, eficaz e diversificada – utilizando vídeo, áudio e imagens. Propomos a criação de um manual interno, com o objetivo de equipar as e os ativistas do Bloco com essas ferramentas.

A própria propaganda política do Bloco tem que ser repensada. Nos últimos meses, o partido tem feito o caminho de modernização da propaganda, sem perder um pinga da sua radicalidade – são disso exemplo as campanhas Parar os Despejos e Reforçar a Saúde. Temos que prosseguir esse caminho de criação de propaganda multimídia, apostando em infografias e conteúdos de vídeo de pequena duração.

Não assumimos que as redes sociais são espaços neutros. Tal como todas as outras empresas, as grandes multinacionais do setor têm como objeto único e exclusivo a acumulação de capital e, conseqüentemente, a reprodução das relações sociais do capitalismo. Mesmo assim, a não ocupação destes espaços e a subvalorização da sua utilização com fins propagandísticos é um erro que o Bloco não se pode dar ao luxo de cometer.

É preciso levar a disputa das ideias dominantes para as redes sociais.

O REGRESSO DA EXTREMA-DIREITA

FERNANDO ROSAS, JOSÉ MANUEL PUREZA, MIGUEL CARDINA

Há uns anos largos, Sérgio Godinho cantava: “o fascismo é uma minhoca / que se infiltra na maçã / ou vem com botas cardadas / ou com pezinhos de lã”. Estávamos no rescaldo do período revolucionário. O legado antifascista marcava as legitimidades que constituíram a rutura democrática e essa é uma (apenas uma) das razões que explicar porque é que a extrema-direita não tem ganho espaço político-partidário em Portugal.

O certo é que se assiste hoje a um recrudescimento de propostas e práticas políticas de extrema-direita. Muitas delas adotam novas roupagens, afastadas da tradicional simbologia (para-)fascista e de algum do seu vocabulário. Elas irrompem um pouco por todo o lado e ganham um novo espaço político. Nos Estados Unidos da América, Trump e a sua máquina padronizaram um discurso agressivo contra os imigrantes, os negros e os direitos das mulheres. No Brasil, o crescimento eleitoral de Bolsonaro é a assustadora revanche contra conquistas sociais e alguma mobilidade social de camadas da população e de grupos racializados historicamente marginalizados.

No quadro da União Europeia, a Hungria, Áustria e a Itália têm hoje governos com a participação de partidos de extrema-direita. A influência da nova-velha direita tem vindo a crescer nos diferentes parlamentos nacionais: da França à Holanda, da Suécia à Alemanha, da Roménia à Dinamarca, da Finlândia à Bulgária. Steve Bannon, o antigo conselheiro de Trump, quer promover um *think thank* europeu para impulsionar este campo político. A manter-se, a tendência atual significará um aumento significativo da sua representação na sequência das próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Tanto ou mais preocupante é a normalização do discurso da extrema-direita e o acolhimento que tem tido na direita *mainstream*. A chamada “crise dos refugiados” tem mostrado a hipocrisia europeia em assumir responsabilidades diante de situações políticas e históricas às quais não é alheia. Numa União Europeia que não é, claramente, o espaço para onde se está a deslocar o grosso dos fluxos de homens, mulheres e crianças, a dissociação entre as imagens trágicas de barcos acoitados na sua travessia do Mediterrâneo e o discurso xenófobo que tem vindo a crescer é a face de uma Europa cada vez mais permeada pela persistência do racismo e por dinâmicas sociais de exclusão e violência.

A crise económica e financeira, os ultimatos europeus e as intervenções externas, impondo a ortodoxia neoliberal, são o combustível para o crescimento da extrema-direita. Ele é um produto e a expressão da crise europeia e não é certo que a União Europeia sobreviva a esse crescimento. Porque se trata, mais que tudo, de um fenómeno de preenchimento do vazio deixado pelo centrão que governa a Europa e que ele próprio alimenta. A cada chantagem das forças xenófobas, racistas, autoritárias, o centrão responde capitulando. A desculpa é a de retirar razões a essas forças, mas a prática é a de se juntar a elas, ao seu discurso, aos seus argumentos, à sua visão simplista e distorcida dos problemas, trazendo-as, em última análise, para os próprios governos nacionais. Em vez de contrastar radicalmente com a extrema direita, o centrão mimetiza-a cada vez mais e transfere para si e para os seus governos o argumentário essencial dessas forças.

É por isso que o combate contra o crescimento da extrema direita se faz de uma diferenciação drástica com o seu imaginário político e ideológico mas também de uma diferenciação clara com todo o espaço de cedência e de normalização da extrema direita que o centrão adota. Só se combate a extrema direita levando a sério a sua capacidade de conversão do descontentamento social difuso em mobilização política e em hegemonia ideológica. Por isso, disputar a linguagem, os conceitos, os dispositivos ideológicos e as expressões políticas da extrema direita não pode ser um trabalho incompleto, não pode parar à porta de um centrão que vai fazendo sua agenda extremista para assim poder afirmar na prática o seu programa de diminuição dos direitos, de privatização dos bens públicos e de crescente autoritarismo político.



Nestes termos, um combate forte contra a extrema direita tem que assumir sempre a igualdade como essência da política. E essa centralidade da igualdade é o que fará contrapor, de modo frontal, aos discursos da extrema direita, os direitos humanos de todos como primado intocável. Ao mesmo tempo, tem que ser um combate pelo trabalho, pelos direitos sociais, pela qualificação dos serviços públicos e, como tal, um combate contra o nivelamento por baixo que as políticas da ortodoxia financeira europeia impõem irresponsavelmente. Só esta coerência tirará chão às rábulas fáceis que a extrema direita usa como íman eficaz. Tem, enfim, que ser um combate cultural, em que a luta antirracista, descolonial e pelo primado do diálogo intercultural sejam dados essenciais.

DOENÇAS DA JUSTIÇA PORTUGUESA E POSSÍVEIS TRATAMENTOS

FILIPA AFONSECA

O tom derrotista com que se fala da justiça portuguesa impede-nos de perceber o que se passa realmente com ela. Surge, por isso, uma espécie de diagnósticos caseiros para explicar o seu estado doente.

A justiça em Portugal é cara e inibitória do exercício de direitos para o cidadão, principalmente se tivermos em conta que o empobrecimento gerado pela crise não foi acompanhado por medidas que evitassem essa repercussão no acesso à Justiça pelos que mais perderam rendimentos.

Por outro lado, é também lenta e pouco eficiente, fragilidade que fomenta o jornalismo de investigação, que vai obtendo provas e/ou provas aparentes antes mesmo das próprias investigações, com o conseqüente pré-conceito que vai socialmente eclodindo. As constantes fugas do segredo de justiça e a crescente utilização não rigorosa da excepção do art. 257.º e 204.º do CPP¹ que, na prática passou a regra a detenção fora do flagrante delito, muito coloram esta justiça pensada para o espetáculo. Mas, tal só acontece porque a justiça em Portugal é lenta, ocupando a Justiça portuguesa uma média de 710 dias para resolver um processo, em contraposição, por exemplo, com Espanha, com 200 dias².

A justiça é também machista – mas talvez não seja só recentemente, com os (mais) famosos acórdãos do Tribunal da Relação – a desigualdade de tratamento em razão da raça, etnia, nacionalidade, em função da posição socio-económica do Réu, estão patentes em várias decisões.

Por outro lado, também inexistente justiça para os profissionais de justiça. Para começar, os advogados precisam que o Governo os proteja contra a sua (des)Ordem profissional, que cada vez mais afere condições do exercício da profissão tendo por base a condição económica do advogado. No início, com um estágio não remunerado na mão, o jovem estagiário tem que pagar cerca de 2.000 euros à Ordem para se habilitar ao exercício da profissão. Terminado, o jovem advogado inicia a carreira contributiva para a Caixa de Providência dos Advogados e Solicitadores. Na CPAS existe um tecto mínimo de 243 euros que se tem obrigatoriamente de descontar, isto porque, o rendimento dos advogados e solicitadores não assenta na realidade, assenta na presunção de que após três anos de profissão ganham dois salários mínimos nacionais, 1200 euros, e sobre este valor aplica-se uma taxa de 21 %. Presunção que só pode derivar de ficção científica, mas não da realidade dos jovens que viveram a crise e para com quem a dívida ainda se mantém. Outra grande questão tem a ver com a inexistência da categoria de jurista como técnico especializado – os juristas são licenciados em direito que não se inscreveram na Ordem, trabalham a maior parte das vezes para sectores do Estado (isto porque, em pleito, à luz do CPA, o Estado pode ser representado por um jurista) ou para departamentos jurídicos de outras instituições e empresas. Fazem muitas das vezes um trabalho que dignifica a justiça, promove a sua celeridade e eficiência – mas vivem num limbo, sem carreiras, sem escalões, sem estatuto. Não existe direito, se quem o exerce vive sem direitos.

Mais sofisticado, e porventura ainda mais perto do derradeiro problema, muitos afirmam, o problema da justiça é a lei! Os juízes aplicam a lei, mas a lei nem sempre é justiça. Neste último ponto perderíamos horas.

¹ Artigo 257.º, 1 - Fora de flagrante delito, a detenção só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público: a) Quando houver fundadas razões para considerar que o visado se não apresentaria voluntariamente perante autoridade judiciária no prazo que lhe fosse fixado; b) Quando se verifique, em concreto, alguma das situações previstas no artigo 204.º, que apenas a detenção permita acautelar; ou c) Se tal se mostrar imprescindível para a protecção da vítima. (...)

² Painel de Avaliação da Justiça na União Europeia, 2017.



Assim, um país sem uma Justiça sólida, em que todos possamos acreditar, nunca será um país da igualdade e liberdade. Tratar desta doença de que sofre a Justiça portuguesa ao longo destes anos, modificar a estrutura arcaica e sem qualquer modernização que norteia os actores da Justiça, é não só uma urgência, mas uma necessidade para um Estado de Direito, o que passará por:

- Repensar a selecção/nomeação dos Magistrados;
- Combater a precariedade laboral entre os mais diversos actores da justiça, passando por dignificar a profissão de jurista e combater a monopolização da advocacia;
- Aumentar a eficiência dos Tribunais, através de uma análise sobre o tempo de resolução dos processos, tendo em conta algumas variantes como o n.º de processos distribuídos por Comarca e por Juiz;
- Promover o acesso à justiça por grupos específicos, através de Tribunais e operadores especializados, que respondem às necessidades de grupos com necessidades específicas (como crianças, pessoas com deficiência, pessoas que possuam outra língua materna).

HABITAÇÃO E A QUESTÃO DA RENDA (PARTE 1)

FRANCISCO PACHECO

Desde 2014, propulsionado pela Primavera Árabe que desviou importantes fluxos turísticos para locais como Portugal, assistimos ao ressurgimento de uma nova bolha imobiliária. Se a valorização das propriedades é um bom negócio para os fundos de investimento e grandes senhorios, que beneficiaram do novo ciclo económico, para a classe trabalhadora das grandes cidades, com rendimentos estagnados desde 2008, significou uma subida brutal das rendas. Em zonas urbanas, como no Porto e Lisboa, uma multidão de inquilinos vê-se impotente perante este movimento especulativo e é forçada a deslocar-se para a periferia ou a dedicar uma parte cada vez mais pesada dos seus salários ou pensões ao pagamento das rendas. Prédios inteiros nos centros das cidades são comprados e os seus antigos moradores despejados para serem transformados em alojamento local, através de plataformas como Airbnb, e encherem os bolsos dos grandes especuladores - a habitação ao serviço do capital.

Dizia já Engels em 1873 sobre a questão da habitação: *“A expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; (...) O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias.”*

Nunca o conflito de interesses entre inquilino e senhorio, entre classe trabalhadora e a burguesia rentista da especulação imobiliária, foi tão claro. Cabe à esquerda revolucionária aproveitar este momento para aprofundar o radicalismo programático e acentuar a divisão e luta de classes. Para o fazermos é primeiro necessário uma análise clara do fenómeno que está na base desta contradição - a renda.

Como o lucro e o juro, a renda é uma das partes constituintes da mais-valia, ou seja, uma das formas de rendimento baseadas na exploração do trabalho. A renda está assente na monopolização do acesso ao solo e é em torno do valor do solo que se constrói. Isto é fácil de ilustrar. Uma mesma casa no centro de Lisboa, na sua periferia ou numa aldeia abandonada no interior do país tenderá a ter valores muito diferentes no mercado. Da mesma maneira, quando o valor de um imóvel sobe radicalmente de um ano para o outro (por exemplo, devido à construção de infraestruturas nas suas imediações, como uma linha de metro), é fácil de perceber que foi o valor da localização, do solo na sua base que se alterou e não do edifício em si. No sistema em que vivemos, em que a terra foi privatizada em verdadeiras enclosures por toda a parte, essa porção do valor de um imóvel, a renda, é capturada pelos seus proprietários. E, no entanto, ao contrário dos edifícios, ninguém criou a terra e, à partida, não faz sentido portanto que pertença a alguém como propriedade exclusiva.

A propriedade privada do solo não é apenas uma perversão moral que permite o acesso a fontes de rendimento ilegítimas e não derivadas do trabalho pelos seus detentores. É ela que permite e impulsiona a própria especulação imobiliária. Ao eximir os proprietários do solo de retribuírem à comunidade o preço da monopolização do seu acesso e domínio exclusivo, possibilita que bancos, fundos de investimento, especuladores enfim, se apropriem de terrenos sem os desenvolver, vender ou acrescentar valor. Enquanto o fazem, veem o seu preço subir sem nenhum trabalho ou custo associado - agilizandando a inflação do mercado imobiliário. O ativo do grande proprietário é o passivo da comunidade.



HABITAÇÃO E A QUESTÃO DA RENDA (PARTE 2)

FRANCISCO PACHECO

O sistema de impostos que temos não só não ajuda como agrava a situação. Taxando não apenas o solo, mas também o valor acrescentado (os edifícios ou melhorias), permite, por exemplo, que em zonas urbanas altamente procuradas, seja favorecido fiscalmente, com uma mesma área de solo, um terreno vazio, pagando menos IMI face a um segundo que tenha construída uma casa, face a um terceiro que tenha um prédio que possa alojar múltiplas famílias.

A economia extrativa e parasitária tem de ser enfrentada pelo partido dos trabalhadores. A luta e a crítica à renda, no entanto, não são novas. Vemo-las ressurgir ao longo da História, na obra de Thomas Paine, Adam Smith, David Ricardo, Henry George e, mais importante, de Karl Marx – assim como a alternativa a si associada. A primeira das dez medidas do programa apresentado por Marx e Engels no Manifesto Comunista afirma: “1. Expropriação da propriedade do solo e aplicação das rendas do solo para despesas do Estado.”

Esta medida, simples e básica, mas altamente revolucionária, foi ao longo do século XIX uma das bandeiras do radicalismo liberal burguês. A burguesia industrial, em oposição aos grandes senhorios da aristocracia, a quem tinham de pagar renda pela construção e operação das suas fábricas nos seus locais, resquícios do velho feudalismo, via com bons olhos o enfraquecimento e eliminação de um dos seus principais adversários. O entranhamento dos interesses da classe rentista no aparelho do Estado significou que a de nacionalização do solo nunca viu os olhos do dia, mas a simbiose do velho rentismo com a nova classe capitalista, através da financeirização da economia, reenquadrou esta velha luta numa nova estrutura de interesse de classes. Atacar a propriedade fundiária e a renda hoje é atacar a própria Burguesia e um dos pilares da exploração e, rebentar a bolha e parar a sangria dos frutos do trabalho para os bolsos da minoria dos privilégios, é do claro interesse dos trabalhadores.

Se a nacionalização do solo pode ser vista como demasiado extremista e difícil, na sua essência pode ser mantida e revestida como taxaço completa do valor da terra – uma quase expropriação do solo e devolução do seu valor à comunidade através da socialização da renda. Um imposto altamente progressivo permitiria a abolição do IVA e uma redução brutal dos impostos sobre o trabalho. Analisado por economistas das várias escolas da disciplina como o mais racional, ao contrário da taxaço sobre o capital, tem como base fiscal um bem que não é suscetível de ser movido, a terra – tornando a fuga ao fisco e a colocação de dinheiro em paraísos fiscais pelos grandes barões do país tarefa bem menos fácil. A sua incidência, que ignora construções e melhorias, favorece o desenvolvimento e um uso mais eficiente do espaço.

Este tipo de medida, por centrar o valor da habitação, não na localização ou na aplicação de capital com fins rendistas, mas no próprio solo, é uma forma de terminar com a especulação imobiliária, rebentando a bolha e os seus sucessivos ciclos que arrastam a classe trabalhadora para a condição de mendigos da agiotagem mais vil. A taxaço do solo permitiria a redução das rendas e o direito à habitação deixaria de ser uma concessão dos interesses do capital.

Nas nossas cidades, repletas de lotes de terrenos vazios e de construção de baixa intensidade, seria um estímulo ao desenvolvimento e à ocupação e um ataque às bases da dispersão urbana, com o seu reconhecido e atual negativo impacto ambiental e entraves à mobilidade. Mais importante, tem a vantagem face a outras medidas apresentadas anteriormente, como o controlo ou congelamento de rendas ou o imposto sobre a especulação no sentido em que é não só mais eficaz e estrutural, mas também verdadeiramente revolucionária – significa o aniquilamento dos senhorios enquanto classe. A reação a esperar por parte dos interesses instalados seria extremamente violenta, mas esta é talvez a melhor oportunidade para avançar a luta. Nunca antes foram os antagonismos de classe tão evidentes. O rei vai nú.

UM MANDATO PELA DIFERENÇA

FRANCISCO SAGORRO DA SILVA

Para um revolucionário, todos os anos são importantes para o seu aperfeiçoamento, seja a título individual ou dentro de um movimento. Isso não implica que um revolucionário deva ser indiferente à conjuntura na qual exerce a sua acção. Todos os anos são importantes, mas, em sociedades como a nossa, parece que só os anos eleitorais contam para aferir das diferentes correlações de forças. É natural que ao fim de quatro ou cinco anos esses instantâneos ganhem alguma pátina... os reformistas sabem-no melhor do que ninguém, o tempo que intervala eleições costuma ser aproveitado pelo «grande partido da oposição» para coreografar a mudança da Lua pelo Sol, da noite para o dia. Quantas vezes vimos o PS e o PSD nessas metamorfoses?

Nós somos diferentes. Ainda que tenha de ouvir muitas vezes que «são todos iguais», continuo a pensar que nós, Bloco de Esquerda, representamos um presente melhor. Os Portugueses andam perdidos entre a revolta e a apatia, o pouco tempo que dedicam à política é para experimentarem um estado de puro cepticismo em relação às propostas apresentadas. Muitas vezes, através do nosso discurso, apenas pretendem confirmar as suas prevenções: «Dizem sempre a mesma coisa!...»

Façamos então diferente. Não podemos obrigar ninguém a ouvir o que temos para dizer, mas podemos, através das nossas acções, mostrar a força das nossas convicções. Dita a experiência que as palavras perjuras que traem uma acção sincera acabam por ter um efeito bem menos nocivo do que aquelas privadas de qualquer fundo de autenticidade. Se a maioria das pessoas só vê falsidade nos partidos, ao menos que tomem os nossos actos por bons.

Somos um movimento feminista e anti-racista. Batemo-nos pela igualdade de oportunidades tangível, aquela que não se fica pelas meras proclamações, mas que se escora no exemplo da nossa microssociedade partidária. Assim o sinto quando circulo pelos diferentes espaços do Bloco de Esquerda, nos quais, para minha satisfação, constato uma cada vez maior participação de novos aderentes. É destas experiências que retiro a conclusão de que temos pessoas suficientes para dar o próximo passo.

Defendo que, nas próximas legislativas, o nosso movimento vá mais longe no cumprimento da paridade e constitua listas somente com pessoas pertencentes a grupos discriminados. Não tenho grandes ilusões acerca do papel que a Assembleia da República tem desempenhado como baluarte da oligarquia nas últimas quatro décadas. Apesar disso, e talvez por causa disso, considero que é hora de dar protagonismo a quem muitas vezes passa ao lado da história. Independentemente dos resultados eleitorais que venham a ser obtidos, gostaria de ver uma bancada constituída exclusivamente por mulheres, por pessoas portadoras de deficiência, mas também por homens negros e roma. Acredito que esta não seria uma medida que se esgotaria no plano simbólico. Aliás, seria um erro, motivado pelo preconceito, considerar semelhante opção apenas como uma espécie de número político. Estas pessoas têm imenso talento, algumas delas já o demonstraram no Parlamento, as outras estou seguro que o evidenciarão, caso lhes dêem oportunidade.

Esta minha proposta também não visa ser um ataque ou uma crítica velada aos homens brancos que nos têm representado na AR. Pelo contrário, o trabalho desenvolvido tem sido excelente e merecedor do meu aplauso. No entanto, penso que eles serão os primeiros a concordar que a igualdade de oportunidades nunca peca por excesso.

Por uma vez na vida, gostaria de ver no Parlamento uma representação mais próxima da realidade social. Como não posso, nem quero, nem espero influenciar outras forças a mudarem o que está inscrito no seu código político, viro-me para o Bloco, na esperança de que este apelo encontre algum eco.



Entre 2019 e 2023, uma bancada constituída somente por mulheres, e também por homens vindos de grupos discriminados... não consigo vislumbrar acto mais revolucionário na fossilizada Casa da Oligarquia, nem enxergo nada que tocasse mais fundo nas esperanças dos que crescem cercados pelos estigmas que a sociedade lhes impõe. Estigmas como o «isso é só para os outros».

Não: é para tod@s.

A HEGEMÓNICA E O GRANDE CENTRÃO DOS LUGARES: PODE O BLOCO DE ESQUERDA ESCAPAR?

HELENA CARMO

Fiz todo o caminho das pedras, qual grilo falante, para que no BE se incentivasse a participação crítica das e dos activistas, como ferramenta determinante para impedir a inércia, o seguidismo, o carreirismo.

A sempre afirmada estratégia simultânea do “correr por dentro e por fora”, dava-me alguma ilusão. Para as e os que caminham por dentro, cada vez mais meios, para as e os que gostam de procurar novas veredas...

Já não tenho força anímica. A energia que me resta, usá-la-ei em outros espaços de cidadania.

Demitir-me-ei de aderente nº 2050 do Bloco de Esquerda, no final da próxima convenção do BE.

In COMEÇAR DE NOVO

“...desta imensa tragédia humana só se pode extrair uma conclusão: a civilização do capitalismo na era da globalização não assegura a realização dos mais elementares Direitos Humanos. Esta constatação é o nosso ponto de partida.

2ª...para lá de todas as aparências, a barbárie está a ganhar terreno à civilização. Só a coragem de uma crítica capaz de ir às raízes dos problemas permitirá encontrar respostas radicalmente intransigentes com a injustiça. Menos do que isto não vale a pena.

3ª...assumindo-se como destino e fim da História, oferecendo aos povos e às nações quotidianos de violência real em cenários de indiferença virtual, a globalização sente-se em condições de dispensar a cidadania e a democracia tal como a conhecemos. É, intrinsecamente, uma civilização da exclusão. Exclui quantos condena à condição da sobrevivência. E exclui igualmente da cidadania quantos julgam ter sido integrados em padrões de vida minimamente decentes. É indispensável, nos diferentes países e em Portugal, fazer convergir as vontades que tenham a coragem de afirmar o primado de uma resposta política democrática ao desafio que a globalização lança à Humanidade.

4ª...é a de que a política concreta, aquela que afecta a vida de milhões e milhões de cidadãos, é refém dos interesses do capital financeiro. Os governos, mesmos os de correntes moderadas, não têm rompido com esta realidade. Compete a quantos têm clara consciência disto lançarem, nos seus países e solidariamente, as bases de uma nova política que relance a esperança num mundo melhor.

5ª...a Europa em que Portugal tem interesse e vantagem em participar é a que sabe projectar o melhor da sua História no futuro. É uma Europa capaz de valorizar todas as identidades, das nacionais às de classe, das migrantes ao multiculturalismo, e fazê-las convergir na defesa das suas conquistas civilizacionais e no combate à barbárie que esta globalização espalha pelo planeta.

6ª...Portugal passou a enfrentar todos os problemas típicos das sociedades modernas e complexas sem, simultaneamente, ter sido capaz de resolver os seus principais atrasos em matéria de subdesenvolvimento. Este desafio vai ser resolvido em contexto de integração europeia. É por isso que não podemos iludir o essencial: o direito à escolha de um modelo de desenvolvimento não capitalista para o país é indissociável do combate por uma Europa que o possa garantir.



7ª...É indispensável quebrar, no plano político, o círculo vicioso de um rotativismo ao centro, onde todos falam de mudança mas nada se transforma. E é vital para a qualidade da nossa democracia recuperar para a esfera da política quantos dela foram excluídos ou se vêm afastando.

...Os signatários têm a noção de que não há atalhos. A construção de um novo programa para a esquerda é um processo longo e que carece de comprovação social. A superação dos sectarismos e a capacidade de sintetizar, na esfera política, o melhor que os diferentes activismos existentes na sociedade têm para oferecer, é uma tarefa de geração. E o diálogo entre as diferentes esquerdas é ainda incipiente. Com a consciência deste limites, há que contudo emitir sinais e sinais fortes.

...O princípio e o fim das políticas de esquerda deve ser a cidadania plena: a democracia levada a todas as relações sociais.”

Janeiro 2000

in TEMPO DE SER EXIGENTE

...Porque em Portugal se tem vindo a criar uma fractura profunda entre a política e a vida quotidiana das populações.

...É uma democracia do insulto, ocultando a ausência de diferenças substantivas.

É uma democracia do espectáculo, onde se anulam todas as complexidades em nome da eficácia comunicacional e se exploram as piores emoções.

...a democracia porque nos batemos é a que articula os mecanismos da democracia representativa com a participação cidadã. O Bloco pronuncia-se pelo apoio sem condições a velhas e novas formas de organização em escala humana, capazes de contrariarem a diluição do indivíduo na economia, na política e na comunicação de massas. E sustenta processos de transparência, prestação de contas, separação clara de poderes e fim do monopólio partidário da representação política.

Ser exigente é votar contra a anestesia colectiva renovando as razões da cidadania.

Principalmente, queremos cidadãos e cidadãs bem mais exigentes consigo mesmo e com o país.”

MODELO DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO PARA TÓDOS/AS, PARTILHADA ENTRE TODOS/AS

HUGO MONTEIRO, INÉS BARBOSA, JOANA CRUZ, JOSÉ MIRANDA, MARIA JOSÉ ARAÚJO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA

A história recente das políticas educativas trouxe uma intensificação da disputa em torno das definições e funções de uma Escola pública. Vem-se legitimando a construção de um modelo escolar determinado pelas leis do mercado, do individualismo seletivo e da competição. Contra esta tendência, o Bloco de Esquerda propõe retomar a ideia de educação plural, abrangente, crítica, gratuita e para todos/as.

Ao reduzir educação ao trabalho escolar na forma individual e individualista, que privilegia a reprodução, a memorização policiada nos testes e a sua vigilância, induz-se a competição entre jovens no seu papel de alunos/as, favorece-se a hierarquia e a falta de solidariedade. Esta hierarquização pode ser transponível para outras formas de se entender a sociedade e o espaço público, a divisão classista e a naturalização de desigualdades, contrárias ao próprio mandato jurídico-constitucional da Escola Pública.

Com a Escola, mas também para além da Escola

O Bloco deve reivindicar a Educação como um processo continuado ao longo da vida para os diversos públicos (crianças, jovens e adultos) e contextos (pré-escolar, escolar ou outros). Propomos mudar de Paradigma sem desistir da Escola, mas abrindo-a para além de si mesma. Propomos encarar os conteúdos escolares como problemas de múltipla resolução em que as linguagens (científicas, técnicas, artísticas ou, simplesmente, linguagens) sejam vias de pesquisa e/ou formas de resolução de problemas.

A Escola, enquanto comunidade em permanente construção, precisa de respostas coletivas para problemas coletivos, onde não se distingam funções ou se hierarquizem papéis no que surja para fazer. Será uma comunidade aprendente, onde todos/as aprendem com todos/as e onde todos/as assumem responsabilidade pelo que vai acontecendo, negando-a como aparelho burocrático.

Construir uma educação colaborativa

A colaboração atravessa e define uma educação que contrarie o conservadorismo das políticas que vêm redefinindo o seu mandato nos últimos anos. A intensificação da participação dos/as alunos/as a todas as dimensões da realidade escolar deve ser, por isso, questão imprescindível. Criar condições para a auto-organização de estudantes de modo informal através da organização do trabalho escolar e de modo formal pela promoção do associativismo estudantil, favorecendo formas coletivas, partilhadas e assembleárias de decisão são tarefas necessárias a uma escola co-construída. É necessária uma educação em que a sobrecarga do tempo ocupado não interfira com o direito ao lúdico, ao prazer e ao lazer. A cidadania na escola vive-se, constrói-se e reconstrói-se na interação entre os diferentes atores, valorizando uma educação crítica, combativa e atenta.

Uma educação crítica, combativa e atenta: questões de género

A escola não é apenas herdeira da desigualdade de género, nem se limita a ser um palco para a divisão sexual do trabalho. A escola funciona como legitimadora das desigualdades de género ao seguir acriticamente uma postura de neutralidade e de falsa igualdade. Impõe-se desobedecer à dominação de género a partir de um outro discurso escolar, em que a vigilância crítica para com uma tradição discriminatória se faça



acompanhar e nutrir pelo contacto com movimentos de intervenção ativista, movimentos sociais e ONG. Essa necessária abertura ao exterior permite abordar este tipo de questões fora de abordagens escolares, privilegiando uma educação orientada para a ação transformadora. Desobedecer à desigualdade de género é uma das dimensões em que com mais evidência se impõe a urgência de diversificação de contextos educativos, abrindo-se a escola ao exterior.

Uma educação crítica, combativa e atenta: resgatar o passado e descolonizar o presente

Uma educação e uma escola dignas da herança de abril não validam formas hegemónicas de se entender a história passada e recente. O posicionamento acrítico e meramente reprodutor das narrativas identitárias portuguesas e/ou europeias silenciam, por exemplo, um longo passado colonial e expansionista em que a opressão dos povos, a apropriação dos seus espaços e costumes ou a imposição cultural e religiosa se encobrem no biombo de uma gesta heroica de expansão ultramarina. Hoje, volvidos tantos anos da instituição da Democracia em Portugal, estes traços etnocêntricos não estão totalmente ultrapassados, prosseguindo na exotização do outro e na permanência de uma história narrada da perspectiva dos vencedores. Há que construir uma educação crítica, emancipadora e antirracista, sem fronteiras e sem etnocentrismos.

Assim, no Bloco de Esquerda reivindicamos e propomos uma educação colaborativa e libertadora, onde se abram espaços de participação equitativa, política e cívica, de respeito por ti, que estás a ler este texto.



A JUVENTUDE E A POLÍTICA

IGOR GAGO

Os jovens perderam o interesse político. Se perguntar a um adolescente o que acha de política, a resposta mais provável que vai ouvir é “eu não ligo muito a política” ou “eu sozinho não consigo mudar nada”. Tendo em conta que a política influencia toda a nossa vivência e basicamente dita o modo como cada um de nós interaje com o próximo, como pode ser que os jovens na sua grande maioria tenham desistido do meio político?

A verdade é que, por um lado, não existe consciência de que a intervenção política ultrapassa a esfera partidária e que como cidadãos os jovens poderão participar em movimentos cívicos que enquadrem os seus interesses, pese embora os obstáculos que derivam de uma “cultura juvenil massificada, consumista e individualista” que se tem vindo a instalar nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, a política institucionalizada e a classe política que ocupa os poderes têm falhado para os jovens (e não só). Têm falhado essencialmente em dois pontos cruciais:

- Criaram, com as suas políticas e regras (ou falta delas), ajustadas à globalização cada vez mais liberal dos mercados, um mundo onde não existe igualdade de oportunidades. A falta de recursos na educação pública faz com que os que nasçam em meios mais abastados possam obter uma educação mais sólida e assim ter uma grande vantagem no mercado de trabalho em relação aos jovens que, mal acabam o ensino obrigatório, têm que trabalhar porque a família simplesmente não tem meios para lhes garantir uma educação superior. A falta de recursos numa política democrática de habitação faz com que os jovens, especialmente os que vêm de meios mais pobres, tenham de viver em casa dos pais até muito mais tarde do que antigamente, o que é cada vez mais uma fonte de frustração tanto para os pais como para os filhos. Basicamente, os jovens sentem (e com razão) que vivem num mundo com uma política injusta, que funciona apenas para uma mão cheia de pessoas.
- Falharam em criar um sistema político livre de corrupção, onde são notórias as promiscuidades com o poder económico e financeiro. Outra resposta que pode obter se perguntar a um jovem o que ele acha de política é “política é para os ladrões”. Isto deve-se a ano após ano se ouvir falar de casos de corrupção de indivíduos que se encontram ou já se encontraram ligados ao meio político e de repararem que no final, quase nenhum sofre as consequências pelo crime de que foi acusado. Mais uma vez, um sistema injusto.

Nas regiões longe dos centros políticos (Lisboa e Porto), como é o caso de Olhão (onde pratico a minha atividade militante), o problema intensifica-se ainda mais, pois mesmo os jovens que superam todas as barreiras e que querem participar sentem que não podem participar na conversa, que não conseguem fazer ouvir a sua voz e contribuir para um mundo melhor – a tradicional participação nas juventudes partidárias é vista como mais uma oportunidade pré-fabricada para a mobilidade e para o acesso ao poder, levando a juventude a perder a autonomia e a sua força crítica, mobilizadora de sonhos e de mudança.

O Bloco de Esquerda já há muito tempo que identificou este problema e que trabalha para o resolver. É preciso dinamizar atividades que mostrem aos jovens que as opiniões deles são importantes. É preciso exigir transparência dentro dos meios políticos, facilitar o acesso à informação e implementar regras anti corrupção. É preciso exigir aos representantes políticos que implementem políticas que criem um sistema justo para todos. É aliás necessário que façamos isto tudo e muito mais, porque senão a democracia das próximas gerações está em risco de falir.



A ORGANIZAÇÃO PERMANENTE

IRINA PAMPIM SILVA, MARCO MENDONÇA, RICARDO VICENTE, RODRIGO RIVERA

O Bloco nasceu porque precisávamos de um partido radical na sua implantação popular e nas lutas sociais para disputar poder político com a direita e o centro, possibilitando juntar forças à esquerda num espaço plural, democrático e com amplitude para “a luta toda”. Neste caminho construímos movimento e formamos ativistas comprometidos na formação de pontes entre muitas lutas, estivemos com todos os trabalhadores/as e com as minorias sociais. Comprometidas com o combate a todas as formas de opressão e exploração, com a distribuição de riqueza, com a defesa do SNS público e de qualidade, assim como com o ensino ou os transportes, entre outros. Fortalecemos desta forma a nossa capacidade de resposta e construção de alternativas. Dentro de um ano o Bloco fará vinte anos e, em parte, a sua história confunde-se com a do movimento social em Portugal. O nosso empenho contribuiu de forma determinante para muitas das mobilizações de precários, para o Que Se Lixe a Troika, para as mobilizações pelo Combate às Alterações Climáticas, e muitas mais. Era assim que tinha de ser, mas não podemos estar satisfeitos, é necessário muito mais para melhor alicerçar a nossa importante representação autárquica e parlamentar em movimentos sociais fortes, que liguem a rua à ação institucional quotidiana.

A escolha de criar um partido que crescesse para além das suas correntes iniciais e das suas culturas de organização, foi determinante para a afirmação de um património político novo, uma nova maneira de fazer política que disputasse a relação de forças também nas instituições e a hegemonia do discurso público e político. O Bloco deve fazer agora parte do debate político como opção governativa, não como uma muleta para o PS, mas como força política capaz de construir e executar um programa de Governo para o país.

Também internamente o debate e o combate político consolidaram maiorias, provando que a imersão na luta social nos permitiu encontrar melhores formas de estar juntos e estar nas instituições. O Bloco cresceu no seu reconhecimento social e no número de aderentes. Hoje no Bloco há bloquistas, pessoas que se reivindicam desse património e identidade, e, também por isso, devemos criar condições para que o seu ativismo seja militante e radical.

As lutas constroem-se na rua

Queremos transformar o mundo, construir movimento para a luta social, e o Bloco tem de ser uma alavanca para esse processo. Só assim faz sentido. Este é um caminho que se faz na rua, fora das sedes. É na rua que juntamos gente e se gritam palavras de ordem. Esse deve ser, naturalmente, o principal lugar de encontro entre os ativistas do Bloco, um convite a fazer a todos os aderentes.

Os núcleos, concelhias e grupos de trabalho temáticos são lugares abertos de encontro para os ativistas do Bloco, onde devemos produzir proposta política e articular trabalho militante no terreno - nas assembleias, no bairro, na escola, no trabalho, etc. Só assim poderemos participar na vida política local e nacional, construindo pontes entre a ação partidária, os movimentos sociais e a realidade diária das pessoas.

Somos chamados à militância porque a luta social só pode ter sucesso se houver capacidade crítica, de aprendizagem e leitura permanente da atualidade, de forma a possibilitar a construção de propostas e a programar a ação. É a militância que produz capacidade dirigente e de transformação social, tanto no interior dos movimentos sociais como nas estruturas locais do Bloco. A militância é um desafio permanente para o trabalho de continuidade e para o futuro de qualquer organização. Nesta perspectiva, não nos devemos afastar nem um milímetro do alfa e ómega de um partido de esquerda: a rua.

Em todos os sectores, a capacidade de avanço, de transformação, depende em boa parte da mobilização popular que se constrói muito além das fronteiras de um partido. Não nos faltam exemplos: a nível nacional,



a despenalização da IVG só foi aprovada na AR após uma enorme mobilização social, ou o processo de regularização de precários no Estado, que apesar das suas limitações não seria possível sem a ação do movimento de precários na última década; a nível local, muitos órgãos autárquicos que têm sido oposição à prospeção e produção de petróleo nunca o fariam se não houvesse mobilização popular, ou o caso da contaminação do Rio Lis pelas suiniculturas, em Leiria e na Marinha Grande, assunto que levou à aprovação de um Projeto Resolução na AR e duas Moções nas Assembleias Municipais, pela construção e gestão pública de uma estação de tratamento, passos que não seriam possíveis sem a ação de uma comissão popular.

Porque a disputa de poder é permanente, é preciso garantir a sua continuidade e hegemonia ao longo do tempo, para que não haja retrocessos mas, sobretudo, para o muito que temos que avançar. Da rua ao Parlamento, das praças às Câmaras Municipais, a militância radical é um desafio permanente, e uma responsabilidade das ativistas do Bloco de Esquerda.



CATALUNHA, PALESTINA, SAHARA OCIDENTAL - A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS NÃO É COISA DO PASSADO

ISABEL PIRES, JOSÉ MANUEL PUREZA, MARIA MANUEL ROLA

A ideia feita de que a luta pela autodeterminação dos povos se esgotou nas lutas anticoloniais em África e na Ásia é isso mesmo: uma ideia feita. E a ela tem que se contrapor que há muito mais autodeterminação dos povos do que aquela que coube nessa expressão histórica concreta.

O nosso tempo é de lutas de autodeterminação de vários tipos: dos povos do Sul global contra a tutela neocolonial acionada tanto por Estados como por multinacionais; das economias periféricas contra os diktats dos países centrais dos vários espaços regionais; dos povos de possessões territoriais coloniais de tipo tradicional. O espírito que animou Cabral ou Nyerere contra as metrópoles coloniais é o que anima hoje povos de todos os continentes a lutarem pelo respeito da sua diferença e do direito inalienável de conduzirem livremente os seus destinos.

Ao contrário do que a retórica liberal dos nossos dias invoca, essas lutas estão longe de decorrer exclusivamente do nacionalismo enquanto ideologia. Na base das várias lutas pela autodeterminação está sempre a ideia transformadora de liberdade e poder de decisão sobre os próprios destinos. Se na Palestina esta se materializa em ocupação territorial quotidiana, denegação humilhante de direitos básicos, cerco e massacre de populações por parte de Israel, no Estado Espanhol ela significa o não reconhecimento de direitos como a liberdade de expressão ou a livre associação política, legitimando práticas inconcebíveis na Europa como a prisão por delito de opinião política ou mesmo o exílio, e no Sahara Ocidental significa repressão policial e militar, transferências populacionais em larga escala e apropriação de recursos naturais de alto valor económico.

Os combates pela autodeterminação dos povos, radicados em lugares e contextos históricos singulares, foram e são um desafio à solidariedade internacionalista.

A Catalunha é exemplo de como a luta popular, aliada a instituições comprometidas com a autodeterminação, pode ser o motor de uma mobilização de massas pacífica e que utiliza estrategicamente o mecanismo por excelência do modelo democrático ocidental: o voto. O último ano foi expressivo na realização do referendo que levou mais de 2 milhões de pessoas a votar apesar da brutal repressão policial do Estado central. E ainda assim, a escolha da autodeterminação ganhou. Seguiram-se prisões e exílios, e tentativa de extradição dos líderes independentistas. E, de par com esse fracasso do autoritarismo centralista, resgatou-se o caminho da negociação política. Aqui evidenciou-se que a força da mobilização popular teve na solidariedade internacional - por exemplo, em Portugal - um suporte essencial.

A resistência do povo da Palestina contra a grande teia de cumplicidades, que permite a Israel perpetuar a sua política de colonização e de apartheid, é porventura o exemplo maior de tenacidade de um povo na sua luta pela autodeterminação. A guetização criminosa de Gaza, a imposição de colonatos contra todas as decisões das Nações Unidas e outras organizações internacionais, a privação de condições económicas aos palestinianos, a violação grosseira dos mais elementares direitos humanos são o quotidiano daquele povo. E se a complacência cobarde dos poderes internacionais para com a política criminosa de Israel zomba de todos os esforços por uma solução justa e pacífica para o povo da Palestina, é também a solidariedade internacionalista que ajuda a projetar para as esferas de decisão a visibilidade desta luta e a sua natureza prioritária hoje.

O povo saharai, tal como o povo timorense durante a ocupação indonésia, tem o silêncio como principal inimigo. A feroz repressão do quotidiano dos homens e mulheres saharais pelo Reino de Marrocos é



escondida do mundo pela combinação entre a ágil diplomacia marroquina e as chancelarias que querem em Rabat um amigo que reprima os fluxos migratórios. Essa blindagem não resiste às exigências da decência: o próprio Tribunal de Justiça da UE, em fevereiro, decidiu que as águas territoriais do Sahara Ocidental ficam excluídas dos acordos de pescas celebrados entre a UE e Marrocos. Mas só a solidariedade internacionalista pode romper o imenso muro de silêncio que esconde do mundo a ocupação, a violação dos direitos e também argumentos fortes para a resistência, como o desta sentença.

E a defesa da autodeterminação dos povos é também a defesa de um movimento de trabalhadores internacionalista. Um movimento forte pela autodeterminação aliado a um movimento forte contra lógicas austeritárias que promovem exclusão e opressão colocam em causa um sistema que oprime trabalhadoras e povos. A esquerda deve, então, assumir como sua a solidariedade internacionalista com as lutas dos povos pela autodeterminação. A solidariedade com os povos da Catalunha, da Palestina ou do Sahara Ocidental atesta a coerência da esquerda com o seu legado.



VIABILIZAR UM FUTURO NA FLORESTA

JOÃO CAMARGO, RICARDO MOREIRA, MARIA MANUEL ROLA, RICARDO VICENTE

O problema multifactorial do meio rural em Portugal, do despovoamento combinado com desflorestação dando origem à desertificação, necessita de propostas que não se baseiem no costume ou no decrépito estado actual das coisas, mas sim no futuro e como torná-lo viável. Num mundo em profunda mudança, precisamos saber que espécies florestais e agrícolas são viáveis nos diferentes territórios, declives, nas diferentes condições climáticas, não apenas hoje, mas também daqui a 30, 60 anos, daqui a mais 1°C, mais 2°C, com menor precipitação e água. À esquerda não servem propostas políticas anti-materialistas, que recusem a realidade objectiva na defesa de modelos esgotados, quer de produção, quer de propriedade.

Os catastróficos incêndios de 2017 não produziram qualquer abalo social ou produtivo. O modelo de negócio predominante, da celulose com abandono, capitalismo primitivo incentivado pelo Estado que retirou do território todos os agentes de regulação ou protecção (Instituto dos Produtos Florestais, Serviços Florestais ou o curtíssimo corpo de Guardas e Vigilantes da Natureza), está exactamente igual. A enorme perda de vidas foi, na melhor das hipóteses, um interlúdio de um mês em que se contestaram políticas florestais, e na pior das hipóteses, uma nova oportunidade que o oportunismo do capitalismo rural português não deixou passar: madeira ardida em saldos, pressão máxima para incentivar a produção de energia a partir da biomassa e biorrefinarias, a nova investida pela floresta de produção rápida irrigada por projectos do estilo Alqueva.

Não se conhecem os proprietários da floresta em Portugal, e desta ignorância depende a manutenção do modelo de capitalismo primitivo das celuloses. Não existe um cadastro das propriedades florestais e é urgente fazê-lo para saber exactamente que áreas abandonadas há, para começar um processo de emparcelamento e nacionalização. A ideia, proveniente dos interesses de pequenos grupos de proprietários florestais, de que estas áreas abandonadas devem ser entregues aos pequenos produtores próximos dificilmente poderá responder à necessidade principal que existe para a floresta em Portugal: ter mais gente. Só criaria uma pequena classe terra-tenente, uma vez mais corporativismo primitivo criado à sombra do Estado.

A propriedade não é um objectivo e menos ainda um direito absoluto. Países estruturalmente conservadores como o Reino Unido ou liberais como os Estados Unidos mantêm mais de 60% das áreas florestais na posse pública. O Estado português mantém menos de 3% sob a sua posse, mas discutir cadastros levanta logo o medo conservador da "expropriação". Cerca de 30% de todo o território nacional pode estar abandonado: nem existiria a quem expropriar. A tomada de posse é um acto lógico: a Lei de Bases da Floresta expressa claramente que o Estado tem como objectivo expandir as suas áreas próprias. Quando associamos as catástrofes do abandono, incêndios e desertificação à urgência das alterações climáticas, o emparcelamento e a nacionalização são fases inultrapassáveis de viabilizar o mundo rural e uma floresta para o futuro.

Longe do caminho do actual governo, do fatalismo do declínio, desertificação e abandono, aconselhado em primeira mão pelos quadros das celuloses, importa pensar não em como queimar o território controladamente ("solução" para manter a maior área de eucalipto do mundo e tentar que arda em ciclos menos curtos), mas em como tornar os incêndios menos violentos, rápidos e gigantescos.

Em relação às condições climáticas, não há muito que fazer: o futuro será ainda mais quente do que o presente, ainda mais seco, terá ainda mais fenómenos climáticos extremos. Podemos reestruturar a propriedade, promover o aumento das populações no interior, conferir regras simples e apoiadas para a racionalidade territorial, bioclimatológica e social ao mundo rural e à floresta, sem subsidiar a propriedade. A urgência da planificação não se resolve com remendos. Tem de haver clareza em relação às espécies que podem ou não ser plantadas. As espécies de crescimento rápido, em particular o eucalipto, têm de ser retiradas do circuito comercial. O seu carácter invasivo revelou-se forte como nunca depois dos grandes



incêndios de 2017. As outras espécies invasivas australianas necessitam de um programa de erradicação. As propriedades devem prestar-se à organização do território em mosaicos agro-silvo-pastoris, respeitando solos e água. 40% do território tem aptidão para floresta de conservação da água e do solo, exactamente aquela que precisamos para combater a desertificação e as alterações climáticas. Estas áreas devem ser plantadas com as combinações de espécies adequadas, principalmente autóctones. E é preciso travar o plano das celuloses, apoiado por este governo, de transferir as plantações de eucaliptos para os melhores solos agrícolas do país. Esses são os solos que poderão garantir a produção alimentar indispensável para um futuro em que a segurança alimentar voltará ao seu significado inicial.



O COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMO COMBATE PELA JUSTIÇA SOCIAL E HISTÓRICA

JOÃO CAMARGO, MARIA MANUEL ROLA, NELSON PERALTA, RUI CORTES

O objetivo declarado à escala mundial, de manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C em relação à época pré-industrial, até 2100, encontra-se gravemente comprometido. Não bastava que o Acordo de Paris fosse fraco, muito por culpa dos Estados Unidos de Obama, mas foi detonado pelos Estados Unidos de Trump. Depois de uma relativa estabilização das emissões de gases com efeito de estufa entre 2014 e 2016, em 2017 aumentaram as emissões.

Os recordes de temperatura anual já não são novidade. Todos os anos depois de 2000 estão nos 20 anos mais quentes alguma vez registados, com a concentração de dióxido de carbono na atmosfera a manter-se já estável acima das 400 partes por milhão, concentração mais elevada desde que existe espécie humana. Estes não são cenários ou modelos, mas sim medições. Já aconteceram. Não é algo do futuro ou para as próximas gerações.

Para se manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C até 2100, do total de reservas hoje conhecidas de combustíveis fósseis - carvão, petróleo e gás - os principais responsáveis pelas alterações climáticas, já só se podem queimar entre 10 e 20%. Isto significa que 80% das reservas de combustíveis fósseis, propriedade de estados e empresas privadas, terão de tornar-se ativos abandonados. Esta é uma contradição central do tempo em que vivemos: para conseguir-se atingir a estabilização do aumento da temperatura abaixo dos 2°C, o sistema capitalista terá de abdicar de uma enorme quantidade de reservas de potencial capital. Ou isso, ou abandonar a ideia de conseguir travar o caos climático. Apesar de alguns sinais de mobilização social e iniciativas, quer do lado de travar o consumo de mais combustíveis fósseis, quer do lado de promover a transição energética, governo e empresas por todo o mundo parecem decididos a ignorar a realidade. O governo português não é exceção.

Durante a cimeira do clima em Marrakesh, António Costa prometeu que Portugal atingiria a “neutralidade carbónica” até 2050. Esta expressão esconde mais do que revela, não incide apenas sobre o corte de emissões mas também tenta contabilizar os sumidouros de carbono como florestas ou zonas húmidas. No fundo, o governo pretende ganhos de eficiência energética (como se o aumento de eficiência levasse necessariamente a uma redução da intensidade produtiva) e uma lenta transição nos transportes para a eletrificação. Mesmo o há muito prometido encerramento das centrais a carvão, das principais fontes de emissões de gases em Portugal, simplesmente desapareceu.

Por outro lado, a insistência na prospeção e exploração de petróleo e gás, no mar do Alentejo, e em terra na Batalha e em Pombal, demonstram claramente o carácter principalmente retórico deste governo no que diz respeito ao combate às alterações climáticas. A abertura da fronteira do mar ultra-profundo para exploração dos subsolos marinhos é outra ameaça clara a este combate. A mobilização social à volta do tema, em particular na região sul, tem-se revelado o mais persistente e sólido combate numa temática ambiental de que há memória, tendo como uma das questões centrais o combate às alterações climáticas, mas indo muito além deste.

O combate às alterações climáticas não é, nem será, só um combate pela descarbonização. É um combate pela justiça social e histórica. Se conseguíssemos travar hoje todas as emissões de, o clima já está fundamentalmente diferente daquele no qual se desenvolveram todas as civilizações humanas. O presente já é muito mais quente do que a era pré-industrial e o futuro sê-lo-á ainda mais, agravando todas as fragilidades dos territórios e ecossistemas em que vivemos. Agravar-se-ão ainda conflitos sociais



e condições de vida um pouco por todo o mundo, com um aumento muito acentuado dos fenómenos migratórios em massa, fazendo as migrações da última década parecer algo irrisório (como na verdade foram, pelo menos no número de refugiados que chegaram à Europa). No entanto, só esse pequeno aumento de migrações, combinado com um regime europeu de austeridade, levou à subida vertiginosa da extrema-direita, do racismo, xenofobia e isolacionismo. Estas são as respostas e consequências do capitalismo: violência, fascismo, necropolítica, muros e armas.

Um programa de esquerda para combater as alterações climáticas é na verdade um programa de esquerda que não cede perante as chantagens das contas públicas como objetivo máximo, perante a mentira da eficiência do sector privado, perante a relegação da urgência do combate às alterações climáticas como flor na lapela. Este é um programa de justiça social, de justiça climática, de solidariedade entre povos e entre gerações, excedendo em muito apenas as questões técnicas da descarbonização, da transição energética, da modificação dos modelos de transportes, florestas e agropecuária. Um combate às alterações climáticas que não tenha como centros simultâneos o corte de emissões e a distribuição de riqueza cairá sempre na insuficiência e na desumanização. E não conseguirá impedir o caos climático.



POLÍTICAS AMBIENTAIS PELA HUMANIDADE

JOÃO CAMARGO, MARIA MANUEL ROLA, NELSON PERALTA, RICARDO VICENTE

No final deste ciclo político, com o fim da troika e com a solução governativa do governo do Partido Socialista apoiado no parlamento pelo Bloco de Esquerda, Partido Comunista e Partido Ecologista os Verdes, o balanço que se pode fazer a nível de políticas ambientais é, esperançoso do ponto de vista de mobilizações sociais, e catastrófico do ponto de vista de ação governativa. A ausência de linhas fortes em políticas ambientais nos acordos que sustentam o governo PS significou o avançar acelerado da degradação da qualidade das políticas ambientais, particularmente grave no período de destruição ambiental desacelerada, crise de extinções de espécies, degradação de recursos essenciais como solos e água e alterações climáticas.

O PS colocou o território nacional ainda mais à disposição das empresas privadas extractivistas, beneficiando a destruição de ecossistemas terrestres e marinhos, promovendo um modelo rural de produção florestal e agrícola intensiva sem pessoas ou comunidades, com mão-de-obra precária e semi-escravizada, e num modelo urbano de turismo de massas, voltando toda a orientação das cidades para a recuperação de curto-prazo da habitação, transportes públicos caros e de curta distância, e uma estratégia falhada de gestão e redução dos resíduos. Só o entrave à expansão da privatização da água decorre como fator positivo.

O colapso ambiental que ocorre em várias vertentes do sistema terrestre - oceânico, biosfera, criosfera e clima - longe de ocorrer paralelamente à fúria do capitalismo total, decorre da mesma. Perante um recuo temporário nos ganhos de capital após a crise de 2008, a resposta de estender ainda mais a mercantilização a todos os domínios na terra tem levado à compra e venda do ambiente, com uma destruição muito acelerada de vários ecossistemas, até os previamente “guardados”, como as áreas protegidas da Europa e Estados Unidos, ou os fundos oceânicos. A vitória permanente do valor de troca sobre o valor de uso distancia cada vez mais a Humanidade da natureza e do reconhecimento dos seus limites. Com lucros e rendimentos decrescentes, o capitalismo não tem outra resposta que não seja a de sempre: acelerar, destruir mais, agarrar os lucros de curtíssimo prazo ignorando e escondendo os verdadeiros impactos de destruir os equilíbrios que antecedem o capitalismo e até a espécie humana.

Os últimos quatro anos revelaram as fragilidades do território nacional e das populações, com incêndios florestais catastróficos, secas, focos de ampla poluição, quer atmosférica, quer em rios como o Tejo. Nada disto mereceu qualquer atenção além da resposta mediática. Estruturalmente, as condições não permanecem inalteradas, senão ainda mais agravadas. Pequenas iniciativas pontuais, principalmente dinamizadas por alguns municípios, não escondem a propensão estrutural do território nacional para a inviabilidade ambiental.

A falta de programas para a defesa do ambiente e do território, que em todos os momentos colide com os interesses das empresas - EDP, GALP, REN, Navigator, Altri, Corticeira Amorim, Jerónimo Martins, Mota-Engil, Volkswagen ou Sonae (para citar apenas as de âmbito nacional) - confirma a total indisponibilidade do PS para deixar de ser o partido de charneira do mundo dos negócios, o garante da retirada de obstáculos à acumulação de propriedade e capital. O programa do PS abriu as portas à manutenção das concessões petrolíferas em terra e no mar, cedeu em toda a linha às chantagens das celuloses - mesmo depois dos incêndios catastróficos de 2017 - ao incentivo à super-intensificação agrícola no Alentejo e à promessa de construção de um novo Alqueva no Tejo e às propostas de expansão da plataforma continental para concessionar o mar às explorações ultraprofundas. Não há nenhum motivo para achar que não seja este o programa do PS para um futuro governo. Alegar-se-ão investimentos já feitos, planificações já em marcha, expectativas não podem ser goradas.



O capitalismo, desde a sua génese, tenta negar a Física, assumindo plenamente o seu carácter religioso. Agora que se expandiu a todos os ecossistemas, do fundo dos oceanos até ao topo da mesosfera, o capitalismo embateu de frente com a 2ª Lei da Termodinâmica: a entropia total de um sistema isolado como é a Terra nunca diminui, na melhor das hipóteses pode manter-se constante, num sistema em equilíbrio. Não se cria nem se destrói energia, só a mudamos de lugar. Ao modificar a ordem em determinado local do planeta estamos a criar desordem em outros locais. É isto a que nos referimos quando recordamos as alterações climáticas, mas também a modificação radical dos fluxos biogeoquímicos, ou a radical modificação dos usos dos solos. Estamos a criar um planeta com condições nas quais nunca vivemos. A procura do equilíbrio, da distribuição de riqueza e da igualdade entre populações, entre países e a procura da harmonia com territórios, ecossistemas e outras espécies é a política ambiental de que necessitamos. Não pelo planeta. Pela Humanidade.



A PRIMEIRA DÉCADA (I)

JOÃO CAMARGO

A entrada no novo século, do novo milénio, revelou à Humanidade um novo mundo, em profunda ebulição. Recordamos perfeitamente como o 11 de Setembro de 2001 mudou o mundo, mas faltava ainda tanto acontecer: a crise financeira de 2008, a crise das dívidas soberanas que lhe sucedeu, as primaveras árabes, as acampadas, os movimentos contra a austeridade, o colapso das experiências progressistas na América do Sul, a ascensão pululante da extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump, a ascensão da China. O “Fim da História” anunciado gloriosamente por Francis Fukuyama no rescaldo do colapso da União Soviética, caiu por terra.

Dois anos antes de entrarmos no novo século, no novo milénio, 1998 foi à altura o ano mais quente à escala global desde que havia registos. Esse recorde de ano mais quente de sempre seria batido mais vezes: em 2005, em 2010, em 2014, em 2015, em 2016. No entanto, dos dezoito anos mais quentes desde que há registos, dezassete foram no novo século, no novo milénio. A velocidade do aquecimento do planeta não tem paralelo desde que há civilização. Enquanto espécie, só há mais de 130 mil anos, no período interglacial Eemiano, existiu uma temperatura média global comparável àquela em que vivemos nas últimas décadas. Nessa altura existiria talvez um milhão de Homo sapiens. Não existia civilização, a caça-recoleção era o modo de vida disponível: viajar ligeiro, caçar rápido, recolher, descansar, quando as condições climáticas pioravam, tentar fugir. As estações do ano não eram como hoje.

A história do capitalismo e a história da exploração dos combustíveis fósseis entrelaçam-se totalmente: a capacidade de aceleração que a descoberta de petróleo, gás e carvão imprimiu aos processos de produção modificou fundamentalmente a estrutura das sociedades, levando ao salto da industrialização, da urbanização, do êxodo rural, da intensificação agrícola e a saltos sucessivos nos métodos de produção, de transportes, de organização do trabalho. Fontes energéticas de extracção relativamente difícil, os combustíveis fósseis eram bases ideais para a criação de monopólios. Não é por isso de estranhar o enorme poder conquistado pela empresas petrolíferas, públicas e privadas. As petrolíferas e as empresas de carvão são provavelmente as empresas mais poderosas da História.

As modificações radicais que o capitalismo imprimiu ao mundo e às sociedades produziram também, entre outras consequências, a emergência do movimento dos trabalhadores, que contrariou a acumulação capitalista e introduziu a democracia como factor civilizatório. Socialismo, comunismo e democracia promoveram uma ascensão material sem paralelo na História da Humanidade, através da acção directa e indirecta que levaram à criação dos estados sociais e à distribuição da riqueza no sentido descendente. Apesar dos mais fervorosos defensores do capitalismo reivindicarem para si quaisquer avanços sociais ocorridos nos últimos dois séculos, eles simplesmente não teriam ocorrido sem a pressão constante dos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores e das suas construções políticas. A história do capitalismo é também portanto, a história da luta contra o capitalismo, dos bloqueios e travões que o modificaram, de avanços e recuos, de lutas que tentaram impedir a sua natureza predatória e extractivista, a sua irresistível pulsão para a acumulação, e as suas justificações teóricas para a manutenção da pobreza e do status quo. Mas foi sempre um assalto aos céus. Quando se faziam revoluções e quando se ganhavam eleições, quando se colocavam barreiras ao capitalismo, ele explodia para outro lado: para o colonialismo, para a guerra, para o fascismo.

A elevada intensidade energética dos combustíveis fósseis permitiu ao capitalismo colonizar todos os territórios do planeta (uns com mais dificuldade do que outros), colonizar todos os povos do planeta, tentar dominar absolutamente a natureza. Mas uma construção social como o capitalismo não permite modificar regras básicas da Física.

A PRIMEIRA DÉCADA (II)

JOÃO CAMARGO

Os combustíveis fósseis - petróleo, gás e carvão - não são mais do que florestas, plantas, algas, animais, fungos e microrganismos do passado, decompostos e isolados no subsolo. Estes seres vivos pré-históricos foram responsáveis pela modificação da atmosfera que ocorreu há milhões de anos atrás, retirando o dióxido de carbono e utilizando-o na construção das suas estruturas, das suas células, dos seus caules, folhas, raízes e troncos. E quando os queimamos, quando iniciamos o processo da combustão, estamos a reverter um processo com milhões de anos, estamos a contribuir para restaurar à atmosfera uma concentração que a mesma não tem há pelo menos centenas de milhares de anos (temos registos fiáveis de concentrações atmosféricas de há pelo menos 800 mil anos, e desde essa altura que nunca existiu uma concentração de dióxido de carbono na atmosfera como a que existe hoje, isto é, desde que há Homo sapiens, a composição atmosférica, que determina as condições climáticas da superfície terrestre, nunca foi sequer próxima das 400 partes por milhão que hoje existem). A utilização massiva de combustíveis fósseis introduzida pelo capitalismo modificou fundamentalmente as condições materiais em que se desenvolveram as civilizações humanas.

Embora o Homo sapiens exista há cerca de 300 mil anos, só nos últimos 10-12 mil é que a população humana finalmente explodiu, com o início da agricultura. Este período coincide com o Holoceno, uma estabilização climática que não tinha existido nos 290 mil anos anteriores (geralmente muito mais frios, exceptuando um pico de temperatura no Eemiano). Esta estabilização climática, com sucessões de estações do ano, permitindo planejar sementeiras, colheitas, excedentes agrícolas e, a partir daí, mais filhos, maior aglomeração de população, aldeias, cidades, foi essencial para o sucesso da nossa espécie. A estabilidade climática é central para a Humanidade, para sustentar pessoas, comunidades, civilizações. O capitalismo, em cujas veias correm os combustíveis fósseis, é o responsável pela crescente catástrofe existencial que pende e se materializa sob as civilizações humanas. Foi-o no passado e continua a sê-lo no presente aspirando, sem qualquer pudor, a dizer que quer continuar a sê-lo.

Em 2015 foi assinado o Acordo de Paris, cujo objectivo era manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C em relação à temperatura pré-industrial até 2100. Nessa altura (2014, 2015, 2016) as emissões pareciam ter estabilizado, embora não se contabilizasse a explosão de emissões de metano devido ao boom do gás natural por fracking nos Estados Unidos. Em 2016 Donald Trump foi eleito presidente, encetando uma imediata aproximação à Rússia, um petroestado cuja transição para um sistema energético sem combustíveis fósseis colocaria em enormes dificuldades. Desde então, as emissões voltaram a subir em toda a escala. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo divulgou recentemente as suas previsões de um aumento drástico da produção petrolífera durante a próxima década para responder à procura das companhias aéreas e carros, mais que compensando quaisquer cortes de emissões decorrentes de um aumento de carros eléctricos. O país que mais aumentará a sua produção serão os Estados Unidos, abrindo terrenos públicos à produção petrolíferas por fracking. A previsão de aumento será de 2,2% ao ano até 2040, e o número de carros a combustíveis fósseis à escala global deverá mais que duplicar, para cerca de 2,4 mil milhões até 2040. Para simular uma resposta, mas na verdade incentivando a continuação do aumento de uso de combustíveis fósseis, a União Europeia aposta numa estratégia de expansão do gás natural, vindo quer dos EUA, quer da Rússia, montando com dinheiros públicos uma rede de infraestruturas de recepção, distribuição e armazenamento de gás, que alimentará esta indústria durante mais quatro a cinco décadas.



A PRIMEIRA DÉCADA (III)

JOÃO CAMARGO

Para ser atingido o aumento dos 2°C (a partir dos quais entraremos numa fase de caos climático, com fenómenos amplamente incontroláveis, afectando correntes oceânicas globais, levando ao colapso das florestas tropicais, depois libertando directamente reservas de combustíveis fósseis - hidratos de metano do fundo do mar, metano debaixo do permafrost na Sibéria), podemos queimar cerca de 10 a 20% de todas as reservas hoje conhecidas de combustíveis fósseis. Isto é, estamos a dizer à indústria mais poderosa que alguma vez existiu, e a estados inteiros como a Rússia, a Arábia Saudita ou a Venezuela, e ao sistema capitalista que cerca de 80% daquilo que consideram futuros ganhos e futuro capital, não poderá ser utilizado. Chegámos ao momento de charneira, não só do capitalismo, mas da história da civilização humana, com sentidos opostos. Permitir que estas reservas sejam exploradas além dos 20%, isto é, deixar apenas que se cumpra uma parte do plano de Trump, de Putin, da OPEP, da UE e de muitos outros, significa assegurar o colapso da civilização. E é disso que se trata. Com o actual nível de emissões (sem sequer aumentar), consumir-se-á esses 20% das reservas nos próximos 10 anos. Em menos de 20 anos, atingiremos o aumento de 2°C: não em 2100, mas em 2038. Estamos na última década em que é possível mudar este destino.

Olhamos para o que foi o ligeiríssimo aumento do número de refugiados na Europa e nos Estados Unidos e o colossal efeito político que o mesmo produziu, apoiado numa narrativa primitiva mas com enorme poder (porque perpassa a hegemonia da competição e do ódio que o capitalismo necessita para manter a corrida dos ratos, uns contra os outros, país contra país, empresa contra empresa, trabalhador contra trabalhador), e não podemos deixar de pensar que os movimentos migratórios não vão reduzir-se, mas sim aumentar. O campo fértil do racismo e do fascismo não vão minguar, vão expandir-se. O campo do ódio, da destruição da democracia, dos direitos sociais e laborais tem no avanço do colapso climático uma enorme vantagem. E tem-na porque a hegemonia de hoje, que vence em toda a sociedade e também na esquerda, e também no Bloco, relega este assunto para um segundo plano do qual se pode falar, mas pouco ou nada se pode agir. Porque de facto o que é preciso fazer é muito pouco confortável. Porque mudar o mundo é muito pouco confortável. Porque assumir que o mundo mudará mesmo que nós nada façamos é muito pouco confortável. Porque na hegemonia da complacência, o capitalismo incentiva-nos a um enorme empenho em lutas “ao nosso alcance”, dizendo-nos que tudo o que seja um pouco maior não pertence ao campo das nossas possibilidades. Uma deturpação da velha máxima de que a Humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, isto é, a tarefa só aparece onde as condições materiais da sua solução já existem. Boas notícias: as condições materiais para a sua solução já existem. Não existe nenhum bloqueio tecnológico ao fim dos combustíveis fósseis e sua substituição por outras fontes. Mas existe um enorme bloqueio político e mental. O capitalismo é tanto um sistema de produção como um sistema de conformação. Os capitalistas leram Gramsci muito melhor do que os marxistas. Os seus contributos para se perceber que mais do que pela violência, o capitalismo coloniza pela hegemonia cultural, pelas instituições, pelo senso comum, e que não existem ideologias para uma só classe, são centrais para percebermos a letargia do momento.

As alterações climáticas são o maior desafio material que a Humanidade já enfrentou. Pessoas ou organizações que se reclamem da tradição do materialismo e que não integrem a crise climática urgente na sua análise e na sua acção política são hoje uma caricatura.

O BLOCO NAS ENCRUZILHADAS DO PODER

JOÃO MINEIRO

Em 2019 o Bloco celebra o seu vigésimo aniversário. Duas décadas de resistência e construção de um campo socialista, enfrentando um mundo onde o sonho molhado do fim da história apenas se traduziu numa nova ofensiva imperial, numa crise financeira mundial, e na destruição ambiental sem precedentes.

Neste percurso, vários têm sido os debates sobre os caminhos estratégicos a trilhar. Mas nenhum é tão importante como o debate sobre o projeto de poder a que a esquerda socialista deve dar base militante. Das experiências históricas herdamos a degenerescência do chamado “socialismo real”. Dos anos da crise, o triste desfecho do Syriza. No nosso campo, estão longe de serem consensuais as experiências da vereação Sá Fernandes, da governação de Salvaterra, do apoio ao governo PS ou do acordo de Lisboa. Nunca o Bloco esteve tão próximo do poder. Não só hoje aprovamos orçamentos de Estado, como participamos no governo da maior cidade do país.

Desta nova fase se deu conta quando alguém numa assembleia, para justificar a viabilização do acordo de Lisboa, disse que “o Bloco já passou a sua fase rebelde e adolescente, e já entrou na maioridade”. Aquela intervenção é a expressão exata da encruzilhada em que vivemos. No tempo da maioridade, o projeto de poder do Bloco é o de entrar para o governo? “Fazer a diferença” significa participar em acordos de governação com o de Lisboa? Consideramos hoje possível transformar a sociedade, a partir das instituições políticas, tal como elas se organizam nas sociedades capitalistas?

Para muita gente a resposta parece ser afirmativa: “precisamos de ministros”, dizia outro aderente. Mas esta perspetiva esquece que o que caracteriza as atuais instituições políticas é o seu fechamento, fazendo da política uma prática especializada, dominada por profissionais rendidos à política-espetáculo, que a distancia de quem não participa do monopólio de produção do fenómeno político.

A política-espetáculo transforma reuniões em pró-formas, congressos em rituais de aclamação, sessões públicas em festivais de pirotecnia, onde até se pode aparecer em holograma. À maioria resta o papel de espectadora de uma forma longínqua de pensar a política. Diria Gramsci que a esterilização de toda a atividade individual ou coletiva surge da certeza que há sempre alguém que pensa e prevê tudo.

A esquerda socialista não pode condicionar-se pela ideia que tomar o poder é entrar no governo. Significa, antes, lutar por um movimento popular, da qual esse mesmo poder possa emergir no campo dos possíveis. Movimento, esse, que só pode disputar a própria noção da política, retirando-a do exclusivo das instituições para a deslocar para a vida quotidiana.

O que tem isto a ver com o apoio ao PS no governo e em Lisboa? Tudo, já que estas experiências nos ajudam a clarificar sobre se é este o tipo de caminho que queremos trilhar.

Em Portugal segue-se ao detalhe a “leitura inteligente do Tratado Orçamental”. Mas para cumpri-lo foi preciso manter o país em estado de coma induzido: serviços públicos degradados; mil euros de propinas; legislação laboral que penaliza quem trabalha; longas carreiras sem resposta; 30 cêntimos gastos por refeição nas prisões; salários e reformas de miséria; 2 milhões e 600 mil pessoas em risco de pobreza.

Entre gerir as migalhas e as côdeas do capital (e na capital) e construir os conflitos de onde pode emergir um movimento que tome a política como as suas próprias mãos, o Bloco só pode ser alternativa de rutura. Priorizando a organização de base e não o imediatismo político-mediático do mundo das instituições. Respondendo às lutas em cada país, mas procurando fissuras de latitudes internacionalistas. Uma rutura com um programa imediato: reestruturação da dívida; nacionalização dos sectores estratégicos; controlo



público da banca; revolução fiscal; revisão da legislação laboral; aumento de salários e pensões; investimento público de conversão ecológica; combate ao rentismo; reforço substancial dos serviços públicos. É preciso mudar tudo para que não fique tudo na mesma; em vez de se fingir que se muda alguma coisa para que quase tudo permaneça igual.

Pensar a disputa do poder, o seu movimento e o seu programa, só tem sentido de um ponto de vista revolucionário, isto é, se for mesmo para mudar as estruturas de poder. Sem radicalidade, o pensamento e a prática emancipatória ficam neutralizados. Sem utopia condenamos as organizações a misérias relacionais, onde os burocratas, dedicados a causa nenhuma, brotam como cogumelos a cada esquina. Perdemos no espetáculo e apostamos tudo na gestão do possível. Se o Bloco acaba a pensar como pensa quem exerce o poder, mais cedo que tarde acaba a fazer a política que faz quem está no poder.

Socialismo ou barbárie, nunca a dicotomia foi tão clara. Vinte anos depois, o socialismo continua a ser nome de um projeto maior pelo qual sonhamos e pelo qual lutamos? No mundo do desespero, da miséria, da fome e da guerra, qual o preço da esperança?

FINANCEIRIZAÇÃO - A NOVA ETAPA DA BARBÁRIE CAPITALISTA

JOÃO PATROCÍNIO, JOSÉ CARVALHO, SAMUEL CARDOSO

Passados dez anos da crise financeira de 2008, as lições acerca dos perigos do setor financeiro estão ainda por aprender. Nunca a Finança foi tão poderosa como agora. O setor cresceu, expandiu-se e chegou a partes da sociedade onde nunca antes chegara. Conquistou espaço e influência, minou espaços soberanos e interligou-se com uma globalização que beneficiou a burguesia dos países mais ricos em detrimento da exploração atroz dos países da periferia.

Auxiliado pela implosão do chamado “bloco de Leste”, o capitalismo deixou de encontrar oposição ao seu domínio. O paradigma neoliberal vigente desde meados dos anos 80 contribuiu para justificar os comportamentos irresponsáveis da privatização e da liberalização dos mercados. Ao contrário do que se possa pensar, a financeirização não é um caso isolado, nem é apenas um produto do neoliberalismo. Trata-se, sim, de uma nova fase do capitalismo. A financeirização é um fenómeno estrutural que precisa de ser combatido com mudanças estruturais e radicais.

A Finança à portuguesa

A dívida encosta a classe trabalhadora à parede: desde o carro à casa, passando até pela educação. Mas como se pode chegar a culpabilizar xs trabalhadorxs? Num país onde reinam os baixos salários, o crédito é a saída possível para se sobreviver. Ao invés de combater este flagelo, os sucessivos governos PS/PSD/CDS incentivaram a que as famílias se endividassem com recurso ao crédito, sobretudo crédito à habitação.

As soluções de crédito são hoje tão transversais que até no Ensino Superior os estudantes se endividam junto da banca para conseguirem pagar as propinas. O Ensino Superior tornou-se insustentável para muitas famílias e as bolsas da Ação Social não são suficientes para cobrir todos os custos. Como “remendo” para esta situação, o PS lançou linhas de crédito a estudantes em 2007, com a ajuda de todos os bancos que operam em Portugal, dando início à financeirização da Educação.

É a este sufoco de dívida e de ataque ao Estado Social que nos condena a financeirização. Serviços do Estado que demos como garantidos no passado estão a ser desmantelados para dar lugar ao mercado e à sua lógica de exploração. Multiplicam-se os fundos privados de pensões – que, face aos valores muito baixos das pensões pagas pelo Estado, surgem como atrativas para as atuais trabalhadoras e trabalhadores. No entanto, estas apresentam muitas vezes um risco elevado, podendo mesmo xs trabalhadorxs perder tudo o que investiram. Não dispendo a classe trabalhadora de instrumentos para se defender, a Finança explora as suas fragilidades, aproveitando para lucrar com os pequenos ganhos de cada um e de cada uma. É isto que queremos para xs nossxs pensionistas e, em última análise, para nós mesmxs?

Se dúvidas restavam quanto à influência da Finança na sociedade, vejam-se os resgates sucessivos à banca, levados a cabo pelos mandatários da burguesia portuguesa: PS, PSD e CDS. Numa altura em que seria necessário investimento em áreas essenciais como a saúde ou os transportes, ano após ano vemos milhões de euros a serem alocados para proteger o setor bancário do seu colapso. Quando se define como prioridade a saúde dos bancos em detrimento da saúde da população, percebemos bem a que ponto chegámos.

A financeirização está intimamente ligada à deriva da mercantilização da sociedade: as parecerias público-privado, as privatizações, o mimetismo de mercado nas instituições do Estado. A mando das instituições burguesas internacionais – maioritariamente da União Europeia – os governos obedecem, fomentam e solidificam a financeirização em Portugal. A grande “família” de concorrentes económicos que é a UE



lança-se na busca pela deterioração do Estado Social, pela pressão aos países do Sul e pela obsessão pelo déficit. A UE é, pois, a instituição política que mais se esforça pelo aprofundamento da financeirização. É quem mais se esforça por servir os interesses dos credores e restantes capitalistas financeiros.

É urgente a alternativa

Exigimos uma solução verdadeiramente socialista: pôr a Finança a servir os interesses da classe trabalhadora, salvaguardando-os através da nacionalização da banca e restante setor financeiro. Urge impedir este setor de se expandir e de minar outras áreas da vida em sociedade. É necessário reverter imediatamente este processo, iniciando a desfinanceirização das pensões, da habitação, da educação e demais setores atingidos. A classe trabalhadora não pode continuar a viver numa situação de escravatura às mãos dos bancos e instituições credoras. Hoje, mais do que nunca, é necessário avançar para uma mudança radical do modelo económico vigente. Construir estas alternativas significa pensar o projeto socialista e revolucionário como um todo, unindo xs trabalhadorxs na defesa dos seus interesses de classe contra a exploração, o imperialismo e a barbárie que definem o sistema capitalista.

O ECOSOCIALISMO NA RESPOSTA À CRISE PERMANENTE

JOÃO PATROCÍNIO, MANUEL FERNANDES, SAMUEL CARDOSO

A crise permanente do capitalismo é hoje gritante não apenas no plano social, mas também no domínio ambiental. E, se até há algumas décadas se poderia pensar que o esgotamento dos hidrocarbonetos se daria antes de o planeta poder tornar-se irremediavelmente não habitável, a implementação de novos métodos extrativistas parece ter derrotado a possibilidade académica de que o capitalismo se auto-limite na sua ofensiva de destruição do planeta.

As tentativas governamentais de coordenação global para limitar o aquecimento global, com o caso paradigmático mais recente a ser o acordo de Paris (2015), ilustram a incapacidade para as elites responderem à crise global. Os objetivos preconizados pelo acordo, de que se destaca a limitação do aumento da temperatura média global em até 2°C acima dos níveis pré-industriais, nunca mereceram ser levados a sério, dado que o que os diferentes estados se propunham aplicar era insuficiente para os atingir. A postura dos EUA após a eleição de Trump como Presidente, anunciado a retirada do país do acordo, veio tornar estas debilidades ainda mais evidentes.

Para superar as debilidades estruturais e a incapacidade de uma resposta política coordenada, as narrativas hegemónicas apontam o consumo ético e responsável como forma de reestruturar as formas de produção do capitalismo. No entanto, para além de essa proposta remeter a solução do problema para os peões do sistema, que de forma isolada não têm qualquer poder, a proposta omite o papel central da oferta produtiva: numa economia capitalista, é sobretudo ela que define a procura, auxiliada pelo incentivar de determinados padrões de consumo, na medida em que é nela que se concentra o poder dos detentores dos meios de produção. A decisão do que se produz e da forma como essa produção é feita está do seu lado, cabendo aos e às trabalhadoras fazer a escolha condicionada entre as possibilidades existentes no mercado, mediante as suas limitações orçamentais.

Por isso, é preciso procurar soluções para os problemas ambientais existentes fora do campo do capitalismo. Cabe à esquerda desenvolver uma proposta ecossocialista que sirva de base para uma transição rumo a uma sociedade socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Ao contrário do cinismo que aponta o planeamento como um revivalismo do passado, este é hoje uma necessidade premente para a vida no planeta, e um ponto de partida para as transformações necessárias. A nacionalização de empresas estratégicas, nomeadamente no setor energético e nas águas, deverá servir para que estas guiem um processo de reconversão para energias renováveis e limpas. Este processo deverá ser sobretudo descentralizador, procurando soluções locais e regionais em contraponto com a busca de grandes unidades, por forma a des-alienar a relação com a produção energética e a dirimir os efeitos ambientais, mais nefastos por exemplo quando se constroem grandes barragens. Desde o início, será necessário também que fique garantida a justiça social das transformações, na medida em que o direito à energia é basilar. Assim, é preciso assegurar uma parcela de consumo energético e de água grátis por pessoa, e penalizar os consumos exagerados - na sociedade por que lutamos não haverá espaço para unidades agrícolas e industriais altamente consumidoras de água.

O restante sistema produtivo deve igualmente ser alvo de mudanças radicais que permitam levar a cabo esta transição social e ecológica. Nos transportes, por exemplo, só a posse e decisão pública democrática poderão permitir que a Autoeuropa seja redirecionada para a construção de transportes coletivos em vez de individuais; só uma alteração estrutural da organização social, inclusive do próprio Estado, que hoje é cúmplice na deterioração da ferrovia para a sua privatização futura, poderá garantir a mobilidade real em todo o território. Na distribuição, terá de ser feito um planeamento cuidado para reduzir para



níveis residuais o uso de plásticos e invólucros redundantes, nomeadamente através de padrões de armazenamento e embalamento comuns em todo o território. Na agricultura, a redução da utilização intensiva de água e pesticidas industriais terá de ser auxiliada por um programa público de formação em formas alternativas de cultivo, assim como pelo financiamento de cooperativas que respeitem princípios de horizontalidade na decisão e partilha de rendimento. Estas são pistas para um debate que terá de começar a ser feito aprofundadamente, e que é fundamental para construir novos sindicalismos e para os partidos anticapitalistas consolidarem o seu programa.

O aprofundamento deste programa político para uma economia com uma racionalidade coletiva, movida pela procura da justiça total e partilha comum, impõe que a esquerda seja crítica das limitações das políticas de reposição de rendimentos e passe à ofensiva, no plano das propostas e da ação, por uma ruptura ecossocialista.

DESCOBRIMENTOS? SIM, NOS DESCOBRIMOS SIM SENHOR!

JOSÉ FALCÃO

A grande descoberta: as viagens low cost, que começaram nos séculos XV/XVI.

Senão vejamos:

- Viagens a toda a hora;
- Sem Bagagens no Porão (era aí que iam os “turistas da época”);
- Sem ar condicionado, que nessa altura já existiam restrições energéticas por causa do ambiente;
- Sem direito a refeições, para evitar enjoos com as tempestades ou ondulações;
- Trabalho garantido à chegada. Sim, que estes turistas estavam é a tentar enganar o SEF da altura. Eles e elas queriam era ir trabalhar e por isso é que se ofereciam para estas viagens.

Queriam trabalhar? Ofereciam-se?

Bom, o salário não era lá grande coisa, e, talvez tenham sido um pouco empurrados para esses cruzeiros, mas, à época, ou era isso ou iam a nado.

Grande coisa?

Quer dizer, era pouco, mas já se começava a sentir a crise.

Pouco?

Pronto. OK. Não recebiam nada.

Mas também quem é que, à época, se podia dar ao privilégio de andar de continente em continente? E mais, quem é que agora consegue visitar o Amazonas, o Pantanal, os Andes? Ou mesmo estar com os Incas, os “peles vermelhas” e outros grupos, tipo ciganos? Pois agora já desapareceram, ou quase.

Aí está. Esses turistas puderam conviver com toda essa gente que hoje já só se vê nos filmes. Essa possibilidade, esse privilégio, não tinha nem tem preço. Além de que, muita sorte tiveram em terem sido evacuados.

“Evacuados”?

Sim... O que é que aconteceu aos que lá ficaram? Perguntem à rainha Ginga, ao Gungunhana. Além de que deste lado do Atlântico era só febres, epidemias, doenças. E fome, muita fome (Biafra). E, aos que bazaram, ninguém lhes cortou as mãos... pelo menos até chegarem ao outro lado.

Hoje fala-se de grandes feitos de retiradas de milhares e milhares de pessoas deste ou daquele lugar por causa deste ou daquele vulcão, guerra ou outra coisa qualquer. Mas nessa altura, e com os poucos meios de que dispunham, foi comovente ver países em guerra uns com os outros, unirem as armas, digo, as mãos e ajudarem estes pobres milhões sem educação, cultura, religião e capacidade (primitivos mesmo) a fugirem de uma morte certa e a morrerem longe.

“Descobrimos”

E ainda há gente que diz que não se “descobriu” nada? Então não? Em síntese e brevemente:



“Descobrimos” que havia dezenas de milhões de indígenas de diferentes cores e em vários continentes, africanos, asiáticos e americanos dispostos, desejosos mesmo de trabalhar à pala.

“Descobrimos” que viviam sobre ou entre dezenas, centenas de produtos que eram importantes para o desenvolvimento das economias de alguns países cultos, educados, inteligentes, amantes de Deus (o nosso) e da vida, incapazes de matar uma mosca e muito menos roubar o que quer que fosse, pois ambas as coisas, (matar e roubar) eram pecado. Depois... Bom, depois fomos confessar-nos.

“Descobrimos” como chegar lá.

“Descobrimos” como os tirar de lá e os colocar noutra sítio, mesmo que não tivessem muita vontade de o fazer.

“Descobrimos” como chegar à Índia, às Américas, a África, até ao Japão, coisa que imensa gente já estava farta de saber (sobretudo os que lá viviam), mas nós ainda não tínhamos “descoberto”.

“Descobrimos” que havia bué de religiões espalhadas por esse mundo fora, mas a nossa é que era a TAL... e tratámos de agir como tal!

“Descobrimos” que, apesar de termos “Descoberto” isto tudo, havia gente do “nosso” lado mais, digamos empreendedores, e mesmo sendo todas e todos do mesmo credo, não se preocupavam de ir ficando com “alguma” da mais-valia desse pessoal.

E estamos a “descobrir” agora que talvez, talvez se não tivéssemos “trabalhado” tão bem nestes séculos, se não fossemos autores de práticas tão inspiradoras para os ditadorzinhos do século passado e mesmo deste, as nossas crises políticas, demográficas, ambientais (e outras) não seriam tão graves e as nossas vidas poderiam ter algum futuro.

Terão?

Nota: Quero agradecer, sobretudo ao Observador (e a outros), por albergar no seu seio os novos cruzados que com tanta incapacidade, incompetência e falta de vergonha, veem combatendo os novos hereges que ousam contestar “verdades absolutas” com tantos séculos de Encobrimentos.

	Espanha/ Uruguay	Portugal/ Brasil	Grã- Bretanha	Países Baixos	E.U.A.	França	Dinamarca/ Báltico	TOTAIS
1501-1525	6.363	7.000	0	0	0	0	0	13.363
1526-1550	25.375	25.387	0	0	0	0	0	50.762
1551-1575	28.167	31.089	1.685	0	0	66	0	61.007
1576-1600	60.056	90.715	237	1.365	0	0	0	152.373
1601-1625	83.496	267.519	0	1.829	0	0	0	352.844
1626-1650	44.313	201.609	33.695	31.729	824	1.827	1.053	315.050
1651-1675	12.601	244.793	122.367	100.526	0	7.125	653	488.065
1676-1700	5.860	297.272	272.200	85.847	3.327	29.484	25.685	719.675
1701-1725	0	474.447	410.597	73.816	3.277	120.939	5.833	1.088.909
1726-1750	0	536.696	554.042	83.095	34.004	259.095	4.793	1.471.725
1751-1775	4.239	528.693	832.047	132.330	84.580	325.918	17.508	1.925.315
1776-1800	6.415	673.167	748.612	40.773	67.443	433.061	39.199	2.008.670
1801-1825	168.087	1.160.601	289.959	2.669	109.545	135.815	16.316	1.876.992
1826-1850	400.728	1.299.969	0	357	1.850	68.074	0	1.770.978
1851-1875	215.824	9.309	0	0	476	0	0	225.609
TOTAIS	1.061.524	5.848.266	3.259.441	554.336	305.326	1.381.404	111.040	12.521.337

Número de turistas, do séc. XV ao séc. XIX.

POR UM SERVIÇO NACIONAL DE JUSTIÇA

JOSÉ MANUEL PUREZA, VASCO BARATA

A Justiça tem sido um campo reservado do bloco central. A direita e o PS foram-se entendendo na gestão do sistema de Justiça, emperrando-o aqui, agilizando-o acolá mas confinando esses ajustamentos quase só a questões de tecnicidade e resistindo sempre a traduzir na Justiça a centralidade dos serviços públicos de que se faz o nosso modelo constitucional de democracia.

É esse modelo constitucional que estimula a esquerda a conceber um Serviço Nacional de Justiça.

É uma proposta utópica? Faz agora 40 anos que os defensores dos interesses instalados disseram a António Arnaut que um Serviço Nacional de Saúde era uma utopia. Ao proclamar que um Serviço Nacional de Justiça é uma utopia, o que os interesses instalados querem fazer aceitar é a convicção de que o espaço para um serviço público de Justiça é residual e que a Justiça é, por definição, cara e, por isso, tem que ser paga. Esse discurso assenta no entendimento, tão caro a PS, PSD e CDS, de que o verdadeiramente importante é uma Justiça ágil para as empresas. Significativo que o recente Pacto para a Justiça tenha adotado uma noção de “justiça económica” limitada aos conflitos judiciais sobre relações comerciais.

Um Serviço Nacional de Justiça, como o Serviço Nacional de Saúde, parte da necessidade de responder à negação de acesso aos tribunais que hoje atinge um larguíssimo número de pessoas em Portugal e faz assentar essa resposta na oferta de um bem público, a Justiça. Para o concretizar, é essencial consagrar um princípio de gratuitidade no acesso, conceber uma distribuição territorial de tribunais, prisões ou Julgados de Paz norteada por um imperativo de proximidade efetiva (à semelhança do que veio a ser consagrado no Serviço Nacional de Saúde com as unidades de saúde familiar), criar uma Defensoria Pública como mecanismo de patrocínio dos direitos e interesses dos cidadãos mais pobres e dar prioridade ao ressarcimento dos credores pobres e à defesa dos direitos laborais e sociais e não ao seu esvaziamento por estratégias de diluição civilista do Direito do Trabalho ou de desjudicialização dos conflitos que envolvem alta assimetria económica e social (especialmente na jurisdição administrativa e tributária). Um Serviço Nacional de Justiça incrementará o envolvimento popular no seu funcionamento, incluindo, por exemplo, juízes civis no funcionamento dos tribunais muito para lá do atual figurino dos tribunais de júri e dotá-los-á de competência para o apuramento da matéria de facto em diferentes jurisdições.

Um Serviço Nacional de Justiça terá nos seus profissionais o seu suporte de qualidade. Isso implica, por um lado, reconfigurar a formação destes profissionais colocando no seu centro o quadro de valores constitucional e a lógica de serviço público. E, por outro, exige estatutos profissionais que valorizem a dedicação exclusiva própria do serviço. A democracia e a prestação de contas serão sempre valores guia de um Serviço Nacional de Justiça e a isso estarão obrigados os órgãos de governação do sistema judicial e do sistema de execução de penas.

Só um Serviço Nacional de Justiça poderá fazer hierarquizar as prioridades da Justiça em função do interesse público e não em função do interesse corporativo dos diferentes atores judiciais. Um Serviço Nacional de Justiça não é compatível com o atual tratamento criminal especialmente penalizador dos pobres por delitos de baixa intensidade e especialmente complacente com a criminalidade económica de alto coturno. Um Serviço Nacional de Justiça combaterá a autêntica colonização da jurisdição cível por operadores económicos que usam os tribunais como segmentos da sua faturação. Um Serviço Nacional de Justiça integra a qualificação dos serviços prisionais como sua prioridade, dotando o parque penitenciário de condições de dignidade e canalizando recursos preferencialmente para a reinserção social intra e pós-prisonal, designadamente através do fomento de áreas de trabalho e de formação profissional em ambiente prisional que não se confundam com a prestação de serviços praticamente gratuitos a empresas



que contratualizam resultados com as prisões. A prática dos direitos humanos nas prisões é condição sine qua non para que a ressocialização tenha âncoras sólidas.

É uma utopia? Os interesses instalados vão certamente gritá-lo aos quatro ventos e vão desqualificar a ideia em nome das abstrações liberais da 'liberdade de escolha' e da 'flexibilidade'. No limite, o que os mais aguerridos opositores de um serviço Nacional de Justiça defendem são formas várias de privatização da Justiça - desde a desjudicialização e o alargamento do âmbito material da arbitragem à 'simplificação de procedimentos' que diminui direitos e das garantias dos mais fracos. Mas, aquém desse extremismo liberal que tem vindo a permear a Justiça em Portugal, a quietude e os ajustamentos técnicos de detalhe são as armas mais poderosas dos adversários de um verdadeiro serviço público de Justiça.

PORQUE DEVEM OS ESTUDANTES ANTIPROPINAS COMBATER TODOS OS ELITISMOS?

LUÍS MONTEIRO, ALEXANDRE FERNANDES, MAFALDA ESCADA, ANA ISABEL SILVA, SARA AZUL SANTOS, AFONSO JANTARADA, DIOGO ALEXANDRE, ANDREIA QUARTAU, INÉS TAVARES, HUGO ARSÉNIO PEREIRA, RICARDO GOMES, BRUNO GÓIS, EDUARDO COUTO, PEDRO PISCO, RODRIGO RIVERA, MARIA DEOLINDA MARTIN, JOÃO SANTOS, ANA MATHIOTTE, CAROLINA VIEIRA, MARIA LÚCIA CRISTAN, MARIANA OLHO AZUL, CATARINA ALVES

A pressão da praxe e a guilhotina das propinas são as primeiras coisas com as quais @s nov@s estudantes se confrontam quando acedem ao Ensino Superior. À primeira vista, parecem questões paralelas. Por isso é que escrevemos este texto – entre um e outro, existe mais em comum do que aquilo que, num primeiro olhar por aprofundar, se imaginaria.

A ideia de que o ensino superior atual é democrático e que promove a igualdade de oportunidades é facilmente desmontável quando falamos, e cada vez mais, num modelo de gestão (regime fundacional) altamente mercantilista e já adotado por tantas instituições. Quando a democracia fica de fora, o negócio tem portas abertas.

A política de propinas é um entrave no acesso ao ensino superior. Aos números do abandono escolar (os mais altos da OCDE), podemos e devemos adicionar tod@s aquel@s que não acedem sequer ao Ensino Superior. Com uma política de ação social que deixa mais de 80% do número de estudantes sem oferta pública de residências universitárias, com uma maioria de bolsas (já escassas) no valor mínimo que só cobre o pagamento da propina, a crise instalou-se há muito. Esta crise, que tem por base a exclusão, permite e impulsiona várias outras exclusões. A praxe é, em termos políticos e sociais, um sinal desses tempos. À Esquerda – e principalmente no Bloco –, não podemos fechar os olhos a esse fenómeno. Quem combate a exclusão no Ensino Superior, só pode ser a favor de espaços de integração horizontais. É aí que se organiza a luta. A integração d@s estudantes deve ser natural e espontânea, sem hierarquias adjacentes, onde todas as pessoas devem comunicar e relacionar-se com quem se sentem bem e não através de rituais que nos obrigam a obedecer a uma autoridade ficcional/teatral, que em nada nos prepara para construir ou desenvolver um espírito crítico, pelo contrário, investem numa cultura de submissão “branqueada” e da inevitabilidade da humilhação em nome do “orgulho” que temos pelo curso.

A praxe tem servido para que muita da política neoliberal se afirme no seio da Academia, sem qualquer tipo de reação coletiva por parte dos estudantes. Enfraquece o movimento estudantil e utiliza-o para estancar possíveis saídas à esquerda. Prepara nov@s alun@s para a aceitação de um mundo de regras previamente estabelecidas, no qual não questionarão o sistema vingente, aceitando-o cegamente. Não é o que queremos da nossa Academia e a melhor forma de combater o conservadorismo é começar por onde sabemos que podemos mudar – nós.

Para uma visão integral do combate político que temos pela frente, há que escolher lados. Defender os excluídos e dar-lhes voz na Academia não é um processo que se faça unilateralmente. A luta pela democratização do Ensino Superior não ficará, nunca, na nossa memória coletiva se se fizer com um único fim: o fim das propinas, o aumento de apoios de ação social, o fim do regime fundacional. Tem, obrigatoriamente, de comportar uma leitura que enquadre todas as lutas que o elitizam. O caminho a seguir passa por democratizar os próprios espaços estudantis e criar, assim, uma praxis revolucionária que contagie a comunidade académica.



ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

MAFALDA ESCADA, ANDREIA QUARTAU, SARA SANTOS, MARIANA OLHO AZUL, BIANCA ALMEIDA, RICARDO GOUVEIA, IZAURA SOLIPA, IGOR GAGO, MANUEL MATOS FERNANDES, DIOGO MENDES, FREDERICO CARREIRO, ANA MARTINS, ADRIANA AFONSO, XAVIER GASPAR, LEONOR ROSAS

Um dos traços distintivos da organização do Bloco de Esquerda tem sido a rejeição de uma juventude partidária, contrariando o acantonamento dos jovens e o paternalismo em relação ao mesmos. A integração e a participação de jovens no partido deveria prender-se, então, com a sua inclusão nos mais variados grupos de trabalho e plena participação nos órgãos e iniciativas do partido. Por concordarmos com esta visão, julgamos necessária uma reflexão sobre o atual estado das coisas.

A organização de jovens no Bloco é atualmente feita a nível nacional (Coordenadora Nacional de Jovens - CNJ) e a nível local, através dos grupos de jovens organizados informalmente. As temáticas desenvolvidas por estes grupos de trabalho têm sido em grande medida dedicadas a matérias relacionadas com o Ensino Superior e o Ensino Secundário, sem no entanto se refletirem claramente na orientação política do Bloco nestas áreas. Isto deve-se ao facto de estes grupos serem formados por jovens estudantes, salvo raras exceções, dado que jovens trabalhadores, ou outros, são redirecionados para outros grupos de trabalho ou núcleos relacionados com a temática do trabalho. Achamos importante que tanto a CNJ, como os grupos informais de jovens dentro do Bloco de Esquerda, pensem e se movam noutras temáticas para além da Educação. Se concordamos que os jovens devem participar nos mais variados grupos de trabalho dentro do partido, também concordamos que devem integrar os grupos de jovens todos aqueles que o são. Devem ser fomentadas relações recíprocas entre a CNJ, grupos de jovens e os restantes grupos de trabalho.

Atualmente, a CNJ é responsável pela organização de iniciativas anuais que cumprem acima de tudo um papel de formação política, como o Acampamento Liberdade e o Inconformação. A CNJ responsabiliza-se também pela representação do Bloco de Esquerda em iniciativas/eventos organizados por terceiros e dirigidos a jovens, sejam membros da CNJ a fazê-lo, ou outros. Outras responsabilidades incluem campanhas temáticas, partilha de conteúdos online, bem como do jornal Pão e Cravos que, no entanto, funciona autonomamente. Portanto, a CNJ funciona e deverá funcionar como outros grupos de trabalho do Bloco, tal como a Coordenadora Nacional do Trabalho, o Grupo +60, que acabam por desempenhar também um papel de uniformização ou harmonização do trabalho político a nível nacional.

A CNJ é, assim, tanto um grupo de trabalho, como um órgão de representação de jovens (o que faz sentido tendo em conta a sua eleição em Conferência de Jovens), sem que no entanto esta dualidade se materialize no seu funcionamento quotidiano, nem na relação com os demais órgãos do partido, sendo muitas vezes incumbida de tarefas logísticas, deixando para trás o seu trabalho político, o que se revela no seu afastamento da organização política de determinados momentos, em que teria feito sentido um maior esforço de envolvimento de jovens, nomeadamente relativas à educação. Este desequilíbrio refletiu-se também na organização e participação no Encontro de Ativistas Estudantis, bem como no Acampamento Liberdade, em que se verifica alguma falta de solidariedade com os jovens por parte do resto do partido, alimentando a ideia errada de que a CNJ funciona à margem do partido, à semelhança das juventudes partidárias que tanto criticamos. A mobilização de jovens, apesar de caber principalmente à CNJ, deverá ser assumida como responsabilidade de todos os camaradas e órgãos do Bloco de Esquerda, tal como a CNJ e os jovens mobilizam não exclusivamente para as suas iniciativas.

A tentativa de organização de órgãos formais dedicados aos jovens ao nível local (coordenadoras distritais de jovens), bem como a aparente existência do cargo unipessoal de Coordenador de Jovens na Madeira, contribuem igualmente para a ideia de juventude partidária, de política setorial e de divisão etária. Sendo



assim, o combate ao formalismo e aos cargos unipessoais em nome do Bloco, nomeadamente entre jovens, é um combate que a CNJ e o partido devem assumir.

É importante esta reflexão sobre organização de jovens porque a forma como nos organizamos espelha os nossos princípios. Assim, todos os jovens do partido devem estar plenamente integrados no quotidiano do Bloco de Esquerda, nos seus órgãos, deve ser fomentada a atividade política para além do partido, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, nas faculdades, e devem rejeitar-se relações hierárquicas ou condescendentes que fazem dos jovens tarefeiros, devendo a CNJ servir de harmonização do seu trabalho político, bem como de ponte entre este trabalho e a demais atividade do Bloco, pela sua facilidade em acompanhar os jovens, não se confundido, porém, com uma juventude partidária. Com isto se conclui que a rejeição da juventude partidária nos obriga a uma maior comunicação e a um ponto de equilíbrio que só se atinge rejeitando formas rígidas de política setorial e de faixa etária.



DO ABANDONO DO MUNDO RURAL AOS FOGOS FLORESTAIS COMO OPORTUNIDADE DE CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIO-FLORESTAL

MANUEL CARLOS SILVA, CARLOS MATIAS, CARMO BICA, PEDRO SOARES, LEONEL CASTRO, VICTOR PINTO

1. Introdução: o problema

A expansão incontrolada dos fogos rurais tem devastado largas áreas florestais e rurais, por vezes rondado circunscrições urbanas e provocado vultuosos prejuízos patrimoniais. Mas o mais dramático são as perdas de vidas humanas, de que o ano de 2017 foi o mais trágico. Como se explica esta situação recorrente e que fazer para revertê-la?

Às causas naturais e comportamentos negligentes, criminosos ou patológicos acrescem as falhas de entidades (para)estatais, nomeadamente o SIRESP como uma central de negócios sob a figura de parceria público-privada, o abandono do mundo rural pelos diversos poderes nacionais e europeus e a ausência/omissão de políticas de ordenamento do território.

2. A dimensão rural do país real

O diagnóstico de vários estudos sobre as mudanças de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana, a partir dos anos 60/70, é conhecido. Os agricultores foram perdendo não só a sua relativa autonomia com base na sua tradicional economia, como o controlo dos processos de produção ou então viram-se obrigados a abandonar a agricultura, porque incapaz de lhes fornecer os meios de subsistência, migrando, na sua maior parte, para os grandes centros urbanos do país ou do estrangeiro. As velhas atividades e funções da floresta diminuíram, desapareceram e foram substituídas por equivalentes funcionais como os fertilizantes químicos, máquinas, consumo de gás e eletricidade.

O processo de crescente abandono das parcelas florestais sobretudo desde os anos 80/90 do século passado deve-se a fatores endógenos e exógenos. O êxodo rural, assim como os desequilíbrios entre litoral e interior estão justamente relacionados com a concentração de capital em certos espaços, nomeadamente urbanos e do litoral, mas também com o abandono e a ausência de políticas nacionais para os territórios do interior articulado com a permissividade na produção de monoculturas, com vista ao lucro rápido por parte das indústrias da celulose. Acresce a esta situação o envelhecimento da população nos territórios rurais e o desmantelamento de serviços públicos para as comunidades rurais. Por outro lado, contrariamente a proclamações, projetos e “boas” intenções, o que se verifica é o falhanço do modelo neoliberal e/ou a inoperância de certos modelos ditos institucionais que alegavam promover a modernização do sector, o crescimento e o desenvolvimento do país.

3. Propostas e recomendações

Perante esta situação, o PS e o BE, embora com pressupostos e objetivos diferentes, apresentaram propostas para superá-la. A proposta do PS em torno das Entidades de Gestão Florestal (EGF), ao induzir que os pequenos proprietários delas integrantes percam o direito de influenciar diretamente a gestão do espaço florestal, facilitam tendencialmente a concentração da propriedade, mas não necessariamente a continuidade geográfica. Por seu turno, a projeto do BE em torno das Unidades de Gestão Florestal (UGF), exigindo continuidade territorial, agregam a gestão da propriedade, sem que os proprietários percam o direito de participar nas decisões sobre o espaço florestal conjunto que integram. Não obstante



as diferenças entre as duas propostas, foi possível a aprovação de ambas, beneficiando ambas as figuras jurídicas de apoios para a sua constituição. O flagelo nacional dos incêndios rurais não é certamente uma fatalidade nem um destino nacional. Manter a desorganização só favorece quem dela retira rendas e lucros (grandes proprietários, empresas de celulose e alguns madeireiros). Por outro lado, pretender nacionalizar a propriedade rural, nomeadamente a florestal, pode seduzir mentes coletivistas de horizontes urbanos, mas esbarra com a realidade do minifúndio rural no Norte, no Centro e no Algarve.

A alternativa passará por (i) Definir um registo dos proprietários, um programa de ordenamento, tratamento e gestão coletiva e equilibrada da floresta, em termos de protagonistas; (ii) Ter em conta a biodiversidade de espécies a reflorestar, com prevalência de autóctones, na base duma planificação estatal-municipal indicativa e negociada com os pequenos produtores/proprietários; (iii) Promover e valorizar os múltiplos recursos da floresta e remunerar os serviços ambientais prestados, designadamente o seu contributo para a redução dos GEE; (iv) Implementar medidas de prevenção estrutural e contenção de fogos; (v) Apresentar e promover uma abordagem e política integrada a médio-longo prazo que diminua a desigualdade estrutural do país, que preserve o ambiente, a natureza e os ecossistemas florestais, que valorize as energias renováveis e as economias locais, estimulando o regresso e repovoamento dos territórios rurais (vi) Reforçar o apoio técnico público e de proximidade aos agricultores e produtores florestais, transferindo para o terreno os resultados da investigação e do saber.



COMEÇAR POR MUDAR TUDO: ALIMENTAÇÃO E MANUAIS ESCOLARES EM LISBOA

MANUEL GRILO, CECÍLIA HONÓRIO, RICARDO MOREIRA, RITA GORGULHO, ANA JÚLIA FILIPE

O Acordo de Lisboa comprometeu o Bloco de Esquerda com o pelouro da Educação e Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Isso significa dar resposta às necessidades de meio milhão de pessoas.

A política do Bloco na Câmara de Lisboa na área da educação pauta-se por uma alteração profunda do sistema instituído para melhorar a vida das crianças e das famílias, as condições de trabalho dos/as professores/as e defender a Escola Pública, Gratuita, Universal e Inclusiva.

Logo que fomos eleitos, apesar do ano letivo já ter começado, pôs-se em prática um programa de gratuidade dos manuais escolares que, pela dimensão, não tem par no país. Em 2018, todas as crianças do 1.º ao 12.º ano de escolaridade tiveram acesso a manuais escolares gratuitos e fichas de exercícios no 1.º e 2.º ciclos. Esta medida significou um alívio financeiro de mais de 200€ para as famílias de Lisboa e teve especial impacto nas classes médias e médias baixas, famílias cujo rendimento é superior aos limites da ação social escolar, mas que têm enormes dificuldades financeiras. Para além disso, é uma medida de fundo, que permite criar bancos de manuais escolares representando uma poupança recursos e uma melhoria ambiental.

A Câmara de Lisboa é responsável diariamente pela alimentação de 18 mil crianças e, infelizmente, não o realizava nas melhores condições. No passado houve uma aposta no oligopólio das empresas de catering e desinvestimento nas escolas. Como resultado, muitas escolas deixaram de ter cozinhas ou condições para a alimentação das crianças. Mais de cinco mil crianças comiam até ao início deste ano letivo, diariamente, em cuvetes de plástico negro que não podia ser reciclado, resultando em refeições de pior qualidade. Neste momento, todos os alunos comem em pratos de loiça, poupando 50 toneladas anuais de plástico e todas as refeições são realizadas em sistema de confeção local. Além disso, foi criado um Plano Municipal de Alimentação Saudável e cada vez mais partes do sistema de alimentação voltaram à gestão pública. É uma mudança dramática.

Também em 2018/2019 as crianças do 1.º ciclo terão direito a um cartão escolar para poderem circular gratuitamente na rede do Metro e da Carris, assim como entrar gratuitamente em todos os equipamentos culturais da CML. Apostar no transporte público é também diminuir os custos das famílias com as deslocações.

O Bloco instituiu ainda um travão à precariedade dos monitores da componente de apoio à família (CAF) e criou uma parceria com o LNEC para a avaliação do estado de conservação das escolas, que permitirá orçamentar e calendarizar as necessidades das escolas e reforçar a transparência na decisão de intervenção nas escolas. Isto é responder pela gestão dos dinheiros públicos.

Todas estas medidas estavam no programa eleitoral do Bloco e também no Acordo de Lisboa e foram aplicadas logo no primeiro ano de mandato.

As dificuldades são muitas, nomeadamente o processo de descentralização de competências que o bloco central quer impor. Acrescem muitas outras: uma rede de escolas desprezada durante duas décadas; a carência de oferta de creches e de jardins de infância; os enormes atrasos das obras nas escolas (que são do pelouro do Vereador Manuel Salgado); o peso da oferta de escolas privadas no concelho e as taxas de insucesso/abandono superiores à média nacional e à média da área metropolitana. Como se estes não fossem problemas graves, a capital do país apresenta, ainda, situações de segregação inaceitáveis: há escolas "guetizadas" (particularmente em relação à comunidade cigana) e outras que se comportam como velhos liceus.



Estes problemas são desafios para a política da cidade e para a consagração do direito à cidade. Conscientes destas exigências, tudo faremos para responder à dignificação da Escola Pública, em nome da democracia e da defesa do Estado Social.



CUMPRINDO O ACORDO DE LISBOA, FAZER A DIFERENÇA

MANUEL GRILLO, RICARDO MOREIRA, ISABEL PIRES, CECÍLIA HONÓRIO, FILIPA GONÇALVES, MARCO MARQUES, CATARINA OLIVEIRA

A campanha eleitoral em Lisboa, mobilizadora e popular, deu ao BE o resultado de 7,1%, permitindo eleger um vereador e retirar a maioria absoluta ao Partido Socialista.

Consequentes com a responsabilidade que nos foi atribuída, negociámos durante semanas um acordo com o Partido Socialista na CML. Neste quadro, foi possível ao BE aceitar os pelouros da Educação e dos Direitos Sociais (até hoje atribuídos a vereações distintas).

Naquele contexto negocial, ficou desde logo claro que PS e Bloco mantinham projetos diferentes para a cidade de Lisboa, mas foi possível encontrar compromissos comuns. Esses compromissos foram estudados, orçamentados, calendarizados e tornados públicos.

O Bloco é capaz de governar: a experiência de Lisboa serve para responder aos problemas da cidade e aos seus setores populares. Não somos a muleta, somos a diferença. O acordo, que cumprimos, vale pelo que permitiu fazer diferente em menos de um ano. O que já fizemos, e o que faremos, contribuirá para as condições de disputa de representação da maioria, porque só o reforço da esquerda pode mudar as políticas públicas para a defesa e promoção do Estado Social e da democracia. As contrariedades resultantes dos factos que levaram à demissão do Ricardo Robles não nos desviarão desta responsabilidade.

O acordo entre o Bloco e o PS na CML centra-se em 11 áreas: educação, direitos sociais, saúde, habitação, urbanismo, transportes, taxa turística, democracia e transparência, ambiente e direitos dos animais, precariedade e cultura. Ou seja, o seu âmbito não é restrito a algumas áreas, mas cria um novo programa para o governo da cidade de Lisboa, vinculando os tempos de execução de oito dezenas de medidas.

Sem a pretensão de uma descrição exaustiva dessas medidas, destacamos algumas das que testemunham a capacidade do BE em responder aos problemas das pessoas e do Direito à Cidade.

A habitação, é o maior desafio que Lisboa enfrenta, e assim sendo assume destaque neste acordo político. É priorizada a criação de um novo pilar Programa de Renda Acessível com fundos totalmente públicos, que deve resultar na disponibilização de 3000 fogos até ao final do mandato, e um aumento de 1200 camas nas residências universitárias. Na habitação social estão previstas novas medidas de proteção dos inquilinos mais pobres, aumentando também a transparência nos critérios de atribuição das casas e reabilitando os bairros municipais. Vamos limitar as capacidades máximas do alojamento local e as autorizações de alojamento local vão ser intransmissíveis. São medidas de resposta à crise da habitação que, no entanto, não podem dispensar a aprovação do pacote legislativo do Bloco no parlamento e a luta social radical contra os despejos.

Nos transportes, foi introduzida uma mudança na estratégia de expansão do Metro, incluindo uma linha para a zona ocidental de Lisboa como prioridade a par da linha circular. Da mesma forma, está a ser finalizado um plano de emergência para a mobilidade na zona ocidental, para além da compra de novos autocarros e contratação de motoristas, para reforçar a resposta da Carris.

Na área da educação além da gratuidade dos manuais escolares para todas as crianças do 1.º ao 12.º ano, e a oferta das fichas de exercícios para os alunos do 1.º e 2.º ciclos, foi acordada a abertura de mil novas vagas nas creches e o reequipamento das escolas do município.

Está a ser finalizada a atribuição automática da Tarifa Social da Água, a criação das primeiras salas de consumo assistido no país, a regularização do vínculo de centenas de trabalhadores precários na CML e, o Centro Municipal LGBTI+ e o Centro de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência.



Este acordo político não fragiliza o Bloco na defesa do seu programa. O Bloco em Lisboa manteve a sua autonomia e crítica à política do PS. Esta oposição foi patente em vários momentos, como nos casos da concessão do Teatro Maria Matos, na centralização das obras do município na empresa municipal SRU, no encerramento do miradouro do Adamastor ou em tantas outras operações urbanísticas. Mantivemos a coerência de posições anteriores, como por exemplo votando contra as operações PPP na área da habitação.

Divergimos também num tema fundamental: a descentralização acordada entre PS e PSD.

O resultado da presença no executivo foi sempre em articulação com os/as eleitos/as na Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia e com a Concelhia. As grandes decisões foram de debate no órgão concelhio e em plenário concelhio, chamando todas e todos os aderentes a participar. esta é uma ligação essencial, que será fortalecida ao longo do mandato.

O compromisso do Bloco na Câmara Municipal de Lisboa tem de ser a resposta aos problemas da cidade e o respeito pelo seu programa, o que só se pode traduzir num reforço da mobilização radical e no apoio aos movimentos sociais da habitação, dos transportes, contra a precariedade.



A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS PEDREIRAS: EXEMPLO DE UMA LUTA

MANUEL TEIXEIRA, JOSÉ SOEIRO, ADRIANO CAMPOS, DUARTE GRAÇA, EVA COELHO, FERNANDO QUEIROZ, IVO BARROS, MARIA MANUEL ROLA

Nestes últimos dois anos tem havido gestos coletivos importantes que procuram romper a invisibilidade mediática e política a que uma parte significativa do mundo do trabalho está votado. Este é o caso dos trabalhadores que, nas pedreiras, extraem e transformam a pedra que acaba nas nossas calçadas ou nas nossas casas.

Em Portugal são cerca de dez mil trabalhadores neste setor. A Norte, no concelho de Penafiel ou no do Marco de Canaveses, zonas onde imperam relações laborais paternalistas e onde os sindicatos têm muito pouca expressão, são várias centenas. Mas também noutras zonas do país. Os trabalhadores das pedreiras começaram quase todos a trabalhar quando acabaram a quarta classe, aos 11 ou 12 anos de idade. Os horários são longos, vão para além do que deviam, poucos gozaram férias mesmo quando estavam no contrato, a regra é o salário mínimo. Ao fim de 40 anos a respirar aquela poeira da pedra, a trabalhar com o ruído das máquinas e do transporte, os pulmões não aguentam e o corpo fica todo moído pela vibração dos compressores. Quando lhes falam de 66 anos e 4 meses de idade para se reformarem, a resposta é uma: essa não é a idade da reforma, “mas sim a idade da certidão de óbito”. Aos 52, aos 53, aos 55 anos, as pessoas sentem-se fisicamente desfeitas pelo trabalho. Além disso, a indústria extrativa é aquela onde o trabalho mais mata: cinco vezes mais do que a média.

No final de 2016, os que subscrevem este texto – trabalhadores das pedreiras de Penafiel e dirigentes do Bloco de Esquerda no distrito Porto – fizeram uma primeira reunião, a pedido de um grupo de trabalhadores. Não eram do Bloco, mas reconheciam no Bloco a voz capaz de amplificar a visibilidade dos seus problemas e das suas preocupações e de ajudar a lutar por soluções concretas. Já se tinham dirigido ao sindicato, mas sem sucesso. Nessa reunião que fizemos, surgiu a ideia: fazer uma petição e começar a organizar os trabalhadores em torno dessa reivindicação, distribuir a petição pelas famílias no Natal que estava à porta e começar aí a recolher assinaturas.

Foi isso que aconteceu. Janeiro, fevereiro e março de 2017 foram meses de recolha de assinatura nas pedreiras, entre os trabalhadores. O Bloco deu uma ajuda e um impulso. No dia 24 de março, a Junta de Freguesia de Peroselo, concelho de Penafiel, encheu-se completamente, com mais de uma centena de pedreiros, para falarem com o Bloco e com a Catarina Martins. No início de abril, a petição é apresentada publicamente, já com muitas centenas de assinaturas, e os trabalhadores das pedreiras dão origem a várias notícias nos jornais. Finalmente, este trabalho duro estava a ter atenção e visibilidade. No encontro nacional do Trabalho do Bloco lança-se o apelo: solidariedade com estes trabalhadores, dar força à petição. No dia 8 de junho de 2017, os trabalhadores das pedreiras vão ao Parlamento entregar a petição.

A luta continuou e foram vários os momentos em que as pessoas se juntaram, para discutir o que fazer e para verem como manter alguma mobilização e não deixar morrer o tema. No dia 17 de março, novo ajuntamento geral, num jantar de trabalhadores das pedreiras em Rio de Moinhos, promovido pelo Bloco. Passados 5 dias, a 22 de março de 2018, os trabalhadores das pedreiras foram de novo até Lisboa. No Parlamento, foram ouvidos e mostraram um filme cru sobre as suas condições de trabalho. O filme teve um impacto em todos os que o viram.

Agora, a petição já tem relatório e aguarda o seu agendamento. Quando for o dia, os trabalhadores das pedreiras estarão organizados em autocarros para ir ao debate.



O Bloco apresentou já uma proposta e comprometeu-se a lutar para que as reivindicações dos pedreiros sejam contempladas, nomeadamente neste Orçamento para 2019. Afinal, por que luta o povo das pedreiras? Por melhores condições de trabalho, por poder gozar ao menos alguns anos de reforma, por não ter de morrer a trabalhar. Isso faz-se reconhecendo a penosidade do seu trabalho e mudando as condições em que ele se faz. Mas faz-se também reconhecendo a estas pessoas que começaram a trabalhar muito cedo o direito a descansar e a reformar-se mais cedo. Esse processo começou com o reconhecimento das “muito longas carreiras contributivas”, cuja primeira fase já passou a lei, mas está longe de estar resolvido. O Governo não concretiza e adia os seus compromissos sobre esta matéria, mas esta tem de ser uma prioridade da Esquerda. No caso dos trabalhadores das pedreiras, sector onde ninguém aguenta trabalhar até tão tarde (e onde muitos já estão reformados por invalidez com reformas muito pequenas), é preciso que lhes seja reconhecido o desgaste rápido, como acontece, por exemplo, com os mineiros. Essa é umas das principais reivindicações dos trabalhadores das pedreiras. É também nessa luta que estamos. E estamos nela para ganhar.



ENVELHECER COM DIREITOS PARA TODOS E TODAS

NUNO VELUDO, MARIA LUÍSA CABRAL, DIANA PEREIRA, BERTA ALVES

Segundo a Organização Mundial de Saúde, Portugal é um dos países que mais mal trata os seus idosos (consta no TOP 5 com Sérvia, Áustria, Israel e República da Macedónia), em que 39% deles é vítima de violência, a par de estarmos também no pódio no que diz respeito a falta de investimento. Durante a intervenção da Troika, foi feito um ataque aos mais vulneráveis dos vulneráveis, especialmente à população idosa.

As medidas dilacerantes do governo PSD/CDS tiveram efeitos nefastos, e ainda hoje escasseiam respostas para um dos maiores desafios de Portugal, dar condições de vida dignas à população idosa e preparar o futuro para um país que em 2080 terá 347 idosos para cada 100 jovens.

Defender os direitos das pessoas mais velhas é acima de tudo defender direitos humanos. É defender o direito à saúde, habitação, a uma reforma digna, a ter autonomia e a assistência quando necessário. É também defender a inserção social, cultural e cívica. A velhice não é um patamar à espera do fim. Se as várias competências profissionais e culturais que os seniores adquiriram ao longo da vida forem valorizadas, e os seniores as puderem partilhar, a sociedade ganhará.

Os mais velhos não são produto consumido e acabado de uma máquina infernal que apenas se preocupa com aqueles que podem dar mais-valia ao Capital. Os seniores não podem ser marginalizados sob que perspectiva for. Assegurar uma velhice digna para lá dos rendimentos individuais é o verdadeiro combate pela igualdade social, pelo estado social, exigindo ao Estado o cumprimento das suas obrigações.

O Estado desresponsabiliza-se sistémica e estruturalmente da responsabilidade de dar as condições necessárias para que as pessoas idosas tenham garantidos todos os seus direitos. Existe uma privatização, encapotada nas Misericórdias e IPSS, de praticamente todas as competências de apoio à população idosa. Caso flagrante são as Estruturas Residenciais para Idosos, vulgos “Lares”, que na sua maioria são privadas, com valores incomportáveis para grande maioria da população portuguesa. Sobram os lares do terceiro sector que não têm resposta para todas as necessidades e onde por vezes a individualidade dos idosos não é respeitada. Dar mais resposta pública, acessível e de qualidade é urgente e necessário. A desresponsabilização do Estado é mais cara, não previne, e gera má distribuição de riqueza.

No entanto, a resposta correcta deve ter mais que ver com dar qualidade de vida e condições de autonomia à nossa população mais velha. O processo de institucionalização é sempre, ou quase sempre, um processo penoso para a pessoa e está associado a um “peso” para o seu agregado familiar. Investir no Serviço Nacional de Saúde, ter programas que incentivam e potenciam a vida ativa, ter acompanhamento domiciliário em momentos de maior fragilidade, apoiar os cuidadores informais dando-lhes um estatuto formal e com condições justas, e ter infra-estruturas de apoio, permite ter uma população idosa mais autónoma e com mais anos com qualidade de vida. Isto só é possível com mais investimento público em profissionais de saúde e em cuidados de saúde primários e domiciliários.

O Estado deve garantir o apoio efectivo e real de profissionais de saúde em casa e nas unidades de saúde. As tecnologias de informação devem ser os amplificadores da intervenção dos profissionais de saúde e não os seus substitutos. O isolamento social da população idosa não é, nem pode, ser resolvido apenas por via das novas tecnologias. O Estado deve refrear e adequar o acompanhamento virtual de quem está isolado. O combate ao isolamento, no litoral e no interior, deve passar pelo combate à desertificação das cidades, por via da Gentrificação, e à falta estrutural de serviços públicos no interior.

Uma sociedade com solidariedade e respeito intergeracional não pode despejar os seus velhos, que ganham reformas miseráveis, das cidades em que sempre viveram em troca de um lucro rápido e fácil. Esta



deve ter serviços de saúde gratuitos, rápidos, humanizados e eficazes. O diálogo intergeracional deve ser promovido para que não se criem guetos geracionais. A coesão intergeracional defende a Democracia e combate populismos.

Devemos poder ter uma sociedade que discute sexualidade e todas as preferências sexuais, em qualquer idade, sem mitos ou preconceitos. Esta sociedade não pode esquecer os mais vulneráveis que entretanto ficaram mais velhos, e que tiveram um processo de envelhecimento no contexto do uso de drogas, dando-lhes suporte e apoio social e no acesso a cuidados de saúde específicos e adaptados. Não deixar para trás quem migrou para o nosso país já sendo velho ou quem aqui ficou velho. Deve ser também discutido o peso das dependências com e sem substância, por exemplo, os jogos de azar.

Os subscritores do presente texto defendem que estas preocupações e princípios devem ser incorporados sem tibiezas em todas as frentes de intervenção do Bloco sem nunca esquecer que a prática se encarregará de os enriquecer com aprofundamentos vários.



MAIS BLOCO, MAIS E MELHOR AUTONOMIA

PAULINO ASCENÇÃO, AMANDIO PATECA, ANA ASCENSÃO, RUTE SILVA, ANTÓNIO ASCENSÃO, BENVINDA COELHO, BRUNO GUERRA, CARMENCITA CALDEIRA, CLAUDIA FERNANDES, DÉBORA VASCONCELOS, DINO PEREIRA, DOROTEIA FREITAS, FÁTIMA ABREU, FÁTIMA FREITAS, FRANCISCO AZEVEDO, GILSON PEREIRA, JOANA TEIXEIRA, JOÃO CAPELO, JOÃO FREITAS, JOÃO FERRÃO, JORDÃO COELHO, JOSÉ FERREIRA, JOSÉ FIGUEIRA, JOSÉ SOUSA, JOSÉ NÓBREGA, JOSÉ FREITAS, JOSÉ ASCENSÃO, JOSÉ GIESTAS, JOSÉ CAMACHO, LÍCIA ABREU, LUIS MARQUES, LUIS PRIOSTE, MANUEL FERNANDES, MARCELINO BASÍLIO, MARCO MENDES, MARIA CARVALHO, MARIA MENDONÇA, MARIA FERNANDES, MARIA ANDRADE, MARIA SALDANHA, MARIA FIGUEIRA, MARIA SOUSA, MARIA MELIM, MARIA CARVALHO, LUISA SANTOS, MARIA TELES, MARIA TEIXEIRA, MARINO FIGUEIRA, CARLA SOUSA, MARIA BARROS, PEDRO FELGUEIRAS, AGOSTINHO PATECA, RITA FERNANDES, RITA ASCENSÃO, ROBERTO FERREIRA, ROBERTO VIEIRA, RUI FERRÃO, SANDRA TEIXEIRA, SÓNIA JARDIM, TERESA FERNANDES, TERESA CAMACHO, TERESA FARIA, TIAGO ASCENSÃO, VIRGINIA ORNELAS

A moção A traça a estratégia acertada para enfrentar os próximos desafios do Bloco de Esquerda nos âmbitos nacional e regional. Deixamos expresso o compromisso em contribuir de forma positiva para a execução dessa estratégia, para o crescimento e afirmação deste partido/movimento na sociedade portuguesa, no plano nacional e na Madeira.

A direção nacional do Bloco e em particular a coordenadora nacional Catarina Martins, conduziram de forma competente a vida do partido, têm todas as condições para prosseguirem o bom trabalho e podem contar com o nosso apoio.

Na Madeira tivemos uma convenção regional do BE em março, disputada entre duas candidaturas e da qual resultou uma nova direção política. Este foi um processo regional, as matérias objeto da disputa disseram respeito exclusivamente à atuação do partido no âmbito da Região Autónoma da Madeira, portanto, não faz sentido que neste processo da XI Convenção Nacional esse debate seja reaberto ou questionadas as opções que foram tomadas.

O BE participou em 2017 e pela segunda vez, na coligação vencedora na CMF, agora denominada “Confiança”. O presidente da câmara eleito foi apontado pouco depois como cabeça de lista do PS às regionais de 2019. Uma situação singular em que um presidente da câmara apoiado pelo BE é ao mesmo tempo adversário para as eleições regionais de 2019, coloca desafios à nossa atuação enquanto perdurar a duplicidade de papéis.

A afirmação das propostas próprias do Bloco e a procura de maior visibilidade pode conduzir a ajustes no acordo de coligação, em particular, a criação de um grupo próprio com os três deputados do Bloco – atualmente integram um grupo comum aos cinco partidos na Assembleia Municipal – o que potencia a capacidade de intervenção, a apresentação de propostas na AM em nome do Bloco e não no da coligação e garante que seja sempre ouvida a voz do BE nas sessões solenes comemorativas do 25 de abril e do dia da cidade, o que no corrente ano não aconteceu.

O BE centra a sua ação na defesa da gestão pública das atividades estratégicas e dos serviços públicos essenciais para o bem de toda a população, na denúncia da subserviência dos poderes públicos a interesses privados, no combate à oligarquia que cresceu à sombra do orçamento regional. Essa oligarquia mostra-se confortável com a eventualidade de um governo regional do PS. O BE tem-se afirmado com propostas claras de rutura com as práticas do PSD e de defesa da Autonomia Regional, de uma Autonomia em prol do povo e da justiça social, praticada internamente no respeito pela autonomia do poder local e das organizações da sociedade. O BE desmistifica as fantasias dos inimigos externos que não são mais que cortinas de fumo para esconder o favorecimento sistemático dos grupos económicos privilegiados.

A Autonomia das regiões insulares tem merecido o apoio sem reservas do Bloco de Esquerda em todas as instâncias do sistema político onde está presente. Mas as organizações do BE nas Regiões Autónomas não gozam do mesmo grau de autonomia no quadro do partido que as próprias RA's gozam no seio da República. Essa referência deve ser assumida e a autonomia das organizações regionais tender para um grau equivalente ao da RA's.



Os Estatutos nacionais prevêm uma autonomia política financeira e administrativa, que no entanto não permite às organizações regionais realizarem certos atos administrativos, nem lhes garante participação no órgão de direção corrente - a Comissão Política - que é a regra entre os demais partidos parlamentares.



O SISTEMA ELEITORAL COM PROBLEMAS DE IDENTIDADE

PEDRO GASPAR AMARAL

O sistema eleitoral português possui problemas de identidade crónicos, mas nós podemos resolvê-los: temos de defender a inclusão de um círculo nacional de compensação.

Na nossa atual configuração, quando os portugueses votam para a Assembleia da República votam em listas (fechadas) do círculo a que pertencem. Faz sentido: assim maiores são as probabilidades dos cidadãos desses círculos conhecerem os seus candidatos. Contudo isto leva-nos a perguntar: a ideia é votar em pessoas?

Se a resposta à pergunta anterior for «SIM», então porque temos listas fechadas? Porque não listas abertas? Porque as pessoas não podem escolher estas pessoas e votar naquele partido (como na Nova Zelândia, por exemplo)? Se votamos no cabeça de lista do partido porque gostamos dele também estamos a votar nos restantes membros. Esta lógica faz sentido? Mas mais importante nesta perspetiva: porque não é permitida a candidatura de uma lista independente?

Se a resposta à pergunta for «NÃO», então porque existem círculos eleitorais e não um círculo único? A nossa Constituição da República Portuguesa afirma «Os Deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos.» Tendo em conta isto penso ser igualmente lógico perguntar: o que nos representa mais do que uma ideologia?

Como vemos o nosso sistema eleitoral estabelece uma relação indivíduo/partido muito desequilibrada que, vai-se a ver, contribui para a enorme diferença entre percentagem de votos e percentagem de assentos ganhos por cada partido.

Num dia em meados de agosto encontrei um método de avaliação da desproporcionalidade que falei: o Índice Gallagher. Estudei e logo comecei a magiciar com ele aplicando-o às eleições legislativas de 2015. Feitos os cálculos o valor obtido para estas eleições foi de 7.98 (tenhamos em mente que o número ideal é 0). É um número minimamente preocupante. Em 2016 o Canadá procurava reformar o seu sistema eleitoral, tendo formado um comité para o efeito. Este declarou como limite máximo ideal do índice em questão como sendo o valor 5.

Como podemos, portanto, equilibrar a relação indivíduo/partido (ideologia), bem como respeitar ao máximo o voto do eleitor, diminuindo o valor de desproporcionalidade? Isso mesmo: com um círculo de compensação nacional.

Distribuir-se-iam os mandatos através dos círculos regionais e distritais (com a alteração de passarem a 210, ao invés da totalidade, ou seja, 230). Depois calcular-se-iam os mandatos do círculo nacional, como se fosse círculo único. Fazer-se-ia a diferença entre os mandatos deste último com a soma dos regionais/distritais, sendo o resultado obtido por cada partido o número de deputados a eleger pelo círculo nacional por esses partidos (até o número de mandatos igualar os restantes 20). Por outras palavras, este círculo nacional funcionaria como o círculo de compensação na RAA:

- a) Apura-se o número total de votos recebidos por cada lista no conjunto dos círculos;
- b) O número de votos apurado por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza;
- c) São eliminados, para cada lista, tantos quocientes quantos os mandatos já atribuídos, para o conjunto dos círculos, nos termos do número anterior;



- d) Os mandatos de compensação pertencem às listas a que correspondem os maiores termos da série estabelecida pelas regras definidas nas alíneas a) e b), recebendo cada uma das listas tantos mandatos quantos os seus termos da série;
- e) No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos. [Texto adaptado da lei eleitoral açoriana].

Vamos a contas? Fiz a simulação com as últimas eleições legislativas. Para isso distribuí 2 mandatos para cada círculo e calculei pelo método D' Hont os mandatos para cada círculo, reajustando-os aos 210 lugares disponíveis. Depois apliquei os resultados do círculo de compensação. Não os exponho aqui por serem necessários muitos mais caracteres.

O resultado segundo o Índice Gallagher? 3.62. Pergunta: porque não é menor? Pergunta muito bem colocada. Se se analisar o mecanismo na prática enquanto este é realizado chegar-se-à à conclusão que a PàF possui mais mandatos do que aqueles que lhe seriam atribuídos por um círculo único, provocando assim uma discrepância maior. De resto são visíveis valores muito mais aproximados. Podia expor aqui todos os meus cálculos contudo seria massacrar o leitor.

Esta é uma proposta. De certo que poderão existir outras soluções, provavelmente mais trabalhosas e dispendiosas. Enquanto adepto devoto ao método científico penso que o círculo nacional de compensação deveria ser testado, o que nem seria muito difícil uma vez que facilmente se enquadra na legislação, até porque é previsto na nossa Constituição (artigos 149º e 151º). Exploremos este assunto. Vamos melhorar os nossos meios de representação e manifestações de cidadania.



EDUCAÇÃO: UM PILAR FUNDAMENTAL

PEDRO GASPAR AMARAL

Uma base fundamental de qualquer sociedade é a educação e a nossa ainda tem muito que se lhe diga. De medidas feitas à pressa a problemas com os trabalhadores da área, passando pelos objetivos inconstantes, a educação portuguesa enfrenta duros problemas. O atual governo está mais preocupado com as contas públicas do que com a educação nacional.

O Bloco nunca poderá deixar para trás a luta que é dar ao país uma educação de qualidade.

Existem problemas evidentes com os trabalhadores e entidades relacionadas, contudo a educação, na sua essência conceitual, também os possui na ótica dos discentes. A luta dos docentes não pode ser ignorada, aliás, este movimento deverá usar todos os meios ao seu alcance para demonstrar estar ao lado dos professores. No entanto a forma como estão construídos os exames nacionais, por exemplo, também não podem ser ignorados.

Medidas feitas à pressa como desvalorizar os conselhos de turma devem ser revertidas.

Não nos podemos esquecer que Açores e Madeira gozam de autonomia, o que inclui a educação sob a alçada do governo regional. Ou seja, estas lutas têm de ser coordenadas não só nacionalmente, como também com as regiões insulares. A contagem do tempo da carreira docente congelada é um excelente exemplo. O Bloco nacional não pode interferir na autonomia, mas pode recordar que ela existe. União e solidariedade são as palavras-chave.

Ouvir os jovens é um passo essencial a ser dado para termos uma educação de vanguarda.

Para finalizar, gostaria fazer transmitir uma mensagem parafraseada de Rutger Bregman: o debate sobre a educação tem girado sobre tudo em torno de quais são as competências que o mercado de trabalho do futuro reconhecerá como essenciais, ou invés de se discutir quais as competências que queremos que possuam os cidadãos futuros.

JOVENS COMO FORÇA DINÂMICA

PEDRO GASPAR AMARAL

A conversa do costume? Em parte. Vejamos: os jovens são o futuro. Certo. Mas também fazem parte do presente. Todos nós, jovens, já ouvimos/dissemos isto. Esta constatação, desiluda-se o iludido, não possui por objetivo previligiá-la uma faixa etária. Esta lengalenga é, portanto, pura e simplesmente uma forma de abrir os olhos a tod@s @s jovens de forma a que se assumam como cidadãos, algo que o Bloco de Esquerda poderá ser um excepcional aliado.

Nós, jovens, somos o grupo social que respira mais dinamismo. Essa é a nossa força. Podemos marcar a diferença: olhemos para o movimento estudantil dos anos sessenta! A esmagadora maioria dos indivíduos tem a sorte de passar por esta idade, depois, às vezes, esquece-a. Daí a necessidade de jovens ativos na nossa sociedade: compensar a falta de visão e dinamismo. Jovens é o sinónimo de progresso.

A rebeldia da juventude torna uma sociedade democrática autêntica ao nível da pluralidade, da tolerância e da honestidade. Esta altura da vida é aquela onde a realidade é encarada de forma veemente. Somos honestos e sinceros nas nossas opiniões e pretendemos expressá-las livremente. Não existe medo pela diferença. Mesmo apesar do mundo ao nosso redor se estar a pintar de ódio. Somos a esperança de uma sociedade melhor, mas igual, mais plural e justa. Temos de nos fazer ouvir de novo!

Já referi os anos sessenta, a forma relativamente intensa com que os jovens se interessavam por ser uma parte integrante e ativa da sua sociedade, isto na segunda metade do século XX. Parece que a partir daí perdemos o rumo. É compreensível: a nossa democracia tornou-se refém de árbitros políticos que, com todas as desvirtudes que os desportivos possuem, descredibilizam a política. No entanto, cabe-nos rejuvenescer e reerguer a nossa democracia. Algo que, aos poucos, já se tem visto de novo.

Agora, quando este movimento ressurgir aparecem com ele dois problemas:

- Ou os decisores políticos aproveitam a deixa, fazendo discursos, vangloriando-se da sua abertura para com os jovens, e, depois, atrás das câmaras, voltam ao que é habitual e o movimento desaba;
- Ou os jovens são integrados nas estruturas institucionais políticas, as juventudes partidárias.

O primeiro problema é simples de perceber e possui uma gravidade considerável, até porque vai de encontro aos interesses próprios, à desonestidade e à inação.

O segundo problema é-o porque estes tipos de juventudes já são um manual de introdução na politiquice do costume. Aqui, os jovens poderão por em causa a sua irreverência e dinamismo, sendo sugados por uma máquina partidária. Aqui, os jovens já são programados a defender os interesses próprios estabelecendo redes de contactos. Aqui, os jovens são hierarquizados e comandados.

É esta a diferença que o Bloco de Esquerda apresenta: não possui uma juventude partidária institucional. O que o BE tem são jovens aderentes que continuam a ser jovens.

Mas quer isto tudo dizer que estão mais afastados da realidade política e social? Não necessariamente. É necessário cativá-los. E não só nas redes sociais, mas também em campanhas de rua ou outros eventos. Um partido com jovens é um partido dinâmico, premissa essencial para cativar cada vez mais simpatizantes e aderentes.

O Bloco tem tudo para atrair os jovens, é necessário que nos esforcemos por fazê-lo.

Permitam-me que descreva aquele que me parece ser o perfil de um bloquista: alguém que possui como ideologia a luta pela igualdade, justiça e solidariedade. Alguém que sabe que terá de trabalhar para alcançar



os seus objetivos, por muito praticáveis que sejam. Alguém que vem para o Bloco sabe que não terá um assento no parlamento à sua espera, terá de batalhar racionalmente por ele, provar que pessoas com ideologia definida são mais coerentes e fiáveis do que aquelas que saltitam entre o centrão quanto mais jeito lhes dá para arranjam um tacho. Não será este um perfil que assenta perfeitamente num jovem?



UMA ESQUERDA SOCIALISTA À CONQUISTA DO PODER

RAFAEL BOULAIR

O Bloco de Esquerda é definido nos seus estatutos como uma esquerda “socialista e popular”. O partido-movimento sempre se pautou pela defesa de uma linha anticapitalista, feminista, ecologista, abraçando também as lutas LGBTIQ e a luta pelos direitos dos animais. Há sempre espaço para novas lutas no seio de uma esquerda que se quer grande e que está decidida a fazer “a luta toda”.

O Bloco, do qual fazemos orgulhosamente parte, forjou-se com e pela necessidade de construir uma nova esquerda que nada esperasse do PS e não ficasse à espera do PCP. Foi assim que findaram os anos 90, como um partido que era e é “tecnologia de ponta”, intransigente na recusa em escolher entre a Terceira Via do PS de Guterres e a ortodoxia pró-soviética do PCP.

Dezanove primaveras depois do seu nascimento, o Bloco defronta-se com a necessidade de debater o seu futuro que, desde 2015 e pela primeira vez, se confunde com o futuro do governo. O apoio parlamentar que decidimos dar ao governo do Partido Socialista desde 2015, aprovado pela Mesa Nacional, foi uma decisão acertada, na medida em que travou o programa de empobrecimento e repôs os rendimentos dos trabalhadores que a direita lhes tinha roubado. No entanto, muito longe de um pertença socialismo apregoado por Pedro Nuno Santos no Congresso, o PS governa, ora ao centro, ora à direita, votando vezes sem conta diplomas com o PSD e o CDS, e impedindo assim a reposição dos direitos dos trabalhadores, o combate à precariedade, a nacionalização dos setores estratégicos, as 35 horas para todos. Concluímos que continua a existir no Parlamento um muro da vergonha formado por quase 200 deputados de direita que impedem a viabilização de medidas de crucial importância para o nosso país.

Neste contexto, o Bloco não pode conformar-se a ser a moleta do social-liberalismo. Na X Convenção, Catarina Martins afirmou: “Claro que queremos ser poder, e governar”. Não voltou a dizê-lo desde então. A nossa vontade em ganhar uma maioria social para conquistar o governo deve ser afirmada com toda a clareza, sobretudo agora que em vários pontos do mundo se abrem novos caminhos de esperança para os povos.

Se há algo que uma esquerda socialista não tem o direito de esquecer é quem serve e para quem trabalha. Não somos um partido interclassista, somos um partido de classe e é pelo povo e para o povo que trabalhamos e nos batemos todos os dias. Não somos um partido reformista: a reposição de direitos dos trabalhadores e a realização de reformas, por nós ou por outros, não nos pode, de forma nenhuma, contentar.

Sabemos o difícil que é fazer face ao capitalismo globalizado e enfrentar a burguesia, e temos bem presente nas nossas memórias a vergonhosa traição de Tsipras e do Syriza ao glorioso OXI do povo grego de 5 de julho de 2015. Sabemos também o complexo que é governar depois de ganhar eleições para um qualquer parlamento burguês. Mas sabemos, sobretudo, que, ao contrário do que defendeu e afirmou Juan Carlos Monedero no seu livro Curso Urgente de Política para Gente Decente, é impossível “construir o muro e a brecha ao mesmo tempo”. O nosso caminho é outro. É o de abrir caminho para libertar os povos da exploração a que são sujeitos. E esse caminho implica um programa de rutura com o capitalismo: nacionalização da banca e dos seguros, nacionalização sem indemnização das grandes empresas nacionais, reforma agrária para redistribuir a terra, aumento geral dos salários, saída da NATO, reestruturação da dívida, saída da União Europeia. Um governo socialista tem de enfrentar a burguesia nacional e estrangeira e levar ao máximo do seu potencial todas e cada uma das lutas dos operários nos seus locais de trabalho. É preciso romper o tabu e colocar abertamente a questão da propriedade no seio do Bloco, visto que sem propriedade pública dos meios de produção não há Socialismo.

Por fim, esta esquerda precisa de afirmar o seu Internacionalismo, pois não se pode concretizar o Socialismo isolados da luta dos outros povos. O Internacionalismo de classe nada tem a ver com a integração europeia



e com o federalismo, mas implica, pelo contrário, a recusa em participar nessa União da burguesia (vulgo Estados Unidos da Europa), morto que está o europeísmo de esquerda.

Se tivermos a coragem e a lucidez de seguir esse caminho lograremos não só a desforra dos nossos sonhos que o mercado e as troikas destruíram, como impediremos que se ponha a Revolução na gaveta. É pelo Socialismo e pela emancipação que nos movemos, que romperemos cadeias e é com a Revolução no coração que conquistaremos, um a um, os dias que o futuro nos trará.

UMA DESCENTRALIZAÇÃO SEM DEMOCRACIA, SEM EQUIDADE, SEM MEIOS E COM PERIGOS

RICARDO MOREIRA, ALBERTO MATOS, RICARDO VICENTE, MANUEL GRILO, SUSANA CONSTANTE PEREIRA

António Costa chamou à descentralização administrativa “a grande reforma do Estado da legislatura” e, em conjunto com um recém-empossado Rui Rio, deu um salto em frente para a municipalização. O Bloco de Esquerda sempre defendeu a descentralização administrativa e o seu princípio de subsidiariedade, mas o que foi acordado pelo bloco central é o contrário do que está previsto na Constituição: em vez de regionalização, municipalização das funções sociais do Estado.

A diferença não é pequena. Se a regionalização permitiria a eleição de órgãos de decisão e a sua fiscalização democrática pelas populações, pelo contrário, a denominada “lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” empurra para os municípios competências do Estado central e fortalece o papel das Comunidades Intermunicipais que, apesar de não serem nem democraticamente eleitas nem escrutinadas, irão ter o poder de decisão sobre a aplicação de milhões de euros de fundos comunitários. Esta descentralização subtrai democracia.

Em tempo recorde, sem os devidos estudos, com a publicação dos respetivos diplomas setoriais em falta e com posições sucessivamente contraditórias da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Lei 50/2018, de 16 de agosto protege os interesses das duas famílias políticas que historicamente preenchem o mapa autárquico do país, e é um atentado à garantia dos direitos sociais, da igualdade de oportunidades e de dimensões fundamentais para o concreto da vida das pessoas.

A municipalização do bloco central vai transferir para os municípios competências do Estado central em 23 áreas, de onde se destacam a saúde, a educação, a habitação, a justiça, a ação social, a cultura ou o património. Isso quer dizer que competirá às câmaras municipais não só a gestão do edificado de todos os centros de saúde, escolas ou tribunais, mas também a gestão do pessoal não docente das escolas, do pessoal de apoio dos centros de saúde, ou a gestão do rendimento social de inserção.

O Bloco tem inscrita a descentralização no seu programa político. Uma descentralização que promova a democracia, a participação e a capacidade de decisão. Defendemos isso por exemplo no caso dos transportes, em Lisboa e no Porto. Não o defendemos para competências cujo exercício não recomenda uma escala municipal ou coloca em causa a autonomia desses mesmos serviços e a sua universalidade, independentemente da geografia em que nos movemos.

Assim, esta descentralização põe em causa a resposta universal do Estado. Hoje o Estado central é obrigado a dar as mesmas condições de aprendizagem a todas as crianças, independentemente de viverem no litoral ou no interior. Mas com a municipalização uma câmara municipal do litoral com mais recursos poderá oferecer uma oferta melhor do que um município do interior. O mesmo é verdade com os cuidados médicos ou com a ação social. A transferência de competências para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais.

Acresce que a municipalização centraliza no presidente da câmara um poder demasiado grande, aumentando a probabilidade de fenómenos de nepotismo e corrupção. Se atualmente o poder de um presidente da câmara de um pequeno concelho já é enorme porque a economia e o emprego local dependem em muito da atividade da autarquia, o que será quando um presidente da câmara puder decidir sobre os assistentes operacionais ou sobre a atribuição dos apoios sociais?

Aliás, as experiências internacionais demasiado localistas dos anos 80 e 90 deram resultados contraditórios, com aprofundamento da participação nuns casos e com decisões que hoje compreendemos trágicas e que



levaram, por exemplo, ao ensino do criacionismo a par da teoria evolucionista em alguns municípios dos Estados Unidos da América.

Finalmente, esta descentralização faz-se sem meios. O acordo entre PS e PSD determinava a transferência de 890 milhões euros para as autarquias para fazerem face às novas competências transferidas. Façamos as contas: alguém acredita que é possível gerir, reabilitar as 996 escolas, pagar os salários a 44 mil assistentes operacionais ou fazer a manutenção aos 387 centros de saúde com esse valor? Só a reabilitação das escolas do 2.º, 3.º ciclo e secundário custaria acima de 300 milhões de euros. E, como se torna óbvio que o Estado central quer apenas empurrar os seus problemas para os municípios, mesmo entre os autarcas do PS e PSD se têm levantado vozes contra esta descentralização.

A municipalização tem de ser travada. Temos de voltar ao debate sobre a regionalização e a eleição direta dos órgãos das Áreas Metropolitanas, como formas legítimas e democráticas de descentralização. Urge reacender a discussão sobre o que são as competências sociais do Estado e o que significa o reforço da coesão territorial numa justa repartição de poderes entre o Estado central e o Estado local, para melhor assegurar políticas públicas que resolvam os problemas das pessoas.

DIREITOS SOCIAIS E A EXPERIÊNCIA DE LISBOA

RITA CALVÁRIO, CECÍLIA HONÓRIO, ANA JÚLIA FILIPE E TERESA BISPO

Ao invés dos/as que, à direita, procuram limpar de história e política o Estado Social e a consagração dos direitos sociais, insistimos, à esquerda, que eles foram o resultado das conquistas das lutas sociais e do movimento popular. Também não é por acaso que a Constituição portuguesa é vista como prolixa na consagração daqueles direitos; é por ter resultado de um país que ainda não tinha desistido do socialismo e que nunca conhecera um estado social. Não nos enganemos: esta é uma luta que é preciso manter viva para conter recuos do Estado social e ainda avançar direitos.

O poder local é não só recetor das políticas do Estado central na área social, é também ele construtor destas políticas. O município de Lisboa intervém em áreas como o apoio às pessoas sem-abrigo, às vítimas de violência doméstica, às e aos refugiados, entre tantos outros grupos sinalizados como “vulneráveis”. Mas intervém, também, em áreas como o trabalho sexual, as dependências, as deficiências, o envelhecimento, a igualdade de género, as discriminações lgbti, entre muitas mais. Se parte destas responsabilidades vêm “de cima”, outras resultam claramente da opção política da autarquia. E esta opção envolve escolhas.

Primeiro, envolve escolhas de linguagem. Falar de direitos sociais e não de ação ou intervenção social é assumir que o Estado social não se esgota na resposta às necessidades mais imediatas das pessoas em situação de emergência social ou dos grupos “vulneráveis”, mas aborda questões amplas de construção da igualdade, participação e cidadania.

Segundo, envolve escolhas de intervenção (as quais determinam também muitas escolhas de linguagem). Hoje permanecem duas lógicas dominantes que precisam de ser disputadas. Uma lógica assistencialista, em que pessoas/grupos “vulneráveis” são olhadas como vítimas e não como cidadãos/ãs. Uma lógica de outsourcing da intervenção social, em que igreja e IPSS, além de variadíssimas associações, são um peso forte (social e politicamente). Nesta última, importa distinguir entre delegação e parceria. Enquanto a primeira retira capacidade ao que é “público”, a segunda complementa e/ou reforça essa capacidade. A linha de demarcação, no entanto, é muitas vezes ténue.

Terceiro, envolve escolhas de escala. A tendência para a descentralização e/ou municipalização, envolta em bons princípios, é uma armadilha. Por um lado, o que se descentraliza é a parte da obra, da contratação, do apoio logístico, tomando os municípios mais como empreiteiros do que parte relevante na definição de políticas. Por outro lado, desresponsabiliza o Estado central de uma política universal de direitos, ficando o país à mercê da vontade ou capacidade de intervenção de cada município, aprofundando-se as desigualdades no território.

A experiência do Bloco no município de Lisboa enfrenta todas estas questões. Assumir a vereação e o pelouro dos direitos sociais, além do da educação, envolve confrontar no dia-a-dia com opções difíceis que não são técnicas mas políticas. E confrontar essas opções num contexto em que não temos maioria, é, obviamente, um desafio. Mas é de disputa política que se trata. E essa disputa política envolve mudar pensamento, avançar políticas, fazer a diferença e construir propostas em muitas áreas em que ainda precisamos de discutir muito.

Mudamos pensamento ao insistir em falar em trabalho sexual. Avançamos políticas ao negar a “limpeza” das ruas das pessoas sem-abrigo ou ao construir espaços para o consumo seguro de drogas do ponto de vista do/as utilizadore/as. Fazemos a diferença ao apostar na construção de novas creches da rede pública no curto prazo, aumentando em muito o número de vagas. E precisamos de discutir temas e elaborar proposta, como seja quanto ao modelo de gestão das creches e à sua relação com o sistema educativo,



algo que vai além do poder local. E a este nível, urge o debate sobre a integração da rede de creches no sistema educativo, de forma a defendê-la das tentações privatistas e/ou assistencialistas, e a consagrar o acesso como um direito efetivo.

Eis alguns exemplos de como nesta experiência estamos a aprender e a construir política, e de como esta deve servir de escola para o debate e a proposta, ao nível das políticas de âmbito local e nacional.

Sabemos que entre o possível e o desejável há um longo caminho. Forçamos o possível e não recusamos a luta pelo desejável. Não temos mãos atadas. Votámos contra a SRU. Recusaremos o pacote de municipalização que aí espreita. E votaremos contra tudo o que é contra a nossa política, assim como avançaremos com propostas que são nossas, mesmo que sejam derrotadas. Em menos de um ano, fizemos a diferença. O que já fizemos, e o que faremos, contribuirá para as condições de disputa de representação da maioria, porque só o reforço da esquerda pode mudar as políticas públicas para a defesa e promoção do Estado Social e da democracia. Isto é política, não nos recusamos a ela.

O FUTURO DO BLOCO DE ESQUERDA

RODRIGO TRANCOSO

Nos próximos dias 10 e 11 de novembro ocorrerá a XI Convenção Nacional do BE. Este é assim um momento oportuno para todos os aderentes refletirem coletivamente e opinarem individualmente sobre o futuro do nosso partido. Assim, começo esta reflexão referindo que a próxima Convenção ocorre num contexto que é inédito para o nosso partido. Fomos protagonistas de uma solução governativa “original”, ao facultarmos o nosso apoio parlamentar a um Governo de um partido que não foi o mais votado nas legislativas. Esse apoio foi dado tendo por base certas premissas sustentadas num acordo, visando a concretização de certas medidas e simultaneamente impedir a formação de um Governo de Direita. Estes dois objetivos foram atingidos, pelo que o BE não pode se arrepender de assim ter atuado. Contudo (e tendo em conta que escrevo esta reflexão em julho), o orçamento de 2019 afigura-se como um momento em que tudo se pode alterar no seio deste entendimento que tem existido até à data. Esta perceção é motivada por variadas razões: o Ministro Centeno, ao chegar à presidência do Euro grupo defendeu a meta de 0,7% como limite do deficit, procurando dar uma imagem de bom aluno junto dos restantes parceiros europeus e indo além do que havia sido estabelecido internamente. Esta intenção coloca de imediato em causa o nível atual do Estado social e o investimento público previstos. Em simultâneo a esta intenção, o país foi brindado com uma chantagem inaceitável por parte do PR e do PM, referindo que a aprovação do orçamento era obrigatória, sob pena de haver uma crise política com a consequente demissão do Governo. A par destes factos, nos últimos tempos temos assistido a decisões governativas no âmbito das leis laborais, da precariedade, da contagem do tempo de serviço e descongelamento das carreiras dos professores, na proposta de uma nova lei de bases da saúde, que colidem frontalmente com uma visão de esquerda. Neste contexto, defendo que o BE na negociação do OE2019 deve ser muito assertivo e estabelecer determinadas linhas vermelhas. Se uma delas for ultrapassada, não podemos ter outra opção, que não seja a consequente reprovação desse orçamento. Não podemos ser cúmplices e coniventes com uma notória e crescente mudança de postura que o PS tem vindo a evidenciar. A “Geringonça” não é um fim em si mesma. Deve continuar a ser um instrumento para evitar o regresso de uma política de austeridade. Se esse propósito não for atingido, então não deveremos com a nossa validação, ser coautores de medidas que atentam contra os nossos princípios e valores. Poder-se-á dizer que se reprovarmos o OE2019, estaremos a criar as condições para a vitimização do PS, que assim verá mais facilitada a obtenção de uma maioria absoluta. Sim, é uma consequência possível. Como o foi também, em 2011, a maioria absoluta do PSD/CDS, na sequência do chumbo do PEC IV do governo de Sócrates. Se nessa altura não tivemos pruridos em chumbar esse plano, sabendo que isso acarretaria a queda do governo e novas eleições que formariam uma maioria à direita, por que razão haveremos de os ter agora? Se o PEC IV era inaceitável, um OE2019 onde determinadas linhas vermelhas forem ultrapassadas, também o será! Ou não?

Sendo aderente filiado na Madeira, reportar-me-ei agora ao parágrafo existente na Moção A relativo às próximas eleições regionais. Nele é referido, e bem, que o PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. No entanto, na sequência desta correta afirmação, são tecidas considerações que atacam objetivamente quem politicamente é uma das principais causas da fragilidade acima referida. E ao fazê-lo, ficamos numa posição ambígua e dúbia. Se por um lado reconhecemos e antevemos que o PSD pode perder e sair do governo, por outro criticamos sem necessidade nenhuma quem está a contribuir para essa perceção. Afinal, queremos ou não que a direita saia do governo? Se sim, então o que deverá estar devidamente clarificado nesse parágrafo é o seguinte: a possibilidade do PSD ser retirado do governo deve ser enfatizada e relevada pelo Bloco em toda a sua estratégia de ação e comunicação até às eleições regionais. Para tal, é fundamental centrar o foco em dois alvos: por um lado apresentando e divulgando as nossas propostas diferenciadoras, acentuando a sua imprescindibilidade



para a inversão e derrube efetivo e concreto da política de direita protagonizada pelo PSD. Por outro lado, desmascarar e descredibilizar a inação governativa do PSD-Madeira, apontando as suas falhas, falácias e incumprimentos. Só deste modo, estará o Bloco a contribuir decisivamente para a criação das condições para a concretização do cenário de retirada da direita do poder governativo. Só assim com esta postura, é que o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira.

Tenhamos a lucidez, a seriedade e a honestidade intelectual para assim proceder! Não façamos o jogo do PSD-Madeira!

PELA DEFESA DOS TERRITÓRIOS DO INTERIOR DO PAÍS

RUI ROMÃO LINO, ALBANO SANTOS, ANTÓNIO FIÚZA, BRUNO SANTOS, CARLOS COUTO, CARLOS GARRIDO, CARLOS MOTACO, CRISTINA GUEDES, DIEGO GARCIA, ISABEL ALMEIDA, JOANA MARICOTO, JOÃO AMOREIRA, JOÃO CORONO, JOÃO LUÍS, JOSÉ FERNANDES, LUÍS ESPINHO, MARTA VILARINHO, NÚRIA GUEDES, PEDRO MESQUITA, SÓNIA REIS

São vários os fatores que tornam o interior do país desinteressante e incapaz de ali fixar novos residentes.

O governo da República e as autarquias locais continuam incapazes de reverter a situação em que se encontram os territórios do interior do país e torna-los apetecíveis, dinâmicos e merecedores do mesmo respeito e investimento atribuído ao litoral e grandes centros urbanos. O estado atual destes territórios é fruto de um somatório de governações preocupadas com a faixa litoral onde reside grande parte da população de Portugal Continental e que em simultâneo não promoveram o desenvolvimento sustentável do Interior do país.

A municipalização de serviços e a pseudo descentralização acordada entre PS e PSD vão agravar ainda mais estas assimetrias.

As medidas que têm vindo a ser anunciadas pelo governo PS, ou a intenção de implementação de medidas com vista ao desenvolvimento do interior não passam de meras operações de cosmética. Muitas mais medidas e ações são exigidas e é necessário ter coragem política para mudar.

A escassez de Serviços Públicos quer através da inexistência de respostas, como é exemplo a inexistência de algumas especialidades hospitalares, ou a falta de trabalhadores e trabalhadoras afetos aos serviços existentes espelha bem a inaptidão do atual e anteriores governos em atrair, manter e dar condições para a população e profissionais trabalharem no interior.

A insistência cega do atual e anteriores governos em manter as portagens nas antigas SCUT A23 e A25, altamente penalizadoras para os residentes e para quem ara ali se desloca por vários motivos.

O afastamento (quer físico quer pela imposição do pagamento de portagens) dos grandes centro urbanos aglutinadores de valências e respostas, de cultura e oferta formativa.

A desertificação das localidades, verificando-se a existência de territórios quase totalmente despovoados.

Os índices de envelhecimento (IE) mais elevados do país - O Distrito de Castelo Branco conta com três Concelhos nos cinco mais envelhecidos - Vila Velha d Ródão lidera a tabela nacional com um IE de 733,3%, em terceiro Penamacor com 636,7% e em quarto Oleiros com 626,4%.

Só um Bloco de Esquerda forte e preocupado com o bem-estar das populações e respeito pelo fará crescer o interior, quer qualitativa quer quantitativamente, afirmando-se como alternativa séria e credível aos partidos que têm alternado no poder governativo.



UMA ESQUERDA RADICAL PARA UM MUNDO NOVO

SAMUEL CARDOSO

Um projeto político transformador não pode deixar que as escolhas táticas substituam a reflexão sobre seus objetivos estratégicos e visão de fundo para a vida em sociedade. Sem comprometimento com a transformação radical da sociedade através de uma estratégia de conflito social, o projeto do Bloco tornar-se-á vazio. Tentarei neste texto elencar as maiores ameaças que considero existirem ao nosso projeto coletivo, e formas de as ultrapassar.

A primeira ameaça é o fascínio pelo poder e a submissão a um programa social-democrata. A presença institucional e a maior proximidade do poder (porventura mais percebida do que real, porque o poder real responde pouco aos governos) criam enormes pressões para o Bloco se render à lógica da gestão quotidiana do capitalismo, lutando apenas por pequenos ganhos dentro do sistema. O discurso mais moderado que o Bloco tem adotado (ao invés de um que promova o florescimento de consciências sociais críticas do capitalismo), a insuficiente demarcação face ao PS (não permitindo dismantelar a ideia popularizada de que o PS poderá corporizar uma alternativa de esquerda) ou a incapacidade de construir um projeto verdadeiramente novo para o poder local (que rompa com as lógicas da eficácia da gestão e da “racionalidade” económica do capital) são erros para a construção do Bloco como projeto emancipatório.

Por isso, é o momento de o Bloco radicalizar o seu programa político, alicerçando-o na necessidade de nacionalização dos setores estratégicos da economia, de reforma radical do sistema fiscal, de substituição dos pequenos negócios privados por alternativas auto-geridas por quem trabalha, de abertura de fronteiras como princípio para responder à crise migratória, de respeito por todos os direitos individuais, etc. A juntar a isto, é preciso consolidar alianças internacionais com movimentos e partidos anticapitalistas de todo o globo, que crie uma base de apoio para enfrentar o boicote que surgirá com as lutas contra as oligarquias europeias e nacionais. É aqui que o Bloco deverá concentrar esforços e fazer campanhas políticas, com base na ideia de que governar por si nunca será um objetivo.

A segunda ameaça, ligada à primeira mas distinta desta, é a tentação de considerar que a base social do PS é a principal base social a disputar. Evidentemente que terá de ser disputada, mas a estratégia do Bloco tem ao mesmo tempo que ser mais criteriosa e mais ambiciosa: tem de ter como alvo prioritário o envolvimento e o estabelecimento de relações de confiança com xs ativistas do movimento social mais radicalizado, e tem de partir daí para construir trabalho concreto e projeto político unitário que permitam criar novas subjetividades que possam dar corpo a uma maioria social que abrace o projeto socialista. Aliás, se é verdade que as votações do Bloco sobem com a passagem de votos vindos do PS, não é menos verdade que estes não passam a constituir uma base social real e permanente, e muito menos de militância. Foi quando a esquerda conseguiu criar dinâmicas anti-sistema, contra-cultura e de dinamização de sentimentos de pertença a espaços não mediados pelo capital que se consolidou socialmente, e foi quando os projetos de esquerda foram cooptadas pelo poder da gestão quotidiana do sistema e/ou por aparelhos burocráticos que o enraizamento se esvaiu. Com um Bloco fortemente alicerçado no movimento social, uma outra ideia de sociedade tem espaço para vingar, e aí disputaremos bem mais do que a base social do PS. Se não formos capazes de o fazer, abrimos o flanco para a extrema-direita contaminar a política, começando pelos milhões de desiludidos que se abstêm por não verem nela mais do que o exercício de privilégios.

A terceira ameaça é um pretensão tecnicismo messiânico. A política coletiva necessita de aprender com os avanços da ciência e da técnica, mas não pode ficar programática e politicamente dependente das opiniões de um conjunto de “peritos”, que não são mais que pessoas que, como todas nós, refletem um contexto próprio. É preciso submeter a técnica à escolha coletiva, e não o contrário.



A quarta ameaça é não sermos capazes de responder às reconfigurações que a sociedade sofreu com as mudanças na organização do trabalho e de outras dinâmicas sociais. Num mundo em que as narrativas individualistas registaram vitórias importantes, é preciso repensar a participação política. Quer porque as novas formas de organização do trabalho tiram força às formas convencionais de organização de classe, criando uma necessidade de pensar ferramentas de decisão complementares às existentes; quer porque a perda de sentimentos de pertença coletiva nos torna menos receptivos a contradições, criando uma necessidade acrescida de coerência política e clareza programática. Repensar as formas de comunicação e democratizar o papel das minorias políticas no Bloco, não as caricaturando, são passos fundamentais nesse sentido.

Rasgar a política existente para construir um mundo novo, em suma: é o combate a que não poderemos faltar.



FAZER DAS DORES FORÇAS O TRABALHO LOCAL DA ASSEMBLEIA PARA A RUA

SUSANA CONSTANTE PEREIRA, RODRIGO RIVERA, MARCO MARQUES, NUNO VELUDO, FILIPA GONÇALVES, ANA JÚLIA FILIPE, DIANA PEREIRA

Nas últimas eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda aumentou a sua representação autárquica. Este resultado, apesar de reflectir a conjuntura nacional, não ignora o efeito das dinâmicas locais que o Bloco tem conseguido criar e manter ao longo dos últimos anos. Reconhecer isto é importante para a actividade autárquica, mas mais importante para a actividade dos núcleos locais. O trabalho local com sucesso não esgota a sua intervenção nos momentos de reunião das Assembleias de Freguesia ou Municipais. A criação de núcleos territoriais de actividade política, com ou sem eleitos e eleitas, é uma das bases de organização local do Bloco.

Para termos uma estratégia de longo prazo de enraizamento, precisamos estabelecer prioridades. Assim, ensaiamos aqui alguns dos eixos que consideramos essenciais para um trabalho local militante, capaz de correr por dentro e por fora das instituições.

- 1. Formação** – Para intervir numa Assembleia Municipal ou de Freguesia é necessário ter presente o mínimo conhecimento da lei das Autarquias Locais. Por isso, promover formação é uma responsabilidade colectiva das organizações locais do Bloco, em cooperação com a direcção nacional. Por um lado, o conhecimento da lei dá segurança a quem tem de assegurar um mandato em nome do Bloco. Os regimentos das Assembleias são documentos em construção, que podem ser melhorados através da apresentação de propostas. **Transparência, Participação e Prestação de Contas** são algumas linhas de intervenção que devemos ter em conta.
- 2. Priorizar** – Os programas eleitorais do Bloco são a base da nossa intervenção local. No entanto, precisamos planeá-la. Os eixos que definimos na campanha podem dar origem a ações, planeadas e integradas, quando se justifica, no contexto nacional. Um exemplo, através do qual o Bloco fez a diferença, foi o empenho dos eleitos e das eleitas do Bloco na aplicação do PREVPAP. Mas não ficamos por aí. Temos de trabalhar envolvendo a população e procurar responder aos problemas locais conjunturais, organizando populações em defesa dos seus direitos.
- 3. Comunicar** – De que serve uma intervenção confinada ao órgão da Assembleia, se ela não for conhecida fora da reunião? Para muito pouco. Podemos apresentar boas propostas, fazer excelentes intervenções porém, se não comunicarmos bem, o trabalho será inócuo. As redes sociais permitem-nos difundir com rapidez a actividade política das Assembleias, mas também é possível transmitir as nossas propostas através de panfletos, cartazes, pequenos jornais, criando oportunidades para falar directamente com as pessoas. A actividade política não pode ficar encerrada entre quatro paredes, tem de transbordar os plenários ou as sedes para poder ganhar amplitude e força para mudar o país.
- 4. Coesão** – a política discutida localmente deve passar por uma articulação permanente entre os vários órgãos - freguesia e município - discutindo as propostas apresentadas. Porque não podemos apresentar ideias desarticuladas nos vários órgãos, é essencial criar redes de autarcas que debatam sobre as prioridades para a cidade. Além de questões nacionais e internacionais, é essencial acompanhar a situação política na cidade de forma transversal. O trabalho local é eminentemente interseccional. Segundo a lei 75/2013, as autarquias dispõem de atribuições nos domínios do ordenamento urbano e rural, do abastecimento público, da energia, dos transportes e comunicações, da habitação, da educação, do desporto, da saúde, da ação social, da proteção civil, do ambiente, da segurança, entre muitos outros. Intervir nestes âmbitos é, de facto, fazer a luta toda.



5. **Juntar** - a actividade política local do Bloco de Esquerda nas Assembleias não se pode resumir à actividade no órgão. Ser autarca do Bloco é fazer a intervenção nas Assembleias para dar voz a lutas locais, marcando presença onde está o conflito social. Isto implica enraizamento, continuidade, persistência e proximidade. Este é um trabalho não só de quem é eleito, mas de qualquer ativista, aderente e não aderente, que está com o Bloco no terreno. São todos estes os representantes do Bloco. Os dos órgãos na rua, os da rua nos órgãos. Gente de verdade que habita as geografias onde queremos chegar e que faz a luta toda, porque é para isso que aqui estamos.

O poder local é um pilar da nossa democracia, tanto pela proximidade com as cidadãs, como pelas oportunidades de participação que permite. O enraizamento pede reflexão crítica permanente sobre a forma como nos construímos enquanto resposta política, à medida do concreto da vida das pessoas, em cada cidade e em cada lugar. É envolvendo as pessoas na democracia concreta, assegurando participação nos projetos locais, construindo esses projetos em coletivo, que se garantem as ligações que queremos resgatar com pessoas, coletivos, causas e movimentos. E é aqui que os e as militantes, mais recentes e com história, podem passar à ação, fazer das dores forças, combater as injustiças e politizar a vida.



CULTURA: TRÊS ANOS SEM POLÍTICA

TIAGO IVO CRUZ, AMARÍLIS FELIZES, PEDRO RODRIGUES, MARIANA GOMES

Falta política na Cultura. Dos movimentos sociais e sindicatos ao debate parlamentar, passando pela relação entre a maioria que sustentou o governo nesta legislatura e ao próprio governo, a política, o debate e a disputa que obriga à construção de políticas reais ao invés de castelos suspensos no ar, está circunscrito às propostas e exigências à esquerda do Partido Socialista.

A configuração parlamentar e os acordos de governação de há três anos criaram enorme expectativa no setor cultural. Ao contrário de outros setores, esta expectativa apontava não só para um projeto de recuperação, muito necessário, mas também para um salto qualitativo e quantitativo nas políticas públicas, perfeitamente possível. É apenas natural que assim seja, tal como não foi tida como natural, por grave que seja, a extinção do Ministério da Cultura com a entrada da troika em 2011. Era um Ministério derrotado pelos PECs do próprio Partido Socialista, sem meios nem iniciativa. A prossecução da política das direitas até 2015 – o célebre “não há dinheiro”, dito pelo então pelo Secretário de Estado da Cultura Francisco José Viegas – deprimiu quem faz Cultura, mas também não surpreendeu. O verdadeiro ponto traumático surge agora, quando a força ideológica do Partido Socialista se faz sentir numa recuperação cuja política parece ser apenas reforçar a rede de autarquias PS e o governo, com a cultura servindo o turismo, seja a nível nacional seja a nível local, e a imagem de autarcas e governantes; e cujo desígnio, portanto, é ter mais poder.

O que um governo faz ou não faz na Cultura é sempre um bom indicador da sua verdadeira face. Precisamente por ser a área com menos investimento, é também onde o poder se permite fazer o que realmente quer. É por isso que, no atual governo, o Ministro da Economia dirige o Ministério da Cultura na área do Património, distribuindo monumentos classificados pelos diferentes grupos hoteleiros com apoio de fundos europeus. É também por isso que, nos concursos para financiamento à criação artística, não só o governo nunca procurou qualquer trabalho com a maioria parlamentar como insiste hoje no derrotado Novo Modelo, entregando a uma comissão que define como técnica o trabalho de o legitimar.

Seja no Cinema, Literatura ou Artes performativas, o governo implementa uma política que coloca a criação ao serviço da distribuição e programação. A Lei do Cinema deixar as distribuidoras a decidir o que há de ser produzido com dinheiros públicos, o concurso para financiamento às artes colocar os criadores ao serviço dos programadores, ou o apoio à literatura sujeitar escritores às distribuidoras e editoras, é a política a promover o mercado cultural ao invés de criar condições para que haja um salto qualitativo e democrático, é a desistência do setor nuclear da Cultura, a Arte.

A indisponibilidade e incapacidade do governo para estabelecer diálogo com a esquerda parlamentar sobre políticas públicas de Cultura ao longo de toda a legislatura foi razão dos sucessivos erros governativos nesta área e retirou capacidade ao próprio Ministério da Cultura para se afirmar como elemento central das “políticas para o conhecimento” que o Programa do Governo do PS definiu em 2015. O Partido Socialista derrotou o Partido Socialista.

É significativo que o único avanço na democratização cultural do país nestes quatro anos tenha sido o aumento da oferta em sinal aberto da Televisão Digital Terrestre, por proposta unilateral do Bloco de Esquerda, contra os interesses instalados e enorme resistência do próprio Partido Socialista.

O governo também não foi capaz de ter qualquer proposta no campo laboral e quis, sobretudo, deixar num manto de invisibilidade a enorme precariedade de quem trabalha na cultura quer em instituições privadas, quer em públicas. Enquanto a precariedade for a norma, podemos exigir políticas culturais que elas continuarão a ser feitas no Palácio da Ajuda sem qualquer obrigação de responder para quem o Ministério da Cultura trabalha. Mesmo onde existe um mínimo de garantias laborais – a Rádio e Televisão de Portugal – o governo é incapaz de obrigar o Conselho de Administração e implementar o PREVPAP.



O Ministério da Cultura tem de deixar de ser um gabinete de estudos, com políticas piloto sucessivas e pensamento perdido nos corredores. O Bloco de Esquerda não defende o 1% por mera exigência maximalista, mas sim pela necessidade de termos investimento estruturante para as políticas públicas de cultura. É indispensável organizar, regulamentar e financiar o setor profissional da cultura e das artes, tendo em vista artistas e trabalhadores dos equipamentos públicos e semi-públicos, mas também criar um conjunto de políticas para as muitas pessoas que querem participar na vida cultural. É preciso criar centros de cultura nas escolas, nos museus e nos cine-teatros e projectos nacionais para esses lugares, que tornem normal haver programação de cinema em todas as escolas do país; que tornem obrigatório as estruturas - das companhias de teatro às orquestras regionais - terem financiamento condigno para acabar com a precariedade; e que torne impensável qualquer governo extinguir o Ministério da Cultura porque ele existe de facto com legitimidade popular.

DO LADO DOS/AS HEREGES

VICENTE FERREIRA, AMARÍLIS FELIZES, GONÇALO PESSA, IZAURA SOLIPA, MÁRCIA SILVA PEREIRA, SAMUEL CARDOSO

Desafiar o enviesamento dos programas curriculares nas faculdades de Economia

Nos últimos anos, surgiu no movimento estudantil português um movimento de estudantes de economia que contestam o monolitismo dos programas curriculares das licenciaturas e mestrados na sua área de estudo. Acompanhando a tendência que se verifica na Europa, em Portugal existem já duas experiências: o Coletivo Economia Sem Muros (CESM), fundado por estudantes da Universidade Nova de Lisboa em 2012, e o Coletivo Economia Plural (CEP), no ISEG (4 anos mais tarde). Estes coletivos acrescentam ao conjunto de lutas que travamos no movimento estudantil a disputa do campo das ideias da economia política, que é também a disputa de ideias do senso comum.

A constituição dos currículos de economia deixa clara a importância dessa disputa. Um estudo realizado em 2015 pelo CESM revela o panorama de um ensino muito pouco plural. O estudo, que recolheu dados referentes à licenciatura em Economia nas faculdades do país, permite-nos identificar quatro aspetos importantes sobre as licenciaturas: uma presença reduzida (2% do total de créditos das licenciaturas analisadas) de cadeiras como História Económica ou Economia do Desenvolvimento, a quase ausência de cadeiras de História do Pensamento Económico (menos de 1% do total de créditos), a desproporção do peso atribuído a métodos quantitativos, nos quais se incluem Cálculo, Álgebra ou Estatística (ocupam um quinto da licenciatura), e o peso atribuído a cadeiras de gestão (12,4%) – Gestão, Marketing, Empreendedorismo, entre outras. O aparecimento de novas áreas, como a programação ou a análise de big data, ameaça aumentar o peso de métodos quantitativos.

Os problemas do ensino de Economia não se resumem ao espaço das diferentes cadeiras no plano de estudos: uma análise dos principais manuais utilizados como bibliografia destas cadeiras revela que por norma apenas é lecionada uma corrente de pensamento, a síntese neoclássica (dominante na disciplina). Quem estuda Economia pode completar uma licenciatura sem ter tido contacto com as outras correntes de pensamento que constituem esta ciência social plural. A falta de contacto com a pluralidade de teorias faz com que a única perspetiva lecionada seja aceite como versão única e definitiva da teoria – “a Economia” – funcionando o ensino como mecanismo de reprodução do consenso neoliberal. Em vez de promover a reflexão crítica, o ensino atual limita-se a formar futuros economistas e decisores conformados com este consenso.

Para o combater, estes coletivos têm objetivos claros – uma reformulação dos programas curriculares de Economia, que reflita a diversidade de abordagens e de métodos de análise da disciplina. A reforma dos currículos terá de incluir a recuperação de cadeiras que promovam o pensamento crítico (História do Pensamento Económico, Ética, Economia Política). Ao enviesamento ideológico dos atuais currículos (com orientação para a defesa da ‘virtude’ do funcionamento livre dos mercados e da iniciativa privada, por oposição à influência ‘negativa’ da intervenção democrática no mercado, ao nível, por exemplo, do estabelecimento de proteções laborais; e a ausência de pensamento sobre diferentes formas de organização económica), só se responde reivindicando a universidade como espaço de cultura crítica, onde tudo possa ser discutido.

Mas os objetivos destes coletivos não ficam por aí. Este movimento só será consequente se for acompanhado pelo combate a várias formas de elitização do ensino superior, como é deixado claro no manifesto de um dos coletivos. O percurso trilhado por estes coletivos, que inclui a disputa da representação democrática dos estudantes, tornou possível juntar um crescente número de estudantes, criar rotinas de discussão de política económica e estudantil, construir reflexão coletiva e movimento. No entanto, o trabalho do movimento concentra-se em Lisboa. Fazê-lo quebrar essa barreira geográfica e criar redes no resto do país é um desafio estratégico que vale a pena assumirmos.



Transformar a universidade é uma prova de uma vida. A maioria das instituições acadêmicas adota uma postura resiliente. O papel do movimento estudantil é, por isso, fundamental: de baixo se faz o caminho. O futuro do movimento depende da sua capacidade de juntar estudantes e professores, e de defender as reivindicações junto das instituições de ensino, agregando forças para que os órgãos de poder sejam obrigados a ceder às exigências.

As e os estudantes do Bloco de Esquerda têm tido uma participação ativa na constituição e promoção destes movimentos. Neste sentido, deve ser compromisso do Bloco de Esquerda aprofundar o papel interventivo do ativismo estudantil, conscientes de que o combate começa pela base. No combate ao conformismo do pensamento dominante nas faculdades de Economia, o Bloco de Esquerda deve continuar a estar do lado dos/as hereges.



EQUILÍBRIO AMBIENTAL E SOCIAL NUMA POLÍTICA NACIONAL PARA AS PESCAS

VICTOR PINTO, CARLOS MATIAS, PEDRO SOARES, ANA SOFIA LIGEIRO, JOSÉ CARITA, FILIPA AFONSECA, ANTÓNIO J. SOARES LUZ, MANUEL CARLOS SILVA, MARIA DO CARMO BICA, ANA PAULA CANOTILHO, LURDES GOMES

O mar e a pesca estão desde tempos imemoriais umbilicalmente ligados à identidade portuguesa. A construção e reparação navais, as actividades marítimas de recreio e os apoios em terra, o trabalho de homens e mulheres do mar, fazem parte integrante da vida económica e social de muitas cidades, vilas e aldeias do país.

Todavia, por mais potencialidade que o mar tenha no discurso de vários governantes, certo é que assistimos a uma desvalorização da actividade pesqueira e dos seus profissionais, exemplificada pela drástica redução do número de pescadores e embarcações, acompanhada por políticas subservientes que dificultam o seu desenvolvimento.

A pequena pesca, a mais comum em Portugal, de parques recursos, actuando junto à costa e de impactos menos gravosos para o ecossistema, possui características muito próprias, diferentes de países que possuem uma grande capacidade na pesca industrial. A frota portuguesa revela uma prevalência de embarcações inferiores a 12 metros. Pequenos barcos que correspondem apenas a 13% do total da arqueação bruta e a 40% do total da potência.

Apesar destas particularidades, incomparáveis a países com pesca industrial pesada, toda a actividade pesqueira foi, a partir do final dos anos 80, incluída num mesmo acordo comunitário, a Política Comum de Pescas – PCP, que desconsidera estas características nacionais e não distingue positivamente os países que têm feito um enorme esforço de protecção das espécies de peixe ameaçadas. Este é o mais determinante dos muitos e variados problemas do sector.

Há 3 décadas, com a entrada de Portugal na CEE, o país tinha cerca de 40.000 pescadores e 14.000 embarcações. Hoje, pouco mais há que 17.000 pescadores e menos de um terço dos barcos, com a agravante da idade média do parque de embarcações rondar os 30 anos.

Estatísticas recentes informam que a quantidade de peixe capturado pela frota nacional tem baixado significativamente. Em 2016, por exemplo, foi a mais baixa desde há 48 anos. Em 2017 continuamos com um saldo negativo da balança comercial de mil milhões de euros. Apesar de grandes consumidores de peixe, importamos muito, peixe e equipamentos, por vezes de muito longe, incluindo espécies que podiam perfeitamente ser substituídas pelas que temos cá, saborosas e de elevado valor nutritivo.

Uma boa política de pescas tem em conta os impactos sociais e é pautada pela preservação inteligente do ambiente e uma intransigente protecção das espécies mais ameaçadas. Tendo em conta este ponto de partida, verifica-se que a situação do sector pode e deve ser melhorada. Conquanto sejam proporcionados os meios para tal, Portugal, com uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa e duas regiões autónomas com fortes tradições no sector deve lutar pela implementação de medidas que nos permitam ser soberanos na produção e gestão dos recursos marítimos. A pesca deve ser modernizada de modo a constituir-se como um importante pilar económico, social e ambiental, impulsor de desenvolvimento, beneficiando os consumidores portugueses, mas também todos e todas que no mar trabalham.

Entre outras, tais medidas terão de passar, por:

- desenvolvimento, em conjunto com as universidades, institutos científicos, associações de pescadores, administração pública e ONGs, de uma estratégia nacional de longo prazo de apoio à investigação e preservação dos recursos marítimos, dotando estas instituições de meios suficientes para assegurar a persecução deste objectivo;



- programa de apoios à renovação e modernização da frota pesqueira nacional, sobretudo das embarcações em madeira com menos de 12 metros e com idade superior a 12 anos;
- constituição de uma empresa pública de dragagens (barras - fundos marítimos, fluviais e actividades complementares);
- promoção da construção, em território nacional, de embarcações modernas, com adequados níveis de segurança, habitabilidade, condições de trabalho e de conservação do pescado;
- revisão, em baixa, das taxas e emolumentos aplicados ao sector das pescas, particularmente das pequenas embarcações;
- concretização efectiva da promessa de instalação de um novo software de suporte ao diário de pesca electrónico e meios adequados de monitorização de capturas, bem como a formação dos seus utilizadores;
- alargamento da rede de postos de descarga e venda da Docapesca, de forma a aproximar esta estrutura pública dos pontos tradicionais de descarga e das comunidades piscatórias, reduzindo custos com deslocações e fomentando a segurança alimentar e justiça fiscal;
- renovação de edifícios de lotas obsoletos ou com problemas de segurança (segurança física dos edifícios e segurança alimentar);
- promoção da venda/distribuição de pescado em circuitos curtos e fornecimento a cantinas públicas.
- promoção e agilização do acesso à profissão marítima, salvaguardando a qualidade da formação inicial e contínua e rigorosas condições de segurança para os profissionais.



INIMIGO PRINCIPAL NA GEOESTRATÉGIA MUNDIAL?

VÍTOR RUIVO

1. A actual denúncia do Bloco sobre o imperialismo dos EUA é feita quase em exclusivo sobre Trump, as suas acções e propósitos. É subvalorizado o carácter igualmente imperialista e depredador dos governos seus antecessores, inclusive o de Obama, mas que chega a ser considerado como alternativa, ou pelo menos como mal menor, o que ocorreu na opção de voto entre Hillary e Trump. Permanece a postura que subestima o carácter criminoso do imperialismo dos EUA na sua globalidade, deixando-se levar pelas diferenças e disputas existentes entre os seus vários sectores.

2. A defesa da saída de Portugal da Nato e da sua extinção é algo que está no papel mas não tem quase nenhum reflexo efectivo. Nem na elaboração de propostas concretas nesse sentido, nem na acção prática em que se manifeste a rejeição do Bloco à Nato, e, ainda menos, em qualquer intervenção de rua pela Paz no mundo, contra o belicismo imperialista, pelo desarmamento nuclear, etc.

Foi confrangedor, na campanha das legislativas de 2015, que coincidiu com manobras da NATO em Portugal, a atitude de completo alheamento do BE, à excepção da Distrital de Beja que condenou as manobras. Houve mesmo boicote activo à manifestação de protesto que a CGTP e outras organizações promoveram, com a realização simultânea de um evento pelo BE, em Lisboa.

Já este ano, aquando da Cimeira da Nato, em Bruxelas, em 11 e 12 de Julho, em nenhum órgão do BE houve qualquer notícia referindo a realização da Cimeira. Nenhuma declaração dos seus dirigentes. Nenhuma participação ou divulgação das manifestações realizadas em Lisboa e no Porto. O alheamento em relação a esta Cimeira foi tal que na resolução da MN de 7 de Julho, não há referência a ela, apesar de ser justamente abordada a subordinação da UE ao reforço do militarismo e policiamento europeu no âmbito da NATO. Mas a questão é apenas tratada em torno das decisões europeias sobre os refugiados.

3. Em 1999, o BE condenou os bombardeamentos da Nato sobre a Sérvia, mas alinhou nas acusações contra Milosevic que serviram de pretexto para a agressão. As opiniões foram variando entre a aceitação das acusações e a denúncia da manipulação imperialista. Em 2016, ignorou a resolução final do Tribunal de Haia que absolveu Milosevic de todas as acusações, reconhecendo os seus esforços para evitar a guerra e os conflitos interétnicos.

Cuba é referida a propósito das dificuldades internas, de não ser um país socialista, de só haver um partido, de restrições à liberdade de expressão, etc. O criminoso bloqueio económico dos EUA e a permanente ingerência política, desde a revolução em 1959 até hoje, ainda que rejeitadas, são desvalorizadas e quase ignoradas.

Na Síria, na Líbia, no Irão, ou na Ucrânia, os ditadores de antes, derrubados, ou os que ainda se mantêm, são postos em pé de igualdade com as invasões e agressões do Ocidente, e ao argumento de que este é o inimigo principal é contraposto que os outros são repressores dos seus povos, e que a Rússia também bombardeia, e a China não é flor que se cheire. O que, embora verdade, deixa o Bloco num “nim-nim” que subestima o imperialismo dos EUA e aliados, incapacitando-o para uma acção internacionalista própria.

Com a Venezuela e agora com a Nicarágua, os erros, oportunismos, repressões, dos seus governos, são o que sempre vem no esquerda.net, ou das opiniões publicadas, deixando na penumbra a crescente acção dos EUA de agressão directa ou através das direitas locais e regionais, para que o imperialismo ianque possa recuperar o controlo completo sobre a América Latina.

Curiosamente, este radicalismo ideológico já não se verifica sobre o Brasil, os próprios EUA, a Europa, ou Portugal...



4. Destes e de outros exemplos possíveis, ressalta que existe, na prática e na elaboração programática, uma subvalorização clara do imperialismo estadunidense, embora se considere que é, e pretende continuar, como o poder hegemónico mundial (Moção A para a 11ª Convenção).

Entre outras, julgo que a causa desta postura resulta dos enormes efeitos negativos, que ainda persistem, da derrota do “socialismo real”. Do empenho em nos demarcarmos dos seus erros e regimes face ao ataque cerrado do “pensamento único” sobre quem se atreve a valorizar os seus êxitos e a validade do ideal comunista. Empenho que leva a uma posição de espectador/analista e de alternar aos males de uns os males dos outros, sem assumir posições próprias, nem a urgência de se elaborar um programa de propostas e acções concretas para a luta internacional contra o imperialismo dos EUA e aliados, efectivo inimigo principal dos povos.

Programa que aproveite as contradições no interior do imperialismo e na disputa com as potências rivais, China e Rússia. Que comece a surgir de debates no Bloco com esse fim expresso e, talvez, de uma Conferência Nacional nunca até hoje realizada sobre o tema.



PRIORIDADES, SIM OU NÃO?

VÍTOR RUIVO

Um lema enaltecido no Bloco é o de que quer ser um partido da luta toda em todas as lutas. Concordo. Mas isso significa que essas lutas devem ser deixadas à espontaneidade de cada aderente que se motiva para cada uma delas?

Repetidas afirmações de camaradas dirigentes e de sucessivas resoluções da MN, de que a centralidade do Trabalho, a luta contra a exploração laboral, por mais direitos e por reverter a relação de forças entre o Capital e o Trabalho, são o aspecto central da acção do Bloco, parecem responder que não. O mesmo se pode entender sobre a reafirmada necessidade de que o trabalho local e autárquico seja muito mais forte e se enraíze nos problemas concretos mais sentidos e sofridos pelo nosso povo.

Perante a permanência, desde que o partido se formou, das fraquezas destas frentes de trabalho, seria de tomarmos para nós a velha norma do “centralismo democrático”, presente em parte dos grupos que deram origem ao BE, em que, goste-se ou não, se a maioria diz e a hierarquia determina, só há é que cumprir? Acho que não. Nem corresponde à natureza e à diversidade de pensamentos do Bloco, nem parece ser a maneira mais eficaz de concretizar as tarefas e superar as falhas.

Julgo que no nosso partido/movimento, neste tempo em que a repressão do poder capitalista, nacional e internacional, manipula mas ainda não ilegaliza a luta popular, e que não se tornam imprescindíveis certos cuidados dum tempo clandestino, é correto ser opção de cada aderente decidir em que iniciativas participa, ou onde milita, no livre arbítrio das suas preferências e disponibilidades.

Mas será que, por isso, o colectivo partidário deve abdicar de definir prioridades para a intervenção do Bloco, de debater quais devem ser, e de que modo, em cada conjuntura, no todo nacional, e em cada região ou núcleo e de, em função delas, procurar dinamizar o activismo dos aderentes? Também acho que não. Só esse debate, essa definição e a sua aplicação pela direcção nacional, pelas distritais e concelhias, possibilita que as resoluções saiam do papel para a vida de todos os dias. Em todo o partido.

Malgrado isto até parecer uma verdade de La Palice, a permanência das fraquezas acima apontadas, ao fim de 19 anos de vida do Bloco, mostra a distância que vai entre o que se diz e o que se faz. Pior ainda é quando a impotência em corrigir as fraquezas passa ao cultivo do deixa andar e à resignação de esperar que dias melhores caiam do Céu.

É certo que o partido teve anteriores e recentes sucessos eleitorais muito significativos. Que os tem sabido aproveitar em manobra táctica de acordos conjunturais à esquerda e no desdobramento de propostas concretas para a melhoria de vida da população, algumas delas alcançadas. É um manancial de experiência e aprofundamento que é importante valorizar e continuar.

Mas esses sucessos concentram-se em grande medida nas iniciativas centrais e parlamentares, ficando um boa parte do resto do Bloco, ou como expectador, ou na dependência dessa acção, sem iniciativa própria, estagnado em muitos núcleos e distritos num pequeno número de activistas que nem chegam para as encomendas. Predomina a submissão ao mediatismo, sem continuidade de trabalho local, a não ser um pouco nos eleitos autárquicos, e em alguns movimentos ao sabor do gosto de cada militante.

Por isso, hoje, na acção dos activistas do Bloco, têm maior relevo e evidência os movimentos pela defesa dos animais, pelos direitos dos LGBTI+, pela procriação assistida, pelo reconhecimento do “trabalho” sexual, pelo direito à eutanásia, pelos avanços na despenalização das drogas... Proporcionalmente, marca passo a luta laboral e sindical (talvez com alguma excepção para os precários), tarda o activismo no apoio



e auto-organização dos pensionistas e famílias mais pobres, nos movimentos de utentes da saúde, nos transportes, na habitação (o recente percalço parece que espicaçou aí os nossos brios...), na luta contra a especulação financeira e a banca, contra o domínio absoluto das grandes distribuidoras...

Sem dúvida, aquelas primeiras lutas têm razão de ser e o Bloco deve continuá-las. Mas não são hoje as batalhas “fracturantes” contra o poder burguês e o neoliberalismo. Pelo contrário, este aprendeu que ganha mais em se meter nelas e até as promover à sua maneira, para as desviar do confronto consequente contra o seu poder, como faz também através do feminismo liberal ou de “revoluções verdes” capitalistas.

Fracturantes e muito mais difíceis, como se pode ver pelo comportamento dos poderes patronais, económicos, patriarcais, continuam a ser o enfrentamento entre Trabalho e Capital, o feminismo classista, o eco socialismo radical, a solidariedade imigrante, a luta pela paz contra o imperialismo...

A luta toda em todas as lutas? Com certeza, mas não esqueçamos as prioridades do colectivo partidário.



CALENDÁRIO DE DEBATES

Sexta, 28 setembro

Lisboa, Salão Azul do Hotel Mundial, Praça Martim Moniz 2, às 21h

CATARINA MARTINS (Moção A) e AFONSO JANTARADA (Moção M)

Coimbra, Sede do Bloco em Coimbra, Rua da Sofia, nº 135, 2º andar, às 21h, com MOISÉS FERREIRA (Moção A) e JOÃO PONTE (Moção M)

Sábado, 29 de setembro

Aveiro, Sede do Bloco em Aveiro, Rua José Joaquim Lopes de Lima 14, às 15h

MARIANA MORTÁGUA (Moção A), ARMANDO HERCULANO (Moção C) e MANUEL MATOS FERNANDES (Moção M)

Madeira, Sede do Bloco no Funchal, Rua dos Taneiros, 43, 1º andar, às 15h
FABIAN FIGUEIREDO (Moção A) e JOSEPH SILVA (Moção M)

Braga, Sede do Bloco em Braga, Av. Central 54, 2 F, às 21h30
PEDRO FILIPE SOARES (Moção A), FERNANDO OLIVEIRA (Moção C) e ANTÓNIO TOMÁS (Moção M)

Domingo, 30 de setembro

Porto, Sede do Bloco no Porto, Rua Álvares Cabral, 77, R\C, às 15h

CATARINA MARTINS (Moção A), AMÉRICO CAMPOS (Moção C) e FRANCISCO PACHECO (Moção M)

Viseu, Sede do Bloco em Viseu, Rua Ameias 6, 1º, às 15h
ADELINO FORTUNATO (Moção A) e ARTUR GOUVEIA (Moção M)

Segunda, 1 de outubro

Évora, Sede do Bloco em Évora, Alcárcova de Baixo, nº 45, às 21h

JOANA MORTÁGUA (Moção A) e JOSÉ DIAS (Moção M)

Terça, 2 de outubro

Setúbal, Sede do Bloco no Seixal, Rua de Binta, nº 8A, Amora, às 21h
JOSÉ MANUEL PUREZA (Moção A)

Quarta, 3 de outubro

Castelo Branco, Sede do Bloco na Covilhã, Rua Fernão Penteado, nº2, 1º, às 21h
JOSÉ SOEIRO (Moção A)

Leiria, Sede do Bloco nas Caldas da Rainha, Rua 31 de Janeiro, 25C, às 21h
MOISÉS FERREIRA (Moção A)

Quinta, 4 de outubro

Faro, Sede do Bloco em Faro, Rua Dr. Justino Cúmano 13, às 21h
JOSÉ GUSMÃO (Moção A)

Viana do Castelo, Sede do Bloco em Viana do Castelo, Rua de Santo António, 100, 1º, às 21h
MARIA MANUEL ROLA (Moção A), ARMANDO HERCULANO (Moção C) e ANTÓNIO TOMÁS (Moção M)

Sexta, 5 de outubro

Santarém, Sede do Bloco em Santarém, Avenida dos Combatentes 82, às 15h
JOSÉ GUSMÃO (Moção A)

Portalegre, Sede do Bloco em Ponte de Sor, Tapada do Telheiro, It Z, às 21h
ISABEL PIRES (Moção A) e AFONSO JANTARADA (Moção M)

Sábado, 6 de outubro

Açores, Sede do Bloco em São Miguel, Rua Arcanjo Lar, n.º 9, R/C Nascente, às 15h
JOSÉ SOEIRO (Moção A)

Bragança, Sede do Bloco em Bragança, R. Alexandre Herculano, 106, 1º, sala C, Bairro de Sta. Isabel, às 15h
LUÍS MONTEIRO (Moção A) e EDUARDO MECA CASTRO (Moção M)

Vila Real, Sede do Bloco em Vila Real, Avenida 1º de Maio, 233, às 21h
LUÍS MONTEIRO (Moção A)

Domingo, 7 de outubro

Guarda, Sede do Bloco na Guarda, Av. Cidade Safed 7 1º Ft, às 15h
JOSÉ GUSMÃO (Moção A)

Beja, Casa da Cultura, R. Luís de Camões, 6, às 15h
CARLOS SANTOS (Moção A)



ALOJAMENTO

RESIDENCIAL LAR DO AREEIRO (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 4, 1000-159 Lisboa
218 493 150 | reservas@residencialardoareeiro.com
Single: 42€ | Duplo: 47€

HOTEL AS LISBOA (1,0 km)

Av. Almirante Reis 188, 1000-055, Lisboa
218 429 360 | info@hotel-aslisboa.pt
Duplo: 66,75€

RESIDENCIAL O PARADOURO (1,8km)

Av. Almirante Reis 106, 6º/7º, 1150-022 Lisboa
21 815 32 56
Duplo: 42,50€ | 4 pax: 90€

VIP INN BERNA HOTEL (2km)

Av. António Serpa 13, 1069-199 Lisboa
217 814 300 | hotelberna@viphotels.com
Duplo: 66,75

POUSADAS DA JUVENTUDE

Lisboa (2,8 km)

www.pousadasjuventude.pt
Rua Andrade Corvo, 46, 1050-009 Lisboa
213 532 696 / 925 665 072 | lisboa@movijovem.pt

Parque das Nações (7,3 km)

Rua de Moscavide, Lt 47 - 101, 1998-011 Lisboa
218 920 890 | lisboaparque@movijovem.pt
Twin: 37,80€ | 4 camas sem WC: 57,60€

LISBOA CAMPING & BUNGALOWS (8km)

Estrada da Circunvalação, 1400-061 Lisboa
217 628 200 | info@lisboacamping.com
Bungalow 2 pax: 52€ | Bungalow 6 pax: 70€

RESTAURAÇÃO

SNACK-BAR MARIA DELÍCIA (0,2 km)

Av. Afonso Costa, 26 - tel. 218409047
Pratos de carne | A partir de 5 eur/prato
Fechado ao domingo | Encerra às 20:30h

DOMINO'S PIZZA (0,5 km) ✓

Av. Afonso Costa, 12 Loja A - tel. 218401054
Pizzas | A partir de 7 eur/pizza
Aberto todos os dias | Encerra às 24h

RIBATEJO (0,5 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 11 - tel. 218488296
Pratos de carne e peixe | A partir de 3,80 eur/prato
Fecha domingo | Encerra às 20h

BAGGA - CAFETARIA (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 5 - tel. 935011093
Pratos de carne e peixe | A partir de 4,75 eur/menu
Fecha domingo | sexta até às 20h | sábado até às 19h

PASTELARIA CINDERELA (0,6 km)

Praça Francisco Sá Carneiro, 7 - tel. 218485101
Pratos de carne | A partir de 7,25 eur/prato
Fecha sábado | Encerra às 22:30h

CHURRASQUEIRA FOME DE LEÃO (0,7 km)

Av. Padre Manuel Nóbrega, 9A - tel. 218470990
Pratos de carne e peixe | A partir de 8 eur/prato
Aberto todos os dias | Encerra às 22h

O POTE (0,7km)

Av. João XXI, 7D - tel. 218486397
Pratos de carne e peixe | A partir de 8 eur/prato
Aberto todos os dias | Encerra às 23h

PASTELARIA ZURIQUE (0,7 km)

Av. João XXI, 7 - tel. 218480288
Pratos de carne e peixe | a partir de 6 eur/prato
Aberto todos os dias | Sáb. e dom. encerra às 17h

MANDRO CUSINE (0,8 km) ✓

Rua Lucinda Carmo, 21C - tel. 926005603
Cozinha nepalesa | A partir de 6 eur/prato
Aberto todos os dias | 11h - 15h e 19h - 23h

ZIP (0,9 km) ✓

Av. Almirante Reis, 225A - tel. 214093839
Pratos rápidos e hambúrgueres | A partir de 3 eur/menu
Aberto todos os dias | Encerra à 1h

FEI HE (1,0 km) ✓

Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, 13D - tel. 218464902
Comida chinesa | A partir de 5,75 eur/prato
Aberto todos os dias | 12h - 15h e 19h - 23:30h

CAFÉ GUERRA JUNQUEIRO (1,1 km)

Av. Guerra Junqueiro, 12C - tel. 218463627
Pratos de carne e peixe | A partir de 4,95 eur/prato

CELEIRO À MESA (1,1 km) ✓

Av. de Roma, 12 - tel. 218486908
Comida vegetariana | A partir de 4,40 eur/menu
Sexta até às 20h | Sábado e Domingo até às 19h

HAMBURGUERIA 21 (1,1 km) ✓

Av. João XXI, 45A - tel. 218400562
Hambúrgueres | A partir de 6 eur/hambúrguer
Fecha domingo | Encerra às 23h



CALENDÁRIO

ABRIL

- 22** - Reunião da Mesa Nacional convoca XI Convenção, discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).
- 23** - Publicação da convocatória e regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico;
- 23** - Encerramento da inscrição de aderentes para efeito dos cadernos eleitorais.

JUNHO

- 05** - Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.
- 25** - Entrega à COC (coc.2018@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas;
- 25** - COC reúne às 17:30h para validar Moções.

JULHO

- 07** - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XI Convenção.
- 18** - Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)

SETEMBRO

- 17** - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos
- 24** - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.

- 24** - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2
- 24** - Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à Convenção
- 26** - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à XI Convenção
- 27** - Sai deBatEs #2 - Propostas finais de Moções e textos de opinião
- 28** - Início período debate das Moções

OUTUBRO

- 07** - Final do período debate Moções
- 09** - Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatura a delegados
- 10** - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais
- 15** - Envio das listas de delegados + kit voto para aderentes

NOVEMBRO

- 02** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 03** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 04** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 06** - Sai DeBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)
- 10** - XI Convenção
- 11** - XI Convenção

AGORA, A ESQUERDA

bloco.org | esquerda.net